



**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**DA TRAGÉDIA À EPOPEIA: AGENCIAMENTO DAS
MEMÓRIAS EM FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
(1838-1858)**

Thiago A. N. R. Tavares

**Doutorado
Porto Alegre
2011**

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares

**DA TRAGÉDIA À EPOPEIA: AGENCIAMENTO DAS
MEMÓRIAS EM FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
(1838-1858)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, sob orientação do Prof. Dr. Temístocles Cezar.

**Porto Alegre
2011**

CIP - Catalogação na Publicação

Tavares, Thiago Alves Nunes Rodrigues
Da tragédia a epopeia: o agenciamento das memórias
em Francisco Adolfo de Varnhage (1838-1858) /
Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares. -- 2011.
220 f.

Orientador: Temístocles Américo Corrêa Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2011.

1. Historiografia. 2. Brasil Império. 3. Nação. 4.
Varnhagen. 5. IHGB. I. Cezar, Temístocles Américo
Corrêa, orient. II. Título.

*Para minha querida esposa Maruza, pela
dedicação, e a pequena Sarah que já me
enche de alegrias.*

Agradecimentos

Penso que este momento, o de apresentar os agradecimentos por ter concluído mais esta etapa de nossa formação acadêmica, seja um momento de prestação de contas, com aqueles que, de alguma forma, nos ajudaram na efetivação deste trabalho que num passado muito próximo, era apenas um projeto de pesquisa.

Agradeço, inicialmente, minha namorada, Maruza Vieira Barboza, por entender o como é difícil estar ao lado de um doutorando, e entendeu tanto, que hoje, é minha esposa. Obrigado pai, Elier Rodrigues Tavares, por me socorrer sempre quando necessário, obrigado mãe, Marylaine Alves Nunes pelas palavras inspiradoras de sempre. Obrigado aos meus avós, pelo incentivo e cobrança diante dos estudos.

Não poderia ainda deixar de agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Temístocles Cezar, sem o qual, este trabalho seria apenas, mais um de meus muitos projetos. Muito obrigado Temístocles.

Agradeço ainda a Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa, pela bolsa que me fora concedida, e sem a qual, a realização desta pesquisa, seria inviável. Muito obrigado.

*Plus le origenes étaient grandes,
plus elles nous grandissaient. Car
c'est nous que nous véneirons à
traivers le passé.*

(Pierre Nora)

RESUMO

Temos por objetivo ao longo deste trabalho de pesquisa, o desenvolvimento de reflexões em torno do uso da produção historiográfica oitocentista, na construção da nação brasileira, poderações que tiveram por base para o seu desenvolvimento, a Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua primeira edição (1854 e 1857), e a correspondência do autor da referida obra. O estudo de tais elementos apontou para a indissociabilidade do pensar a formação do campo historiográfico no Brasil oitocentos, ao projeto de construção nacional; espaço e demandas em torno da qual é agenciada a obra maior de Varnhagen. Neste sentido, a fim de compreender o status alcançado pela obra varnhagenia, seja no oitocentos, ou as considerações feitas pelos comentadores de tal obra, seja nos séculos XIX, XX e XXI, enveredamos por uma leitura culturalista da obra, enviesada nas sensibilidades, o que nos foi possível a partir do estudo da formação de Varnhagen e das estruturas narrativas de sua obra.

RÉSUMÉ

Nous visons à travers ce travail de recherche, le développement des réflexions sur l'utilisation du siècle, la production historique XIXe siècle, la construction de la nation brésilienne, qui étaient fondées poderações pour votre développement, recherche Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Histoire Geral do Brasil Francisco Adolfo Varnhagen de, dans sa première édition (1854 et 1857), et de la correspondance de l'auteur de ce œuvre. L'étude de ces éléments a souligné le caractère indissociable de la formation de la pensée oitocentis champ historiographique au Brésil, le projet de construction de la nation, et les exigences d'espace autour de laquelle est négocié la plus grande œuvre de Varnhagen. En ce sens, afin de comprendre l'état atteint par le travail varnhagenia, que ce soit à huit cents, ou les considérations faites par le travail des commentateurs tels, que ce soit dans le dix-neuvième, vingtième et vingt et unième, nous avons fixé une lecture de l'oeuvre culturaliste sur la sensibilité asymétriques, les que nous pourrions partir de l'étude de la formation de Varnhagen et les structures narratives de son œuvre.

SUMÁRIO

ENTRADA	10
CAPÍTULO I . PROFANAÇÃO	29
1.1 O Agenciamento do Passado: História, Memória e Devires	29
1.2 A Fabulação Historiográfica: Entre Procedimentos de Interdição e Expectativas	42
1.3 Sobre a Escrita de uma História do Brasil: Entre Devires e Decalques	55
CAPÍTULO II . AGLUTINAÇÃO	67
2.1 Um Corpo em Busca de Alma	67
2.2 Sobre a Escrita da História: Agenciar Mortos e Vivos	84
2.3 A Escuta da História: Entre Razões, Emoções e Sensibilidades	98
CAPÍTULO III . IMAGINAÇÃO	107
3.1 O Agenciamento de Francisco Adolfo de Varnhagen	107
3.2 A Perigração Varnhgeniana: Caminhos e Descaminhos para o Agenciamento do Passado e do Futuro da Nação	123
3.2.1 Os Caminhos do Presente para o Passado	123
3.2.2 Descaminhos Varnhagenianos: Trilhas e Caminhos do Presente para a Realização de um Futuro	128
3.3 O Reconhecimento de Varnhagen	137
CAPÍTULO IV . COORDENAÇÃO	149
4.1 Sobre Agenciamentos Maquínicos	149
4.2 Sobre o Tráfico	169
4.3 Sobre o Épico em Francisco Adolfo de Varnhagen: a Odisseia na Constituição Nacional	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
FONTES	217

ENTRADA

Quando em 18 de agosto de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), representada nesta oportunidade pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e pelo cônego Januário da Cunha Barboza, foi proposta a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), não se desejou, somente, salvar da voragem dos tempos os feitos dos grandes homens. Fossem estes nativos, brancos, negros ou sua síntese, o mestiço. Vislumbramos, ao longo de nossas investigações, que tanto a criação do IHGB, assim como os trabalhos ali desenvolvidos, inseria-se num projeto maior: a soma de esforços para a criação de uma narrativa Histórica capaz de se somar ao projeto de construção da comunidade nacional¹, e instituição do sentimento de pertença à referida comunidade; sentimento este, considerado de fundamental relevância para viabilizar a existência de uma nação brasileira. O que entendemos, em se tratando da produção historiográfica do oitocentos, apresentar-se, segundo nos informa Manoel Salgado Guimarães, atentando não somente para o Império do Brasil, mas, numa perspectiva mais ampla, como “tema prioritário na agenda política nas sociedades do século XIX”².

¹ Refletindo sobre a criação do IHGB e o projeto de construção nacional, Lucia Paschoal Guimarães, em entrevista ao Prof. Valdeci Lopes Araújo, pondera que a empreitada do IHGB seria muito mais árdua que a de associações congêneres europeias, haja vista a necessidade de, no Brasil oitocentista, o campo historiográfico desenvolva-se *pari passu* às necessidades da construção nacional, conforme aponta a entrevistada, Lucia Guimarães, tendo por referência o desenvolvimento de um paralelo entre o Instituto Brasileiro e a Academia de Lisboa. Daí acreditar que o IHGB se diferencia da *Academia de Lisboa*; a qual tentava equacionar problemas de uma já constituída nação portuguesa, dentre os quais a perda da hegemonia imperial frente à França e à Inglaterra, ao passo que o IHGB estava inserido num processo de dar forma, somar-se à construção da nação brasileira. Ressalta-se ainda a imbricação desta produção historiográfica com a necessidade de dotar o Brasil, o Estado que se desejava Nação, de um passado comum, assim como das tarefas mais difíceis: um passado capaz de despertar na população, o sentimento de pertencimento à comunidade nacional. Cf. ARAÚJO, Valdeci. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n.03, set/2009, p.242-3. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/79/52>> acessado em 15/dez/2009.

² Cf. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Escrever a História, domesticar o passado. In. PESAVENTO, Sandra Jatay; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.51. Indicamos ainda a leitura de Manoel Luis Salgado Guimarães, “Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido”. In *Revista História em Revista, Pelotas*, V.6. p.21-36, 2000. Chamamos a atenção neste sentido, para o papel a ser desempenhado pela produção historiográfica oitocentista, interessante neste aspecto, são as ponderações de Arno Wehling, que estendeu às mentalidades a valorização da história, vista como “amalgama da sociedade, tanto quanto a língua, e como expressão da identidade nacional. Estabeleceu-se, então, um fenômeno de causação circular, em que intelectuais e massa, tão frequentemente distanciados em momentos anteriores, passaram a interagir tendo a comunhão histórica como elo”. Cf. WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.29.

Tarefa hercúlea esta a ser desempenhada pela produção historiográfica oitocentista. Para o que nos chama atenção, Temístocles Cezar, em análise do discurso proferido por Cunha Barboza³ no primeiro ano das atividades do Instituto:

O problema é que, assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a ideia da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que deve ser – não havia tanta clareza assim – mas, sobretudo, o que ele não deve ou não pode fazer⁴.

Infere-se após a leitura das palavras de Temístocles Cezar, em análise ao discurso de Cunha Barboza, que a criação e trabalhos do IHGB foram engendrados no sentido de equacionar, conforme nos foi possível mapear, quatro pontos, sendo: 1) o desenvolvimento de um ordenamento do que se falava sobre o Brasil e de seus povos; 2) atribuir foros de cientificidade à produção historiográfica; 3) selecionar e sistematizar em que, e a partir de quê, o estudioso do passado, haveria de fundamentar suas atividades, fosse às pesquisas ou no ato da escrita da história propriamente dita; 4) agenciar a narrativa de forma que pudesse contribuir na delimitação acerca do que haveria de ser a nação brasileira, e, após tal realização, o desenvolvimento de trabalhos no sentido de viabilizar a instituição da nação brasileira.

³ São palavras do cônego proferidas em discurso: *O talento do historiador, diz o barão de Barante, assemelha-se à sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que ressuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que sofreram cataclysmos. A vida moral tem suas condições e suas leis; compõe-se também de circumstancias ligadas por meio das relações quase necessárias; a philosophia; pode reconhecê-las e demonstrá-las; e a imaginação com mais celeridade e certeza, saberá então dellas assenhorear-se. A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que accelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geographos é só quem pôde offerernos essa galeria de factos, que sendo bem ordenados por suas relações com o tempo e logar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. A história seria, portanto, incompleta, descorada, e árida, si occupando-se unicamente de resultados geraes, por uma mal entendida abstracção, não collocasse os factos no theatro em que se passaram, para que melhor se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circumstancias que desembarcem a intelligencia dos leitores. (...) Só desta arte a historia nos pôde offerer importantíssimas licções; ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um machinismo, que concorrem ao desempenho dos fins de seu inventor. A historia os deve pintar taes quaes foram em sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas acções.* BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1863.p.14-5

⁴CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V.8, n.1. 2004. p.12.

Em meio ao desenvolvimento deste projeto escriturário institucional imbricado à consolidação dos Estados e à formação das nações, é que se reflete o que não deveria ser uma História do Brasil, e no contra luz de tais orientações, é possível ao estudioso, observar algumas orientações acerca do que havia de ser uma História do Brasil. Como parte deste esforço de criação de uma historiografia capaz de se somar ao projeto de construção nacional, desenvolve-se também, os vernáculos e a Literatura. A produção historiográfica estabiliza-se, tendendo à profissionalização de seus praticantes no meio acadêmico, por exemplo, através dos patrocínios ofertados àqueles que possuíssem pendores para a escrita proposta por Heródoto⁵. Esforços estes, que são engendrados em prol da invenção de dispositivos capazes de substituir a recorrência à força, em proveito das civilizadas e civilizadoras penas, tendo por objetivo o uso político, fossem da produção historiográfica, literária, e ou iconográfica, conforme aponta Manoel Luiz Salgado Guimarães⁶, e também as reflexões de Afonso Carlos dos Santos, para o qual:

A ruptura política com Portugal e a organização do Estado nacional implicariam a elaboração de um aparato ideológico que deveria dar legitimidade ao próprio processo de construção da nação. Tratava-se agora de inventar o Brasil, não apenas no plano geopolítico, mas também no plano simbólico. [...] A organização política do Estado nacional deveria corresponder uma produção simbólica que delineasse os contornos da Nação e a ingressasse no mundo civilizado segundo os parâmetros europeus⁷.

Frente o exposto, entendemos que os *trabalhos sociaes* levados a cabo pelos integrantes do IHGB não devam ser tomados como realizações através das quais se pense, tão somente, em dar a ver o invisível do pretérito no presente. Mas dar a ver, também, o invisível do presente, uma nação brasileira, neste e no futuro, conforme aponta Benedict Anderson, uma comunidade imaginada, uma nação⁸. Assim, entendemos que, tomar os trabalhos do *establishment* como voltados para a constituição de um campo historiográfico no Brasil oitocentista é adotar uma visão restrita tanto dos objetivos a que se propunha a criação do IHGB como dos usos que

⁵Cf. HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.; e GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5 - 27. 1988.

⁶Cf. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. In: _____ (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.p. 68-85. Ver também TODOROV, Tzvetan. *Abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

⁷SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? In: _____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.p.60.

⁸Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

haveriam de ser realizados pelo conhecimento histórico. Para isso nos chama a atenção Lilia Moritz Schwarcz, informando-nos que,

a idéia de elaborar um grande projeto de construção da história do país proposta pelos institutos históricos em meados do século XIX, mais do que um ato distante e separado da dinâmica imediata, parecia estar associado a uma perspectiva nacional em construção. Escrever a história era, sobretudo, um ato de recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Era essa a meta grandiosa que se expunha aos institutos históricos nacionais a partir dos anos 30 do século passado⁹.

Ainda que nossas reflexões apontem no sentido de dar a ver a produção historiográfica oitocentista, como escrita engajada ao projeto de criação da nação, entendemos, seja vedada, diante da análise a que nos propusemos a desenvolver acerca da referida produção, a relativização da importância desta História institucionalmente materializada, pois realizamos nossas reflexões cientes das relações, do campo em meio ao qual era constituído o campo historiográfico no Brasil oitocentista. Buscamos analisar, portanto, a constituição de um campo circunscrito, tanto a uma temporalidade, bem como a um projeto de Estado que era delineado no Brasil Imperial. Objetivamos então, a realização de uma abordagem que busca a análise, tanto de um campo historiográfico no Brasil oitocentista, bem como a ideia de nação e da instituição do sentimento capaz de contribuir para a sua realização.

Campo do conhecimento, sentimento e projeto de Estado, desenvolvidos em meio a um rizoma, ao qual Gilles Deleuze refere-se como

um caso de sistema aberto. [...] Um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências. Mas, por um lado, os conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e nisso há tanta criação e invenção quanto na arte ou na ciência. Criar novos conceitos que tenham uma necessidade foi essa a tarefa da filosofia. É que, por outro lado, os conceitos não são generalidades à moda de época. Ao contrário, são singularidades que reagem sobre os fluxos de pensamento ordinários [...]. É justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos¹⁰.

⁹SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. p.67.

¹⁰DELEUZE, Gilles. De o Anti-Édipo a Mille Plateux. In: _____. *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006, p.45. Ver também DELEUZE, Gilles; FELIX, Guattari. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

Supomos, então, a partir das reflexões de Deleuze e Guattari, que a produção historiográfica oitocentista, apresenta-se de forma rizomática. Entendemos não se tratar, definitivamente, de uma produção historiográfica “pura”, respeitando gregos e bárbaros, conforme sugeriu Heródoto, e a qual nos referimos nas primeiras linhas das reflexões aqui apresentadas. Mas de uma produção historiográfica perpassada, entrelaçada, aberta e fechada a inúmeras ressonâncias que atribuem características próprias à produção do conhecimento histórico coevo; dentre as quais, as memórias haviam de ser coagidas às fontes, o projeto de construção nacional, o historicismo, romantismo, o indianismo, o projeto civilizador. Desejos e necessidades do presente para o presente e para o futuro, que acabam por orientar o agenciamento do pretérito no presente. A formação do campo historiográfico, a produção historiográfica propriamente dita, constituem-se, portanto, em rizoma, e para pensarmos esta formação de forma rizomática no Brasil oitocentista, pensamos apresentar-se de forma emblemática, a figura da “grama”. Onde inicia a grama? Onde ela termina? Com o quê ela se entrelaça? Parafraseando as questões caras aos botânicos e trazendo-as para nosso *metier*, pergunta-se onde inicia a memória? Onde termina a História? Como elas se entrelaçam? Relações que entendemos estabelecerem-se *ad infinitum*, e que tendem a turvar o olhar (do) que pretende instituir onde se estabelecem os fins, os inícios; seja da grama, seja da memória individual, da memória coletiva, seja da História, seja da Memória em devir História, em cujo meio se desenvolveu a produção historiográfica oitocentista. Reflexões que nos apropriamos, portanto, no intuito de melhor entender, bem como dar a ver, fazer refletir, o que faz com que a *História Geral do Brasil* tenha se edificado pela relação saber-poder, e tenha sido, conforme ponderamos em trabalho anterior¹¹, tomada modelo historiográfico colocado em órbita pelo IHGB ao longo do processo de construção nacional consoante às necessidades e conveniências de seus associados. Não se tratava, portanto, de iniciar a escrita de uma História do Brasil, mas sim, escrever uma narrativa que viesse a ocupar um determinado lugar numa dada relação, daí, entendermos, sua “colocação em órbita”, o que para Deleuze

o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes - surf, windsurf, asa delta - são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida,

¹¹TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. *O discurso Colocado em órbita*: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil. 2005. 214 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, chegar entre em vez de ser origem de um esforço¹².

Refletindo a partir das ponderações do filósofo, observamos não se tratar do fato de Francisco Adolfo de Varnhagen ser o historiador do Império, nem mesmo de Varnhagen ser o início da produção historiográfica no Brasil, ou mesmo, conforme aponta José Carlos Reis em referência a Varnhagen, como o pai da historiografia brasileira, o Heródoto brasileiro¹³, haja vista, a produção historiográfica, fosse na América portuguesa, ou mesmo no Brasil Imperial, apresentar-se preexistente tanto aos trabalhos do Instituto como à obra varnhageniana. Trata-se de entender a *História Geral do Brasil* como obra que pretendeu suprimir uma lacuna dentro do projeto de criação da nação brasileira, e, posteriormente, colocou-se como que um anteparo aos ataques dos Republicanos em sua hostilidade à monarquia bragantina. A *História Geral do Brasil*, ainda que tenhamos em vista sua fria acolhida no *establishment*, faz-se aceitar pelo movimento, fosse pelos procedimentos sobre os quais ela é materializada, fosse pelo local social da fala de seu autor; mas faz-se aceita, menos do que esperou (desejou) Francisco Adolfo de Varnhagen.

Pensar a escrita da História de forma ideal, conforme propôs Ranke, remete-nos à ideia de mapa, categoria analítica também analisada por Deleuze e Guattari, os quais se referem ao mapa como

aberto, [...] conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo na parede, concebê-lo como obra de arte, constituí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas¹⁴.

Seguindo as reflexões dos autores, observamos que o mapa é flexível, aberto às mais diversas possibilidades de (re) configurações. Pensando a produção historiográfica, tendo por referência as ponderações dos filósofos, inferimos ser

¹²DELEUZE, Gilles. *Conversações:1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, p.151.

¹³REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

¹⁴DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: op. cit.* p.22.

possível abordar, adentrar, criar e inventar o passado, acessá-lo por múltiplas entradas e saídas, comprovando a miríade de possibilidades para a (re) invenção do pretérito conforme apontam as ponderações de Durval Muniz Albuquerque Júnior¹⁵. Mas, o passado, em uma relação sincrônica, num rizoma, onde se imbricam a formação de uma ciência responsável pela invenção de um pretérito e que deve contribuir para a estabilização de um presente e realização de um futuro, num *labor* orientado pelas memórias e interesses contemporâneos de Estado, tem seus rastros coagidos às entradas, itinerários, memórias, saídas, enfim, ao que tomamos aqui, como categoria analítica, o decalque. Categoria esta, que segundo ponderam Deleuze e Guattari, coloca-se em oposição ao mapa, apresentando-se, antes de tudo, como *uma foto, um rádio, que começaria por eleger ou isolar o que ele tem a intenção de reproduzir, com a ajuda de meios artificiais, com a ajuda de colorantes ou outros procedimentos de coação*¹⁶. Ponderações instigantes a partir das quais, sentimos ser imprescindível a proposição de um questionamento acerca de nossa própria arte: Que é a produção do conhecimento histórico, senão o isolamento, a seleção e reprodução artificial de eventos ocorridos numa temporalidade escoada, anterior e exterior à do estudioso, uma representação sobre o pretérito? Conhecimento (re) inventado a partir de procedimentos e memórias sincrônicas, culturalmente instituídas, pelo qual são salvos da voragem dos tempos feitos e indivíduos selecionados, pinçados pelas memórias também, por sua vez, cultural e institucionalmente constituídas. Pensamos que a questão lançada justifique nossa opção por utilizar ao longo de nossas ponderações, a categoria analítica proposta por Deleuze e Guattari, o Decalque.

Daí supormos a adequação do conceito decalque, proposto pelos referidos filósofos para pensarmos os agenciamentos aos quais havia de se submeter à produção historiográfica imbricada aos projetos de invenção das comunidades imaginadas referidas por Benedict Anderson. Essas são práticas que nos permitem inferir que o Instituto não produziu uma história, mas sim uma memória em devir história. Referência esta, possível quando em observância ao crivo das memórias e a ordem discursiva que eram delineadas ao longo dos

¹⁵Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.

¹⁶Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34,1995, Vol.1.p.23.

trabalhos do Instituto, e que viriam a ser materializados em grande parte, conforme apontam nossas investigações, na década de 1850, sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen, em consonância, portanto, aos desejos que se estabeleciam para com uma História do Brasil¹⁷, na qual entendemos inserir-se num movimento fundacionista, e agenciadas, portanto, em consonância aos projetos de invenção das nações. Narrativas que pensamos, estivessem, para além e aquém do passado; daí optarmos pela categoria analítica proposta por Deleuze: os intercessores; conceito este que justificaremos nossa opção em utilizá-lo.

Entendemos que a ideia conceito, de identidade, não seja apropriada para pensarmos a produção historiográfica empreendida pelo IHGB ou pelos Estados que levaram a cabo os projetos de *invenção das nações*, haja vista a ideia de identidade remeter a realismo, uma similaridade do representado e da representação. A produção historiográfica imbricada aos projetos de construção nacional impunham-se procedimentos — objetivados por Michel Foucault como os de interdição¹⁸. Temos, então, que a ideia de intercessores apresente-se mais adequada no que diz respeito à fabulação do que se deseja (va) ser: a manipulação, a invenção de uma representação de si. Assim, refere-se Gilles Deleuze aos intercessores

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas — para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas — mas também coisas, plantas e até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série [...], se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. [...] Eu preciso de meus intercessores para me exprimir¹⁹.

Em se tratando de procedimentos de seleção que constituem o ofício do historiador, entendemos as palavras de Deleuze, coadjuvadas às de Pierre Nora, de extrema pertinência para o desenvolvimento de nossas ponderações. Ora, o lembrar implica paradoxal e necessariamente o esquecer, apresentando-se, desta forma, o

¹⁷A Historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães não utiliza o termo *devir*; mas aponta que tenha o IHGB produzido uma memória cujos preceitos são materializados na obra varnhageniana. Cf. ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Op. Cit.* Ainda utilizando das palavras de Lucia Guimarães, apresentada em sua tese publicada na RIHGB, informa a historiadora, que os trabalhos do IHGB e sua produção foram *direcionados pela memória, os idealizadores da Academia não se preocuparam da História. Embora o valor a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica em dias de festa. O levantamento minucioso da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (...) permitir a salientar o descompasso, entre o pretense discurso sobre a História e a sua escrita efetiva, ou seja, a sua prática*. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, T. 156 (388), jul-set. 1995.

¹⁸FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

¹⁹DELEUZE, Gilles. *Conversações: Op. cit.* p.156.

pretérito dado a ler em seus rastros, suscetível ao seu enquadramento nos mais diversos decalques, formatações, enquadramento às ordens discursivas, às utilizações e manipulações. Januário da Cunha Barboza, Raymundo José da Cunha Mattos, Carl Friedrich Phillip von Martius, o IHGB, a Academia Imperial de Belas Artes, Francisco Adolfo de Varnhagen, sua *História Geral do Brasil*, Joaquim Manoel de Macedo, suas *Lições de História do Brasil*, o Imperial Colégio Pedro II. Indivíduos, instituições e elementos que se somam e se relacionam, conforme aponta Arno Wehling, numa política de memória nacional para construção da nação brasileira, o que, no entender deste autor, desenvolve-se em três níveis, sendo o

mais espontâneo, mas ainda profundamente relacionado ao *establishment* regressista, [...] o plano literário, com a busca da identidade nacional através do Romantismo, de Domingos de Magalhaes a Gonçalves Dias e José de Alencar. Os demais dependeram da ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que, nas suas respectivas esferas, deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública no país, conforme afirmado nos documentos que as instituíram; e o estímulo oficial à criação, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas claramente enunciadas²⁰.

Elementos estes, que constituem, então, conforme apontam nossas análises, uma cadeia de intercessores que fabulam, imaginam, tentam construir, representar o Brasil, os Brasileiros, o pretérito do Brasil segundo o rizoma estabelecido nos bastidores da produção historiográfica brasileira, isto é, no IHGB. Agenciamentos maquínicos do pretérito, no presente, que haviam de atuar como máquinas de Estado, na realização de um futuro. Daí, referirmos ao pragmatismo em torno do qual se desenvolviam as discussões acerca da produção historiográfica no Brasil oitocentista, antes como que o agenciamento um dispositivo em devir Máquina de Estado; em detrimento de apenas um livro, mais uma história pátria. Sobre as Máquinas de Guerra, assim nos informam Deleuze e Guattari:

Seria preciso tomar um exemplo limitado, comparar a máquina de guerra ao aparelho de Estado segundo a teoria dos jogos, seja o Xadrez e o Go, do ponto de vista das peças, das relações entre as peças e do espaço concernido. O xadrez é um jogo de Estado, ou de corte: o imperador da China o praticava. As peças do xadrez são codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. Elas são qualificadas, um cavaleiro é sempre um cavaleiro, o infante, um infante, o fuzileiro, um fuzileiro. Cada uma é como um sujeito de enunciado, dotado de um poder relativo; e esses poderes relativos combinam-se num sujeito de enunciação, o próprio jogador

²⁰WEHLING, Arno. Estado, História e Memória. *op.cit.*, p.34.

de xadrez ou a forma de interioridade do jogo. Os peões do go, ao contrário, são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa: 'Ele' avança, pode ser um homem, uma mulher, uma pulga ou um elefante. Os peões do go são os elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém, apenas de situação²¹.

Ainda sobre a Máquina de Estado, assim ponderam Guattari e Rolnik,

as máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem [...] um *phylum* comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. [...] No sentido lato (isto é, não só as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina etc. O desejo é maquínico porque ele produz, é criativo, agencia elementos²².

Os agenciamentos maquínicos do passado para o presente e para o futuro não haveriam somente de narrar uma temporalidade anterior e exterior ao ato da escrita, mas cumprir uma função intrínseca ao seu agenciamento: somar-se aos esforços de construção da nação. Entendemos, não fosse o desejo maquínico que engendrava os trabalhos do *establishment*, o desejo de criar um futuro, contribuir para a sua realização, o que implicava a (re) criação de um passado e de um presente, fosse na produção historiográfica, fosse nos discursos dos intercessores imperiais que ajudavam a delinear o que (não) haveria de ser uma história do Brasil, bem como o que se desejava que fosse ou era o Brasil: uma nação. Este é o trabalho, a produção dos intercessores. Aspecto onde, as reflexões caras aos antropólogos, são seminais, ao nos informar que os homens criam sua própria realidade²³. Este é o papel dos intercessores.

O agenciamento maquínico do pretérito num livro haveria de constituir, portanto, uma narrativa em Máquina de Estado, potencialmente capaz de cooptar, de civilizar, de contribuir para a realização de uma nação brasileira, instituir o sentimento de pertença a uma comunidade. Tal Máquina de Estado constitui-se dentro de uma relação, havendo de funcionar junto ao projeto de construção nacional pela cooptação de regiões, práticas e indivíduos ao processo de construção nacional. Cooptando as máquinas de guerra que estivessem em oposição ou ainda

²¹Cf. DELEUZE, Gilles. ; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 5 Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, p.13.

²²Cf. GUATTARI, E ; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.p.320.

²³Cf. WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

se apresentassem como óbices ao projeto de construção nacional e à institucionalização do nacionalismo entre aqueles povos que se desejavam fossem brasileiros.

Para a realização dos objetivos propostos, a presente pesquisa — a reflexão sobre a arquitetura que orienta o agenciamento da História Geral do Brasil, e a compreensão do seu fazer como um modelo historiográfico do oitocentos — tanto no que diz respeito aos procedimentos de validação discursiva, como nas intenções de Varnhagen em produzir uma obra capaz de contribuir para a realização de uma nação brasileira, analisamos as *Revistas do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (RIHGB), publicadas no ínterim compreendido de 1839 e 1858, juntamente com a primeira edição da *História Geral do Brazil*²⁴, materializada sob a pena de Varnhagen e sua correspondência ativa organizada por Clado Ribeiro de Lessa (1961)²⁵; bem como ideias apresentadas por Francisco Adolfo em *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850)²⁶.

Impusemos ao periódico trimestral do IHGB, o referido recorte temporal por entendermos que foi no início dos trabalhos da Casa, em 1839, que se iniciaram as discussões referentes, conforme já se antes ao que não haveria de ser uma história do Brasil, do que discussões orientadoras do que esta haveria de ser, até o ano de 1857, o que entendemos apresentar-se como que o fechamento de um ciclo na produção historiográfica imperial, pois data da materialização do segundo tomo da *História Geral do Brasil* em sua primeira edição. Delimitação temporal que não impediu que utilizássemos exemplares da *Revista* publicados posteriormente ao recorte temporal estabelecido, e que viessem a acrescentar bases para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas.

²⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil. Natural de Sorocaba. T. I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. E VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e DEDICADA A SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR D. PEDRO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. T. II. (com estampas).

²⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência activa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: Instituto nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1961.

²⁶VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

A RIHGB apresentou-se como fonte de suma importância para a realização de nossas ponderações, já que, no periódico são dados a ler os anseios dos fundadores da Casa da Memória para com uma História do Brasil²⁷. Tais desejos e expectativas foram passíveis de ser perscrutados²⁸ em seus estatutos,

²⁷ Segundo apontou a leitura da Revista e das análises de Lucia Guimarães, faz-se necessária a pontuação da formação do quadro de associados do Instituto, o qual não se apresentou como imutável ao longo do período estudado pela autora (1839-1889), ponderação a partir de que, infere-se que tais desejos e expectativas para com uma narrativa histórica nacional, também sejam adequados ao presente do Instituto. Daí a necessidade de utilizarmos conceitos como espaço de experiência e horizonte de expectativa de forma pontuada. Analisando a formação do Instituto à época de sua fundação, constatamos, conforme salienta a autora, que boa parte dos 27 integrantes iniciais era de elementos ligados à política ou de funcionários públicos; tendo, portanto, relações intrínsecas com o Império do Brasil. Dentre os quais, “indivíduos que se deslocaram para o Brasil quando da transmigração da família real em 1808. [...] Eles participaram do processo da Independência e ocuparam cargos e funções de destaque durante o Primeiro Reinado, o que [...] se constitui num forte indicativo da homogeneidade cultural e ideológica dos primeiros associados ao IHGB. [...] Essas pessoas pertenciam, em tese, aos segmentos mais abastados da população do Império”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, T.156 (388), jul.-set. 1995.p.473. Ainda pensando com Lucia Guimarães, entendemos ser imprescindível chamar a atenção para a composição do quadro de associados ao Instituto: parte dos seus fundadores eram integrantes da republicana *Sociedade Defensora*, a qual chegou a ser considerada por Lúcia Guimarães como um Estado dentro do Estado; o que de certa forma acaba por romper com a ideia de homogeneidade de formação, ideários e opções políticas dos fundadores do IHGB. Ressaltemos que, apesar da existência da referida heterogeneidade dos fundadores, a historiadora corrobora as palavras de José Murilo de Carvalho, para quem tais elementos tiveram uma formação semelhante, mas, para além de tais semelhanças ou diferenças de formação e atuação, vivenciaram experiências semelhantes, não divergindo consideravelmente em seu horizonte de expectativas. Defende então Lúcia Guimarães que, ainda que os posicionamentos dos fundadores, quer fossem políticos, ideários, ou opções historiográficas, suas afinidades e a manutenção da ordem social serviam como ponto de convergência, fazendo com que os mesmos se unissem em torno do projeto de unidade nacional. Haja vista estarem tais elementos em pontos-chave da representação do Estado Imperial, conforme aponta a historiadora em entrevista a Valdeci Araujo. ARAÚJO, Valdeci. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães.op. cit. Conforme aponta ainda a autora, a realidade da composição dos quadros do Instituto à época do Segundo Reinado é muito diversa da dos fundadores, pois, conforme se refere, na segunda metade do século XIX, havia crescido consideravelmente o número de integrantes do Instituto que possuíam nível superior de escolaridade; notadamente quando do fim da Monarquia, quando “tomando-se por amostragem os quadros do IHGB, já era patente que, ao final do Segundo Reinado, os grandes celeiros de formação da elite letrada do Brasil haviam se deslocado da Europa para o lado de cá do Atlântico. No que tange às opções de carreira, no entanto, não são apresentadas novidades” Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. op.cit. .p.478-494* . Em se tratando das convergências dos associados, são profícuas as palavras de Arno WEHLING (op.cit.), para o qual “o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do *Instituto Histórico*, dando coerência interna ao discurso dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo”. WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória. op. cit. p.35*.

²⁸ Ainda que nosso entendimento seja o de que a criação do IHGB se insere num rol de iniciativas em nome da instituição da nação brasileira, é possível observar que o campo da história e o “como fazer” apresentam-se extremamente mal delimitados. A leitura da RIHGB apresenta a diversidade de temáticas, programas históricos e a falta de delimitação do campo “historiográfico”, conforme aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães. “No seu conjunto, os programas históricos, apesar da denominação, abordavam temáticas bastante diversificadas. Isto é, nem sempre tangenciavam os domínios de Clio, a exemplo de uma dissertação da pena do botânico Freire Allemão, *Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?* lido perante D. Pedro II pelo conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes. Já Guilherme Schüch Capanema discorrerá minuciosamente acerca da questão sobre *Quais as tradições ou vestígios geológicos que nos levam a ter certeza de ter havido terremotos no*

nos *extractos* de suas sessões ordinárias e aniversárias, nas correspondências lidas em tais sessões e, ainda, nos relatórios e discursos proferidos em suas sessões públicas, as quais realizadas, via de regra, em dezembro de cada ano. Pensamos ser imprescindível, para que não sejamos levados pelo “canto da sereia”, atentar para o que aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães, em entrevista, ao ponderar sobre os escritos apresentados na RIHGB. Informa-nos Lucia Guimarães, haver entre os diversos matizes de concepções e entendimentos do que haveria de (não) ser uma História do Brasil entre os associados, visto que as visões que se tinha da história não eram únicas. Isso é perceptível nas atas onde são materializadas elementos das discussões desenvolvidas na Casa; e, é nestas atas onde notamos que a discussão era patente, embora o que [fosse] publicado na revista transmitisse falsa ideia de consenso²⁹. Tomados os devidos cuidados, entende-se ser possível tomar tais discussões como que um decalque orientador da escrita de uma História do Brasil, o que viera a ser apresentado na monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, materializada sob a pena de Carl Friedich Philipp von Martius³⁰.

Para a comprovação de nossas hipóteses iniciais de trabalho, tivemos como base, o profícuo pensamento de Deleuze e Guattari, coadjuvado pelo de Michel Foucault³¹, com seu *A ordem do discurso*. O diálogo entre esses autores possibilitou analisar as discussões sobre a invenção de um pretérito, no que tange o projeto que havia de contribuir à criação da nação, conforme nos propusemo a realizar neste trabalho, de maneira pormenorizada³². Projeto este, que se observa, impor à produção historiográfica um decalque do que deveria ser dito, lembrado, homenageado, silenciado, influenciando, assim, diretamente, o estilo que havia de

Brasil? Enquanto que Gonçalves Dias fora encarregado de discutir *Se existiram amazonas no Brasil...*. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *op.cit.* p.568.

²⁹ ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *op.cit.*

³⁰ Von Martius, Carl Friedich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil*. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n. 24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845. pp.381-403.

³¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

³² Lucia Maria Paschoal Guimaraes, após refletir sobre a constituição do quadro de associados ao IHGB, constatando que boa parte dos mesmos era de homens públicos, chama a atenção para que, “conhecidas as origens e reveladas as vinculações partidárias, [vejamos] que é inadmissível aceitar certas visões românticas segundo as quais os fundadores do Instituto se reuniram motivados exclusivamente pelo amor às letras, ou porque estivessem sofrendo da ‘saturação do monopólio que a vida política vinha exercendo sobre suas vidas’. Longe disso. Na verdade, esses personagens começaram a se aproximar durante a gestão do Terceiro Gabinete da Regência, quando Aureliano de Sousa Coutinho, Araujo Vianna e Bento da Silva Lisboa foram companheiros, na formação do ministério” GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *op. cit.* p. 481.

seguir o historiador do Brasil; elemento para o qual já chamara a atenção von Martius em sua monografia, ao informar que uma História *philosophica* do Brasil havia de satisfazer não somente a inteligência mas também o coração, conforme teremos a oportunidade de analisar de forma pormenorizada em momento oportuno. Apontamento este que defendemos constituir-se como elemento de monta para que possamos compreender a colocação em órbita da *História Geral do Brasil*, obra que nossas pesquisas indicaram ter sido agenciada, no sentido de tocar, o leitor, satisfazer, mover o coração, conforme havia proposto von Martius.

Estas são indagações que se deseja desenvolver no primeiro capítulo deste trabalho, onde apresentaremos ao leitor, um levantamento acerca do papel que deveria ser desempenhado pela narrativa histórica no projeto de fabricação da nação brasileira, o que nos foi dado a ler na Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Dando continuidade, reputa-se como imprescindível, com vistas à fundamentação de nossas hipóteses de trabalho, a pontuação dos anseios e interdições postas à produção historiográfica, concomitantes ao desenvolvimento dos trabalhos realizados na *Casa da Memória Nacional*.

Encerrando, realizamos uma análise referente ao decalque orientador da incipiente produção historiográfica que havia de ser seguido por aquele que se propusesse, ou atrevesse, escrever uma História do Brasil. Para tanto, julgou-se de fulcral importância a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, apresentada em concurso por Martius³³.

Ao longo da segunda etapa do desenvolvimento de nossas reflexões, analisamos os dois elementos tratados anteriormente em nosso trabalho, entendidos aqui, tais elementos, como de fundamental importância para a realização dos propósitos dos envolvidos no projeto de construção nacional. São eles: o tratamento que havia de ser dado à diversidade de experiências das partes constitutivas do Império do Brasil, e o estilo que havia de ser seguido pelo “historiador philosophico” do Brasil; elementos que, haviam teoricamente de credenciar uma História do Brasil a sobrepor-se às demais, e, num segundo momento, tivessem potencial para que fosse disseminada pelo Império no intuito de contribuir para a instituição do sentimento de pertença e conseqüentemente, respaldasse a construção da nação brasileira.

³³Von Martius, Carl Friedrich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil*. p.381-403.

Daí acreditarmos que os integrantes do IHGB pensassem a escrita de uma história capaz de formatar o leitor no ato de sua leitura³⁴, o que nos leva a vislumbrar uma aproximação da referida produção historiográfica dos manuais que se inscrevem no processo chamado por Norbert Elias de “Processo Civilizador”³⁵, o qual também era o de formação das nações³⁶. Para tanto, apresentamos um esboço referente às circunstâncias em que foi realizada a obra de fabricação do Estado Brasil, assim como dos óbices à constituição da nação brasileira.

No terceiro capítulo, objetivando melhor compreender a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, realizamos um estudo acerca de sua formação, trajetória e experiências, no sentido de viabilizar um melhor entendimento de suas opiniões e opções, bem como de sua sensibilidade; traços do si impressos em sua correspondência, em seus estudos literários, seja em sua produção historiográfica, em sua escrita, de forma geral, fosse pública e ou privada. Tais análises

³⁴ Conforme aponta Afonso Marques Costa Santos, assim como a produção historiográfica, a produção artística levada a cabo institucionalmente pela Academia Imperial de Belas Artes inseria-se no mesmo processo de elevação moral e exaltação patriótica. Segundo o autor, “a ‘terra clássica’, o lugar da luz originária também habitaria o imaginário dos intelectuais e artistas nos trópicos identificados com o projeto civilizatório em curso, onde deveriam triunfar as virtudes morais e cívicas, ou, ainda, o tema da virtude [que] deveria, portanto, conduzir a uma criação artística voltada para a exaltação do patriotismo e da moral – dimensões caras à geração coeva da formação do Estado nacional no Brasil”. SANTOS, Afonso Marques dos. *A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império*. In: _____. *A invenção do Brasil: op.cit.* p.42 e 44.

³⁵ Elias aponta que o referido “Processo Civilizador” envolvia uma série de dispositivos objetivando “a moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes [...] distintos aspectos da mesma transformação de conduta que, necessariamente, ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. V.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.p.198.

³⁶ Vale ressaltar que este próprio “processo civilizador” não era referente apenas ao que diz respeito ao desenvolvimento das “boas maneiras”, mas também de uma moral e uma ética, pois, conforme aponta Maria Cecília Pilla, “a história das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social. Essa história envolve não somente a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros” Cf. PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Manuais de civilidade, modelos de civilização. História em Revista*, Pelotas, v.2, dez.2003. p.105. É oportuno lembrar que a própria capacidade de narrar o fazer e o escrever a História insere o praticante numa tradição de civilização e progresso. “Subjacente ao sentimento, a ideia de que a história, tal qual a conheciam e a conhecemos, é a história do mundo ocidental, portador de um conjunto de características e valores a que se atribuiu o nome de ‘civilização’, conceito simultaneamente incluyente e excluyente. Desta forma, estar ou sentir-se fora dela, à margem, num mundo visto e representado como não-civilizado, significaria estar fora da história e do que mereceria registro para a posteridade; convicção que conferiu sentido a todo o esforço de civilização realizado pelos brasileiros, especialmente ao longo do século XIX, quando do momento de constituição e construção da nação e da sua história”. Cf. NAXARA, Marcia. *Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX*. In: _____.; BRESCIANI, Stella. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.432.

possibilitaram romper com uma imagem pré-concebida tanto da obra varnhageniana, como do seu autor; bem como nos possibilitaram um mapeamento dos anseios e desejos de Varnhagen. Tais indagações foram desenvolvidas no sentimento de encontrar uma lógica subjacente ao agenciamento maquínico do pretérito sob a pena varnhageniana, através da qual, pela qual seja possível, uma melhor compreensão do que representou a história varnhageniana. Daí acreditarmos, ser possível o desenvolvimento de uma melhor compreensão da materialização de seu intercessor, assim como do Varnhagen autor de *História Geral do Brasil*. Para tanto, utilizamos por fontes sua correspondência ativa sistematizada por Clado Ribeiro de Lessa, bem como as apresentadas no *Anuário do Museu Imperial*³⁷, além de estudos sobre sua vida e obra.

Nossa análise aqui está desenvolvida em torno das reflexões de Sandra Jatahy Pesavento, para quem,

as sensibilidades, esta aventura da individualidade, [...] se encontra[m] no centro das ambições da história cultural. Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o *crème de la crème* da história. Eis o grande desafio, se poderia dizer, para esta corrente historiográfica que trabalha com as representações que os homens, através do tempo, construíram sobre si próprios e o mundo e que são, por vezes, difíceis de ser abordadas ou mensuradas³⁸.

Correspondência que se apresenta, quando analisada a partir das ponderações de Pesavento, como fonte privilegiada para que possamos compreender os anseios e desejos de Varnhagen, suas relações com Pedro II e suas opiniões; fonte, portanto, extremamente rica para o estudo de nosso autor, bem como daquilo que o sensibilizava, o tocava.

Sobre a utilização da correspondência como fonte histórica, consideramos fundamentais as reflexões apresentadas na obra organizada por Angela de Castro Gomes³⁹ acerca da utilização de missivas para a escrita da História. Mas temos aqui um problema, para o que nos chama a atenção Temístocles Cezar ao nos advertir sobre a escrita varnhageniana que

³⁷ *Anuário do Museu Imperial*. Ministério da Educação e Saúde, Petrópolis, p. 157-236.

³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007. p.10.

³⁹ GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

talvez não seja exagero dizer que boa parte do que sabemos sobre Varnhagen, a partir de seus escritos, é um pouco o que ele queria que nós soubéssemos a seu respeito. Ele preocupava-se com sua vida e com sua posteridade⁴⁰.

No quarto capítulo, tivemos por objetivo o refletir sobre o agenciamento da narrativa apresentada por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*. Nossas análises foram realizadas no sentido de pensar a arquitetura narrativa da obra materializada pelo futuro Visconde de Porto Seguro; como elemento constitutivo a partir do qual o autor pretende potencializar a capacidade de tocar a sensibilidade do receptor de sua *História Geral* quando em contato com a mesma, e desta forma, esta pudesse ser somada ao projeto de construção nacional. Esse elemento possibilitou-nos vislumbrar a potencialidade de tal na narrativa no processo de civilização e constituição de uma nação brasileira.

Conforme apontaram nossas investigações, tomar a *História Geral do Brasil* como História cooptada, tornada oficial pelo *establishment*, por ser possuidora de qualidades como: ser documentada e completa, conforme aponta José Carlos Reis⁴¹, não responde de maneira satisfatória à primazia da História proposta pelo historiador sorocabano; até mesmo porque, a *História Geral* não tivera a calorosa recepção da qual jugava ser digna seu autor.

Ora, no estudo tanto da RIHGB quanto da história de nossa história, observamos, a existência de obras como a de Robert Southey⁴² ou ainda a de John Armitage⁴³, obras escritas, mas não agenciadas maquinicamente, em consonância ao decalque discursivo que era constituída ou dentro da verdade, em consonância ao método que se desenvolvia e havia de ser seguido pelos narradores do pretérito e arquitetos do futuro.

Objetiva-se, desta forma, frente às inquietações suscitadas, saber o que faz com que a *Historia Geral do Brasil* tenha sido tornada modelo da historiografia

⁴⁰CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topo I*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p.160.

⁴¹REIS, José Carlos. Ano 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁴²SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, 1810.

⁴³ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

oitocentista, versando sobre o pretérito do país⁴⁴. Para tanto, desenvolve-se o exercício a que se refere Manoel Salgado Guimarães⁴⁵, para quem a História se define como

uma operação intelectual, um exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares e trazendo para o mundo dos homens aqueles objetos sacralizados, sejam eles os atores do passado, os eventos fundadores ou as formas narrativas elaboradas a partir das experiências do passado⁴⁶.

É através desta análise que se deseja apresentar ao leitor que a referência a *Historia Geral do Brasil* está para além de explicações como: a mais documentada e completa produzida no Brasil do século XIX⁴⁷, ou ainda o fato dela ter sido materializada sob a pena de um dos integrantes mais proeminentes da comunidade de imaginação congregada no IHGB.

Entendemos que tais ponderações são insuficientes para compreender os motivos pelos quais a obra agenciada por Varnhagen tenha sido a narrativa colocada em órbita pelo *establishment*. Entende-se que para se fazer aceitar pelo processo civilizador bastava estar, conforme se refere Foucault⁴⁸, dentro da verdade.

Que devemos, então, levar em consideração para vislumbrar a primazia da obra agenciada pelo autor?

Segundo apontam nossas análises, constatamos que o ato da escrita da História, para além da atividade através da qual se outorga(va) a imortalidade aos dignos de estar para além da ação dos tempos, haveria de influenciar de forma ativa

⁴⁴ Salientamos que História Geral do Brasil, conforme aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães, teve fria acolhida no Instituto. Mas entendemos que a obra de Varnhagen tenha se colocado como modelo de escrita da História no Brasil do século XIX, caso não o fosse, entendemos que Joaquim Manoel de Macedo não teria se utilizado dos “quadros de ferro da historiografia nacional” para a materialização de suas *Lições de História do Brasil*, compêndio adotado e indicado para o ensino das letras históricas. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção *op.cit.*; GASPARELO, Arlette Medeiros *A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2001.; TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império Brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p. 1 - 10 mar. 2005.*

⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.p.10.

⁴⁶ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.p.10.

⁴⁷ REIS, José Carlos. Ano 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. op. cit.*

na realização de uma presente e de um futuro. Ora, a produção historiográfica relacionada ao IHGB, dava-se em meio a um projeto de construção nacional.

Com vistas, então, a equacionar as questões tratadas no quarto capítulo, propusemo-nos a desenvolver uma análise apoiada nas propostas de Sandra Jatahy Pesavento⁴⁹ acerca das imbricações entre a escrita da História e as sensibilidades. Tais leituras apresentaram-se profícuas por terem ajudado a embasar aquilo que, num primeiro momento, constituía-se como hipótese de pesquisa, já que, até então, não se tinham sistematizado estudos refletindo sobre a questão das sensibilidades na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen; excetuando-se o trabalho de Temístocles Cezar, que aponta algumas reflexões referentes ao “micróbio literário” existente na obra varnhageniana⁵⁰.

Tais estudos possibilitaram detectar, de forma detalhada, as intenções do tido por “Heródoto brasileiro”⁵¹, ao agenciar sua narrativa: não apenas informar sobre o pretérito, mas apresentar práticas úteis ao engrandecimento do Estado, à formação da nação, à inoculação de sentimentos e sensações, dentre os quais o sentimento de pertença à comunidade nacional. É então a partir de tais indagações que se apresentam como que orientadoras, que se pretendeu desenvolver o presente trabalho de pesquisa.

⁴⁹ Elencamos ainda como de fundamental importância para o desenvolvimento de nossas indagações, obras como a de NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento. op.cit.*, NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

⁵⁰ CEZAR, Temístocles. O micróbio literário: a questão do estilo na obra de Varnhagen. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa - PB. História, acontecimento e narrativa. Caderno de programação e resumos, 2003. p. 86-86.

⁵¹ REIS, José Carlos. Ano 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. *op.cit*

CAPÍTULO I

PROFANAÇÃO

1.1 O Agenciamento do Passado: História, Memória e Devires

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem,
o mais espetacular, sem dúvida é, o livro.
Os demais são extensões de seu próprio corpo.
O microscópio, o telescópio,
são extensões de sua vista;
o telefone é a extensão de sua voz;
em seguida, temos o arado e a espada,
extensões de seu braço.
O livro, porém, é outra coisa:
o livro
é uma extensão da memória
e da imaginação.

(Jorge Luís Borges, *Cinco Visões Pessoais*)

As palavras de Borges são seminais para o desenvolvimento das reflexões que se pretendeu apresentar ao longo deste trabalho, devido ao fato delas fazerem alusão ao devir extensão do livro. Entendemos, contudo, que a referência a tal extensão não esgota outras possibilidades de análise.

Atentando para os trabalhos realizados pelo IHGB, notadamente, ao *Artigo 1º*, que havia de orientar as atividades do Instituto, evidencia-se que um de seus objetivos era a disseminação tanto da história como da geografia pátria, tão logo seus cofres pudessem cobrir o ônus desta empreitada, conforme nos é dado a ler nos Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro⁵². Nesta relação, o livro de História havia de se prestar a um devir veículo de disseminação da imaginação, da memória, vidas, vozes, visões e eventos capazes de contribuir para a construção e instituição do sentimento de pertença à comunidade nacional. O que entendemos apresentar-se como elemento fundante para viabilizar a existência da nação brasileira. Tarefa árdua que haveria de ser realizada pelo empenho e patriotismo dos associados sobre o que já tinha consciência Januário da Cunha Barboza, quando o Cônego informa-nos que,

⁵²Cf. Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 18-22.

esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior ás forças de um só homem, ainda o mais emprehendedor, tornar-se-há fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e, quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar um honroso successo á fundação do nosso Instituto Histórico e Geographico⁵³.

Entende-se, desta forma, que um livro de História agenciado em meio ao rizoma saber-poder, haveria de ultrapassar as extensões propostas por Borges, em consonância aos preceitos da historiografia oitocentista, os desejos e as necessidades do presente que se impunham aos ilustrados e ao Império. Pragmatismo este, que marcava tanto a narrativa realista quanto a ficcional, para o que chama a atenção Valter Sinder, ao ponderar que “tanto a literatura como a história eram consideradas como tendo a mesma função: narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de elevar o homem”⁵⁴. Ambas narrativas deveriam estar para além da atividade *mnemônica* e recreativa, respectivamente. Inseriam-se tais agenciamentos aos esforços desenvolvidos pelos Estados com vistas à invenção de dispositivos que corroborassem a formação das nações⁵⁵.

⁵³BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo secretário Perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839, p.12.

⁵⁴SINDER, Valter. *A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro*. *Estudos Históricos*. Vol.14, n.26, 2000.p.255

⁵⁵ Há uma longa discussão acerca de que teriam os Estados realizados trabalhos objetivando a construção das nações, bem como, autores em que a assertiva é vista em seu reverso, onde as nações teriam fundado os Estados. Segundo apontaram as investigações realizadas para a realização de nosso trabalho, entendemos que foram os Estados que se mobilizaram para a constituição das nações; e a produção historiográfica, a difusão de uma cultura, uma língua e uma literatura, foram elementos sobre os quais as entidades políticas apoiaram-se para a realização de seus objetivos. Cf. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Neste sentido, consideramos imprescindíveis as reflexões postas por Miroslav Hroch, para o qual *A relação entre estes dois processos decorre do fato de que a formação nacional não aconteceu como uma construção de comunidades “inventadas” na Europa, isto é, sem vínculos com desenvolvimentos prévios. Ao contrário, foi uma conseqüência de tendências anteriores no desenvolvimento de relações étnicas, políticas, econômicas, culturais e religiosas. Esses desenvolvimentos prévios não podem ser interpretados, num sentido teleológico, como predestinados, ou como preparação intencional para a criação das nações modernas. Contudo eles têm de ser vistos como pedras fundamentais, como “matéria prima” da formação nacional a ser usada na construção da história nacional. Se, da nossa perspectiva contemporânea, esse desenvolvimento medieval e moderno parece uma “pré-história” da formação das nações modernas, do ponto de vista dos agentes dos processos de formação nacional no século XIX, trata-se, ainda, de história recente*. HROCH, Miroslav. Reflexões sobre a história nacional. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v.4, n.6, jan./jun.2008. p.16. “Fertilidade” para a constituição das nações que entendemos colocarem-se em oposição ao caso do Brasil.

Frente às demandas postas pelo presente, os artesãos da imortalidade revisitaram o pretérito em seus rastros, no intuito de agenciá-lo consoante às necessidades de seu presente. Para o que aponta Fernando Catroga, refletindo sobre as narrativas fundacionistas. Segundo ele, essas narrativas fundacionais “determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onteicidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente”⁵⁶.

Prática que nos é dada a ler na RIHGB⁵⁷, onde vislumbramos que os trabalhos ali realizados, davam-se no sentido de oferecer, à época de seus fundadores, alicerces sobre os quais havia de se erigir a historiografia e funcionar esta, *em honra da pátria*,

Nem é de pequeno incentivo às fadigas dos membros d'esta litteraria Associação Brasileira a gloria que lhes resulta de trabalhar em honra da patria, fazendo-a conhecida das nações estrangeiras por memoraveis acontecimentos, hoje talvez ignorados, com desdouro dos que os praticaram em tempos bem difficultosos⁵⁸.

O pensar e materializar histórias não haveria de se constituir como tarefa fechada sobre si. Ora, conforme temos apontado, a narração do pretérito desenvolvia-se de foma rizomática. Era através da escrita da História que se haveria de contribuir para a invenção de uma imagem *policida* do Brasil, e, desta forma, contribuir com o projeto de construção nacional.

⁵⁶Cf. CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Lisboa: Quarteto Editora, 2001.p.22. Manoel Salgado Guimarães também reflete nesse mesmo sentido. Para ele, a “narrativa histórica [está] voltada para um controle, uma ordenação e uma domesticação de experiências vividas, que como tal são afetadas e movidas pelos sentimentos, afetos e paixões cuja natureza, muitas vezes, pode se mostrar disruptiva e mesmo desorganizados. O trabalho da narrativa é, por isso mesmo, o de ordenar, dar forma e tornar significativo um conjunto disperso de experiências e vivências segundo certos padrões e dispositivos capazes de serem apreendidos por uma comunidade de leitores/interpretes. Mas, ao fazê-lo, opera necessariamente a partir de um trabalho de domesticação desse passado segundo necessidades e demandas que não são evidentemente as do próprio passado” Cf. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Escrever a História, domesticar o passado*. In. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antonio Herculano ; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.72.

⁵⁷ Ainda que tenhamos realizados nossos estudos, privilegiando a produção historiográfica do IHGB, devemos ressaltar que a sua produção acerca da Geographia também tinha por objetivo a construção da nação, conforme aponta Temístocles Cezar... Cf. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173-208.

⁵⁸BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social pelo 1º Secretário Perpétuo o Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typografia de Joao Ignacio da Silva, T. IV, 1842.p.05

O que certamente não seria alcançado com imagens tidas por “desfiguradas”⁵⁹. Chama-se a atenção, para o desenvolvimento de procedimentos coercitivos do discurso ao longo dos trabalhos da *Casa da Memória Nacional*; procedimentos que se impõem às representações do Brasil, notadamente sob a forma escrita. É o que se observa em proposição de 06 de abril de 1839, instituindo que “se declare pelos jornaes que só se devem ter por authenticas as notícias e declarações que forem publicadas por ordem do Instituto e assignadas pelos Srs. Secretários”⁶⁰. Proposta aprovada.

Frente ao exposto, acreditamos ter evidenciado os procedimentos de interdição postos pelos ilustrados ao que era dito sobre o Brasil. Crivo para avaliações pelas quais haviam de ser julgados pertinentes ou não, fosse a publicação, o arquivamento e disseminação de notícias, impressões, memórias, indivíduos e eventos, como dignos ou indignos, adequados ou não, fosse para apresentar uma imagem do Brasil ou figurar nas páginas de uma História do Brasil. Obra que haveria de se apresentar, portanto, como elemento capaz de, conforme já se referia José Bonifácio, amalgamar os dispersos povos do Brasil e viabilizar a existência de um “brilhante futuro” para o Império: como nação.

É o que pensa também a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, pensando a produção historiográfica oitocentista numa perspectiva para além da realizada no Império Tropical. Para a autora, pensando em harmonia com Moses Finley, as memórias coletivas têm fundamental importância na coesão social de grupos. Diz ela que

Após a independência, os recém-criados Estados americanos depararam-se com a tarefa de construir uma memória nacional que unificasse as populações em torno de novas identidades históricas e culturais. A memória coletiva, importante elemento que dá coesão ao grupo social, é, segundo Finley, seletiva, construída e nunca determinada por fatores inconscientes.

⁵⁹ O discurso de Januário da Cunha Barbosa é muito significativo acerca das imagens desfiguradas do Brasil: *O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência. Ainda estão elles ao alcance das nossas vistas, porque appenas dezesseis annos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna historia, que accrescentou no Novo Mundo um esperançoso Império ao catálogo das nações construídas, e já muito se vão obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque tem sido escripto sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o character de um verdadeiro historiador.* Barbosa, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo secretario Perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, T,I,1839, p.10.

⁶⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, T. I, 1839, p.144.

Sua função é orientar o comportamento social e, nesse sentido, ela pode se tornar importante instrumento de poder e manipulação⁶¹.

Infere-se, desta forma, que as atividades desenvolvidas acerca da definição de bases para a escrita da História pátria não tinham em vista apenas o recordar, mas a invenção de um artefato capaz de cooptar o leitor ao processo de construção da nação brasileira. Daí acreditarmos que este agenciamento que se constituía ao longo dos trabalhos do Instituto, através das orientações acerca do que não haveria de (não) ser uma História do Brasil, tivessem por meta a invenção de uma Máquina de Estado com funções que se delineavam também ao longo dos trabalhos desenvolvidos no Instituto Histórico.

O significado da história como “biografia da nação” já havia sido discutido por Antonio Gramsci, que identificava este modo de escrever história ao nascimento do sentimento nacional, constituindo-se também num poderoso instrumento político para coordenar nas grandes massas os elementos que formam precisamente o sentimento nacional. [...] A história nacional, concebida consciente ou inconscientemente como “biografia da nação”, organizada numa coletânea de temas que atuam como elementos instituidores da própria nacionalidade, legitimando-a⁶².

Neste contexto de construção dos Estados-nacionais, o pensar e produzir a História fora tarefa encabeçada pelos dirigentes dos Estados; narrativas que, para além de dissipar a diversidade de experiências formativas, haviam de viabilizar a integração dos Estados como um todo⁶³; característica esta, cara à historiografia do século XIX, conforme reflete Temístocles Cezar ao informar que

fora a produção de narrativas integracionistas com a finalidade de convencer, persuadir os brasileiros ou ainda os povos que se desejava que

⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX.). In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.191. Sugerimos ainda para leitura sobre o conceito de *memória coletiva*, a obra homônima de HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2008. Sugerimos ainda a leitura de RICOEUR, Paul. *La Histoire, l'mémoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

⁶² SANTOS, Afonso Carlos Marques de. Memória, História, Nação: propondo questões. In.: - . *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.p.99.

⁶³ O fomento aos regionalismos, propiciado pela produção historiográfica, apresentou-se como um problema a ser equacionado frente às aspirações integracionistas dos dirigentes imperiais. Tal preocupação é explicitada, conforme teremos a possibilidade de analisar, na monografia apresentada por von Martius, em virtude de concurso proposto pelo IHGB, sobre a relação da produção historiográfica e os regionalismos. Para este aspecto, sugerimos a leitura de THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. *Histoire Locale et Régionale*. Paris: PUF, 1992. Assim, entendemos como profícuas as palavras de Ilmar Mattos sobre a produção historiográfica do oitocentos. Segundo informa Ilmar Mattos, o pensamento historiográfico apresentou-se como “um dos pilares de sustentação o exemplo do IHGB, sendo ilustrativo e, como decorrência, [...] instrumento dos grupos dominantes e dirigentes que tentavam destacar o geral (o nacional) e esmaecer o particular (a região)” MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 5.ed. São Paulo: Hucitec,2004.p.34.

assim o fosse, que compartilhavam um passado comum, assim, como a mesma identidade.⁶⁴

Mas, como uma narrativa histórica poderia, efetivamente, auxiliar na internalização e efetivação do sentimento de pertença às comunidades nacionais para realização das nações? Como haveria este corpo, o Estado, de encontrar (forjar) sua alma? O que tornaria um livro de História qualificado para desempenhar uma *performance* máquina de Estado na formação de uma nação como agrupamento civilizado de indivíduos num mesmo Estado, conforme tendia estabilizar-se o termo, *pari passu* ao escoamento do oitocentos⁶⁵? Estas tarefas deveriam ser desempenhadas pela narrativa histórica, para o que chama a atenção, ainda, Temístocles Cezar ao ponderar que

Le Brésil, depuis son commencement, est une idée et un lieu. En tant qu'idée, il reste plus fréquemment à l'état de projet que de réalité. Même le nom Brasil n'a pas une origine très claire. D'une certaine manière, avant même que les Brésiliens ne deviennent un peuple, ou une communauté politique, il a toujours existé une variété de conceptions qui rivalisaient pour imposer une représentation de ce qu'était Le Brésil. Au XIX^e siècle, une de ces projets ou peut-être une de ces conceptions, dont l'objectif était de donner au Brésil une identité et une image de lui-même, s'est incarné dans les débats autour d'une idée nouvelle à l'époque: l'idée de nation.⁶⁶

O definir uma representação, um intercessor deste que havia de ser textualmente materializado, imbricado ao projeto de construção nacional, fazia-se necessário estar para além da produção de uma narrativa iniciada no ato da pesquisa e seleção de rastros do passado e finalizada com a edição de um livro capaz de desempenhar uma *performance*, conforme propõem Deleuze e Guattari, Máquina de Estado. Diante dos anseios constituídos ao longo dos trabalhos do Instituto, impunha-se à escrita da História Nacional ultrapassar o “simples”, dar a ler mais uma narrativa do fazer-se o Brasil. Era necessário definir, além daquilo que não se desejava ser ou ver-se representado, o que era ou se desejava que fosse a nação brasileira, funcionando tal dispositivo, o livro, junto às práticas de cunho

⁶⁴CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupi. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.29.

⁶⁵Sobre o desenvolvimento da ideia, bem como da estabilização do termo nação, sugerimos a leitura de GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p.33-60. Ver também, na mesma obra, CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p.61-92.

⁶⁶CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité*. Le cas Varnhagen. Thèse. Paris: École Des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002. p.12.

civilizacional, no sentido de incitar os indivíduos às “práticas úteis ao engrandecimento da nação”, pois, conforme aponta Ilmar Mattos,

Educar tornava-se, pois, ação por meio da qual cada um dos alunos, deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava, a cada indivíduo, os germes da virtude e a ideia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil⁶⁷.

Frente às demandas do presente, reflexas na seleção, coleta, arquivamento, publicação de documentos ou à produção historiográfica “em honra da pátria”⁶⁸, entendemos não ser possível a espera de uma narrativa que não a normativa, laudatória aos “varões preclaros”, à monarquia⁶⁹ e aos eventos inspiradores.

⁶⁷ MATTOS, Ilmar Rolhoff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

⁶⁸ Conforme aponta Manoel Luis Salgado Guimarães, *Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) (...) com Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), inicia seu discurso no ato de instalação do Instituto Histórico estabelecendo, através de um recurso retórico – a citação de uma passagem do discurso de Alexandre de Gusmão quando de sua posse na Academia Portuguesa de História - uma filiação que igualmente aponta para alguns dos sentidos concebidos pelos letrados oitocentistas em relação à História. O discurso, para além de marcar uma fundação, a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político desta mesma escrita para uma Nação em gestação: o conhecimento do passado, agora organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador desta atividade de escrita da história nacional, através de um trabalho de “administração do passado”, regulando não apenas a coleta de fontes indispensáveis para a sua escrita, como também definindo a agenda dos temas considerados centrais para esta mesma tarefa. Reunido no IHGB, o material espalhado pelas diversas províncias deveria constituir-se em um passo inicial e fundamental para a possibilidade de uma escrita desta história e da geografia nacional, implicando necessariamente num trabalho coletivo sob coordenação centralizada. Este modelo de organização de escrita tem sua fonte de inspiração em projeto levado a cabo no Instituto Histórico de Paris, criado alguns anos antes na capital francesa e na esteira dos movimentos políticos associados à revolução de julho de 1830, que contava entre seus membros alguns dos futuros sócios e ativos participantes do IHGB. Este trabalho, segundo os termos indicados por Januário da Cunha Barbosa, objetivava pela organização criteriosa das fontes, a luta contra o esquecimento dos “fatos memoráveis”, tarefa somente alcançável pela “imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. Anais do XXIII Simpósio Nacional de história: história: guerra e paz [CD- ROM] / Associação Nacional de História - ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.*

⁶⁹ Conforme aponta Lucia Guimaraes em Referencia ao trabalho de Nanci Leonzo, “*A leitura dessas resenhas críticas demonstraria que o Instituto “repudiou”, sistematicamente, a divulgação de todo e qualquer tipo de documento contemporâneo que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas, sob a legação de uma possível parcialidade dos autores. Contudo, as exceções existiram. Abertas, sempre que se tratava de tema ou problema de interesse público imediato.*” GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388), jul.-set. 1995.p.462.

Senhor! E da Historia principalmente que se occupa este nosso Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos illustres de distinctos Brasileiros, que tem merecido a immortalidade, é colligir para um dia servir é Historia do Brasil, uma infinidade de memórias e documentos preciosos, que se achao dispersos e pouco apreciados⁷⁰.

Certamente que, o “tirar do pó do esquecimento os *feitos illustres de distinctos Brasileiros*” e atribuir sentido às suas vidas e/ou atos dentro de uma narrativa, apresenta-se como objetivo a que se propõe a criação do IHGB. Diante desta constatação, considera-se impossível obliterar as palavras de Paul Valéry, em sua célebre reflexão sobre a produção do conhecimento a respeito do passado, onde o autor informa-nos, ser a produção historiográfica, a arma mais perigosa já produzida pela química do intelecto humano⁷¹. Ponderação que se entende adequada para pensarmos uma historiografia cara à prática oitocentista.

Neste sentido, é fundamental atentarmos ao **Artigo 1º** dos estatutos sobre os quais haveriam de serem desenvolvidos os trabalhos do Instituto. Tal artigo corrobora nossas reflexões pertinentes aos procedimentos de seleção sobre a qual deveria se apoiar o historiador do Brasil, quando da escrita da História propriamente dita. Temos exposto no **Artigo 1º** que “o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a História e Geographia do Império do Brazil”⁷², propósitos que, entendemos em observância às suas práticas, terem sido realizados à exaustão⁷³. Mas a continuação deste artigo diz-nos mais, diz ainda que, o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro têm por objetivo, “também promover os conhecimentos

⁷⁰Discurso do Presidente. COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. DISCURSO DO PRESIDENTE. Revista do IHGB Suplemento ao n. 8 Tomo II. Rio de Janeiro. 1840. p. 567-568.

⁷¹Cf. VALÉRY, Paul. De l’Histoire. In: _____. *Regards sur Le monde actuel et láutres essais*. Paris: Gallimard, 2002.

⁷² Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, Tomo I, 1839, p. 18.

⁷³Sobre a coleta e sistematização de documentos, é digna de nota a proposição de Rodrigo de Sousa da Silva Ponte no segundo ano dos trabalhos do Instituto: *O Sr. Desembargador Pontes fez a leitura de uma memória em desenvolvimento do seguinte programa. – Quaes seriam os meios de que se deve lançar mão a fim de se obter o maior numero de documentos relativos á história e geographia do Brasil. – Foi ouvida com summa atenção e remettida á Comissão de Redacção para ser publicada na Revista Trimestral*. Extracto das actas das sessões dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typographia de L.P.dos Santos, Tomo III, 1841. pp.132-33. O programa viria a ser publicado no ano de 1841 como o título: *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil*; programa desenvolvido na sessão de 4 de Julho de 1841 pelo sócio efetivo Sr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes. Cf. PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. *Revista trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro, Typographia de L.P.dos Santos, 1841.p.149.

destes dous ramos philologicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despeza”⁷⁴; objetivo que entendemos ter ficado a desejar, haja vista o baixo número de estabelecimentos escolares e o alto índice de analfabetismo existente no Império quando a criação do *establishment*⁷⁵; para o que aponta José Murilo de Carvalho, ao se referir à parca utilização do ensino com vistas a potencializar o referido projeto de construção nacional

A educação primária também não foi utilizada como instrumento eficaz de socialização política, exceto na Corte, [onde] ela era, desde 1834, atribuição das províncias e municípios. O governo central, apesar da grande centralização política e administrativa (os presidentes de província eram nomeados pelo ministro do Império), não se preocupava em definir os conteúdos dos currículos escolares e em exigir qualquer tipo de educação cívica⁷⁶.

Atenhamo-nos à primeira parte do **Art. 1º**, a de “colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários”. Se havia, conforme somos informados, documentos que davam a ver vidas exemplares, atos heróicos e feitos inspiradores, dignos, portanto, de serem coligidos, metodizados e até mesmo imortalizados pelo trabalho de publicação, pois, “interessantíssimos e necessários” à escrita de uma História Pátria, em seu reverso, supomos a existência de outros, tidos por nem tão interessantes, ou ainda, desnecessários à escrita da História do

⁷⁴ Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839, p. 12.

⁷⁵ Ainda que a disseminação de um livro de História pátria se apresentasse, conforme exposto, no Artigo 1º, observa-se, segundo aponta Claudia Regina Callari, que a disseminação do referido compendio pelo Império não seria efetivada, pois apesar de a *Constituição de 1824 assegurar a educação primária a todos os cidadãos, muito pouco foi feito durante o Império. Uma vez que a educação era voltada para a formação das elites, só o ensino secundário e o superior foram alvo de atenção. Vigoravam então dois sistemas paralelos de ensino, possibilitados pelo Ato Adicional de 34: enquanto o ensino primário era de competência exclusiva das províncias, o secundário e o superior – obviamente tidos como mais importantes – eram controlados pelo governo central. Além disso, uma vez que praticamente inexistiam estudos seriados, a admissão ao ensino superior só se daria – exceto para os bacharéis do Colégio Pedro II – a partir da realização dos exames gerais, também coordenados pelo governo central. (...) Em resumo, a educação caracterizava-se por uma imensa fragmentação, pois à elite interessava apenas o diploma superior – sobretudo o obtido junto aos cursos jurídicos –, porta de entrada para a vida política. Não era necessário, portanto, o estudo metódico e seriado: tanto pais como alunos estavam interessados em resultados imediatos, matriculando seus filhos nos cursos preparatórios e realizando os exames isoladamente, por disciplinas. (...) O que caracterizou verdadeiramente o ensino durante todo o período imperial foi sua péssima qualidade. Nos relatórios enviados às assembleias provinciais eram frequentes as queixas em relação à instrução. Apesar de a educação beneficiar apenas parcela restrita da população, nem entre os afortunados a situação era mais animadora. Além do grande problema mencionado – o caráter fragmentário do ensino –, faltavam professores capacitados, remuneração e inspeção suficientes, instalações adequadas e compêndios – em quantidade e qualidade.. Cf. CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D.Pedro II á construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, p.59-83, 2001.*

⁷⁶CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*; Belo Horizonte: UFMG, 2008.p.240.

Brasil. Documentos, vidas, atitudes e práticas que haviam de ser silenciadas, esquecidas, apresentando-se os critérios de seleção responsáveis por uma *amnésia* social movida pelos afetos e paixões, o que a leva a proceder

a escolha a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de falta de memória, mas como procedimento que se inscreve em toda cultura histórica⁷⁷.

Jogo de lembrar e esquecer, estabelecido no rizoma saber-poder desenvolvido no *establishment* faz com que, tanto a sistematização de fontes e representações, assim como a escrita da História, passe por processos através dos quais a produção metódica e pretensamente imparcial, conforme se desejava a historiografia do oitocentos, fosse desterritorializada do campo de um conhecimento científico em estabilização e se territorialize no campo dos interesses, sentimentos e afetos e desafetos da memória. Processos de des-re-territorialização, sobre os quais consideramos fundamentais as reflexões de Felix Guattari e Suely Rolnik, ao informar-nos que, os processos de des-re-territorialização, apresentam-se de forma concomitante e indissociáveis. Advertimos, para o desenvolvimento de nossa reflexão a partir dos autores, que entendemos o século XIX, como “território” onde, tanto a História como a Geografia, constituem-se, por sua vez, como “territórios”. Para Guattari e Rolnik,

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etiologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. (...) O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos⁷⁸.

Foi ao longo do oitocentos que a História e Geografia se estabilizaram como que territórios de conhecimentos específicos, delimitando seus objetos, métodos e técnicas. Mas, iremos nos ater aqui, apenas à produção historiográfica. Analisando a constituição do campo historiográfico no Brasil do século XIX, a partir das lentes compostas das leituras em Deleuze, Rolnik e Guattari, a partir das quais,

⁷⁷GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, 2003. p.10.

⁷⁸Cf. GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 9.ed. São Paulo: Vozes, 2005.p.323.

observamos que a criação de uma instituição aos moldes do IHGB, apresenta-se, assim como a própria constituição do saber histórico, inserida num território, relaciona-se com um projeto de construção nacional, práticas sociais, a construção de um projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de uma subjetividade. Frente aos desejos e relações objetivas em meio aos quais este campo historiográfico se constitui, a Historiografia haveria, com vistas a suscitar, despertar o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada brasileira, desterritorializar-se da imparcialidade, da frialdade da ciência e reterritorializar-se, potencializar-se, na emotividade, nas emoções do território literário. Tais processos de des-re-territorialização, no entender de Deleuze e Guattari, são capitalizados pelo desejo, entendido como força criadora e produtiva⁷⁹. Paixões materializadas por aqueles que tomaram a frente da produção historiográfica oitocentista buscando reverenciar e sacralizar objetos eleitos em relações sincrônicas. Ao passo que a produção historiográfica que desejamos seja aquela que se apresente como,

exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares e trazendo para o mundo dos homens aqueles objetos sacralizados, sejam eles os atores do passado, os eventos fundadores ou as formas narrativas elaboradas a partir das experiências do passado⁸⁰.

Manoel Salgado informa-nos ainda, que esta mesma escrita que pretende tirar dos altares os objetos sacralizados é a “operação que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado”⁸¹ consoante aos desejos daqueles que a produzem, das necessidade de um presente e de um projeto político.

Tais processos, de des-re-territorialização, em meio aos quais se constituem as bases de um livro de História em devir, Máquina de Estado, acabam por “profanar” a escrita da História; processos pelos quais se atribui a imortalidade a quem e aquilo que perece frente à ação dos tempos; ou pelos quais a memória desempenha seu devir história, fazendo com que o livro de História deixe de ser

⁷⁹Sobre as categorias analíticas desterritorialização e reterritorialização são importantes a leitura de DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, Vol.1 .

⁸⁰GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.p.10.

⁸¹GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.p.10.

apenas uma extensão dos tempos passados e se torne, em seus devires, uma porta-voz do presente, um intercessor de seus anseios, desejos, de suas necessidades e do calor das paixões:

A imprensa de uma sociedade como a nossa, e no estado em que nos achamos, não satisfaz o historiador: escrevemos actualmente com muita paixão; todos os factos são desfigurados por ambos os lados que pleiteam interesses e que defendem individualidades: aquillo que mais importa á historia e sua philosophia sobre a origem dos acontecimentos, e a causa productora de taes e taes resultados, se acha baralhado debaixo das forças de uma lógica capciosa, e no meio de declamações vagas, onde os indivíduos substituem as idéias⁸².

As paixões e deformações, fossem na constituição de um campo historiográfico com as especificidades do Brasil oitocentista, fossem na escrita da história pátria propriamente dita, na materialização de uma História do (para o) Brasil, seriam aceitas, desde que, convergentes aos interesses e desejos daqueles engajados ao projeto de formação do campo historiográfico, assim como da fabulação de uma nação brasileira. Apresenta-se, desta forma, a seletividade como elemento constitutivo do decalque delineado ao longo das atividades do Instituto, do que haveria de ser uma História do Brasil.

Instituída então a seletividade e os procedimentos de interdição, aos quais se refere Foucault, como constitutivos dos trabalhos da *Casa*, o que se dava a ler e a publicar haveria de ser avaliado de acordo com as conveniências, necessidades e anseios dos que se propunham a policiar os ditos — e não ditos — sobre o Brasil.

Emblemático deste jogo de afetos e interesses regrado pela memória é a proposição da criação da arca do sigilo. Iniciativa sancionada pelos Srs. Manoel de Araújo Porto-Alegre, Dr. Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lago, por considerarem a criação da arca do sigilo como sendo de “máxima utilidade”, conforme aponta o **Artigo 1º** de sua fundação, determinando que a arca seria a responsável pela guarda de “todos os manuscriptos secretos que se não podem publicar sem época determinada”⁸³. A análise dos artigos orientadores do que havia de ser encaminhado para a referida “arca”, informa-nos que, havia registros dignos de serem guardados “à sete chaves”. Deve-se pensá-la referenciada no processo

⁸² 213ª sessão em 16 de Fevereiro de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2ª ed. n. 17. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, T.VI, 2.ed. 1850, p.133.

⁸³ Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2ª ed. n. 52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1872, p. 414-415.

em que a existência de tal artefato é proposta. Trata-se de uma narrativa que venha garantir a constituição da nação brasileira. Como então publicar determinados documentos? Opina o relator do trabalho, que a desterritorialização da frialdade e imparcialidade da narrativa histórica, conforme proposições de caráter teórico de Leopold Von Ranke busquem uma linha de fuga, com vistas a fazer com que a fabricação do passado viabilize o projeto escriturário e civilizacional engendrado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É através dessas linhas de fuga, projetadas por uma memória em devir história pragmaticamente amparada, que o passado havia de ser narrado, em conformidade com a fabulação dos integrantes do IHGB. Citamos aqui alguns artigos normatizadores da referida arca:

3º A arca de sigillo será feita de madeira incorruptível, precintada de ferro e com duas fechaduras de patente cujas chaves serão diferentes. 5º A arca de sigillo só se abrirá em sessão ordinária do Instituto e na presença dos claviculares ou seus delegados. 6º Este acto não será executado sem proposta anterior do 1º Secretario, e por convite official do mesmo para a seguinte sessão. 7º As memórias depositadas serão previamente enumeradas e inventariadas, segundo o título que trouxerem, o formato, a qualidade do papel que as envolver e outros quaisquer signaes que as possam bem caracterisar. 8º Além do sello e precauções do autor, o Instituto fará sellar de novo. 10º Feito o depósito se fechará imediatamente a arca, e cada um dos claviculares levará as chaves. 11º O Instituto convidará por meio de uma circular e de annuncios, que fará reproduzir em todos os jornaes do Império, para que todos os seus sócios e litterarios que, por terem presenciado, ou por informações de pessoas fidedignas souberem de circumstancias dos nossos acontecimentos políticos, civis e religiosos, e que estejam ainda mal avaliados pela voz geral, ou pelos escriptores públicos, hajam de relatal-os com toda a imparcialidade, e remetter à meza o seu trabalho, dando-lhe a segurança de ser guardado com todo o segredo, ate a época que se determinar a sua publicação. 14º Chegando o tempo da abertura das cartas e das memórias o presidente do Instituto convocará o mesmo para em sessão assistir a abertura da arca de sigillo, e depois de estranhido e verificado o manuscrito, segundo a cara que o acompanhou, será aberto e lido immediatamente, e se for muito longo, se procederá à continuação de sua leitura nas sessões seguintes. 15º Das memórias julgadas dignas de immediata publicação se tirara uma copia, ficando o autographo depositado no arquivo do Instituto; porém se o seu valor for de alguma sorte duvidoso, será nomeada uma comissão para extractar d' ella o que se julgar de importante à história. 16º Se qualquer eventualidade occasionar a suspensão dos trabalhos do Instituto, ou sua dissolução, a arca de sigillo passará para o arquivo público nacional⁸⁴.

Observe-se ainda que

Esriptos há, certamente, muito úteis e preciosos para a história de um paiz, cuja immediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e promover não só a paz interna, como a externa; e outros que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os factos, ou divulgando segredos, trariam um sem número de inimizadas e deslocações pessoas, mormente

⁸⁴ *Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. Revista Trimestral de Historia e Geographia. 2.ed. n.52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1872.p. 414-415.*

em épocas de transição e n'um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda fructificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou.⁸⁵

Penso que o excerto acerca dos fins aos quais se propunha a criação da arca, seja emblemático do potencial seja da publicação de alguns materiais, seja da produção historiográfica propriamente dita; potencialidade (des) agregadora que se apresentava maior no caso do Império do Brasil. Observemos a ressalva: “mormente em épocas de transição e n'um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda fructificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou”, dando a ver que a consciência, portanto, das possibilidades da produção historiográfica na construção da nação brasileira.

1.2 A Fabulação Historiográfica: Entre Procedimentos de Interdição e Expectativas

Muittas pennas, alias, illustres, tem escripto memórias, annaes e relatorios das cousas do Brasil; mas podemos dizer, senhores, que ainda nos falta uma história bem organisada, que apresente ao conhecimento dos nossos e dos estranhos um quadro fiel de pouco mais de três séculos, em que se veja a marcha dos nossos successos relacionados entre si desde a descoberta d'esta parte do mundo. É grande este trabalho, sim, mas é necessário; os enfados que arrasta serão continuados sob a valiosa protecção do liberal governo de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II, nosso Augusto e Immediato Protector⁸⁶.

Observa-se que, a produção do conhecimento sobre o passado apresentava-se à época da criação do IHGB, como uma realidade. Entretanto, a historiografia preexistente a constituição do *establishment*, quando submetida ao crivo da memória, dos desejos e necessidades dos representantes do projeto de construção nacional, mostrava-se insatisfatória ou até inapropriada diante do papel que esta narrativa em devir Máquina de Estado, haveria de desempenhar no projeto de construção nacional. A referência a uma “História bem organizada”, não apenas faz alusão ao “adequado encadeamento” cronológico dos eventos entre si, assim como sua ordenação em períodos ou ainda a capacidade de dizer do passado a

⁸⁵ Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1872.p. 414-415.

⁸⁶ Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social, pelo 1º Secretário Perpétuo o Sr. Cônego Januário da Cunha Barboza. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I P da Costa, T. IV, 1843, p. 05. (suplemento ao tomo 4º).

verdade, conforme desejou Leopold Von Ranke⁸⁷: tal qual havia ocorrido. Haveria de se apresentar, inexoravelmente, convergente à manutenção da integridade territorial, da manutenção da ordem estabelecida⁸⁸ — ou desejada —, assim como da instituição do sentimento de pertença à comunidade nacional, ou, parafraseando José Bonifácio, aos projetos para o Brasil, enfim, contribuir na tarefa de amalgamar os povos do Brasil⁸⁹.

Certamente, a capacidade de dizer a verdade, apresentava-se em franca sintonia com a historiografia dos anos 1800 e sua vontade de verdade. Mas temos que a condição fundante para que um intercessor do Brasil fosse considerado adequado ou não, a ser apropriado, cooptado, para, conforme se refere Deleuze, a *performance* de um devir Máquina de Estado, paradoxalmente, fosse a capacidade de falseamento e manipulação do passado pelas demandas do presente, o que é evidenciado no comentário à obra de Jean Baptiste Debret pelos ilustrados, onde lemos:

A outra estampa é o tráfico dos Africanos no Valongo. O Sr. Debret pintou a todos esses desgraçados em tal estado de magreza, que parecem uns esqueletos próprios para se aprender anatomia; e para levar o riso ao seu auge, descreve a um cigano sentado em uma poltrona, em mangas de camisa, meias caídas que provoca o escarneio. Bem diferente é o desenho que apresenta a Senhora Graham nas suas Viagens ao Brasil⁹⁰.

Seria esta a imagem pela qual os ilustrados consorciados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desejavam ver a Corte? O olhar de J.B. Debret teria inventado “posto” no cotidiano da Corte, negros e ciganos? Falseteado o cotidiano da Corte? O estudo acerca do período mostra que não. Utilizando-se então dos procedimentos de interdição e exclusão que eram constituídos ao longo das atividades de Casa, os avaliadores das referidas estampas desferem críticas as mesmas, acusando o artista de haver representado uma imagem que em nada

⁸⁷Cf. GUY, Bourdê ; MARTIN, Herve. *As escolas históricas*. 2.ed. Lisboa: Europa-América, 2003.

⁸⁸ Claudia Regina Callari também entende os trabalhos empreendidos pelo IHGB como parte de um projeto para além da narração do passado, pois conforme aponta a autora, *A manutenção da ordem – projeto maior do regresso, ao qual aderiram também os liberais – só poderia ser efetivada mediante a preservação da integridade territorial. Tal integridade só seria conseguida por meio de um esforço efetivo de se criar um passado comum para a nação uma que despontava*. CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D.Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, p.64, 2001.

⁸⁹DOLHNIKOFF, Mirian (org.). *Projetos para o Brasil – José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹⁰ Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra – Voyage pittoresque au Brésil, por J. B. Debret. *Revista Trimestral de História e Geographia*. n. 09. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, Tomo III, 1841, p.98.

honrava e glorificava a pátria. Não era, certamente, a imagem na qual o Império, nem tampouco seus ilustrados representantes, queriam se reconhecer ou pela qual se veriam representados diante das civilizadas nações europeias⁹¹.

O ato de invenção de representações entendidas como “falsas” ou “inexactas” também se constituiu como motivo de interdição à obra do sócio honorário Sr. Alexandre Humboldt, assim se manifestando a comissão responsável pelo juízo do seu *Examen critique de l'histoire de l'geographie du nouveau continent*:

clássico, e portanto as suas opiniões mal podem ser contravertidas por indivíduos com poucos conhecimentos, e que vivem em paizes onde por ora não há recursos literários que consultar, como se encontram nas vastas Bibliotecas da Europa⁹².

Vale ressaltar que, embora a credibilidade de Alexandre Humboldt fosse quase irretorquível, esta autoridade não eximiu sua obra dos atentos e inquisitoriais olhares dos integrantes do IHGB.

Ainda dentre as obras elencadas para ajuizamento pelas comissões do Instituto Histórico, citamos *History of Brazil*⁹³, obra materializada sob a pena de John Armitage, e submetida ao crivo das memórias e anseios dos Sr. Drs. Pereira da

⁹¹ Ilmar Mattos refere-se sobre à produção historiográfica engendrada pelo IHGB como *Jogo que enfatiza as semelhanças. Era preciso que os homens livres se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – o mundo civilizado o qual era animado então, pelo ideal de progresso*. As representações do Brasil que enfatizassem, notadamente, as práticas tidas por bárbaras, dentre as quais a escravidão e o enegrecimento da população, certamente não inseriam o Império do Brasil numa tradição de civilização e progresso, e tampouco, auxiliaria sua constituição como nação. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.p.24. Neste sentido, sobre a idéia que se tem de si, apontamos ainda, as palavras de Demétrio Magnoli, para o qual, (...) *a percepção da elite imperial estava permeada por uma ambigüidade, ou uma duplicidade: a elevada imagem que fazia de si mesma não tinha correspondência na imagem que fazia do país. A elite brasileira se considerava uma parte da civilização européia condenada aos trópicos. A civilização e as luzes eram atributos seus, que implicavam um programa de ação – civilizar o Brasil. Os Institutos históricos e geográficos nasceram como parte desse programa de resgate, que tinha a ambição de elevar o país à altura da sua classe dirigente, tornando-o digno de figurar no mundo civilizado*. Cf. MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.p.95-6.

⁹² Juízo sobre a obra intitulada – *Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau Continent*, par Alexandre Humboldt, membro honorário do Instituto. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. 2ª ed. n. 05. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1856, p.105.

⁹³ ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

Silva e do desembargador Gustavo⁹⁴. Avaliação que nos proíbe apontar a adequação-inexactidão do que se diz como elemento de pouca monta para aplicação dos procedimentos de interdição e exclusão a determinadas obras sobre a história do Brasil. Mesmo a inexactidão etimológica da tradução de obras era alvo da censura, dos juízos das comissões responsáveis pelas avaliações dadas a ler na *Revista*, pois, parte constitutiva da produção historiográfica oitocentista. É o que se constata em apontamento à obra de Robert Southey:

Posto que a Commissão de História, se tivesse de traduzir a passagem da *Historia do Brasil* de Roberto Southey, que foi vertida em vulgar pelo nosso respeitável sócio, usaria alguma vez de phrases e de vocábulos diversos daquelles de que usou o illustre traductor, persuade-se todavia de que elle perfeitamente entendeu a mente do escriptor Inglez: e não pode deixar de ter no maior apreço assim as correções feitas pelo Historiador estrangeiro, como as interessantes noticias biographicas das pessoas envolvidas nessa malograda empresa de elevar o Brasil à cathedra de Nação, ainda que a commissão reconhece que não era possível ao nosso honrado sócio o dar de todas aquellas pessoas uma informação tal qual seria necessária para satisfazer cabalmente os desejos dos que se occupam em colligir noticias históricas dos homens notáveis do Brasil⁹⁵.

Certamente, o projeto de fabulação e estabilização da História no Brasil havia de sistematizar, datar, nomear o real, o que, desvinculado de uma perspectiva mais ampla, isto é, ao projeto ao qual se ligam o IHGB e seus trabalhos, poderíamos atribuir a recusa e o empenho na construção destes conhecimentos de forma purificada nos referidos erros:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jaziam até hoje muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos. Nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção, suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos⁹⁶.

As “inexactidões” apresentadas em tais representações do Brasil, ainda que se mostrem, em parte, esclarecedoras da recusa a determinados modelos narrativos, entendemo-las como pouco significativas diante do empenho e do desejo dos ilustrados para com a reconfiguração do conhecimento histórico existente. Caso tais inexactidões fossem de pouco vulto, por que não tomar a aclamada História de

⁹⁴ Extracto das actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. 2ª ed. n.02. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, t. I

⁹⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. II, 1840, p. 145-6.

⁹⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, pelo secretario Perpétuo conego Januário da Cunha Barbosa. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, T.I,1856. p.12.

Bellegarde, ou mesmo a de Southey, como narrativa oficial sobre o pretérito do Brasil? Acredita-se que pelo fato de terem por preocupação somente o passado, por consistir de uma produção historiográfica realizada sem a preocupação que marca os trabalhos do IHGB: a manutenção de um determinado presente e a realização de um determinado futuro. Elemento de relevância para o impedimento das narrativas existentes e para os esforços objetivando a criação da imagem do Brasil eram “o quê”, a partir “de quê” deveria ser narrada uma História do Brasil⁹⁷. Mas, diante dos desejos dos associados para com uma História do Brasil, temos como de importância fundante o “como é dito”; narrar o passado com vistas à realização de um presente e um futuro. O que pensamos fosse possível a partir do potencial de afecção das sensibilidades do leitor, fazendo com que no mesmo, fosse despertado o desejo, o interesse de se reconhecer ou não dentro da narrativa a ser materializada em consonância à formação do campo historiográfico no Brasil oitocentista, bem como dos debates e fabulação dos associados ao Instituto Histórico e Geográfico.

Este aspecto toma vulto, quando observado a partir das “lentes” formadas a partir das reflexões desenvolvidas quando em estudos à obra Sandra Pesavento, ao ponderar sobre a questão/análises enviesadas nas sensibilidades na escrita da História. Conforme aponta a historiadora, as sensibilidades que se situam não no “domínio do explícito, mas das insinuações, dos silêncios, dos recursos metafóricos da linguagem, das dimensões implícitas no jogo do social”⁹⁸. Reflexões a partir das quais, entendemos conforme temos apontado não se tratar, unicamente, de narrar o pretérito do Brasil, mas de narrar este passado numa História do Brasil, de maneira que fosse potencialmente capaz de despertar o sentimento de pertença à comunidade nacional e viabilizar a construção da nação brasileira. Eis o que se entende um destes devires de uma História nacional em devir Máquina de Estado.

Retomando a análise historiográfica, entendemos apresentar-se necessária à referência a dois outros juízos para a compreensão das práticas coercitivas do discurso. Iniciemos pela análise que o General Abreu e Lima faz da

⁹⁷Cf. TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. *O discurso colocado em órbita: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil (1838-1858)*. Recife: UFPE, 2005, 240 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, 2005.

⁹⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: NAXARA, Marcia.; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.223.

produção historiográfica que antecedia sua obra. Ao endereçar um exemplar de sua *Historia do Brazil* ao Instituto, ele afirma que

Uma cousa, porém, ressalta no meu compêndio, e é quanto basta para dar-lhe algum valor. Tudo quanto existia escripto àcerca do Brasil era sem methodo nem plano algum histórico: era um montão de factos atirados ao acaso sem discriminações de épocas nem de períodos; e tanto é assim que o Instituto à pouco se occupou d'este objecto, tratando antes de tudo triangular o terreno sobre que devia um hábil corographo traçar a carta de nossa historia. Não havendo porém o Instituto decidido definitivamente esta importante questão preliminar, tomei a resolução de fazel-o n'este compêndio, pela maneira porque se acha delineado nas oito épocas ou capítulos em que dividi a história pátria até a coroação do senhor Pedro II⁹⁹.

O autor demonstra ciência de que a escrita da *Historia do Brasil* era uma questão ainda em aberto, pois a reconhece como “sem um plano”, o que o levava a concluir que tais histórias apresentavam-se como um “montão de factos atirados ao acaso”. Frente a tal constatação, o General propôs-se a narrar o fazer do Império com vistas a que sua obra se sobrepusesse às demais, pelo fato de não portar os referidos “defeitos”, o que por si só, em seu entender, “bastava para dar-lhe algum valor”. Modéstia que não pára nestas palavras. Desfere uma crítica aos trabalhos dos ilustrados, por pouco haverem-se, de acordo com sua análise, empenhado em lançar as bases de uma historiografia que superasse as deficiências constatadas até então. Abreu e Lima pensavam então, não haver materializado mais uma obra, e sim uma História digna do Brasil e do IHGB,

A minha obra não é perfeita, nem podia sel-o; o Instituto sabe por quantas difficuldades tem passado para obter documentos, e até simples esclarecimentos, ainda quando ajudado pela potente cooperação do governo e dos outros corpos políticos do estado; quanto mais eu, que, sem auxílio de qualidade alguma, tive de mendigar de porta em porta até a mais insignificante data, encontrando quase sempre (com bem pezar o digo) mesquinho acolhimento, com muito poucas honrozias excepções.¹⁰⁰

Embora o General fosse cômico dos limites das obras que o precedem, como da sua própria, solidarizando-se, retoricamente, com as dificuldades encontradas pelo próprio IHGB, sua *História do Brasil* não passaria incólume ao policiamento discursivo institucional. Sua obra fora submetida à avaliação de ninguém menos que Francisco Adolfo de Varnhagen, avalista que entendemos fosse qualificado para o ajuizamento da obra. Ele se manifesta dizendo que

⁹⁹ Extracto das actas das sessões dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1843. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n. 19. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, T. V, 1843, p.370.

¹⁰⁰ Extracto das actas das sessões dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1843. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n. 19. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, T. V, 1843, p. 369.

a falta de amor pelas coisas da pátria, diz um dos primeiros representantes contemporâneos da litteratura nossa co-irmã, o meu illustre amigo, o Sr. Alexandre Herculano, é indício certo da morte da nacionalidade, e, por consequência, do estado decadente e da ultima ruina de qualquer povo¹⁰¹.

Pela análise destas linhas introdutórias ao juízo, inferimos que o General tenha escrito sua História atentando apenas para o passado, e não para o presente, como haviam feito os autores aos quais se referia. Mas, além de não contribuir para o “amor pelas cousas da pátria”, a obra em questão era responsável pela apresentação daquilo que o avalista interpretou como “invenções” e “falsidades”, o que faria com que fossem aplicados os procedimentos de exclusão pela falta de verdade.

Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens por uma pessoa de boa fé, e, provavelmente, com os melhores desejos de acertar, mas também ver a importância que essa mesma pessoa, também sem o querer, acabava de reivindicar para Beauchamp, que, como escriptor público, não inspira outro sentimento senão o do desprezo por quem louva a virtude, o respeito à propriedade mais sagrada que existe sobre a face da Terra — a do entendimento. Diremos quem é este Beauchamp, e depois o publico que avalie se o pungente da expressão desprezo, com que o tratamos, cabe ou não com justiça¹⁰².

O severo juízo, elaborado por Varnhagen à obra de Abreu e Lima, acaba por levar o avalista a uma viva celeuma com o General. Discussões que acabam por pender para o lado passional, e que colocam a necessidade de intervenção de Cunha Barboza, o qual assim se manifesta:

Pedindo a palavra o Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa, depois de fazer sciente ao Instituto haver apparecido à luz um opúsculo publicado pelo Sr. J. I. de Abreu Lima, em resposta ao juízo sobre sua Historia do Brasil, escripto pelo sócio correspondente, o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, e estampado na Revista Trimestral; no qual opúsculo o Sr. Abreu Lima, ultrapassando os limites da decência, longe de responder à refutação da sua obra com termos comedidos e próprios das polemicas scientificas e litterarias, lança sobre o Instituto, em particular sobre os Srs. 1º secretario e Varnhagen, toda a sorte de ápodos, impropérios e calumnias: propôz que o Instituto, por seu órgão, publicasse nos principaes periódicos d'esta corte, que não respondia a tal escripto por não se achar concebido, como deveria, em phrases apropriadas ao assumpto; assim como também jamais responderá a outros de igual natureza. — Foi unanimemente approvedo¹⁰³.

Frente ao alarde causado pela avaliação da referida obra, reúnem-se os

¹⁰¹ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, T. VI, 1844, p.60.

¹⁰² *Idem*, p. 62-3. T. VI

¹⁰³ 47.ª sessão em 18 de Setembro de 1840. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2ª ed. s/n. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1840, p. 421.

ilustrados, não para reavaliar a obra de Abreu e Lima, mas para reiterar o juízo desferido por Varnhagen, em análise à obra do modesto e bem intencionado General.

A comissão da redação da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil examinou o Primeiro Juízo, que, acerca do novo Compendio da Historia do Brasil, publicou o Sr. J. L. de Abreu e Lima; achando cordatas as considerações feitas pelo nosso sócio, o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente contra o plagio tomado do insignificante escriptor francez Beauchamp. É de parecer que o Instituto adoptar e publicar-o na Revista para que possa chegar conhecimento dos possuidores do dito compendio; visto que, para a instrução elementar é menos recomendável que o do Sr. Bellegarde¹⁰⁴.

Além de intermediarem as desavenças estabelecidas entre o Instituto, Varnhagen e o General, os proponentes do ajuizamento entendem tais ponderações feitas por Varnhagen como pertinentes. Avaliação pela qual se determina que o parecer fosse publicado na Revista, intencionando conscientizar seus leitores de que a obra do General seria para a instrução elementar menos recomendável que a História do Brasil do Sr. Major Bellegarde¹⁰⁵. Atitude que corrobora, então, o nosso entendimento da existência dos procedimentos de interdição e exclusão discursiva constituídos ao longo dos trabalhos do IHGB.

Emblemático ainda das práticas de interdição discursiva, apresenta-se o juízo proferido à *História do Brasil* escrita pelo Sr. Constâncio. Tal juízo possibilita vislumbrar de forma pormenorizada os motivos pelos quais determinadas narrativas históricas eram censuradas, e nos dão a ver, algumas orientações positivas acerca do que haveria de ser a História organizada em consonância aos desejos dos Ilustrados. Considera-se, amparando-se nos pressupostos apresentados nas

¹⁰⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, T. VI, 1844, p. 265.

¹⁰⁵ Conforme aponta Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo, a *História do Brasil* materializada pelo então Capitão português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, era uma tradução do *Résumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand, publicada no Rio de Janeiro em 1831. A tradução de Bellegarde fora utilizada, com a autorização de Antonio Carlos Andrada em 1841, à época, Ministro do Império. Assim como fora utilizada também, entre 1850 e 1842, conforme é constatado nos Programas de ensino, o *Compêndio do General Abreu e Lima*. Constatação a partir da qual, frente aos juízos proferidos por Varnhagen acerca da obra do General, entendemos que fosse realmente uma questão em aberto a materialização de uma *História Pátria*, ou de um compêndio propriamente dito. Arlete Gasparello aponta em sua análise sobre a fabricação de um compêndio de letras históricas para a seguinte característica da obra de Bellegarde: o sentimento e a ação patriótica voltavam-se para a materialização de uma ideia de nação, construída em oposição ao colonizador português. Como viabilizar a construção da nação a partir da obra de Bellegarde, se um dos pré-requisitos para a constituição como nação, segundo aponta Hobsbawn, era o estar ligado anteriormente a uma nação já reconhecida como tal? Cf. GASPARELLO, Arlette Medeiros *A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2001.; TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. *A disciplina de História no Império Brasileiro*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p. 1 - 10 mar. 2005.

Revistas, que a *História do Brasil* escrita por Constâncio é paradigmática “do que e do como não deveria ser escrita uma história”, já que despertou nos avaliadores um profundo desgosto

Dá-se princípio a obra do Sr. Constancio por uma introdução Geographica: e posto que tal assumpto seja certamente da alçada da commissao de geographia, a commissão de História, por obediência ao preceito especial do Instituto, que sujeitou tida a obra ao seu juízo, não pode deixar de fazer patente o vivo desgosto, o dissabor, que sentiu ao lermos, e tão notáveis erros de geographia espalhados por cada pagina assim d'aquella introdução, como da mesma Historia. Mas porque seria longo e summamente penoso o fazer inventario de todos esses erros a commissão apontará a esmo, para exemplo, alguns dos que lhe occorrerem¹⁰⁶.

Um dos motivos pelos quais a obra do Sr. Constâncio foi recusada é a referida “inexactidão” das informações apresentadas, quer fossem geográficas ou históricas. Entretanto, a severa crítica ao autor pautou-se, mormentemente, sobre o caráter jocoso daquilo que havia de ser apresentado como um dos fundamentos da nação, o Brasil entendido como desdobramento da civilização europeia nos trópicos

A primeira reflexão que ocorre ao leitor Brasileiro é a do manifesto doloroso sentimento de desrespeito que acompanha sempre o autor pela emancipação das antigas colônias de Portugal na América. Elle tem na verdade sempre à mão um insulto, uma calumnia, um convício, para lançar em rosto a maior parte dos homens, que prestaram serviço á independência do Império, que mostraram sympathia por essa instissima caus, ou não fizeram correr ondas de sangue d'aquelles, que desejavam sacuir o jugo da mãe-patria. A um lançará a pecha de fanfarrão e de inhabil, a outro, a de astuto e porfido; este será na polida phrase do nosso historiador, inimigo declarado dos Portuguezes, e um dos mais astutos, e pérfidos facciosos, aquelle, um general desleal, est'outro um almirante traidor. As personagens da jerarquia, a mais elevada, não se acham fora do alcance das setas do Sr. Dr. Constancio, O sr. D. Pedro I é por longo tempo o alvo de seus tiros. O primeiro Imperador do Brazil tinha abraçado a causa da Independência: e por isso, conforme as expressões do autor, tinha indignamente trahido e villipendiado a nação Portugueza¹⁰⁷.

Como tomar uma história aos moldes da narrativa proposta por Constancio como dispositivo capaz de alicerçar a construção nacional? Intenções que seriam invalidadas com a disseminação de uma representação, como a

¹⁰⁶Visconde de São Leopoldo. Programma histórico: - O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de illustração, que em differentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. T. I, 1839. p.82.

¹⁰⁷Visconde de São Leopoldo. Programma histórico: - O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de illustração, que em differentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.02. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839.T. I, p.83.

proposta, por Constancio, ou por qualquer outro que não entendesse a produção historiográfica como discurso em honra da pátria.

O escrever uma História do Brasil haveria de realizar a narração de uma experiência comum aos povos das mal integradas províncias, disseminar uma cultura, preceitos morais, elementos sobre os quais se pensou possível instituir o sentimento de pertença à comunidade nacional. Instituição de uma sensibilidade, de um sentimento, o desejado sentimento de pertença à nação brasileira, que entendemos, não fosse criado e ou despertado, tão somente com a apresentação de um sentimento de “brasilidade”, formado convenientemente em torno da negatização do elemento europeu, constatação para qual nos chama a atenção José Murilo de Carvalho, ao nos informar que o Brasil

não se constituía ainda como nação. O sentimento de identidade que pudesse haver baseava-se mais em fatores negativos, na oposição aos estrangeiros. O nativismo antiportugues permeou muitas, senão todas as revoltas urbanas da Regência. A identidade brasileira aí se definiria pela oposição ao português e era o fenômeno local determinado pela forte presença lusitana no comércio e nas posições de poder, civis e militares. Ser português não era suficiente para definir a identidade comum ao habitante do Rio de Janeiro, do Recife e Belém. Com mais razão se pode dizer o mesmo do sentimento antiinglês¹⁰⁸.

Não era o bastante, então, o nacionalismo por oposição aos colonizadores. Defendia-se que estes deviam ser enaltecidos: fosse pela sua ação que o Brasil foi inserido numa tradição de civilização e progresso. Mas, conforme entendido à época,

Nação”, “pátria”, “patriota”, Constituição, independência passam a ter um valor para além do simbólico, prático, nunca antes experimentado nestas partes. Naquele contexto, possuía um significado muito específico, aliás, percebido por Mazzini, o defensor da unidade italiana, ao definir essa “hora do advento das nações”, entidades imaginárias em que se “amalgamavam” valores, símbolos, sensibilidades, usos e costumes próprios, que comporiam o que se denominava civilização¹⁰⁹.

A empreitada da escrita da História no Brasil, com vistas à construção e estabilização da nação, apresentava-se mais complexa do que o percebido por Mazzini. Impunha-se ao historiador do Brasil, seguindo as ponderações de Michel

¹⁰⁸CARVALHO, José Murilo. Pontos e Bordados: escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.p.237.

¹⁰⁹MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: _____. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora Senac, 2000.p.213.

Foucault, um tabu do objeto a ser narrado¹¹⁰. Conforme aponta Foucault em *A ordem do discurso*, os procedimentos de interdição impostos ao discurso numa determinada sincronia apontam para o que o autor objetiva como tabu do objeto (que não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (que qualquer um não pode falar de qualquer coisa). Interdições que se cruzam, se completam, formando uma complexa grade responsável pelo controle do que é dito. Como apresentar o Brasil mestiço, escravocrata às civilizadas e civilizadoras nações Europeias? Como representá-lo e torná-lo uma nação, bem como inserí-lo numa tradição de civilização e progresso, com um povo híbrido e habitante de zonas tórridas, que, segundo apontava a ciência, tendia a degenerar-se? Como lidar com um Estado que se ameaçava fragmentar? Como fazer com que os indivíduos habitantes das províncias no Sul e do que hoje conhecemos por Nordeste, e que se colocaram contra o poder central do Império, se sentissem brasileiros? Como criar a nação? São perguntas postas também por José Murilo de Carvalho¹¹¹

¹¹⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2008. Entendemos que o objeto a ser narrado, o Brasil, se constituísse como um tabu àquele que se propusesse a materializar sua História. Ora, segundo podemos constatar, o “Império Tropical” colocava-se frente à ciência oitocentista como que uma incógnita, pois, era um Estado de população mestiça nos trópicos. O que entendemos apresentar-se ao futuro historiador *philosophico do Brazil*, como que um tabu a ser superado. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Acredita-se, aqui, ser oportuno dizer ao leitor que a referência negativada à América e aos seus povos não se apresentava como um consenso no pensamento ilustrado, pois, segundo aponta Roberto Ventura: *O homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil e a condenação de seus costumes bárbaros*. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870- 1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p.22. Martius em sua monografia apresentada em concurso proposto em 1840, quem “salvará” o Brasil e os brasileiros. O tratamento proposto por Martius, em seu projeto, a esta fatalidade que paira sobre o futuro do povo brasileiro, à degenerescência, assim como do Império, acaba por se apresentar como linha de fuga – considerada, nesta pesquisa, como fundamental para a compreensão da aceitação do projeto do bávaro - importância frente a esta fatalidade que se colocava para obstruir o desenvolvimento do Brasil e sua constituição como nação, pois, no entender do autor, esta mistura das raças realizada no Brasil era algo de uma vontade divina. *Jamais nos poderá ser permitido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em poderoso rio devera absorver os pequenos confluente das raças índia e Ethiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mistura, e como em todos os paises, se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d’ellas se vivificam e fortalecem, assim, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d’hi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas e lhes comunicará aquella actividade historica que o Império do Brasil é chamado*. Cf. Von Martius, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845.T. VIII, p.391.

¹¹¹CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de Política e História*. Belo Horizonte: 1998, p. 237.

Como transformar esta construção política em nação? Como fazer uma população dispersa, mal unida por lealdades locais e províncias, sentir-se parte de uma comunidade política chamada Brasil? Qual foi a estratégia da elite imperial para conseguir este objetivo?¹¹²

Certamente, não seria por meio de narrativas como a de Constâncio ou qualquer outra que se colocasse contra a monarquia ou se apresentasse crítica ao processo de colonização do Brasil¹¹³ que seria realizada uma nação brasileira, nem tampouco despertado o sentimento de pertença à referida comunidade.

A narração do pretérito para o Brasil, em meio ao rizoma com o qual se relacionava, deveria apresentar-se de forma pragmática, um agenciamento maquínico. Forja de uma Máquina de Estado capaz de se somar à estabilização de um presente e à realização de um futuro conforme fabulação dos integrantes do *establishment*. Daí entendermos como uma necessidade, frente aos objetivos que eram delineados ao longo dos debates realizados no Instituto, a criação de procedimentos de interdição e seleção, das orientações no sentido de que fosse materializada uma narrativa capaz de despertar o sentimento de pertença à comunidade. Não seria permitido, portanto, frente ao ritual da circunstância, falar de qualquer forma e/ou de qualquer coisa; conforme pondera Foucault

não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí um jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes¹¹⁴.

Tudo isso implica limites à ordenação da produção historiográfica, já que o digno de ser lembrado havia de subsidiar o historiador na escrita de sua obra, enquanto outros elementos deveriam ser obliterados e/ou encaminhados para a emblemática Arca a qual já se fez referência. Mas, enfim, o que havia de ser esta

¹¹²CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de Política e História*. Belo Horizonte: 1998, p.237.

¹¹³ Conforme aponta Eric Hobsbawm, uma das condições que viabilizariam a constituição como nação, seria a ligação da entidade política recém-independente a uma mais antiga, a uma nação já constituída. A História do Brasil narrada como desdobramento da civilização e nação portuguesa, entendemos apresentar-se desta forma, antes, como uma demanda a uma eleição. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.p.09-10.

desejada História do Brasil a ser produzida pela cadeia de intercessores construída no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do século XIX? Histórias versando sobre o fazer-se Brasil havia um sem número. Mas, constata-se que, nenhum dos modelos até então propostos apresentava-se como capaz, quando submetidos aos referidos juízos, de levar a cabo o papel que estava reservado a uma História Pátria no projeto de fabricação da nação brasileira. Vejamos o que nos é informado no próprio periódico do Instituto Histórico sobre a historiografia produzida, fosse na América portuguesa, fosse no Império

Desde Pero Vaz Caminha e Pero Magalhaes Gandavo até Accioli, Baena, e Varnhagen, primeiros e últimos dos que têm escripto sobre cousas do Brasil, existe um longo espaço de annos, abrilantado em certos pontos, com preciosos escriptos, que honrao sim a nossa Pátria, mas que ainda não satisfazem os desejos de quem quer ler a Historia Brasileira ligada com taes relações, que encaminhem os factos a resultados, que s'õ produzão verdade, e illuminem o espírito na investigação de cousas que devao ser proveitosas¹¹⁵.

Pensamos ser profícuo e necessário neste momento, retomar as reflexões apresentadas por Jorge Luis Borges sobre as extensões, e que se prestam ao devir epígrafe em nosso trabalho. Para além dos livros como extensão, tais como estão referidos pelo autor, uma História do Brasil deveria ser extensão do poder, uma máquina de Estado que se prestasse ao devir de braço, mão e voz, capaz de tocar, mover, moldar o ledor, narrar o pretérito, construir a nação. Narrativa capaz de disseminar o eleito pelas memórias e desejos dos ilustrados, o digno de ser lembrado para orientar a prática cotidiana daquele que se desejava fosse o cidadão nacional. Mas, constata-se que as narrativas até então não “satisfazem os desejos de quem quer ler a Historia Brasileira ligada com taes relações, que encaminhem os factos a resultados, que s'õ produzão verdade, e illuminem o espírito na investigação de cousas que devao ser proveitosas”.

Frente à tão nobre tarefa, acredita-se que a narrativa histórica haveria de se desterritorializar de uma historiografia como a oitocentista, que se propunha a narrar, na tradição Rankeana, tal qual havia ocorrido, e reterritorializar-se no mundo dos afetos e das sensibilidades, visando promover a adesão, a cooptação ao projeto de construção nacional. Discurso potencialmente capaz, portanto, de despertar aquilo a que os integrantes do IHGB se referem como “entusiasmo pela

¹¹⁵ Relatório do Secretário Perpétuo. *Revista Trimestral de Historia e Geografia*. 2ª ed. n.72. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, T. II, p. 570.

cousas da pátria”, sentimento que entendemos imprescindível para o desenvolvimento do sentimento de pertença à comunidade nacional, e à efetivação daquilo que se colocava como que uma expectativa dos ilustrados: a constituição da nação brasileira. Mas como produzir esta narrativa capaz de amalgamar a sociedade? Pensamos esta não ser apenas uma indagação posta para este trabalho. Porém as pesquisas realizadas junto ao periódico da Casa da Memória Nacional apontam ser esta uma indagação que movia os integrantes do IHGB na formação do campo historiográfico no oitocentos brasileiro.

1.3 Sobre a Escrita de uma História do Brasil: Entre Devires e Decalques

A reflexão acerca da escrita da História não foi uma prática exclusiva ao oitocentos e tampouco do IHGB, conforme temos tido a possibilidade de ponderar ao longo do desenvolvimento de nossas reflexões. Desde os dias de Luciano de Samostasa, do abade de Mably, passando por Leopold von Ranke, von Martius e chegando a Paul Veyne, dentre uma infinidade de historiadores, filósofos e pensadores, a produção do conhecimento Histórico foi debatida sob os mais diversos matizes, despertando acaloradas polêmicas e profundas reflexões nos mais diversos contextos¹¹⁶.

O que seria uma História bem organizada do Brasil? Foi uma pergunta que viria a ser respondida, conforme apontaram nossas investigações, em dois momentos: em 1845, quando fora acidentalmente publicada a monografia do Sr. Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius; e em 1847, quando assim se manifestou a comissão responsável pela avaliação das monografias propostas em concurso de 1840, pelo qual haveria de ser eleita a forma mais acertada de se escrever a História do Brasil: “a memória do Sr. Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius sobre o como se

¹¹⁶Conforme propõe Temístocles Cezar, já no ano 165 D.C., Luciano de Samostasa dispense esforços sobre a produção do conhecimento histórico. Cf. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: Sandra Pesavento. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

deve escrever a Historia do Brasil satisfaz exuberantemente ao programma do Instituto, e deve ser premiada”¹¹⁷.

A ausência de uma História do Brasil e, notadamente, de um compêndio de letras históricas, é evidenciada na 32ª sessão ordinária do Instituto, oportunidade em que foi realizada a leitura da carta enviada pela lente do Imperial Colégio de Pedro II, o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, o qual apresenta viva preocupação com a inexistência de um compêndio à altura da dignidade reservada ao ensino de História.

Sr. Dr. Justiniano Jose da Rocha fez sciente ao Instituto que, tendo sido nomeado pelo governo, a fim de leccionar um curso de Historia Patria no Imperial Collegio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfactoria a nobre tarefa que lhe fora encarregada, em razao de não existir ainda um bom Compendio de Historia do Brasil, por onde se pudesse orientar, o que o obrigava a entregar-se ao árduo e penoso trabalho de folhear diversos authores, extractando delles, com nímia difficuldade, o que lhe parecia mais verídico, a fim de preparar as suas lições: depois de ter mostrado a necessidade, que se fazia sentir, de um bom Compendio de Historia Pátria, e a grande utilidade que do mesmo deve resultar, terminou o seu discurso propondo ao Instituto que houvesse de nomear uma comissão especial, afim da mesma tomar sobre si o organizar um Compendio de Historia do Brasil¹¹⁸.

Inferimos que o embaraço do professor não se devia ao “extractar” o que lhe fosse mais verídico. Mas sim o “extractar” elementos que fossem convergentes à sua memória, aos desejos de homens inseridos no projeto civilizacional do qual o próprio professor fazia parte. A análise da missiva, correlacionada aos debates acerca do papel que haveria de ser cumprido por uma História do Brasil, permite vislumbrar que o “extractar” trechos de várias obras se apresentava como uma prática de *anamnese*, ou seja, a busca ativa por uma determinada memória. Problema este, que não viria a ser equacionado, nem mesmo com a publicação futura da História Geral do Brazil varnhageniana. E neste sentido, entendemos necessário apontar para o fato de não apresentarmos a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, como um compêndio de letras Históricas a ser utilizado nas práticas escolares pelas quais haveria de ser disseminado um pretérito capaz de agenciar a nação. Mas um modelo historiográfico forjado em

¹¹⁷ Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1869, T. XI, p.287.

¹¹⁸ Extracto das actas das sessões dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março. *Revista Triemestral de Historia e Geographia*. 2ª ed. n. 05. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858, T.II, p.149.

consonância às exigências dos anos 1800. A tarefa de “transposição” da obra varnhageniana ficaria sob os auspícios de Joaquim Manuel de Macedo, enquanto professor de História do Imperial Colégio de Pedro II. Macedo foi o autor de *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* em 1861, e em 1865, *Lições de História do Brasil para uso dos alunos das escolas de Instrução Primária (1865)*. Manuais que, além de utilizados no Imperial Colégio, foram recomendados e adotados por instituições de ensino no Império.

Entendemos desta forma que *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* tenha se apresentado a partir da década de 1860, como que um discurso oficial sobre o pretérito do Brasil; obra que, segundo apontou Capistrano de Abreu, constituía-se num desdobramento do “quadro de ferro” constituído por Varnhagen em sua *História Geral do Brazil* em 1854 e 1857, os quais se colocavam como base do Ensino de História. Penso ainda que a opinião de Capistrano mereça crédito. Ora, o historiador de Maranguape fora dos maiores estudiosos e comentador da obra do Visconde de Porto Seguro, e, assim como Macedo, fora professor do Pedro II, juízo qualificado, portanto. Daí entendermos que Varnhagen não tenha materializado um *compendio de lettras historicas*, mas sim, a base para a produção dos mesmos, para o quê aponta também Temístocles Cezar, para o qual, *lições de História do Brasil, apresentou-se como o veículo de disseminação das idéias de Varnhagen*, o criador do referido quadro de ferro. Entendemos que se faça necessária ainda, a definição veicula a época para o termo compendio: lê-se, no Dicionario da Lingua Portuguesa, de Moraes Silva, publicado em 1813, refere-se ao seguinte tipo de obra: “*resumo do mais substancial, ou das noções mais elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos: v.g. Compendio da Doutrina de Lógica, de Direito Natural, (...) em compendio: resumidamente.*” No Brasil do século XIX, o termo mais utilizado para o livro produzido com finalidades de ensino era *compêndio*. Certamente, *Historia Geral do Brasil* não se enquadra a este tipo de produção¹¹⁹.

Para o que nos chama à atenção também Ilmar Rolhoff Matos ao

¹¹⁹CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> Acessado em 25 Jan.2010.; MATTOS, Selma R. de. *O Brasil em lições*. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000. ; GASPARELLO, Arlete Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos do Brasil no Colégio Pedro II (1838-1940). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0655.pdf>>, Acessado em: 22 Jan, 2010. ; ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ponderar que

Mas, naquele momento e nos anos imediatamente seguintes, o exercício da cátedra afigurava-se-lhe, antes de tudo, como a possibilidade de quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Joaquim Manuel de Macedo no Colégio de Pedro II, permaneciam a base do ensino. Assim, ele talvez desejasse que crítica historiográfica e crítica documental de fundo erudito, escrita da história e ensino da história pátria pudessem caminhar juntos, tornando cada um dos estudantes capaz de ler os sinais grafados no grande livro de nossa formação como Nação desde o Descobrimento.¹²⁰

Retomando as discussões em torno da ausência do referido compêndio, entendemos fazer-se imprescindível atentar para o local da prática docente do Sr. Dr. Justiniano da Rocha: o Colégio Pedro II, instituição de ensino que, para além de um estabelecimento modelar, era o responsável pela formação da boa sociedade do Império. Sendo pouco plausível a ideia de que a História ali ensinada fosse diversa da empreendida pelos integrantes do Instituto, até mesmo porque parte de seus *lentes* associados eram docentes do referido Colégio¹²¹. Entende-se, desta

¹²⁰ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, June 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acessado em 25 Jan.2010.

¹²¹ *Pedro, no Colégio Pedro II. O objetivo, segundo seu criador, não era competir com os estabelecimentos particulares, mas sim dotar a corte de uma instituição modelar, calcada em moldes franceses. (...) Muitos dos membros do IHGB foram também professores, principalmente do Pedro II: afinal, ser professor de uma instituição tão sólida e renomada era sinônimo de competência intelectual, não apenas nos anos imediatamente posteriores à sua fundação, mas durante todo o período estudado. Muitas vezes, o trabalho junto ao magistério serviu como ponte para a confecção de obras didáticas, que engrossavam substancialmente as rendas minguadas do autor. De fato, muitos dos professores de história do colégio eram nomes de projeção no país em vários meios: Justiniano José da Rocha, Gonçalves Dias, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, futuramente barão, Joaquim Manoel de Macedo, José Maria da Silva Paranhos – o barão do Rio Branco –, Escragolle Doria, Capistrano de Abreu, Matoso Maia e João Ribeiro. CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D.Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, p.59-83, 2001. Entendemos então, que o Colégio Pedro II, apresentava-se dentro da relação saber-poder, como elemento potencialmente capaz de apresentar, em suas práticas escolares, a moral, valores, sentimentos e práticas que haveriam de ser disseminados pelos seus alunos, representantes das elites imperiais, ao resto do território e seus povos, o que entendemos aproximar-se daquilo objetivado por Stuart Hall, como o sujeito sociológico, onde parte-se da premissa de que *O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o 'eu real', mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem*. Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.p.11.Sobre o Colégio Pedro II aponta ainda para a qual o Colégio fora *Criado para ser a instituição formadora de uma elite intelectual, capacitando-a para seguir os cursos superiores e assumir cargos políticos e administrativos do Império, o Colégio Pedro II tornou-se, quando não havia um "sistema" de ensino nacional, na instituição oficial, modelo a ser seguido pelas demais escolas de ensino secundário de todo o Império. Por isso, considera-se que o Imperial Colégio de Pedro II foi um centro irradiador das propostas educativas no Império*. Cf. TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império Brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005. Neste sentido, sobre a utilidade de Instituições, uma História e esclarecimento dos indivíduos, reflete também Arno Wehling, para o qual, *os estudos históricos eram vistos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como instrumentos de aperfeiçoamento institucional para o esclarecimento dos titulares de cargos eletivos, que deveriam aperfeiçoar a representação e elevar o nível de consciência dos representados*. WEHLING,*

forma, não se tratar da recusa das narrativas por uma suposta “falta de verdade”, e sim da constatação da inexistência de uma narrativa capaz de atender aos interesses da Casa.

A proposição de uma comissão responsável pela elaboração do referido compêndio deveria ser aceita de imediato. Tal sugestão nos é apresentada por estudiosos que se propõem a refletir sobre “a história de nossa História”¹²². Consideramos digna a referência a um fato que turva o entendimento dos esforços em nome da escrita de “uma História em honra e glória da pátria” e que pudesse ser cooptada pelo projeto de construção da nação. Tal evento tem por protagonista o Secretário Perpétuo do Instituto, que assim se manifesta sobre a instituição da comissão:

O Sr. Conego Cunha Barbosa declarou-se contra a proposta do Sr. Rocha, fazendo sentir as grandes dificuldades e embaraços que por ora ainda encontrariam a Comissão, ou Comissões, na organização de um bom Compendio; visto não estarem ainda bem elucidados alguns pontos de nossa História. Igualmente mostrou não estarmos de todo necessitados de um bom Compendio de Historia do Brasil, pois existe a do nosso digno Consocio o Sr. Major Pedro d’Alcantara Bellegarde¹²³.

Os desdobramentos a *posteriori* da leitura da missiva podem ser separados em duas etapas, sendo uma a que era de se esperar, e a outra proposta a ser aprovada, a favor da qual os Srs. Drs. Serqueira e Maia assim se pronunciaram

mandando com tudo, o primeiro uma emenda à mesa, para que em lugar de se encarregar à uma só Comissão a organização do Compendio, fosse antes este dividido em épocas, ou períodos e repartido por diversas Comissões, para, destarte, se tornar mais fácil a sua execução¹²⁴.

Entende-se que a recusa do Primeiro Secretário não tenha surtido efeito, haja vista a temática ser de profundo interesse dos trabalhos e objetivos a que se propunha o Instituto. Colocando-se de acordo com a proposição, o Sr. Sarmento

propunha que em lugar de se encarregar a uma Comissão do Grêmio do Instituto o fazer o dito Compendio, se propozesse antes um premio ao

Anno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.39.

¹²² Apontaram Januário da Cunha Barboza como propositor do concurso REIS, José Carlos. Ano 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; NEVES, F. C. “Inventando o Brasil: uma visão historiográfica”. In *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 40-50, 2000.

¹²³ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.149.

¹²⁴ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.149.

indivíduo que apresentasse um Compendio, embora fosse, ou não, membro do Instituto¹²⁵.

As discussões que se seguem não permitem vislumbrar o real motivo da recusa de Januário da Cunha Barboza à proposta. Acredita-se, todavia, ser possível inferir que, realmente, o cônego entendia não ter chegado o momento de se levar a cabo a empreitada da escrita de uma História do Brasil conforme exigiam os parâmetros orientadores da moderna historiografia e consoante às necessidades do projeto de construção nacional. Com vistas, então, à “remissão” pela recusa de empreitada tão digna, o Primeiro Secretário propôs, na 51ª primeira sessão do *establishment*, a seguinte oferta:

Offereço 100\$000 réis para reforço de um prêmio que o Instituto arbitrar á melhor memória que lhe for offerecida até fins do 4º anno acadêmico sobre o mais acertado plano de se escrever a história antiga e moderna do Brazil, organizada com tal systema que nella se comprehendão as suas partes política, civil, aclesiastica e litterária¹²⁶.

A repercussão em torno da proposta foi óbvia: apresentaram-se os presentes

unanimemente de voto que se fizesse honroza menção na acta da patriótica offerta do Sr. Conego Cunha Barboza; que se acrescentasse á quantia offerecida mais 100\$000 réis, e que o premio e suas condições fossem publicados juntamente com o outro no dia da sessão publica anniversaria¹²⁷.

O prêmio a ser ofertado àquele que apontasse as linhas mestras orientadoras da escrita da História, seria reforçado por uma quantia de mais 100\$000 réis ofertada pelo próprio Instituto, e que tanto a soma como as condições do concurso fossem publicadas no dia da sessão pública aniversária do segundo ano acadêmico do *establishment*, e dadas a ler no tomo II da RIHGB, propondo, como prêmio ao então selecionado,

uma medalha de prata no valor de 200\$000 réis a quem apresentar o mais acertado plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n'ella se compeendam as suas partes política, ecclesiastica e litterária.¹²⁸

¹²⁵ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.148.

¹²⁶ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.531.

¹²⁷ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.545.

¹²⁸ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, T.II, 1840, p.628

Conforme se apontou no edital responsável pela normatização do referido concurso, deveriam estar cientes os concorrentes de que “as pessoas que [deste] tomarem parte [...] deverão enviar suas respectivas memórias até os fins de setembro de 1842”¹²⁹, devendo ser entregues os nomes dos autores “escriptos em cartas fechadas que trarão a mesma divisa das memórias, a fim de ser premiada a memória respectiva”¹³⁰; ficando a memória premiada sob a propriedade do Instituto, responsável pela impressão e publicação desta em sua coleção de memórias, e não deveria ter seu texto publicado integralmente nas páginas da *RIHGB*. Ao autor da referida proposta caberia ainda o recebimento, como parte do prêmio, da “quantia de 50 exemplares de sua memória”¹³¹.

O resultado do concurso seria oficializado apenas no ano de 1847, oportunidade em que a comissão responsável pela avaliação dos projetos, composta pelos Sr. Dr. Francisco Freire Allemão, pelo Monsenhor Manoel Joaquim da Silveira e Dr. Thomaz Gomes do Santos assim se pronunciaram:

Senhores: a comissão a quem confiaste o encargo de ajuizar do mérito das duas memórias, que únicas se offereceram ao concurso, do premio proposto para a que indicasse o melhor “plano de escrever a historia antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que n’ella se comprehendam as suas parte política, civil, ecclesiastica e litteraria” vem apresentar-vos o resultado de seu trabalho¹³².

Chama-nos a atenção o reduzido número de inscritos no concurso. Ora, se a composição dos quadros de associados do instituto tem baixa especialização, em se tratando da formação para a produção do conhecimento, por outro lado, observa-se nas páginas do periódico que vários destes indivíduos já palmilhavam a produção historiográfica, ainda que, conforme aponta Arno Wehling, a qualidade de tais escritos fosse questionável¹³³. Retomemos os juízos de cada proposta:

N’uma d’estas memórias se propõe o methodo das Décadas á maneira de Tito Livio, Barros e Couto: começando, v.g., em 1500, época da descoberta de Cabral, até 1510, tempo do naufrágio de Diogo Álvares (o caramuru); a segunda, d’ahi á 1521, em que acconteceu a morte d’ eu-rei D. Manoel, &c.; precedendo a introducção um descripção das nações indígenas que na época do descobrimento habitavam as costas do Brasil. Que no texto da

¹²⁹ *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.628*

¹³⁰ *Idem, ibid. Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.628*

¹³¹ *Idem, Ibid. Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.628*

¹³² *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.278,*

¹³³ WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

historia se comprehenderia a parte política; e quanto à parte civil; ecclesiástica e litteraria, essa iria em artigo separado no fim de cada década, conforme seguido pelo abbade Millot na História de França. Parece à comissão que o autor d'essa memória não comprehendeu bem o pensamento de vosso programa, porquanto as vistas d'este Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isso por um methodo puramente fictício ou artificial, que poderá ser commodo para o historiador, mas, de modo algum, apto a produzir uma historia do gênero philosophico, como se deve exigir actualmente¹³⁴.

Já sobre o projeto de Martius, assim se manifesta a comissão:

A outra memória, extensa e profundamente pensada, já se acha publicada há muito tempo em vossa Revista Trimestral, e com o nome declarado do autor. Foi um descuido por que passou a redacção da Revista, sendo a memória dirigida para o concurso: o que, todavia, devem só lhe relevar, e talvez mesmo agradecer, visto sendo ser o assumpto da memória tão transcendente para o Brasil, e ahi tão sabiamente explanado; ao qual o nome do autor devia dar ainda maior realce e ainda maior peso para as nossas convicções. Pensou-se que não devia differir sua publicação para não privar de seu immediato conhecimento as pessoas litteratas que no Brasil se occupam de investigações da historia do seu paiz, pois que n'ella se indica o modo pelo qual se devem colligir e dispor os materiaes para a sua composição.¹³⁵

O vencedor do concurso foi o bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, o qual, no entender de Djacir Menezes, havia sido, na plenitude da palavra, não apenas um especialista, mas um sábio¹³⁶. Vale lembrar que uma das críticas realizadas pelos integrantes do *establishment* era referente ao grande número de mãos estrangeiras produzirem nossa História, o que torna o caso emblemático, nas palavras de Januário da Cunha Barboza, para quem havia chegado a hora de vedar ao gênio dos estrangeiros a escrita de nossa História. Mas, considera-se interessante apontar para outra leitura que pode ser feita acerca de tal proposição: fazia-se necessário para a tarefa de pensar, ou ainda assumir a empreitada de escrever uma História Pátria, o conhecimento da terra.

Conhecimento que, até onde se sabe apenas alguns possuíam; como é o caso de John Armitage, que conhecia apenas o Sul do Império: ao passo que Robert Southey tinha o Brasil como uma ideia construída por intermédio de textos e gravuras, ao passo que, Martius conhecia o Brasil. O botânico havia vindo ao Reino Unido no ano de 1817, juntamente a Johann Baptist von Spix, “sábios” escolhidos

¹³⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo IX, 1847, p.279.

¹³⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo VII, 1845, p.279-80.

¹³⁶ MENEZES, Djacir. (No centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1969). *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, T. LXXXII, 1969. p.56-63.

pela academia de Ciências de Munique para comporem a missão científica que deveria excursionar pela América, em obediência à ordem de Maximiliano José I, rei da Baviera, em virtude do casamento do príncipe D. Pedro com dona Leopoldina, no ano de 1817.

Estendendo-se a estada destes cientistas no Reino, até 1820, tendo como resultado destas incursões pelos sertões obras de fundamental importância para o conhecimento da fauna e flora brasileiras: *Flora Brasiliensis*, onde Martius catalogou cerca de 850 famílias de espécimes, as quais se multiplicavam em mais de 8000 exemplares, capturados por seu olhar científico e catalogadas em mais de 1000 estampas, e *Reise in Brasilien*, narrativa de suas viagens pelo Reino¹³⁷.

Podemos considerar que o olhar taxionômico de Martius superava o olhar, a perspectiva de um botânico observador da fauna e flora, haja vista não ter se interessado, em suas viagens, apenas em descrever e catalogar espécimes do Reino. Interessou-se também em conhecer o território que esquadrihava, segundo aponta Karen Lisboa, não apenas através do olhar, mas através de relatos de viagens, crônicas e narrativas históricas dos quais haviam precedido sua longa expedição pelo desconhecido Brasil¹³⁸; ponderação corroborada por Djacir Menezes (1969), quando diz que

entre os manuscritos que o Instituto recolheu, Roquete menciona, comovido por sua singeleza, a lista de livros que Martius compilou “para servir de guia aos que pretendessem escrever sobre a nossa história”¹³⁹.

Ainda no que diz respeito a esta escrita de ver e narrar, basilares são as palavras de Manoel Salgado Guimarães, para quem Martius, Spix e outros viajantes que narraram suas viagens pelo “Novo Mundo”, ao longo do final dos setecentos, adentrando pelos oitocentos, lançam-se e inserem-se neste mundo a ser explorado com o objetivo de realizar, a partir de bases seguras, o sonho enciclopedista, pois

¹³⁷ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7. n.2, jul./out..2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2009.

¹³⁸ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1821)*, São Paulo, Hucitec, 1997. p.55.

¹³⁹ MENEZES, Djacir. (No centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1969). *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, T. LXXXII, 1969. p.56.

acredita o autor que, diversamente das viagens exploratórias anteriores, os “viajantes” oitocentistas o fazem objetivando produzir conhecimento científico¹⁴⁰.

Considera-se, então, que a formação de Martius estivesse em rizoma. Em seus relatos, relacionava-se o cientificismo oitocentista com o Iluminista, resultando, segundo aponta ainda Manoel Salgado Guimarães, num mundo em cujos “campos do conhecimento não estavam ainda rigidamente definidos e as ciências da natureza parecem fornecer os meios mais seguros para a realização de um trabalho metódico e científico”¹⁴¹.

Após realizar a apresentação de Martius, indagamos novamente: a que tipo de narrativa estava aberto o IHGB? Como deveria ser narrada esta história? Que narrativa viabilizaria a fundação da nacionalidade em bases tidas por seguras? Crê-se que tais indagações apresentem-se como chaves para a compreensão do porquê de o projeto de Von Martius sobrepor-se no concurso realizado; assim como também se apresentam como base para a compreensão do porquê da sobreposição da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen em relação às demais obras escritas até então, bem constituir-se ainda em nossos dias, como um monumento da historiografia oitocentista.

A dissertação intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*, “oferecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius”, datada de “Munich, 10 de Janeiro de 1843”, apresenta-se dividida em 1) “Idéas geraes sobre a História do Brasil”; 2) “Os indios (a raça côr de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”; 3) “Os portuguezes e sua parte na História do Brasil”; 4) “A raça africana em suas relações para com a Historia do Brazil”.

¹⁴⁰ Segundo propõe Guimarães, “(...) esquadrihando cuidadosamente as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características sociais e políticas dos povos que as habitavam. Um olhar cuidadoso vai anotando, classificando, ordenando segundo princípios, constituindo, em suma, um saber sobre estes povos distantes e desconhecidos, seguindo as intenções e os métodos sugeridos por Volney ou mesmo Voltaire de com o proceder quando em viagem científica”. GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7. n.2, jul./out..2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2009.

¹⁴¹ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius esquadrihando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7. n.2, jul./out..2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 14 maio 2009.

Inegavelmente, todo o projeto proposto por Martius é de grande relevância aos que refletem seja sobre a formação do campo historiográfico, assim como àqueles que refletem sobre a História das histórias do Brasil¹⁴². Entretanto, aos fins propostos para nossa pesquisa, apresentam-se como fundamentais as reflexões apresentadas por von Martius, no tocante ao estilo sobre o qual o historiador deveria agenciar a sua narrativa; elemento posto no projeto desenvolvido pelo bávaro, que, entendemos ter credenciado, diante dos objetivos propostos à produção historiográfica, para tomar a frente da escrita de uma História, o que inferimos das palavras de Januário da Cunha

Mas eu peço licença a V.Sa. para lhe significar um pensamento meu, isto é, de um Brasileiro amante da paz, da Independencia, do Throno Constitucional, e das Lettras americanas; e é-que eu não conheço actualmente quem seja mais habilitado para desempenhar o riquíssimo Plano de Histórica Philosophica Brasileira que V.Sa. se dignou a offerecer ao nosso Instituto Histórico e Geographico do que V.Sa. mesmo, que tanto cabedal de conhecimentos tem adquirido pelos seus profundos estudos, e de sua longa estada n'este paiz, levando a sua ajuizada observação ao centro de [...] e sertões quase ainda não pizados por sabios e naturalistas. Se eu fora mais conhecido de V.Sa.,esforçar-me-hia em passar de meu coração ao coração de um sábio, que tanto respeito, os sinceros desejos que tenho, e que comigo compartilha o Instituto, de que fosse V.Sa. quem desempenhasse o riquíssimo plano da Historia Brasileira, erguendo d'est'arte um novo padrão á sua gloria litteraria, já bem conhecida por seus sabios escriptos, e um monumento de honra ao Instituto, que muito se ufana

¹⁴²Uma das questões que há de ser levada em consideração para que possamos entender a primazia da monografia do bávaro são os apontamentos referentes ao posicionamento que o historiador deve assumir ao narrar o Brasil.(...) *qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem (...), côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiópica.* Von Martius, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845.pp.389- 390. É mister referir-se segundo propõe Temístocles Cezar, à atitude de Martius ao inserir tanto a raça “cor de cobre” e a “ethiópica” na formação do povo brasileiro, uma atitude ousada, pois segundo as concepções evolucionistas coevas, era descartada a possibilidade de desenvolvimento social de povos híbridos como este que se constituía o Império do Brasil e que pretendia, através da ação estatal, configurar-se como nação. Segundo Temístocles Cezar, *Para a conjuntura em que vivia, Martius é decididamente audacioso. Não somente por integrar os índios ao processo de constituição, por assim dizer, da nacionalidade, mas porque insere nela também os negros.* CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: Sandra Pesavento. (Org.). História cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.184. Chama-nos a atenção ainda, no que diz respeito à ousadia de Martius, proposições que o colocam ao lado de historiadores na esteira da produção historiográfica atualmente desenvolvida nos meios acadêmicos, ao propor como objetos de reflexão, como as maneiras de pensar e de sentir: *O historiador deve transportar-nos a casa do colono e cidadão brasileiro: elle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus creados e escravos; e finalmente com as riquezas nas transaçõe commerciaes. Elle deve juntar-nos o estado da igreja e escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos.* Von Martius, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia.* n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, T.VII,1845.p.402.

de contar em o numero de seus mais distinctos Membros o glorioso nome de V.Sa¹⁴³.

Martius acabou por não aceitar a empresa, pois era, a seu ver, por demais áspera, o que se torna evidente na leitura de carta do autor da monografia ao Cônego:

Monsieur et respectable confrère, je n'oserai pas aspirer moi-même à la gloire d'une entreprise de paraille nature. C'est bien vrai que je me suis occupé dans mes heures de loiser des vestiges de l'histoire ancienne de l'Amérique. Je trouve qu'il serait une tache aussi glorieuse que reconnaissante de reveleur la voile qui couvre jusqu'a présente l'histoire ancienne de la race rouge. Mais ce grand mysthère d'une histoire où tout reste écroulé, où tout est abymé et ruine, — ce grand mysthère demande (ilegível) autres forces que les miennes¹⁴⁴.

Pensamos que Martius tivesse a noção da aspereza da empreitada de levar a cabo a escrita de uma História para o Brasil. Acreditamos que tal recusa fosse motivada por motivos outros que não a grandiosidade do trabalho. Martius refere-se à escrita da História do Brasil como tarefa para a qual se faziam necessárias outras forças, conhecimentos, sensibilidades e interesses que não os dele. Pensamos que não sejam forças referentes ao seu vigor intelectual, à sua bagagem de conhecimentos sobre o Brasil, mas, sim, frente à relação que se estabelecia entre saber e poder, onde produção historiográfica havia de se somar ao despertar o sentimento de pertença à comunidade nacional, era mister que este historiador sentisse a necessidade de instituir tal sentimento.

Aceitamos que um Bávaro pudesse, sim, apontar a necessidade de aplainar as diferenças entre as diversas partes constitutivas do Império; entretanto, torna-se difícil pensar como o fazer revelar tal mistério.

¹⁴³ Carta do Cônego Januário C. Barbosa a Karl Fr. Ph. von Martius. Rio de Janeiro, 12/agosto/1843.

¹⁴⁴ Carta de Martius ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, 8/março/1844.

CAPÍTULO II

AGLUTINAÇÃO

2.1 Um Corpo em Busca de Alma

Entendemos apresentar-se necessária, neste momento, a análise acerca da situação política em meio a qual foi realizada a independência da América Portuguesa, e, desta forma, seja-nos possível melhor observar e conhecer as especificidades do presente do Império em fins da década primeira do oitocentos, a necessidade de se pensar a forja de uma comunidade nacional; e ainda o papel que haveria de ser cumprido por uma narrativa histórica no projeto de forja da nação. Tal análise possibilita vislumbrar os condicionantes que se somam para pensar a criação de uma instituição aos moldes do IHGB, assim como jogar luzes sobre a constituição dos procedimentos de interdição postos à produção historiográfica oitocentista. A colocação desta reflexão “em terra” possibilitará vislumbrar as especificidades e óbices que haviam de ser superados para a construção da nação brasileira.

A análise em questão tem por ponto de partida um evento que se considera em oposição à realização, tanto do presente, como do futuro fabulado pelos integrantes do IHGB: a internalização da metrópole, em 1808, e seus desdobramentos.

As representações acerca deste acontecimento que acaba por gerar uma reviravolta nas práticas — fossem as do mando, as econômicas, religiosas, ou mesmo as da vida privada — são objeto de análise de um sem número de estudiosos e sob as mais diversas perspectivas¹⁴⁵. Todavia, privilegiaremos a tese

¹⁴⁵ As versões acerca da transmigração da corte, como dito anteriormente, são múltiplas, indo desde a complacência de um Oliveira Lima, para o qual a transposição da corte, para o qual, a referida transmigração é vista como fruto da sagacidade do então regente, segundo exposto pelo autor em: LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; até, como uma atitude de covardia, como apresentada por Nelson Werneck Sodré, fabricação historiográfica esta, marcada por um momento de exacerbado nacionalismo, onde aflora uma narrativa em que autonomia colonial é frutífera das querelas entre portugueses e brasileiros; como podemos constatar em: SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

segundo a qual a vinda da metrópole para a colônia é entendida como parte de um projeto pensado desde o século XVI¹⁴⁶ e desenvolvido pela chamada “Geração de 1790”, a qual teve por principal expoente D. Rodrigo de Sousa Coutinho, à época, 1º Ministro do Estado português. Nesta perspectiva de análise — da Geração de 1790 — inserem-se Francisco Adolfo de Varnhagen, Kenneth Maxwell¹⁴⁷, Jurandir Malerba¹⁴⁸ e Iara Lis de Carvalho Souza¹⁴⁹, os quais retomam o debate no meio acadêmico na década de 1970.

Conforme apontam tais estudiosos, numa perspectiva de análise para além das oposições entre reinóis e colonos, o 1808 deve ser entendido como desdobramento de projetos postos em curso pela referida Geração, através da qual havia de ser constituído um Império luso-brasileiro. Constata-se, ainda, que, para além das discussões que acabam em fumachos, conforme propõe Sérgio Buarque de Holanda¹⁵⁰, em seu *Raízes do Brasil*, ao discutir o “espírito do homem português”¹⁵¹, o pensar a vinda da metrópole para a América era uma real possibilidade, conforme apontam Kenneth Maxwell¹⁵² e Márcia Regina Berbel,

O programa de reformas elaborado por Sousa Coutinho em 1798 sugeria nova organização administrativa dos domínios portugueses que atribuía à metrópole o papel de centro dinamizador do sistema. As possessões ultramarinas passariam a ser tratadas como províncias da Monarquia e, mantido o “sacrossanto principio da unidade”, todas estariam ligadas “ao novo sistema administrativo e sujeitas aos mesmos usos e costumes”¹⁵³.

¹⁴⁶ Conforme aponta Kirsten Schultz, a ideia de construção de um império americano não é obra de Souza Coutinho, já que tal ideia “A idéia de criar uma corte real no Novo Mundo parece ter surgido pela primeira vez nos anos 1580. Depois que o rei espanhol Filipe II, reivindicou, com sucesso, o direito ao trono português que estava vago um conselheiro do prior do Prato, o rival português de Felipe, identificou o Brasil como um possível porto para a corte exilada. Não obstante, a França foi escolhida em seu lugar. Essa mesma recomendação foi então aceita nos anos 1640, quando a União de Coroas criada por Filipe chegou ao fim.”. SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p.38.

¹⁴⁷ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.157-207.

¹⁴⁸ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴⁹ SOUZA, Iara Liz Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

¹⁵⁰ Indicamos os capítulos 04 e 05 da HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁵¹ Indicamos os capítulos 04 e 05.

¹⁵² Segundo propõe Kenneth Maxwell, já havia, além da intenção da transposição da corte para a América, “planos prontos para a nova situação” in MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.190.

¹⁵³ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821 – 1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p.33.

A vinda da corte para a América não deve ser lida como relação de causa e efeito. Quer seja pelo temor de D. João VI às tropas comandadas por Junot, quer seja pela sagacidade do regente, executando os projetos que datavam do século XVI, à fuga, somam-se e relacionam inúmeros elementos. A invasão da metrópole pelas tropas francesas apresentou-se como um agente catalisador do projeto que defendia a instalação da metrópole na colônia. Pensava-se que o propósito da vinda do Estado português para a América fosse garantir a integridade territorial de sua possessão, viabilizando, desta forma, a constituição do projetado Império Luso-Brasileiro¹⁵⁴, garantindo conseqüentemente o efetivo domínio de sua retaguarda econômica. Se, por um lado, a “interiorização da metrópole”¹⁵⁵ havia de contribuir para a integridade territorial tanto da colônia quanto de um futuro Império Luso-Brasileiro; por outro, o enxerto administrativo e a centralização do poder no Centro-Sul da colônia apresentam-se como elementos dispersivos da integridade territorial pela redistribuição e rearticulação do poder constituído na América portuguesa.

Ora, aqueles outrora poderosos senhores da região que hoje conhecemos por Nordeste¹⁵⁶, frente às relações desenvolvidas, ficaram de fora do âmbito de influência dos rumos da economia e política colonial, em proveito daqueles que então defendiam de forma mais efetiva seus interesses privados junto à corte; a referência aqui é aos comerciantes de grosso trato¹⁵⁷ de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Evento também considerado de impacto sobre as práticas políticas, econômicas e sobre o cotidiano colonial, foi a chegada de nobres e nobilitados lusos

¹⁵⁴ Havia toda uma trama administrativa (que vem embasar a ideia — veiculada pela geração de 1790, a qual tinha por expoente maior D. Rodrigo — constituída então) capaz de propiciar o domínio do então Império Luso-Brasileiro. Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar; Guerra e Negócios Estrangeiros, Erário Régio, Junta de Comércio, Agricultura e Navegação, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, Imprensa Régia, Escola Militar e Fabrica de Pólvora, Banco do Brasil, Jardim Botânico, Biblioteca Real. Instituições trazidas, instaladas ou desenvolvidas na colônia durante a estadia da corte. Cf. FAORO, Raymundo. Os pródromos da independência. In: _____. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Globo, 1997.

¹⁵⁵ A referência, clássica, à vinda da Corte para a Colônia como *interiorização da metrópole* é de Odila Silva Dias. Cf. DIAS, Odila Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. pp. 160-184.

¹⁵⁶ Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁵⁷ Cf. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ao Rio de Janeiro em 1808. Número calculado entre 10 e 15 mil elementos¹⁵⁸, e que, antes de serem absorvidos pelo corpo administrativo da metrópole, deveriam ser absorvidos pela cidade queurgia ser reestruturada para abrigar dignamente a Corte, fazendo-se necessário o desenvolvimento de uma infraestrutura que atendesse às necessidades da então capital do Império. Gastos que na visão de Caio Prado Júnior¹⁵⁹ apresentavam-se como desnecessários e demasiadamente pesados para os cofres da colônia.

Conforme apontam nossas leituras, tal ônus foi revertido em oportunidade de “investimento”, os quais ficariam sob a incumbência dos comerciantes de grosso trato; elite econômica da colônia à época da internalização metropolitana, e que em muito auxiliaram o regente luso na estruturação da capital do então Império Luso-Brasileiro. Segundo aponta Maria Sylvia de Carvalho Franco, “não apenas em questões de dinheiro sonante estavam os poderes públicos mal providos, havia também carência de prédios e instalações para o funcionamento de seus serviços”¹⁶⁰, o que nos revela indícios de uma “brecha” por onde os comerciantes se inseriram na corte. Para o que nos chama a atenção Jurandir Malerba, para quem os comerciantes do Sul apresentavam-se como que suporte da coroa portuguesa no Brasil, e que não ficaram de fora da estruturação do Estado brasileiro, recebendo seu quinhão em títulos e cargos, conforme seu prestígio e seu lugar em relação ao príncipe¹⁶¹.

Com a elevação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ao *status* de Corte — quiçá sede de um futuro Império Luso-Brasileiro — desenvolveram-se em torno da ritualística da Corte, novas sociabilidades, assim como o incremento do cotidiano colonial: festas, cerimoniais, missas em ação de graças, rituais de beijamão; práticas onde o poder era encenado e pelas quais o monarca mostrava-se e deixava ser visto pelos súditos. Sociabilidades essas que visavam à instituição de

¹⁵⁸Seguindo as reflexões de Luis Felipe de Alencastro, inferimos que se apresentava de forma hipertrofiada o corpo administrativo enxertado, pois *quando a capital dos Estados Unidos mudou-se da Filadélfia para a recém-construída Washington, o contingente de funcionários do governo federal americano não excedia o milhar, contando-se desde o presidente John Adams aos cocheiros do serviço postal*. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. _____(org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.12.

¹⁵⁹PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.p. 138.

¹⁶⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p.130.

¹⁶¹ *apud* FRANCO, *op.cit.*, p.224.

laços entre os súditos e seu monarca; sobre o que reflete Georges Balandier, para o qual o poder

não se consegue manter nem pelo domínio brutal, nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial¹⁶².

Apresenta-se, como o ápice desta relação de bem estar entre o poder estabelecido e os governados que gravitavam ao redor da corte, o íterim compreendido entre os anos de 1815 e 1818, época em que se prepara, em virtude da elevação da colônia à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o casamento de Pedro I, e, ainda, o aniversário da aclamação de D. João VI, eventos que tendem a ligar, de forma efetiva, uma nação à parte do então Reino Unido a Portugal e Algarves, o povo da região Centro-Sul ao seu monarca. Encenações onerosas, mas diante das contingências coevas, necessárias, e que demandavam quantidade de gastos consideráveis para a sua execução; ônus que havia de ser saldado por alguém que não aqueles que contribuía de bom grado para o bom desenvolvimento e desempenho da encenação do poder, isto é, os grandes comerciantes, diretamente ligados à corte.

Noutro lado da relação estavam os senhores da região Norte do então Reino Unido, descontentes com a nova distribuição do poder, e com a intransigência do poder central. Apontamos como foco da insatisfação dos indivíduos da Região Norte, especialmente dos pernambucanos, a diferenciação no trato que lhes era dispensado ante o poder central. Se, por um lado, a Carta Régia de 1808 possibilitava que o Centro-Sul praticasse uma economia teoricamente liberal, as relações com os pernambucanos seriam diversas. Estavam submetidos aos monopólios e tributos praticados notadamente ao longo do século XVII pelas arcaicas estruturas da Companhia de Comércio. Clamando, então, pelo fim dos monopólios das “astutas e dolorosas mãos a quem se consente fazer exclusivamente o negócio do açúcar e do algodão, provocando grande descontentamento dos fazendeiros e dos compradores”¹⁶³.

¹⁶² BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p.7.

¹⁶³ COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: 1972. p.82.

A esta insatisfação em torno das práticas monopolísticas que acabaram por desembocar no movimento de 1817, devemos acrescentar, ainda, a circulação das ideias de matiz liberal que embasaram a Revolução Francesa; corolários difundidos pelas lojas maçônicas ou ainda através da leitura de obras que se davam por compra, empréstimo ou herança; some-se isto às insatisfações dos pernambucanos ante os recrutamentos compulsórios para a campanha pela tomada da Guiana Francesa, a seca de 1816 e os privilégios de que gozavam os estrangeiros nas praças de Recife e Olinda¹⁶⁴. Oposição esta, que em nada se aproxima do nacionalismo; mas convergência de indivíduos contra práticas do poder central.

O impulso dispersivo não partira tão somente das partes constitutivas do Reino Unido a Portugal e Algarves, fora fomentado ainda pela metrópole expropriada de seu favorecimento econômico em nome do afrouxamento das relações entre ela e a colônia, pelos Tratados de 1808 e 1810, respectivamente, tendo por signatários ingleses e portugueses. Estes Tratados contribuíam para minguar as rendas e reforçavam o erário real. Neste sentido, a Revolução Liberal do Porto, representada por suas cortes, também pretendeu desorganizar o poder que se constituía gravitando em torno do poder central constituído no Rio de Janeiro com Pedro I¹⁶⁵, para tanto, oferecendo a homogeneização administrativa dos usos e dos costumes.

¹⁶⁴O descontentamento não era apenas contra os lusos. Estendia-se a todos àqueles que gozavam de privilégios concedidos pelos tratados de 1810, pois em se tratando dos direitos, proteção e segurança concedidos aos mercadores ingleses na colônia, os tratados, estabeleciam o seguinte: 1) *residência livre dos súditos de cada uma das nações nos domínios da outra, com liberdade de locomoção e de culto*; 2) *não era necessária no momento, a fixação de qualquer tabela precisa de tais direitos*; 3) *dispensa de concessão para estabelecimento de indústrias inglesas no Brasil, mas exigência de Juiz Conservador e de não interferência da Inquisição*; 4) *exigência do direito de nomear cônsules ingleses para os diversos portos brasileiros, com privilégios e autoridades usuais* SODRE, Nelson Werneck.op.cit., p.161-2. O Liberalismo enxertado na colônia muda até mesmo os preceitos para nela se viver, pois se outrora, a única exigência para habitar nesta parte mundo, era comungar da Igreja de Pedro, os ventos liberais derrubam até mesmo esta restrição. A partir de onde são deflagrados embates no que diz respeito às concepções religiosas, entre ingleses e portugueses. Ver sobre o assunto, SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁶⁵ A adesão das províncias às cortes lisboetas deu-se primeiramente por parte daquelas que sempre haviam engendrado relações mais diretas com a metrópole do que com o centro de poder colonial, como é o caso das então províncias do Pará da Bahia, cujas juntas proclamaram fidelidade às cortes; a província do Maranhão, cuja adesão foi firmada pelo então governador, o marechal Bernardo Silveira Pinto da Fonseca, Pernambuco, através do então governador, Luiz do Rego Barreto; o Rio Grande do Norte e Alagoas, cujas adesões, foram firmadas por seus antigos governadores. Em se tratando das províncias do Centro-Sul, esta adesão não ocorreu de forma voluntária como havia sido nas províncias da região Norte, como é o caso da sede da corte, a qual só aderiu às cortes, após o então regente, D. Pedro I, ter sido forçado por divisão militar lusa Tropas fiéis às cortes lusitanas, fazem-no jurar a inexistente constituição, que inusitadamente, viria a ser elaborada pelas Cortes,

Tarefa difícil, a de garantir a integridade territorial do até então Reino Unido a Portugal e Algarves. Estas mesmas Cortes Liberais, para as quais os colonos haviam sido chamados para presidir os trabalhos pelos quais havia de ser delineado o futuro de um possível Império Luso-Brasileiro, se, num primeiro momento, contribuem para a dispersão dos que gravitavam pela área de influência de Pedro I, noutra apresentavam-se como local de aglutinação e integração daqueles que representavam o Reino Unido a Portugal e Algarves.

Ainda que os representantes brasileiros não tivessem um discurso convergente em relação ao que iam defender nas Cortes, estavam cômnicos do que não queriam: a revitalização das práticas comerciais, tendo por corolário o pacto colonial e a desestruturação da ordem social estabelecida: latifundiária e escravocrata. É em meio ao descortinar das intenções recolonizadoras que se começa a pensar de forma mais efetiva sobre o futuro do “Brasil”.

A tônica desses debates pelos quais havia de ser pensado o futuro do então Reino Unido a Portugal e Algarves seria a indecisão. O falar-se em independência motivada pela recolonização, apresenta-se de forma precipitada, pois o desvincular-se dos “que nos inseriram numa tradição de civilização e progresso” estava longe das pretensões dos representantes do Reino nas Cortes. As elites nacionais acreditavam que a independência poderia deflagrar movimentos mais sérios de contestação social, revoltas escravas, a República. Associados ao barbarismo caudilhesco e à dispersão territorial, tais movimentos colocavam em risco, então, a ordem estabelecida. Mostrava-se, desta forma, a representação “brasileira” avessa à Independência, o que se torna evidente nas palavras de Maria Regina Berbel para quem,

os discursos dos deputados do Brasil clamaram pela união com Portugal até o último momento. Tratava-se de uma unidade federativa do Império

posteriormente, obrigam-no a retornar para a metrópole, ficando desta forma, a administração do Reino Unido sob os auspícios do príncipe Pedro I, o qual, também não tardaria a ser obrigado a voltar para Portugal. Assim como D. João VI, o então regente fora obrigado a jurar a constituição que ora era elaborada pelas cortes lusitanas, consumando-se o evento da jura à constituição proposta pelas cortes lisboetas, a 21 de abril de 1822. Ver sobre o assunto, CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco - 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n, 36, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 de jan. de 2009. Ver também, SOUZA, Iara Liz Carvalho. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Lusobrasileiro proposta pelos paulistas e aceita tanto por baianos quanto por pernambucanos¹⁶⁶.

Daí, deduz-se que “os deputados do Brasil” defendiam, então, os representantes do Reino, a continuação das relações estabelecidas por mais três séculos, a flexibilização das relações entre metrópole e colônia, ou a existência de uma monarquia dual. Caso emblemático desta preferência pela monarquia dual, constatada nas falas das deputações que mais se destacaram nos trabalhos das cortes, ou seja, nos pronunciamentos dos representantes das províncias da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Representações que postulavam a criação de “uma autoridade específica no Brasil com atuação abrangente e certa independência perante os tribunais e a burocracia lisboetas”¹⁶⁷.

Acredita-se, frente ao exposto, que o projeto posto em curso pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo de Sousa Coutinho fosse reavivado nas palavras dos representantes da deputação paulista ao defenderem a criação de “Centros de Força” em cada uma das regiões do Reino. Em se tratando da opção pela monarquia dual, ponderavam que deveria ficar o poder central ultramarino, centralizado nas mãos de Pedro I, que, por sua vez, deveria estar submetido às cortes metropolitanas¹⁶⁸; proposição que não seria aceita pelos representantes das províncias do Norte, os quais acreditavam que esta opção possibilitaria a cristalização da hegemonia do Centro-Sul sobre as demais partes constitutivas do Reino, alternativa não aceita também pelos constituintes lisboetas que exigem a volta não somente de D. João VI, mas também de Pedro I.

Neste sentido, começam a se apresentar à deputação “brasileira” as intenções recolonizadoras que eram movidas pelas cortes, dentre as quais elencamos a substituição das tropas do Reino Unido por tropas lusas e a desestruturação do aparelho administrativo sediado no Reino Unido. Desestruturação realizada a partir de demissões em massa daquele aparelho

¹⁶⁶ BERBEL, Maria Regina. *A nação como artefato*: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821 – 1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p.194.

¹⁶⁷ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p.114.

¹⁶⁸ Acreditamos que este projeto inicialmente traçado pela deputação do Reino Unido e pelas cortes lisboetas apresentava-se como reminiscência em que se imbricavam os ideais iluministas aos absolutistas. Ora, a construção da grande família portuguesa, a nação, seria dada pela instalação de ginásios nas províncias e pela atuação de homens capazes de espalhar entre o povo conhecimentos úteis à consolidação da nação portuguesa, pois pretendiam os integrantes das cortes, a maior instrução e moralidade do povo, na constituição de um grande império, muito se assemelhando às propostas da geração de 1790.

administrativo enxertado em 1808. Possibilidade frente à qual os antigos militares lusos passam de fiéis defensores das práticas coloniais para a condição de militantes defensores da Independência do Reino. Ao que devemos somar as eleições para os representantes americanos nas cortes portuguesas, que minavam numericamente a possibilidade de decisão e defesa dos interesses do Reino Unido a Portugal e Algarves naquelas cortes. Nesta eleição realizada em 1821, dos 200 integrantes da corte, 130 eram lusos, 72 colonos, e apenas 50 reinóis-americanos acabaram por desenvolver a representação do Reino Unido nas Cortes lisboetas. Diante de tais intenções, o então regente Pedro I, em 1822, convoca o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, que se apresentava como órgão consultivo, no intuito de analisar as decisões das cortes e examinar a aplicabilidade das decisões ao Brasil. É em meio à possibilidade de recolonização do até então Reino Unido a Portugal e Algarves que se pensa a ruptura efetiva dos laços com a metrópole.

Existia, até então, perceptível falta de consenso acerca da separação, o que se torna evidente nas palavras de Rodrigo Feijó, para quem “não somos deputados do Brasil, de quem em outros tempos fazíamos parte imediata, porque cada província se governa hoje independente. Cada um é somente deputado da província que o elegeu”¹⁶⁹; atentando então a deputação enviada na defesa de interesses localistas que certamente dificultariam a consolidação da Independência e mesmo a construção da nação brasileira.

Frente à inexistência de um consenso caso ocorresse a independência, no que diz respeito à forma de governo, várias possibilidades foram aventadas, indo desde os defensores da monarquia dual, aos defensores da revitalização das práticas coloniais, passando pelos radicais entusiastas do Republicanismo Norteamericano¹⁷⁰. O processo de independência entrara em curso.

¹⁶⁹ TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas cortes constituintes de 1821 – 1822. In: Motta, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986. p. 83.

¹⁷⁰ Os grupos que se constituíram ao longo do processo que acaba por desembocar no “7 de setembro” eram compostos pelos portugueses ansiosos em restabelecer antigos privilégios comerciais, sobretudo no Rio de Janeiro e Cidades portuárias do Norte da colônia, aos quais juntavam-se militares e funcionários da coroa, decididos a apoiar a política das cortes. A alta burocracia composta por “brasileiros” e portugueses recrutados entre os elementos mais poderosos em posses e empregos de representação, fazendeiros, comerciantes ligados ao comércio internacional, os quais demonstravam-se desejosos de uma maior autonomia política e econômica para o Reino Unido a Portugal e Algarves, apresentam-se favoráveis também a uma monarquia dual;

Ainda que a Independência do Brasil não se apresentasse como uma “aspiração nacional”, a separação passa a ser defendida quando as cortes apresentam suas reais intenções acerca do estabelecimento da “grande família lusa”; relação na qual o Brasil haveria de desempenhar a função de “arrimo” desta família. Em meio a tais incertezas, a independência passa a se apresentar como uma possibilidade. A fidelidade, a adesão ao Rio de Janeiro e suas pretensões centralistas funcionam como uma incógnita.

Tornava-se necessária a criação de uma atmosfera em que a decisão à adesão de Pedro I fosse certa e, principalmente, segura, sem alterações na estrutura econômica, nas relações sociais, e que garantisse a integridade territorial.

As manifestações de contraposição às intenções recolonizadoras das Cortes passam a ser disseminadas pelas ruas, estampando periódicos intencionando a construção de uma comunidade de imaginação aberta à ruptura dos laços com a Metrópole. Utilizava-se, ainda, uma propaganda em que eram declarados os abusos e desmandos das cortes lisboetas, no intuito de legitimar a separação, como nos informa Gladys Ribeiro, “era um discurso pedagógico e de convencimento da opinião pública sobre a necessidade da separação efetiva se consumir”¹⁷¹. Tornava-se necessária a construção de uma comunidade de imaginação aberta à Independência.

Nas cidades do Rio e em São Paulo, a população livre, pobre e até remediada, de pequenos comerciantes, artífices, mascates, boticários, lavradores, arrendatários, foreiros, barbeiros e taverneiros, os que viviam do trabalho a jornal, sem ocupação fixa, reivindicaram seus anseios em abril de 1821 e se fizeram presentes, ocuparam as praças e ruas, nas festas realizadas em virtude do processo de separação, e nos movimentos sociais de rua, nos quais enunciavam seus quereres, discordâncias e apoios¹⁷²

Tais manifestações populares em apoio a uma possível separação da metrópole e suas aspirações recolonizadoras em nada se aproximam do desejo de formação nacional movido pelo nacionalismo, e sim pela possibilidade de um maior número de vagas para os colonos, fossem no comércio ou ainda na prática de algumas profissões praticadas pelos reinóis. Vislumbrava-se a Independência,

e ainda, os radicais e democratas, grupo constituído, por elementos ligados às atividades urbanas e setores médios da sociedade (farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores, pequenos comerciantes, escalões inferiores do exército e padres).

¹⁷¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. *Caderno Cedes*. Campinas, v.22, n.58, dezembro/2002. p.29.

¹⁷² SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroadas: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p.120.

trazendo consigo melhorias sociais para a população, notadamente, dos grandes centros urbanos.

Conforme aponta Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, “1822, ocorreu dentro de uma dinâmica complexa, um jogo de forças sociais, políticas e econômicas que levavam a uma determinada proposta política em detrimento de outra”¹⁷³, fruto de relações, e não o proposto por uma historiografia ufanista, segundo a qual, o Brasil Estado é criado pelo patriotismo de Pedro I, o qual, de espada em riste, liberta o até então Reino do domínio português, “criando” o Brasil. Concepção da qual é emblemática a tela de Pedro Américo, “O grito do Ipiranga”, onde o imperador, com sua espada em punho, dá o grito que pretende reverberar por todo o Império.

Entende-se desta forma, que tanto o ato que pretendeu libertar o Reino da metrópole quanto à adesão das províncias ao futuro imperador, apresentaram-se como uma fabricação, pois, conforme foi referido anteriormente, nem mesmo entre aqueles que representavam os interesses do então Reino nas Cortes a autonomia frente à metrópole era uma unanimidade. Não era então a Independência fruto de um sentimento patriótico ou nacionalista¹⁷⁴, mas um arranjo político fabricado a partir de interesses, assim como o era também a própria adesão provincial ao futuro soberano. “Fidelidades” pautadas por negociações que objetivam a defesa de interesses privados, aos quais devemos somar ainda outro elemento apontado por José Murilo de Carvalho e que deve ser levado em consideração: a adesão a Pedro I salvaguardaria a integridade territorial e, desta forma, garantiria a ordem social escravocrata, tendo em vista que, no caso de uma “unidade da ex-colônia também favorecia a manutenção da escravidão, por evitar uma possível justaposição de países escravistas e não-escravistas, provocado por eventual fragmentação”¹⁷⁵.

¹⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco - 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n, 36, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

¹⁷⁴ Segundo as reflexões de Odália, *Quando muito, pode dizer-se que possui um sentimento nacional, forjado no dia-a-dia da vida colonial, mas não suficientemente difundido e nem muito explícito porque deriva e se relaciona mais com um sentimento de propriedade da terra, conquistada, do que de um sentimento de propriedade da terra, conquistada e reconquistada, do que de um sentimento comum em que partilham valores comuns que pudessem transformar uma massa heterogênea num povo, um simples território numa Nação*. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre ao pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p.43.

¹⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.18.

Frente às negociações em torno das quais se pautaria a Independência, tornou-se necessária a invenção de estratégias para angariar a adesão ao poder central, quer se trate das elites políticas e econômicas regionais, quer da “arraia miúda”.

Ora, diante das condições em que se realizava a ruptura, em território fragmentado por interesses díspares, tornava-se imperioso levar o “7 de setembro” às mais distantes localidades do então Brasil. Tornava-se imperioso difundir a Independência. Neste sentido, foram realizadas um sem número de festas, aclamações, paradas militares, missas em ação de graças no intuito de firmar tais adesões, além de incentivar um incipiente civismo. A Independência e o Imperador deveriam adentrar corações, mentes e lares do então de Brasil. Iara Souza diz que para tanto

houve uma rápida organização dos símbolos nacionais e uma preocupação em assegurar à persona de D. Pedro a capacidade de representar o Brasil. Circulavam pela corte, nas casas mais ricas, em meio à elite do país, xícaras, jarros canecas, relógios de mesa, paliteiros, leques que retratavam Pedro em sua efígie, em geral de uniforme militar¹⁷⁶.

Dar-se-ão a construção de alianças e fidelidades Gonçalves Ledo e José Bonifácio, responsáveis por remeter “às Câmaras as propostas e os conteúdos de uma monarquia constitucional centrada em D. Pedro, divulga[ndo] a figura do príncipe, certa[ndo] o envio ou ação das tropas e dos oficiais e ia definindo os ganhos da separação entre Brasil e Portugal”¹⁷⁷. Adesões conquistadas na barganha de interesses ou pelas “diplomáticas” ameaças de bombardeio em caso da recusa ou imposição de exigências ao estabelecimento de alianças, o que ocorreu em Pernambuco e no Piauí¹⁷⁸.

¹⁷⁶ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p.257.

¹⁷⁷ SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.18, n.36, jul./dez.,1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 20 de mar. De 2009.

¹⁷⁸ Segundo Iara Carvalho, “em dezembro de 1822, Labatut ameaçava a junta de um Piauí conflituoso de marchar para lá com batalhões de cariocas, mineiros e paulistas, depois que conquistasse a Bahia.”, deveriam então, aclamar Pedro I, como seu Imperador. Além dessas vantagens, dentro de uma perspectiva bastante prática, entendiam que o apoio do Rio de Janeiro, se traduziria no suporte militar da coroa quando tivessem que enfrentar seus adversários locais, fossem esses quilombolas, índios, ou os vizinhos.” SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.18, n.36, jul./dez.,1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 20 de mar.2009.

Situação diversa é a da adesão da região Centro-Sul ao poder central. A região aderiu quase que imediatamente a Pedro I, pois estava, desde os idos de 1808, diretamente ligada a D. João VI e, por conseguinte, ao Imperador Pedro I. Essas adesões eram pautadas pela conveniência e pelos interesses econômicos daqueles que estavam próximos da corte e tinham a possibilidade de defender de forma efetiva seus interesses. Ora, desde 1808, essa região havia se consolidado através das relações estabelecidas como uma região que pulsava sobre si mesma; o que não quer dizer que não existisse uma integração entre as demais províncias, como propõe José Murilo de Carvalho quando diz que

o país não era um arquipélago econômico, havendo fluxo interno de mercadorias e de linhas de comunicação, mas esse fluxo estava longe de abranger toda a colônia, e era certamente peso secundário em relação ao comércio externo que era a base do sistema colonial. Assim, se é possível dizer que havia base concreta de interesses econômicos para manter unidos, por exemplo, Minas Gerais e São Paulo, o mesmo não se pode dizer em relação a Pernambuco e Rio de Janeiro, [ou] a Maranhão e São Paulo¹⁷⁹.

Em se tratando das adesões a Pedro I — antes pela defesa de interesses regionais que por fulgor de um sentimento patriótico — é emblemática a adesão dos pernambucanos ao Rio de Janeiro, e, mais especificamente, ao centralismo proposto por Bonifácio, o qual se apresentava como atraente, notadamente, às famílias da “antiga riqueza” da região açucareira, que desde os idos de D. João VI, perdiam progressivamente seu poder. A adesão a Pedro I apresentava-se, portanto, como uma forma de potencializar os antigos títulos de Capitães-Mores, ou quiçá de torná-los efetivamente nobres, avultando seu poder local, como pondera Marcus Carvalho:

Socialmente, desejavam títulos de nobreza e fidalguia que não eram em absoluto irrelevantes numa época em que o Estado não era esse ente impessoal a que estamos acostumados. [...] Os antigos barões do açúcar não se satisfaziam mais em serem barões apenas [no sentido metafórico], queriam se tornar efetivamente nobres¹⁸⁰.

Ainda que as adesões em Pernambuco tivessem ocorrido na base da barganha de interesses entre elites locais e o poder central, a costura seria tênue. Fragilidade que se explicita com a deflagração de mais um movimento opositor ao

¹⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15

¹⁸⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco - 1817-1824. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.18, n, 36, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

poder central. Sabe-se que aqui não é o local para se entrar no mérito da análise dos móveis, o que acaba por levar mais uma vez os pernambucanos a se levantar contra o poder central em 1824. Desta feita, 1824, os pernambucanos, liderados por Paes de Andrade e com o Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Maranhão ao seu lado, sob a inspiração de um republicanismo de modelo norte-americano regido provisoriamente pela constituição da Colômbia, insurgem-se contra Pedro I, sendo deflagrada a Confederação do Equador.

Quanto ao sucesso ou não do movimento, bem como o teor ideológico de suas reivindicações, essas não nos interessam no momento. Interessa-nos, sim, observar que a Confederação do Equador apresentava-se como sintomática tanto de uma independência outorgada de cima para baixo quanto devido à fragilidade tanto das adesões estabelecidas quanto das bases sobre as quais se assentava a integridade territorial: mais uma vez o território era fragmentado.

Os movimentos de contestação ao poder central não teriam como palco apenas os primeiros anos do Estado recém-independente. Para além do referido período, tais movimentos de contestação ao poder central adentram o período do Segundo Reinado, terminando a “temporada” de levantes contra o poder central pelos idos de 1845¹⁸¹. O exercício do poder não seria praticado como desejavam os integrantes do IHGB: com a subida de Pedro II ao trono os ânimos seriam aplacados.

Senhor, VMI viu no movimento de 20 de julho de 1840, sincera e verídica demonstração dos nobres sentimentos dos amigos da Monarchia constitucional representativa, e abrilhantou o ato magnânimo da Independência da Pátria, acolhendo tão patrióticos sentimentos entrando por seu juramento, no exercício do poder, que já lhe competia por direito de seu nascimento. Respondendo assim ao amor de seus súditos, pela renúncia de seus [ilegível] poucos annos que ainda faltavam para o termo de sua longa minoridade, fez-se enrolar prudentemente o estandarte da revolução que alguns ambiciosos esquecidos de seus mais sagrados deveres, campearam por vezes tentando abalar o Throno Imperial, firmado na honra e fidelidade dos brasileiros da Independência. [...] Os heroes da Independência consideram esses movimentos sediciosos, como o estribuchamento de um monstro que, nos últimos instantes de sua agonia, perdidas as esperanças de igualar em calamidades a Terra de Santa Cruz aos países em que domina a anarchia, pretendeu envolver em sua morte o Throno do Brazil e os brasileiros monarchistas, que fazem o corpo quase todo da nação, como bem se evidencia pela voluntária e patriótica resistência que tem encontrado na execução de seus tenebrosos planos¹⁸².

¹⁸¹ Não arrolamos a Praieira dentre os movimentos ocorridos no Império por entendermos tratar-se de luta entre as oligarquias locais, não ameaçando, portanto, a integridade territorial como fizeram os movimentos referidos no corpo do texto. Cf. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁸² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1840. Tomo II, p. 365.

Podemos, ainda, elencar o movimento dos Cabanos ocorrido no Pará no período regencial, e também o movimento dos Farroupilhas, no extremo Sul do Império. O primeiro, enredado por latifundiários, radicaliza-se com a participação das classes populares, assumindo, desta forma, características de um movimento de contestação social frente à miséria e ao mandonismo local sustentado pelas concessões exaradas pela reforma do Código em 1832 e pelo Ato de 1834, e ainda o monopólio do comércio pelos portugueses¹⁸³. O segundo, liderado pela aristocracia sulista em nome de sua indústria — que se via espoliada pela política considerada pelos revoltosos como antinacional — era o movimento Farroupilha, que toma vulto ao longo da regência una de Feijó e se estende para além dela, adentrando até mesmo no reinado de Pedro II¹⁸⁴.

Ambos têm muito que os assemelha e o que os distingue. Começemos pelas semelhanças: ambos foram apresentados pela historiografia imperial como movimentos de inspiração liberal e republicana; ambos se colocavam contra elementos de ordem econômica. Enquanto os Cabanos levantavam-se contra os comerciantes e a miséria em que viviam, os Farroupilhas lutavam contra a política tributária sobre seus produtos, como o charque, a carne seca, o couro e o sebo bovino, em proveito de produtos importados¹⁸⁵.

Agora, atente-se para as dessemelhanças entre os dois movimentos: o do Norte do país tinha à sua frente, vaqueiros, negros, mestiços e pequenos comerciantes. Já o movimento eclodido no interior riograndense não era fruto de desentendimentos entre as elites locais, tinha à sua frente grandes proprietários locais como Bento Gonçalves, Antonio de Souza Neto, Davi Canabarro, liderando grande número de homens armados. Ninguém sai do controle destes potentosos, como no caso da Cabanagem. Portanto, não ofereceu a Farroupilha, risco à ordem social do império, pois tinham à frente a elite sulista, ao passo que o movimento paraense tinha à sua frente, a malta, a canalha, o que acaba por influir até mesmo no tipo de combate dado a estes movimentos de contestação ao poder central.

¹⁸³ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Guerra dos Cabanos*. 2.ed. Recife: UFPE, 2005.

¹⁸⁴ Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A Revolução Farroupilha*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁸⁵ SANTOS, Sandra Costa dos. *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*. Campinas, SP. 2004. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Enquanto os paraenses são avidamente combatidos, um a um, pelos sertões do Pará até 1840, os desentendimentos com os sulistas são findos por acordos.

Cabe aqui a seguinte pergunta: Feito o Estado, havia brasileiros? Sentimento patriótico? Sentimento nacionalista, de pertença a uma utópica comunidade brasileira? Pensamos que a resposta a tais indagações seja negativa, para o que apontou também Saint-Hilaire, para o qual, “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”¹⁸⁶. Ora, angariou-se apoio para a independência, não em nome de um patriotismo e de um desejado nacionalismo, mas de um apoio movido por interesses, vantagens que seriam auferidas. O poder havia feito o Estado. Faltava, então, fazer os Brasileiros.

Acredita-se, apresentarem-se as revoltas ocorridas em 1817 (Confederação do Equador, Cabanagem, Farroupilha, Balaiada e Sabinada) como movimentos que, apesar de serem rotulados pela Historiografia Imperial como levantes de teor republicano; com ou sem a intenção da efetivação da construção de entidades políticas autônomas, o separatismo apresentava-se como uma prática no império ¹⁸⁷. Quanto às reais possibilidades de sucesso ou malogro destas empreitadas, têm-se estas, como objeto de análise que não cabe neste estudo. Interessava-se-nos que tais “separações” fossem uma realidade, colocadas como óbice à consolidação do Estado e à criação da nação brasileira, apresentando-se, desta forma, tais levantes, como ameaças aos planos de D. João VI, fosse para

¹⁸⁶ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.p.431.

¹⁸⁷ Sobre os movimentos de contestação ao poder central, assim se refere Demetrio Magnoli: “As rebeliões regenciais – agrupadas sob esse rótulo vazio por uma historiografia que penosamente esconde o vezo oficialista formam um conjunto heteróclito de movimentos comandados por distintos atores sociais e orientados po metas e projetos diferenciados. Há as revoltas urbanas, antilusitanas e nativistas típicas dos anos que antecedem ao Ato Adicional (como os tumultos no Rio de Janeiro em 1831-1832, a Setembrizada e a Novembrada de Recife em 1831 ou mesmo a extemporânea Revolta dos Malês, de Salvador, em 1835). Há também as revoluções liberais de 1842 em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que cronologicamente situam-se já em período posterior mas refletiram a carência de consenso sobre a organização institucional do estado, revelando a virulência dos conflitos interoligárquicos e, paradoxalmente, pavimentando o caminho para a consolidação do poder central no Segundo Reinado. Nos anos turbulentos que endeiaram esses dois grupos de revoltas há, ainda, as rebeliões claras ou veladamente separatistas; a sangrenta cabanagem (...), a Sabonada(...), a Balaiada(...),a Farroupilha(...). no interior desse grupo, as distinções são indispensáveis: se as três primeiras podem ser classificadas como levantes populares, a última apresentou uma ruptura essencialmente oligárquica e refletiu a dissonância entre as elites escravistas do núcleo geoeconômico do Império e a Elite meridional periférica. Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.p.87.

Pedro I, os regentes, os dirigentes imperiais, ou ainda Pedro II¹⁸⁸. Frente à realidade que se impunha, tornava-se imperioso formular um estar no mundo para o Império Tropical, como propõe Odália, para quem

elaborar idealmente uma Nação significa primeiramente a escolha de opções. São valores que deverão ser escolhidos e atingidos, são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas etc. que deverão ser feitas¹⁸⁹.

Valores estes, que viriam a ser difundidos em consonância com a cultura historiográfica oitocentista. Mas como construir a nação brasileira em realidade tão hostil à realização de tal projeto?

Tais escolhas ficariam a cargo de uma elite política que se enraizara no poder a contar de 1838. Não apenas como uma camada administrativa do Império, mas como classe dirigente que pretendia, para além de exercer o poder de mando, difundir valores e opções que pudessem formular o seu estar no mundo do Império Tropical; práticas — que Ilmar Mattos rotulou, em obra homônima, de “Tempo Saquarema” — pelas quais haviam de serem disseminados pelo império, valores eleitos, uma moral, uma memória, um sentimento: o de pertença à comunidade nacional. Disseminação de uma cultura realizada não apenas pelos representantes oficiais da esfera de mando imperial, mas por uma série de agentes extraoficiais, nas mais diversificadas atividades; como relata Ilmar Rolhoff Mattos

nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos, e demais agentes não públicos — um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de ordem e civilização quanto pela sua ação visando a sua difusão¹⁹⁰.

Projeto ao qual acreditamos que estivesse o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro intrinsecamente ligado, conforme temos apontado desde o início de nossas reflexões, frente ao rizoma poder saber, e diante da realidade dispersiva em meio às quais florescia uma historiografia brasileira, era necessário

¹⁸⁸ *Este problema, o da unidade territorial, apresentava-se, (...) de uma herança que se arrastava desde os tempos coloniais: “problemas herdados da colônia não haviam sido satisfatoriamente resolvidos; os conflitos, reais e latentes, em regiões não suficientemente integradas ao todo da Nação, eram ainda suficientemente expressivos para por em dúvida a viabilidade do Brasil como Nação.* ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre ao pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana.* São Paulo: Ed. UNESP, 1997.p.23.

¹⁸⁹ ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre ao pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana.* São Paulo: Ed. UNESP, 1997.p.41.

¹⁹⁰ MATTOS, Ilmar Rolhoff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.* 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2005. p.15-6.

que tanto o conhecimento histórico quanto os trabalhos do Instituto, tivessem por preocupação mais do que o salvar da voragem dos tempos, feitos e vidas. Mas, sim, contribuir para a realização de um presente, e um futuro fabulado pelos ilustrados congregados na instituição.

2.2 Sobre a Escrita da História: Agenciar Mortos e Vivos

Uma história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitido a esperança de que tão cedo fosse satisfeito este *desideratum*, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever a história nacional, resultado final para que devem convergir todos os seus trabalhos¹⁹¹.

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grau de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a história e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros¹⁹².

Para além dos restritos círculos do Instituto em que se pensava e debatia a constituição do campo historiográfico no Brasil oitocentista, o excerto ao periódico, *Minerva Brasileira* apresenta a inexistência de uma História do Brasil. A lacuna é observada e dada a ler por e aos indivíduos que teoricamente eram exteriores aos círculos diretamente relacionados à normatização, viabilização e ordenamento do conhecimento histórico no Brasil. A segunda, extraída às páginas da *Revista*, por apresentar a função que haveria de ser desempenhada por uma narrativa histórica nacional, e sua futura disseminação no projeto de construção da nação brasileira. Historiografia pragmática, normativa e integracionista. Marcas caras à historiografia dos anos 1800; produção do conhecimento sobre o pretérito maquinicamente agenciada, que haveria de atuar, segundo propõe Bronislaw Baczko, como uma força reguladora da vida coletiva¹⁹³. Esta seria, portanto, a função a ser

¹⁹¹ *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, 1(2): 51-3. Nov. 1843.

¹⁹² Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 2ª ed. T. I, 1856, p. 5.

¹⁹³ Cf. BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

desempenhada por uma narrativa histórica em devir Máquina de Estado no trabalho de construção nacional.

Conforme apontam os estudos realizados, foi-nos possível constatar, que as maiores preocupações do IHGB davam-se em torno de questões referentes a 1) como fazer para coletar maior número de fontes e 2) ao que havia de ser imortalizado pelo historiador em uma História do Brasil capaz de se somar aos esforços dos ilustrados para a efetivação dos objetivos postos à produção historiográfica; para o que chama a atenção Manoel Salgado Guimarães

o conhecimento do passado, agora organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador desta atividade de escrita da história nacional através de um trabalho de “administração do passado”, regulando não apenas a coleta de fontes indispensáveis para a sua escrita, como também definindo a agenda dos temas considerados centrais para esta mesma tarefa. [...] Este trabalho, segundo os termos indicados por Januário da Cunha Barbosa, objetivava pela organização criteriosa das fontes, a luta contra o esquecimento dos “fatos memoráveis”, tarefa somente alcançável pela “imparcialidade, necessário critério que deve sempre formar o caráter de um verídico historiador¹⁹⁴.

Ainda que as reflexões acerca da produção historiográfica realizadas pelos integrantes do Instituto houvessem de constituir matrizes discursivas, apontando como não haveria de se apresentar, e, no contraponto, o que deveria ser, bem como, a partir de que tal narrativa havia de ser agenciada, impunham-se, tanto aos associados, assim como ao futuro historiador do Brasil, duas questões de forma imperiosa: 1) o tratamento ao potencial dispersivo, do objeto a ser narrado, e 2) a criação de estratégias discursivas sobre as quais haveria de ser narrada a História do Brasil, Máquina de Estado agenciada com vistas a fomentar o estabelecimento de fidelidades e laços entre os indivíduos. Viabilizando desta maneira, a existência da comunidade imaginada, isto é, da nação — não somente como elemento do discurso dos consorciados ao IHGB, mas como uma forma de estar no mundo, forma de se sentir; conforme aponta Fernando Catroga, para quem os ritos comemorativos o ato da busca ativa pela recordação, pela memória, possibilitam o estabelecimento de afetos e sentimentos entre os indivíduos.

¹⁹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de história: história: guerra e paz* [CD- ROM] / Associação Nacional de História - ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

Embora só os indivíduos possam recordar, os ritos anamnésicos, e particularmente os comemorativos, têm efeitos holísticos e desempenham funções instituintes de sociabilidades que ultrapassam o problema da fidelidade. É que a memória também tem um papel pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e exige-lhes, em nome da identidade do eu – suposta como entidade onnipresente em todas as fases da vida –, ou da pereneidade do grupo deveres e lealdades endógenas¹⁹⁵.

Em análise à monografia apresentada por Karl Friedrich Phillip Von Martius, observa-se que a sensibilidade apresentada pelo bávaro foi capaz de indicar linhas referentes ao tratamento que deveria ser dispensado ao potencial dispersivo do Império. Considera-se que o projeto apresentado pelo botânico fosse, em sua totalidade, convergente aos anseios do IHGB; mas, em análise a determinadas ponderações do autor, observamos elementos que consideramos de fundamental importância para a compreensão do que fez com que o prêmio fosse conferido a *Como se deve escrever a História do Brasil*. Von Martius informa ao longo de sua proposta, haver o historiador, de potencializar seu trabalho no sentido de não tão somente informar sobre o passado, mas informar que para além dos ressentimentos constituídos, fosse entre as províncias ou seus povos constituídos, seja ao longo do período colonial, seja pela redistribuição de poder ocorrida em virtude do 1808, elas pertencem umas às outras, pois fazem parte de um todo maior, comungam de uma experiência histórica e de um mesmo pretérito. Consciência esta que havia de ser transmitida por um “historiador patriótico em sua história philosophica do Brazil”, características, que no entender do bávaro, garantiriam a grandeza e futuro lisongeiro ao país, viabilizando, por sua vez, a realização de uma desejada nação brasileira. São estas as palavras de Martius

deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as províncias do Imperio por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre ellas. Justamente na vasta extensão do paiz, na variedade de seus productos, ao mesmo tempo que seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisongeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do paiz.

Entende o autor que escrever uma História do Brasil, apresenta-se como a oportunidade a ser potencializada para a realização do integracionismo¹⁹⁶, de

¹⁹⁵ CATROGA, Fernando. Nação, mito e rito, e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.p.26

¹⁹⁶ Se por um lado o projeto de Martius primava pelas diretrizes integracionistas, um dos anseios daqueles que se propuseram a pensar a escrita da história no Brasil Imperial, na década de 1870,

forma a dissipar as diferenças e desavenças entre as partes constitutivas do Império¹⁹⁷, disparidade de interesses e anseios fomentadores da dispersão territorial que se apresentaram como uma constante ao longo da formação do Império do Brasil, estendendo-se até meados do Segundo Reinado.

Diante das características dispersivas colocadas em oposição à fabricação da nação brasileira, têm-se como elemento contemplado pelo projeto de Martius, e que há de ser levado, impreterivelmente, em consideração, são ponderações apresentadas pelo autor no que diz respeito ao tratamento que havia de ser dispensado pelo *historiador philosophico do Brazil* à diversidade do Império.

O estudo do período imperial brasileiro demonstra que tanto o localismo, assim como os seus desdobramentos, aflorassem nas regiões limítrofes do Império, fosse pela desigualdade do trato nas relações políticas e econômicas, fosse pela

este não parecia mais ser o desejo dos ilustrados, pois conforme podemos observar em leitura à Revista, em sessão realizada à 1º de junho de 1876, foi proposta pelos sócios Joaquim Antonio Pinto Jr. e João Ribeiro de Almeida, que fosse constituída um comissão responsável pelo desenvolvimento de um plano *segundo o qual deve ser escitodecada provincia do Império um opúscullo acerca da geographia, ethnographia e estatística da respctiva provincia, devendo desses trabalhos serem encarregadas pessoas habilitadas nas diversas provincias, os quais sendo socios correspondentes do Instituto, serão pelo fato de nomeação, considerados como tal.* Ata da sessão de 1º de junho de 1876. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XXXIX, vol.52 (4); 362-364, 1876.

¹⁹⁷ Neste aspecto, vale ressaltar que a metonímia colocava-se de forma imperiosa à escrita da História. A dissipação das diferenças nas semelhanças, na produção do conhecimento histórico, antes de se apresentar como uma deficiência da produção historiográfica, visando à fabricação das nações, apresentou-se, como condição de existência e de efetivação dos anseios dos associados no que diz respeito à formação nacional. Martius assim se refere: *Sobre a forma que deve ter uma historia do Brazil, seja-me permittido communicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as provincias em separado são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; com tudo não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiographia, porque se resentem umas das outras de mais de certo espírito de chronicas. Um grande numero de factos e circumstancias insignificantes, (...) O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua provincia, ou relacionar factos de nenhuma importância histórica, que se referem á administração de cidades, municípios, bispados, (...) Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído.* Von Martius, Carl Friedrich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil. Revista Trimestral de Historia e Geographia.* n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, T.VII,1845. Além do que, o tratar em especial de cada uma das partes do Estado traz consigo um potencial capaz de diminuir a eficácia das sensações e sentimentos que haviam de ser causados pelo consumo da produção historiográfica, ou seja, o nacionalismo, a partir do momento em que possibilitassem a dissipação dos ressentimentos entre as partes do Império. Conforme aponta Hayden White: *A metáfora, não importa o que ela faça, afirma explicitamente uma similaridade numa diferença, e pelo menos implicitamente, uma diferença numa similaridade. A isso podemos chamar provimento de sentido em termos de equivalência ou identidades. Podemos, pois, distinguir a metonímia e a sinédoque como formas secundárias da metáfora, em função de sua especificação adicional de diferença ou de similaridade nos fenômenos originariamente identificados em termos metafóricos. Na metonímia, por exemplo, a redução do todo à parte pressupõe a possibilidade de distinguir entre o todo e as partes que o compõem, mas de modo a atribuir prioridade a partes para a imputação de sentidos a qualquer totalidade putativa que se apresente à consciência.* Cf. WHITE, Hayden. *A interpretação na História.* In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.* 2.ed.São Paulo: EDUSP.p.92.

falta de articulação de tais províncias e regiões ao poder central. Elementos estes que acabavam por dificultar a defesa de interesses locais junto ao Imperador e àqueles que gravitavam e/ou estavam inseridos na Corte, defendendo com maior eficiência seus interesses fosse junto a D. João VI, Pedro I, os regentes, ou ainda, Pedro II. Apresentando-se, desta forma, tais experiências e sentimentos, como óbices à formação da comunidade nacional, pois, frente tais práticas, ter-se-ia um campo “fértil” para a eclosão de movimentos comprometedores da ordem social estabelecida, quer nas províncias e/ou regiões insurgentes, quer mesmo no Império do Brasil, como um todo.

Práticas que, se não são responsáveis pela vedação ao império de sua constituição como nação, no caso de sua continuidade e disseminação, certamente haviam de colocar obstáculos à obra de instituição de um sentimento de pertença à comunidade nacional, ou mesmo, à manutenção de um Estado, seguindo, diante dos olhos imperiais, os perigosos processos desencadeados na América espanhola. Situação que havia de ser solucionada com vistas a evitar o comprometimento do solo onde florescia a imponente árvore dos Bragança, conforme proposto pela imprensa áulica, em meados da década de 1840:

O seu Império imenso recortado de rios caudalososíssimos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano [...] é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo [...], salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros Estados da América do Sul [...]. É lá que floresce, no seu solo virgem, um ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança [...]. Os primeiros anos não foram felizes. O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha que ocupar entre as nações civilizadas [...]. Foi o Imperador D. Pedro II quem o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que entre outras nações, ligado com o de seu monarca¹⁹⁸.

Os grandes rios, a vegetação deslumbrante, a grandiosidade do Brasil, sua posição geográfica privilegiada, apresentavam-se como marcas de alteridade. Para estas marcas Martius chamou a atenção,

No que diz respeito aos leitores em geral, deverá lembrar-se, em primeiro lugar, que não excitará nenhum interesse vivo, nem poderá desenvolver as relações mais íntimas do paiz sem serem precedidos os factos históricos por descrição das particularidades locais da natureza¹⁹⁹.

¹⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 99.

¹⁹⁹ “Como se deve escrever a história do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VII 1845, p. 409.

Tais elementos haveriam de estar numa narrativa histórica, para além de uma marca de alteridade do Império do Brasil. O meio em que se desenvolvia o fazer Brasil havia de ser capitalizado, de forma que se sobrepusesse a atribuição de uma “cor local”²⁰⁰ ao território brasileiro. Entendemos, frente as necessidades impostas à produção historiográfica oitocentista, que a utilização da diversidade em meio a qual era realizada a obra de espalhamento da civilização lusa no além-mar, havia de se apresentar não tão somente como “palco” de tal empreitada. Mas como elemento capaz de funcionar como base para a construção de uma narrativa com arquitetura passível de ter efeito retórico, com a capacidade, portanto, de tocar a sensibilidade do leitor. Conforme aponta nossas reflexões, tais estratégias narrativas serão materializadas sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen, o qual utiliza o meio para apresentar a obra de formação do Brasil, um tom épico. Elemento este,

²⁰⁰ Segundo informa Temístocles Cezar acompanhando o debate sobre a cor local entre os historiadores narrativistas do século XIX, ela seria, *Derivada da técnica pictorial do século XVII, associada de um modo ou de outro às metáforas provenientes dos domínios da pintura, do desenho, da paisagem, a cor local é um recurso narrativo que encontra suas primeiras teorizações no contexto do romantismo e do romance histórico. Walter Scott (1771-1832), René Chateaubriand (1768-1848), Augustin Thierry (1795-1856), Prosper Barante (1782-1866) e Victor Cousin (1792-1867) são referências importantes desse movimento. Pode-se dizer que os historiadores procuram a cor local da mesma maneira que fazem os romancistas e poetas, na medida em que ela “se inscreve no quadro de uma busca das origens, em virtude das quais cada coisa deve ser recolocada em ‘seu lugar’” (Flickinger, 1995, p. 6.). Essa perspectiva é válida para a Inglaterra e a França, e também para o Brasil, que se insere no mesmo percurso a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, instituição fortemente influenciada pelo romantismo europeu. Pensar o tema da cor local como um recurso narrativo para a história passa pela questão do estatuto de veracidade do texto histórico. A ideia geral é a de que os quadros históricos devem ser pintados com as verdadeiras cores do passado. Carine Flickinger explica que “o ideal que se subentende na noção de ‘cor local’ é aquele da ‘vida’ ou da ‘realidade’ fielmente reproduzida. O artista se atribui dons de observador quase ilimitados, pois ele pode ‘ver’ a ‘realidade’ em toda a sua multiplicidade, atravessar fronteiras – geográficas e mentais – e mesmo, pelo poder ‘mágico’ de sua imaginação, viajar no tempo. A intermediação da linguagem não compromete em nada essas faculdades: o escritor pode retranscrever tudo aquilo que ‘viu’” (Flickinger, 1995, p. 34-35). Cf. CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, V.8. n.10, jul/dez, p.20-21. Walter Scott (1771-1832), René Chateaubriand (1768-1848), Augustin Thierry (1795-1856), Prosper Barante (1782-1866) e Victor Cousin (1792-1867) são referências importantes desse movimento. Pode-se dizer que os historiadores procuram a cor local da mesma maneira que fazem os romancistas e poetas, na medida em que ela “se inscreve no quadro de uma busca das origens, em virtude das quais cada coisa deve ser recolocada em ‘seu lugar’” (Flickinger, 1995, p. 6.). Essa perspectiva é válida para a Inglaterra e a França, e também para o Brasil, que se insere no mesmo percurso a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, instituição fortemente influenciada pelo romantismo europeu. Pensar o tema da cor local como um recurso narrativo para a história passa pela questão do estatuto de veracidade do texto histórico. A ideia geral é a de que os quadros históricos devem ser pintados com as verdadeiras cores do passado. Carine Flickinger explica que “o ideal que se subentende na noção de ‘cor local’ é aquele da ‘vida’ ou da ‘realidade’ fielmente reproduzida. O artista se atribui dons de observador quase ilimitados, pois ele pode ‘ver’ a ‘realidade’ em toda a sua multiplicidade, atravessar fronteiras – geográficas e mentais – e mesmo, pelo poder ‘mágico’ de sua imaginação, viajar no tempo. A intermediação da linguagem não compromete em nada essas faculdades: o escritor pode retranscrever tudo aquilo que ‘viu’” (FLICKINGER *apud* CEZAR, 2004, p. 20-21).*

que consideramos de fundamental importância para a instituição de um potencial para cooptação de sua *História Geral do Brasil*, como parte do projeto de construção nacional ao qual temos nos referido.

Esta mesma marca de diferença do Brasil entre as nações, sua grandiosidade, diversidade de experiências e povos, apresentou-se como campo fértil para a eclosão das mais diversas aspirações e interesses com pendores à oposição ao poder central. Impondo, desta forma, questões a serem dissipadas para além da ação política, conforme temos observado, com o auxílio da produção historiográfica. Tais elementos, as diversidades, não se apresentavam tão somente, como musas inspiradoras para a produção historiográfica, literária ou elementos a partir dos quais haviam de se constituir leis explicativas do que era o Brasil e seu povo; mas também, questões objetivas urgiam ser equacionadas. Problemas práticos que se colocavam como obstáculos, tanto a historiografia pragmática quanto a integração do território e sua constituição como nação, fato para o que nos chama a atenção Karl Friedrich Phillip Von Martius quando diz que

Aqui se apresenta uma dificuldade em consequencia da grande extensão do territorio brasileiro, da immensa variedade no que diz respeito à composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a provincia do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros productos naturaes, outra agricultura, indústria, outros costumes usos e precisões, do que a provincia do Rio Grande do Sul; assim acontece igualmente com as provincias da Bahia, Pernambuco e Minas. Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendente dos portuguezes; na outra, tem maior mistura com os índios; em uma terceira, manifesta-se a importância da raça africana enquanto influía de um modo especial sobre os costumes e o estado da civilização em geral ²⁰¹.

Narrar de forma isolada cada qual das partes, províncias e regiões constituídas²⁰², seria constituir campo para a luta pelo poder da fala, ou seja, a narrativa proferida pelo poder potencialmente divergente dos anseios dos “representados”, da constituição de Máquinas de Guerra em oposição às Máquinas

²⁰¹ Von Martius, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VII, 1845, p.407.

²⁰² Observamos que o IHGB não se apresentava favorável à materialização de obras de caráter regional quando de suas primeiras atividades, conforme nos é dado a ler: *Não tem faltado escriptores que se dessem ao trabalho de recommendar á posteridade muitos desses factos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, espalhados por um tão vasto território como este em que agora o Brazil apresenta o seu throno imperial, elles mais escreveram histórias particulares das provincias do que uma história geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução philosophica, e com luz pura da verdade.* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo I – 1º Trimestre de Trimestre de 1839 – n.1. p.11.* O desejo dos ilustrado era o de uma História Geral do Brasil.

de Estado – notadamente dos insurgentes ao poder central ou de outra possibilidade: fomentar com discurso de autoridade proferido pelo IHGB os óbices à constituição da nação. Narrativa que, também potencialmente, poderia minar as intenções integracionistas em torno das quais havia de florescer a civilização e a nação brasileira:

Para um grupo, a ideologia política designando claramente os alvos do ódio e do desprezo pode fornecer aos membros do coletivo um reforço da auto-estima e da segurança interior. Esta dinâmica geral é encontrada nos grandes grupos, como se vê nas múltiplas formas de nacionalismo. A exaltação do grupo nacional fornece ao sujeito um objetivo para suas necessidades de vínculo para sua auto-estima e orgulho pessoal, ao mesmo tempo que equilibra este vínculo pela difamação das nações rivais. Este fenômeno não é próprio apenas do nacionalismo. Podemos observá-lo nas comunidades religiosas, nas seitas e em toda coletividade que se encontra em rivalidade com outras²⁰³.

Sobre o tratamento que haveria de ser dispensado à diversidade de experiências e interesses das regiões constituídas ao longo do processo do fazer Brasil, assim se referiu o botânico bávaro em uma de suas reflexões apresentadas ao *establishment*:

Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, paiz tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento se chegar firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas²⁰⁴.

Para além de apontar o tratamento a ser dispensado à diversidade entre as províncias e regiões do Império, Martius faz alusão a um aspecto da produção do conhecimento histórico, que entendemos influenciar sobremaneira a eleição de sua monografia. Martius não se restringe ao apontamento de como a diversidade deve ser tratada, mas a um aspecto que nos parece apresentar-se como uma demanda da historiografia desenvolvida em rizoma com o projeto de construção das nações, mas é enviada, conforme nos foi possível constatar, apenas, nas orientações do bávaro acerca da produção historiográfica. Martius preconiza a constituição de uma narrativa capaz de despertar sentimentos, afetar o leitor no ato de consumo da obra,

²⁰³ ANSART, Pierre, História e Memória dos ressentimentos. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.p.25.

²⁰⁴ Von Martius, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VII, 1845, p.410.

estimulando-o ao desenvolvimento de práticas e sentimentos que corroborassem para o estreitamento dos laços e fidelidades entre as províncias, e entre estas e o poder central. Não bastaria, portanto, diante de tais objetivos, ao “historiador philosophico do Brasil” que desejasse ter sua História em órbita, narrar, criar uma imagem do Brasil através da narrativa histórica de forma que não fosse dotada de elementos capazes de tocar, ferir a sensibilidade do leitor de uma futura História do Brasil.

Martius não captara somente o teor dos desejos da comunidade de imaginação consorciada no Instituto, nem tampouco a realidade dispersiva do território, elemento que se contrapunha às aspirações dos dirigentes imperiais em seu projeto de constituição da nação. Para além de apontar “problemas”, indicou formas de estar para além da realidade, dos problemas postos pelo presente e pelo passado. O cientista viajou pelo território “brasileiro”, conheceu seus povos, sua diversidade, culturas e interesses. Conhecimento ao qual se somaram leituras realizadas em obras de História e narrativas de viajantes que o precederam. Práticas que fazem dele um interlocutor apto a apontar o que haveria de ser uma História do Brasil, e quais os problemas, diante da empresa de construção nacional, a serem equacionados através da escrita de uma história pátria, conforme nos informa então von Martius,

Portanto, deviam ser tratadas conjunctamente aquellas porções do paiz que, por sua analogia, da sua natureza physica, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso, a do Maranhão se liga à do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro não será senão a da Bahia²⁰⁵.

Retomando as palavras utilizadas em epígrafe, observa-se que o conhecimento histórico haveria de se apresentar em consonância às demandas e desejos da comunidade de imaginação consorciada ao Instituto. Narrativa que fosse potencialmente capaz de lançar o adorno e promover o adoçamento dos costumes dos povos do Brasil, palavras estas lançadas às páginas da Revista do Instituto e que entendemos emblemáticas do matiz da historiografia que haveria de ser agenciada maquinicamente na relação estabelecida; e que, preconizavam, portanto, os já referidos processos de territorialização e desterritorialização. Clara alusão a

²⁰⁵ Von Martius, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VII, 1845, p.408.

uma série de práticas e discursos que se inserem no processo denominado por Norbert Elias como “processo civilizador”²⁰⁶. Processo ao qual observamos que o Instituto estivesse intrínsecamente ligado, já que os trabalhos ali realizados davam-se no sentido de que a memória em devir história, haveria de se prestar a um devir manual de civilidade. Havendo de se apresentar neste rizoma saber-poder, como capaz de atuar de forma ativa sobre as práticas cotidianas. Pensamos ser impossível aqui, não fazer alusão às reflexões propostas pelo autor acerca do conceito de civilização. Na obra de Norbert Elias, o conceito de civilização

refere-se a uma grande variedade de fatos, ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”²⁰⁷.

Ponderações que podem, numa primeira análise, estar distantes da ideia que comumente temos do “verbete”. Ora, “civilização” no português do Brasil é utilizado no vernáculo como significado de um tipo de cultura: a letrada, e ainda, polidez, modos e policiamento de si – utilização que entendemos aproximar-se, refletindo com Elias sobre o emprego que é dado ao termo pelos franceses. Conforme apontado em dicionário, civilização, segundo o uso que dela fazemos, indica:

1) Ato, processo ou efeito de civilizar(-se); 2) Estado ou condição do que se civilizou; 3) O conjunto de características próprias à vida social coletiva; cultura; 4) Processo pelo qual os elementos culturais concretos ou abstratos de uma sociedade (conhecimentos, técnicas, bens e realizações materiais, valores, costumes, gostos etc.) são coletiva e/ou individualmente elaborados, desenvolvidos e aprimorados; 5) O estado de aprimoramento ou desenvolvimento social e cultural assim atingido; 6) Tipo de sociedade resultante de tal processo, ou o conjunto de suas realizações; em especial, aquele marcado por certo grau de desenvolvimento tecnológico, econômico e intelectual, considerado ger. segundo o modelo das sociedades ocidentais modernas, caracterizadas por diferenciação social, divisão do trabalho, urbanização e concentração de poder político e econômico²⁰⁸.

²⁰⁶ Sobre o processo civilizador, Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. Em se tratando do mesmo processo no Brasil, sugerimos a leitura de SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.23.

²⁰⁸ FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Retomando nossas ponderações em torno do conceito em Elias, observamos que o termo “civilização” apresenta-se de forma polissêmica nos empregos que lhe são dados pelos ingleses e franceses. Em análise à definição dada em dicionário, no português (brasileiro) “civilização” difere sobremaneira do correlato de civilização no idioma germânico e seu “zivilization”, conforme aponta Elias; “Zivilisation significa algo de fato útil, mas apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana”²⁰⁹.

Na utilização dada pelos ingleses e franceses, o termo “civilização” expressa o orgulho que tais nações têm para com suas contribuições para o progresso do ocidente e da humanidade. Contribuições que, segundo nos informa Elias, são realizações circunscritas no âmbito da política, da religião, da economia, das técnicas e da moral. Tudo que entendemos, segundo aponta o autor, que esteja ligado ao processo de expansão colonial levado a cabo por tais povos:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *kultur* reflete a consciência de si mesma, de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é realmente a nossa identidade?”²¹⁰

Para Elias, o orgulho do povo alemão por suas contribuições para o progresso do Ocidente e da humanidade é expresso pelo termo *kultur*, termo através do qual os germânicos dão “ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular dos grupos”²¹¹. Refletindo na esteria das aponderações propostas então por Norbert Elias, foi-nos possível observar que o termo *kultur* tem utilização específica, já que o mesmo é empregado em referência aos fatos intelectuais, artísticos e religiosos, os quais se apresentam como “*flores do campo*”; categoria sob a qual é feita referência às obras de arte, sistemas religiosos ou filosóficos²¹²; ou símbolos da alteridade de um povo, bem como as suas contribuições para o

²⁰⁹ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.24

²¹⁰ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.25

²¹¹ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.25.

²¹²ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.25.

progresso da humanidade. Utilização esta, que segundo apotam nossas análises, é cara tanto aos franceses, como aos ingleses.

Seguindo ainda as ponderações de Elias, observamos que o mesmo propõe que *kultur* tende a estabelecer uma divisão entre fatos políticos, econômicos e sociais²¹³, e caso assim o seja, entendemos que se aproxime também das “flores do campo”. Enquanto franceses e ingleses consideram civilização, o civilizado, suas práticas e feitos, no uso germânico *kultur* não é utilizado com referência apenas às práticas e feitos, por não serem estes, conforme se entende partir das análises propostas por Elias, dignos da nobreza atribuída pelo termo. Para o autor, a referência às realizações dignas, que atribuem valor ao ser humano e seus produtos - aquilo e aqueles que devem ser salvos da voragem dos tempos pela operação histórica, é expressa pelo conceito de *kulturell*, sendo uma pessoa *kulturelle* responsável por ações peculiares, as quais, segundo apontam as reflexões propostas pelo autor, aqueles atos, as práticas dignas de inspirar, ao desenvolvimento de atos tidos por úteis e dignos em determinada relação e sincronia, cabendo, por último, a utilização do termo *Kultiviert*, para referência à forma mais alta de ser civilizado:

A palavra *kultiviert* (cultivado) aproxima-se muito do conceito ocidental de civilização. Até certo ponto, representa a forma mais alta de ser civilizado. Até mesmo realizaram pessoas e famílias que nada de *kulturell* podem ser *kultiviert*. Tal como a palavra “civilizado”, *kultiviert* refere-se primariamente à forma da conduta ou comportamento da pessoa. Descreve a qualidade social das pessoas, das suas habitações, suas maneiras, sua fala, suas roupas, ao contrário de *kulturell*, que não alude diretamente às próprias pessoas, mas exclusivamente a realizações humanas peculiares²¹⁴.

Refletindo sobre os debates desenvolvidos no Instituto acerca do que havia de ser uma História do Brasil, acredita-se que os termos relacionados à *zivilisation* apresentem-se de forma mais adequada para que possamos perceber como tal narrativa histórica deveria funcionar juntamente ao projeto de civilização, que o era também de construção da nação Brasil através do agenciamento de seus povos. Observamos que a capacidade, bem como o próprio agenciamento do pretérito, devem ser tomados como fruto daquilo que Norbert Elias apresenta-nos como *kultur*. Conceito que deve ser entendido como produto do intelecto, e através

²¹³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.24.

²¹⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.p.24.

do qual era representado o orgulho dos imperiais dirigentes para com “suas” realizações ao longo do fazer Brasil. Mas, pensa-se ser difícil acreditar que os feitos realizados ao longo do fazer Brasil, contribuam para o progresso do Ocidente e da humanidade como um todo, orgulho que há de ser entendido como contribuição ao processo de civilização e progresso dos povos do Brasil. Ora, para além de uma narrativa do pretérito, a História precisava contemplar uma moral, sentimentos, ações dignas de orientar a prática cotidiana daquele que se desejava fosse, partícipe do processo de fazer a civilização e a nação brasileira, características que haviam de ser desempenhadas pela produção historiográfica, para o que, ainda no oitocentos francês, chamou a atenção Augustin Thierry

L'histoire nationale est, pour tous les hommes de meme pays, une sorte de propriété commune; c'est portion du patrimoine moral chaque génération qui disparaît legue à celle qui la remplace; aucune ne doit la transmettre telle qu'elle l'a reçue, mais toutes ont pour devoir d'y ajouter quelque chose em certitude et em clarté [...] D'où venons-nous, ou allons-nous? Ces deux grandes questions, le passe et l'avenir politiques, nous préoccupent maintenant²¹⁵.

Seria, então, pela produção de uma *kultur*, de uma História, agenciada maquinicamente em um livro, que haveriam de ser disseminados, dados ao conhecimento, e fazer internalizar o que fosse considerado *Kultiviert*. Conhecimentos objetivados por Elias como *kulturelle*; feitos peculiares aos sujeitos que fossem capazes de inspirar o exemplo positivo ou negativo, a admiração ou a repulsa por determinados elementos que haveriam de figurar nas páginas dos livros de história, quer fossem indivíduos, práticas, feitos e/ou eventos. É oportuno ressaltar, que o repulsivo também encontra lugar neste jogo retórico delineado pela história *maestra vitae* praticada pelo Instituto. É o que se pode constatar na monografia de Martius

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ella póde diffundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brazil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.²¹⁶

²¹⁵ THIERRY, Augustin. *Récits des temps mérovingiens précédés de considérations sur l'histoire de France*. Paris: Just Tessier, Libraire-Éditeur, 1842, p. 29-30. Disponível em <<http://www.books.google.com>>. Acessado em 25 abr. 2009.

²¹⁶ Martius, Carl Friedich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, 1844, p.409.

Era através da ação exemplar de indivíduos, da apresentação de eventos inspiradores, dignos da imortalidade, quer fosse por sua excelência ou mesmo por sua repugnância, que se pretendeu adornar e instruir a sociedade, conforme nos é dado a ler nas páginas da Revista do Instituto

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, por a mira em satisfazer aos fins políticos e morais da história. Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a num nexo comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico constitucionais, o seu sentimento religioso e a inclinação aos bons costumes²¹⁷.

A Narrativa normativa haveria de ser capaz, portanto, de apresentar aos leitores do presente ou ainda aos vindouros, feitos, vidas e atos inspiradores. Uma narrativa que não satisfizesse tão somente a curiosidade sobre o passado, mas estimulasse as práticas que contribuíssem para a realização da nação brasileira. Influenciando, desta forma, o estabelecimento de bases seguras sobre as quais havia de se erigir o assombro do Novo-mundo:

A história é a grande e judiciosa mestra da vida que, com rectidão e firmeza, encaminha e, pela expressão da verdade, assegura o destino das nações; é a luz que esclarece a mente dos que a dirigem, evitando os erros e os perigos que os rodeiam; a lição sábia e profunda que, pela doutrina e pelo exemplo, educa os povos, para que, na consciência dos seus direitos e deveres, saibam bem sustentá-los e cumprí-los²¹⁸.

As intenções acerca da difusão dos conhecimentos históricos através das práticas escolares já eram apresentadas, conforme tivemos a oportunidade de observar desde os primeiros trabalhos desenvolvidos pelo Instituto. Era então através da disseminação de preceitos normativos, materializados na referida Máquina de Estado, que seria possível viabilizar a existência daquilo que Elias se refere como *kultiviert*. Neste sentido, o da educação para o desenvolvimento de uma cultura tida por *kultiviert*, potencialmente capaz, portanto, de despertar o espírito nacionalista, vejamos o que nos informa Anne-Marie Thiesse, para quem

L'école constitue, bien sûr, une pièce maîtresse dans ce dispositif. On y apprend non seulement La langue, l'histoire ou La géographie de La nation, mais aussi comment être et penser nationalement. L'éducation morale s'insère dans lá apprentissage de la nation²¹⁹.

²¹⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I, 1839, p. 365.

²¹⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. T. CXIX, 1908, p. 205.

²¹⁹ THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identities nationales: Europe XVIII° - XIX° siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.p.240-1.

Dando prosseguimento às nossas análises, descobrimos que existe outra característica sobre a qual repousa a primazia do projeto apresentado por Karl von Martius. Referimo-nos ao estilo sobre o qual o historiador materializaria uma história *bem organizada* do Brasil; o que será apresentado no próximo item de nossas reflexões. Esse é um elemento que consideramos de relevância fundante para que possamos compreender a primazia da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.

2.3 A Escrita da História: Entre Razões, Emoções e Sensibilidades

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. D'aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração que à intelligencia²²⁰.

Assim como um manual de civilidade ao qual se refere Elias em *Processo Civilizador*, o livro de História a ser agenciado maquinicamente pelos intercessores imperiais havia de ser um discurso potencialmente capaz de formatar o indivíduo, capaz de influir em sua prática cotidiana através da inoculação de valores, sensibilidades e sensações. Narrativa sobre o passado que satisfizesse, portanto, ao coração e à mente, conforme orientou Martius, com vistas à cooptação e agenciamento do indivíduo ao projeto de civilização e construção da nação.

Supomos que a produção do conhecimento histórico, o que se considera *kultur*, não seria capaz por si só de produzir indivíduos *kultiviert*. Não seria capaz de fabricar sujeitos estimulados ao desempenho de práticas tidas, conforme o pensamento de Elias, por *kulturelle*, isto é, movidos sensibilizados a serem cooptados a sua inserção num projeto de construção da nação, pois, incapaz de despertar o sentimento nacionalista – imprescindível à realização nacional. Diante de tais desafios colocados à produção historiográfica, impõe-se a invenção de estratégias através das quais, um agenciamento maquínico do passado, fosse potencialmente capaz de contribuir para a realização de um presente e um futuro. Como que uma profecia às avessas pela qual o aleatório, o caótico da existência, o

²²⁰ VON MARTIUS, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VII, 1845, p.410-11.

consumado no pretérito deve ser domesticado com vistas ao controle do presente e do futuro, conforme reflete Fernando Catroga

A mesmidade do eu tende a preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um continuum, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada, isto é, como se, desde as suas primícias o indivíduo transportasse em si o cumprimento de uma vocação específica. Daí, também o cariz totalizador e teleológico da recordação, pois a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real passado quando este foi presente. Em certa medida, ela é – como outras narrativas que exprimem a consciência histórica – uma previsão ao contrário²²¹.

Ainda que a formação do campo da produção historiográfica ao longo do oitocentos, preconizasse a assepsia, o desprovimento das paixões e subjetividades do campo da escrita da História que se estabilizava ao longo do oitocentos, aqueles que se propuseram a pensar uma narrativa histórica no rizoma saber-poder, com vistas à realização de seus desejos, não poderiam agenciar de forma *fria*, desapaixonada, o pretérito. Temos desta forma, que a invenção de estratégias narrativas e a atribuição de sentido ao pretérito apresentaram-se como uma demanda imperativa à realização dos fins dos ilustrados, ou seja, a realização da nação brasileira.

Nesta direção, a produção do conhecimento deve seguir linhas de fuga pelas quais o conhecimento histórico deve se submeter aos processos de des-re-territorialização. Consideramos, neste aspecto, profícuas as palavras de Durval Muniz Albuquerque Júnior, ao se referir às características e relações de gênero existente entre a narrativa realista e a ficcional:

Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura ficaria em casa, perscrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano²²².

²²¹ Cf. CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

²²² ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.p.47.

As palavras de Durval Muniz são boas para pensarmos os tênues limites entre a historiografia e a literatura ao longo do século XIX, assim como a necessidade de apropriação de elementos da narrativa ficcional pela produção historiográfica do oitocentos, no sentido de potencializar a ação de uma Máquina de Estado para fazer a nação. Se pensarmos então a História e a Literatura como gêneros discursivos com características intrínsecas, diante das circunstâncias e objetivos que eram postos à produção historiográfica brasileira relacionada à criação da comunidade nacional, fazia-se impreterível o discurso “masculino” apropriar-se de elementos do “feminino” com vistas à potencializar sua ação. Ainda que ambos estivessem, a partir da década de 1830, inseridos no processo de criação das nações, cada qual elegia seus agentes, bem como, sua maneira de fazê-lo. Enquanto a escrita literária preocupou-se em emocionar, envolver o leitor, apresentando epopeias da construção nacional, tendo por protagonistas os nativos, bem como a iconografia, conforme nossas pesquisas indicam, a historiografia dividia esta epopeia em dois momentos, e tendo por ator principal deste fazer, o homem civilizado. Indefinição do que era e/ou havia de ser a nação brasileira. Para isso atenta José Murilo de Carvalho

As imagens da nação brasileira variaram ao longo do tempo, de acordo com a visão da elite ou de seus setores dominantes. Desde 1822, data da independência, até 1845, ponto final da grande transformação iniciada em 1930, pelo menos três imagens da nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais. A primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda, pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas²²³.

Em estudos, a produção historiográfica e a literária do oitocentos, observa-se que os processos de des-re-territorialização não se apresentam como prática exclusiva da História. A própria literatura passa por tais processos. É o que se pode observar na literatura romântica que hibridiza a fruição do espírito, o devaneio literário às contingências mundanas, os projetos políticos ao projeto de construção nacional, cooptando questões postas pelo presente, onde são produzidas as suas sensibilidades e a imaginação do autor. O mesmo acontece com a produção historiográfica em seus já referidos processos de re-des-territorialização desenvolvido na referida relação rizomática.

²²³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.p.233.

Ora, a racionalidade da produção de um conhecimento que se pretende científico, vê-se impelida a lançar mão de elementos caros à literatura para a efetivação de seus objetivos. Daí a necessidade de emocionar, cooptar o consumidor deste discurso ao projeto ao qual temos nos referido desde o início de nossas reflexões. Se a Literatura o faz através da apresentação do espalhamento europeu no Novo-mundo com a roupagem de uma Epopeia, a produção historiográfica utilizar-se-á, conforme analisaremos em nosso quarto capítulo, de um agenciamento narrativo onde se relacionam, com vistas a potencializar sua *performance*, de elementos caros aos gêneros trágico e épico, com o que se busca a instaurar a capacidade de afetar, sensibilizar o leitor a tomar parte do projeto de estado em curso, e ao qual a criação do Instituto Histórico encontrava-se intrínsecamente ligado. É através, então, desta utilização de elementos de estilos literários, épico e trágico, respectivamente, que supomos o estabelecimento de linhas de fuga pelas quais a História, o discurso másculo, seguindo as reflexões de Durval Muniz, se desterritorializa de sua pretensa frialdade, e deve se reterritorializar, através de um agenciamento maquínico, nos afetos, nas estruturas narrativas da escrita ficcional, com vistas à efetivação dos anseios dos integrantes do Instituto. Processos viabilizados pela indefinição de fronteiras entre a historiografia e a literatura²²⁴ que ainda não definitivamente delimitadas ao longo do oitocentos, conforme nos é dado ler no discurso proferido em virtude da 1ª Sessão Pública Aniversária do Instituto por seu Primeiro Secretário Perpétuo pelo Cônego Januário da Cunha Barboza:

Um anno apenas se tem passado da fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e já temos, Senhores, que apresentar ao publico, em cumprimento dos nossos estatutos, alguns trabalhos que, posto não sejam completos, são, todavia, esperançosos desenvolvimentos do largo plano litterario a que nos compromettemos²²⁵.

Diante de tal necessidade de re-des-territorialização da produção do conhecimento que informa sobre o pretérito, diante das demandas do presente, entende-se como imprescindível a reterritorialização da narrativa histórica nas sensibilidades e sensações que podem ser causadas pelos elementos ficcionais associados à produção historiográfica. Sendo, então, com elemtnos inerentes à

²²⁴ O *Dicionário Moraes e Silva*, de 1813, assim define litterário: “*adj.* Que respeita ás letras, sciencias, estudos, erudições. § Orbe litterario: os homens doutos, M. Lus. todo o edificio litterario; actos, certames, vida, fadigas lietterarias”.

²²⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1839, T. I, p.212.

produção da escrita ficcional, que a produção historiográfica há de se relacionar para a maior eficiência do projeto de fabricação da nação brasileira. Mas, como haveria a História de se relacionar com a escrita ficcional? Com que elementos? O excerto ao discurso de Januário da Cunha Barboza aponta-nos indícios do matiz da produção literária em que uma “historia bem organizada do Brazil” havia de se relacionar para ter maior eficácia na efetivação de seus objetivos:

D'além mar partiram sem duvida os primeiros navegantes conquistadores, nos primitivos tempos foram os primeiros viajantes; mercadores audazes os primeiros exploradores; úteis cruzadas, aquelles com a espada, estes com o caduceu em punho, trouxeram melhoramento social: assim a civilização brotou do commércio e da guerra²²⁶.

Apresenta-se, então, na visão de Barboza, a obra de trazer para estas partes do mundo o “melhoramento social” e os “cômodos da civilização”, como realização de mercadores audazes, palavras onde nos é possível vislumbrar um tom épico, e entendemos que fosse de ser também em tom épico que havia de ser narrado o fazer Brasil - para se fazer nação.

Em se tratando do pretérito do Brasil, de sua construção como Estado, e sua inserção numa tradição ocidental de civilização e progresso, tem-se o desdobramento da empreitada lusa pelos mares tenebrosos; sua civilização também havia de se apresentar como que em, desdobramento desta mesma epopéia. Feitos heróicos realizados por varões preclaros e que, agenciados maquinalmente, haviam de iluminar e auxiliar na vagarosa marcha da civilização do Brasil e de seus povos, conforme apontou Januário da Cunha Barboza em fala proferida no *establishment*:

vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro que acelere seus passos. O talento dos geógraphos e dos historiadores é só quem pode offerecer-nos essa galeria de factos, que sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de logar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte dos grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro²²⁷.

Ainda que a marcha da civilização se apresentasse aos olhos de Cunha Barboza de forma vagarosa, conforme aponta o excerto, ele supunha, fosse possível a aceleração desta marcha; fosse pelo trabalho patriótico e em honra da pátria realizado tanto pelo historiador como pelo geógrafo, ao apresentarem, como fruto de suas investigações, quadros bem organizados dos objetos de cada um

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839, T. I, p.210.

²²⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839, T. I, p.12.

desses conhecimentos. Daí considerarmos, embasados nas palavras dadas a ler na Revista do Instituto, que a Epopeia se apresentasse como estruturação discursiva potencialmente propícia à efetivação dos trabalhos daqueles que se propuseram a engendrar produções que dessem a ver e fazer sentir uma História do Brasil. Neste sentido, consideramos emblemáticas as palavras proferidas pelo revolucionário francês Honoré Gabriel Riqueti, o conde de Mirabeau, tomadas de empréstimo por Bronislaw Baczko, para quem o homem, na qualidade de ser sensível, é muito menos guiado pela generosidade do que por objetos imponentes, imagens chamativas e fortes, grandes espetáculos, emoções²²⁸; enfim, aquilo que potencialmente fosse capaz de tocar, ferir a sua sensibilidade, pensando, portanto, na mesma esteira de Pierre Nora, conforme excerto apresentado no início deste trabalho, em devir epígrafe.

Retomando as reflexões de Michel Foucault acerca dos procedimentos de interdição, entendemos que as possibilidades de escolha — no que diz respeito ao mito literário sobre o qual havia de ser agenciada uma História do Brasil — apresentem-se de forma limitada. Ora, como narrar, frente às necessidades do presente, o pretérito como a sátira ou uma comédia? Seriam tais estilos adequados ao estabelecimento de afinidades e afetos entre indivíduos e regiões, e não a repulsa o escárnio entre tais elementos? Acreditamos que não. Havia de ser respeitado aquele que se coloca, conforme informa Foucault, como um procedimento de interdição discursiva: o ritual da circunstância. Daí, acredita-se que dificilmente seria vista com bons olhos, ao menos pelos integrantes do *establishment*, uma narrativa urdida sobre o solo linguístico da sátira ou da tragédia – ainda que acreditemos que os elementos caros ao gênero trágico tenham, conforme aponta o agenciamento da *Historia Geral do Brasil* – sobre o que nos deteremos em nosso quarto capítulo, suma importância na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nestas relações estabelecidas entre a historiografia e a literatura, havia de ser agenciado maquinicamente um livro de História capaz de viabilizar a existência do sentimento de pertença à comunidade nacional. Narrativa potencialmente capaz de tocar a sensibilidade do leitor, impelindo-o às práticas úteis e a desdobramentos do projeto civilizacional e de construção da nação, decalcado pelos integrantes do IHGB. Decalque este passível de ser observado em seu

²²⁸BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

delineamento na RIHGB e que acaba por apontar algumas linhas quando analisados as partir das ponderações de Fernando Catroga

Portanto, compreende-se que, na anamnese, a história e a ficção se misturem, a verdade factual se miscigene com conotações estéticas e éticas, e que já Halbwachs encontrasse na narrativa memorial uma “lógica em acção” cujos pontos de partida e de chegada são escolhidos pelo próprio evocador (fale este em nome individual, ou em nome de um grupo – família, associação, partido, igreja, nação, humanidade)²²⁹.

Para além de narrar então o pretérito, tal agenciamento havia de ser narrado maquinicamente, consoante às necessidades do presente. A escrita da História havia de atuar, portanto, de forma direta na instituição daquilo que Fernando Catroga, pensando com Jean Jacques Rousseau, chamou de *Religião Civil*:

De acordo com vários antropólogos e sociólogos (Frazer, Durkheim, Radcliffe-Brown, Mauss, Cazeneuve, Spiro, Parsons etc.), a religião tem igualmente de ser compreendida pelo papel religador que desempenha na reprodução social. E não será necessário aceitar-se todas as consequências da tese de Durkheim, segundo a qual a Divindade é a sociedade transfigurada e pensada simbolicamente, para se reconhecer que os seus efeitos se objectivam na produção e no reforço de sentimentos de comunhão e de identificação, de modo a que os indivíduos possam constituir-se como sociedade, ou, talvez melhor, como comunidade²³⁰.

O estudo da Revista do IHGB aponta, portanto, no sentido de que era a este tipo de sentimento que se desejava instituir: o de ligação entre as partes; ou seja, as constitutivas do Império. No caso em específico do IHGB, através do consumo, disseminação e leitura de uma História do Brasil, criar, fortalecer (onde já houvesse), amalgamar a nacionalidade brasileira. Fazia-se imprescindível, com vistas à forja da nação, criar um sentimento de pertença à comunidade nacional — assim como no *religare* a que objectivam as religiões.

Uma História nacional haveria de criar tais laços, bem como o sentimento de comunhão e identificação, conforme nos informa Catroga. Ora, lançamos, mais uma vez, a seguinte indagação para que possamos entender a primazia da obra de Varnhagen: caso realmente Catroga tenha razão ao se referir ao potencial fazer com que o indivíduo se reconheceria numa narrativa, como fazer com que o cidadão da futura nação brasileira se reconhecesse no outro, no elemento não europeu?

²²⁹ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Lisboa: Editora Quarteto, 2001.p.21.

²³⁰ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005. p.09-10.

Ainda no sentido de pensar a nação como uma comunidade baseada em solidariedades e sentimentos, como no que seria uma “Religião Civil”, temos as reflexões propostas por Ernest Renan como apropriadas para pensarmos o projeto de construção nacional decalcado pelos integrantes do Instituto. Em sua obra clássica sobre o estudo das Nações intitulada *Qu'est-ce Qu'une nation?*, Renan atribui suma importância ao tocar a sensibilidade para a realização de uma nação. Conforme podemos observar na referida obra, ao nos informar que: *les intérêts cependant, suffisent-ils à faire une nation? Je ne le crois pas. La communauté dès interêta fait lês trités de commerce. Il y a dans nationalité um cote de sentiment; elle est ame et corps à la fois*²³¹.

Com o que o autor pretende informar, a ação do Estado, fosse através da realização de tratados, da elaboração de leis, fosse mesmo através de sua ação legítima(da) frente às Máquinas de Guerra que se colocavam à união do império e sua constituição como nação não seria o bastante. A comunidade seria tão somente uma comunidade literalmente imaginada ou nada além de um elemento do discurso, conforme aponta ainda Renan

Une nation est une ame, un principe spiritual. Deux choses qui, à vrai dire, nèn font qu'une constituent cette ame, ce principe spirituel. L'une est La possession em commum d'un riche legs de souvenirs; l'autre est Le consentement actuel, Le desir de vivre ensembl; la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis. L'homme meussieurs, ne s'improvisé pas. La nation, comme l'individu est le aboutissant d'un long passé d'efforts, de sacrifices et de deuouements. Le culte des ancêtres est de tous le plus légitime; les ancêtres nous ont faits ce que nous sommes. Un passé héroïque, des grasnds homes, de la gloire (j'entends de la véritable) voilà le capital social sur le on assied une idée nationale. Avoir des glories communes dans le passé, une volonté commune dans le present; avoir fait de grandes choses ensemble vouloir en faire encore, viola les conditions essentielles pour être un people²³².

Ainda que as reflexões de Renan sejam posteriores aos primeiros trabalhos do Instituto, haja vista terem sido proferidas em conferência na Sorbonne em 1882, elas são imprescindíveis para pensar os trabalhos do IHGB em seu projeto de construção nacional. Se tanto Januário da Cunha Barboza como Martius e Varnhagen já haviam se referido à importância do sentimento para a realização da nação, Renan irá teorizar de forma sistemática acerca deste objeto caro ao oitocentos. É o que podemos observar em análise ao último excerto, no qual o autor apresenta-se enfático ao informar que a nação nasce não de um ato de vontade do

²³¹RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007.p.32.

²³²RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007.p.33-4.

soberano – ou do IHGB. Mas de um processo, e constitui-se como que um princípio espiritual embasado em longo legado de lembranças, sacrifícios e devotamentos, assim a caracterizando o autor *“Une nation est donc une grande solidarité, constituée par le sentiment des sacrifices par le sentiment des sacrifices qu’on a faits et de ceux qu’on est desposé à faire encore”*²³³.

Frente tais preceitos para a forja da nação, qual seria o elemento mais adequado para a constituição da nação brasileira, senão um longo legado de lembranças, agenciado como que em uma Máquina de Estado que objetiva não somente o agenciamento das práticas de seus povos, mas também de seus amores, rancores e sentimentos, de seu lembrar? Apontemos ainda, um longo legado de lembranças a serem agenciadas numa narrativa Histórica sobre o Brasil que se inicia em 1500, e não, com a independência do Brasil. Era necessário diante das demanda do presente, que tal narrativa histórica tocasse as sensibilidades do ledor em seu ato de consumo da obra. Capacidade esta que seria buscada por Francisco Adolfo de Varnhagen quando do agenciamento de sua História em devir Máquina de Estado.

CAPÍTULO III

²³³ RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007. p.34.

IMAGINAÇÃO

3.1 O Agenciamento de Francisco Adolfo de Varnhagen

Francisco Adolfo de Varnhagen era filho de Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen e D. Maria Flávia de Sá Magalhães. O pai do futuro historiador nasceu em Arolsen, no principado germano de Waldek, e foi graduado pela Escola Militar de Freiberg²³⁴. A origem da mãe ainda se coloca em aberto aos que se debruçam sobre vida e obra de Francisco Adolfo²³⁵.

Varnhagen pai fora contratado no início do século XIX pelo governo português para tomar a frente, sob a direção do intendente José Bonifácio, das fundições portuguesas, inicialmente em Figueiró dos Vinhos²³⁶ pelo período de dez anos²³⁷. Ínterim no qual se casa com D. Maria Flávia e luta em Portugal contra as tropas comandadas por Junot, quando da ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas.

²³⁴ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.p.06.

²³⁵ Conforme aponta Temístocles Cezar, a nacionalidade da mãe de Francisco Adolfo ainda não fora precisada. Acredita-se, conforme aponta o autor, que a mesma tenha nascido em Portugal, conforme nos é possível notar em leitura de sua correspondência ativa. Ver CA, p. 91. O autor aponta ainda, que “a origem da suspeição vem, ao que parece, de uma resposta de José Ignacio de Abreu e Lima a uma dura crítica que Varnhagen endereçara-lhe. Abreu e Lima chamou Varnhagen de “filho de alemão e de uma senhora que não era brasileira”. Varnhagen, no opúsculo onde refuta Abreu e Lima, dá a entender que sua mãe teria nascido em São Paulo”. Opinião corroborada ainda por Renato Sêneca Fleury, para o qual D. Maria Flávia teria nascido realmente em Sorocaba. Conforme aponta ainda Temístocles Cezar, os que colocam em questão a possibilidade de ver a mãe do futuro historiador não ser uma portuguesa, está Gilberto Freyre, o qual *no início dos anos 40 do século XX, faz um comentário, de passagem que demonstra que ainda naquele período a identidade de d. Maria Flávia podia*. Para maiores esclarecimentos, sugerimos a leitura de VARNHAGEN, F. A. de. *Réplica apologetica de um escriptor calumniado e juízo final de um plagiario diffamador que se intitula general*, Madrid, d. Dominguez, 1846, p. 5. ; FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.p.06. ; CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009. Notadamente, a nota número 36.

²³⁶ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, p. 75-96.

²³⁷ Cf. CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009.

Casado, aprovado nos campos de batalha, parte para o Rio de Janeiro no ano de 1809, acompanhado de sua esposa e do filho Timóteo, chegando o então capitão Varnhagen, à Corte no último dia deste ano²³⁸ “cheio d’ardor, de ambição e esperanças”²³⁹. Qualidades que inspiraram o Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a investir Varnhagen pai, da incumbência de organizar a fundição São João do Ipanema, localizada no interior de São Paulo na vila de Sorocaba²⁴⁰. É do “Morro Aracoíaba” ou “Morro do Ferro”²⁴¹, de onde faz produzir em primeiro de novembro de 1818 – dia de todos os santos —, os primeiros lingotes de ferro, com os quais foram construídas três cruces. Feitos que tornam Friedrich Varnhagen digno de ser nomeado diretor da Ipanema e Comendador da Ordem de Cristo²⁴².

Foi também em Sorocaba, cidade do interior paulista, antes do ferro ser fundido, no ano de 1816, que nasceu Francisco Adolfo de Varnhagen. Sétimo filho do casal teuto-brasileiro (possivelmente), onde vive até meados de 1822, segundo podemos inferir da leitura dos estudiosos de sua vida e obra varnhageniana. As únicas informações encontradas a respeito da infância de Varnhagen²⁴³ são as apresentadas por Renato Sêneca Fleury, em volume da *Série Grandes Brasileiros: biografias de vultos eminentes do Brasil*, “carinhosamente escolhidas e escritas em linguagem amena, apropriada para a mente juvenil, numa coleção cheia de edificantes exemplos”²⁴⁴; no caso, volume dedicado ao Visconde do Porto Seguro:

²³⁸ RIBEIRO, Clado Lessa de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.55.

²³⁹ VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, t. II, p.360

²⁴⁰CF. CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009.

²⁴¹ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.p.06.

²⁴²Cf. FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.p.08.

²⁴³ A exiguidade de fontes acerca dos primeiros anos de Francisco Varnhagen também é apontada por Clado Lessa de RIBEIRO (1845), para quem “as fontes biográficas existentes são totalmente omissas de dados sobre os anos da primeira infância do historiador diplomata, como sucede em geral com as de todos os grandes homens. Algumas vagas alusões e reminiscências encontram-se dispersas pela própria obra literária do sorocabano” Cf. RIBEIRO, Clado Lessa de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.59.

²⁴⁴ Além do presente volume, foram publicados como parte da coleção outros dedicados ao Almirante Tamandaré, Anchieta, O Barão do Rio Branco, D.Pedro II, O Duque de Caxias, Emílio Ribas - o vencedor da peste, Fernão Dias Pais, Gusmão – o padre voador, Joaquim Nabuco, José Bonifácio,

Francisco Adolfo de Varnhagen foi uma criança que começou a viver entre homens do trabalho e que brincava a ouvir o ruído dos instrumentos de labor e a presenciar o esforço dos mineradores de ferro, dos fundidores, dos condutores de veículos, dos escravos nos rudes serviços²⁴⁵.

Estada no interior da província de São Paulo que não se estenderia por muito tempo, haja vista, às vésperas do 7 de setembro, Friedrich Varnhagen parte com licença indeterminada à Europa, conforme aponta Temístocles Cezar

No ano da Independência do Brasil, Friedrich de Varnhagen parte com uma licença ilimitada “à Europa, onde o chamavam outros interesses, e os justos desejos de ver seus pais – de quem se havia separado vinte anos antes”. O restante da família fica no Rio de Janeiro, onde o jovem Varnhagen começa seus estudos de letras. Em outubro de 1823, Friedrich de Varnhagen chama-os a Portugal. Francisco Adolfo de Varnhagen nunca mais passará tanto tempo no Brasil²⁴⁶.

No período compreendido entre 1822 e 1823, o de residência no Rio de Janeiro, o jovem Varnhagen inicia, além do estudo das primeiras letras, o estudo da língua francesa²⁴⁷ e assiste o nascer do Brasil independente. A família segue ao encontro do pai em Portugal, no fim de outubro de 1823²⁴⁸. No mesmo ano, Francisco Adolfo inicia sua preparação para o ingresso no Real Colégio da Militar da Luz²⁴⁹, onde foi matriculado sob o nº 114²⁵⁰, a 13 de outubro de 1825, e teve sua

Oswaldo Cruz, Pedro Américo, Prudente de Moraes, Rapôso Tavares, Regente Feijó, Rui Barbosa, Santos Dumont, Visconde de Mauá – de Caixeiro a Visconde.

²⁴⁵ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.p.10

²⁴⁶ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009.

²⁴⁷ RODRIGUES, José Honório. Varnhagen – o primeiro mestre da historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, V.328, 1980. p.135.

²⁴⁸ Clado Lessa Ribeiro informa que a família segue para Portugal no ano de 1824. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p 19.

²⁴⁹ Conforme aponta Moraes Âncora, o Colégio Militar da Luz *destinava-se, provavelmente, como os nossos, a ministrar instrução secundária por preços módicos aos filhos de militares*. RIBEIRO, Clado Lessa de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.61.

²⁵⁰ Laura Oliveira informa-nos que ao ser matriculado, o “menino” Varnhagen recebeu o número 114 como identificador, o qual seria atribuído após o afastamento por reprovação ou ter atingido a idade limite de 17 anos, ou ainda, o término do curso realizado por Francisco Adolfo, a um novo aluno. A autora informa-nos ainda, que o Francisco Adolfo estudou gratuitamente no Real Colégio da Luz. Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.

saída da instituição, conforme apontam registros, após o término de seus estudos a 29 de agosto de 1832²⁵¹.

O Real Colégio Militar fora Instituição fundada em 1802 por D. João VI, e reestruturada em 1816 pelo mesmo monarca²⁵², com vistas à formação de “oficiais que pudessem vir a servir não apenas no exército de Portugal, mas também no então Reino Unido a Portugal e Algarves²⁵³. Formação que haveria de ser realizada em cursos ministrados por docentes que deveriam para se apresentar aptos ao exame admissional na Instituição, possuir o curso Mathematico realizado na Universidade de Coimbra e dos Estudos de Fortificação, Artilharia e Desenho. Havia ainda o candidato, de demonstrar sua idoneidade e aptidão em exames prestados frente a uma Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas, e, no caso de empate, seria “escolhido” aquele que possuísse, comprovadamente, o “melhor comportamento Moral e Civil”²⁵⁴. Sendo aprovado seria aberta a carreira docente àqueles que se apresentassem aptos, então a ministrar seus cursos; majoritariamente, aos filhos de militares a serviço do Reino Unido a Portugal e Algarves.

Abaixo apresentamos um quadro do “Plano de Estudos” desenvolvido para implementação no Colégio Militar da Luz por D. João VI, em 1816, ao qual fora o jovem Francisco Adolfo de Varnhagen submetido quando do início de seus

²⁵¹ *Registro dos alunos do Real Collegio Militar* (anexo).

²⁵² Conforme aponta Taíse Tatiana da Silva apoiando-se nas reflexões de Munteal Filho, *A educação de Varnhagen fora uma consequência das mudanças decorrentes do iluminismo pragmático deflagrado em Portugal, (...) nos indicam sua vinculação a uma, ainda que tardia, aristocracia ilustrada. O Colégio dos Nobres, onde Varnhagen estudou, proporcionaria uma formação de nível médio que antes das reformas da instrução pública de Pombal seria apenas oferecida pelas ordens religiosas, jesuítica e oratoriana. Segundo Munteal Filho, depois da organização do Colégio dos Nobres e da Reforma da Universidade de Coimbra, operada também por Pombal a partir de 1772, a iniciativa de maior relevância para o desenvolvimento das ciências físicas e naturais em Portugal haveria sido a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779, ocorrida após a chamada viradeira (...)*. Cf. SILVA, Taíse Tatiana Quadros. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da Historiografia das belas letras à História nacional: breve análise histórica. In: GUIMARAES, Manoel Luis Salgado (org.). *estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p.127.

²⁵³ CASULO, José Carlos de Oliveira. A educação do oficialato castrense no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no Regulamento de 1816do Real Colégio Militar da Luz. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n.26, p. 9-18, jan/jun. 2009. Disponível em <HTTP://www.repositorium.sdum.uminho.pt/? Acesso em: 20 mar 2010.

²⁵⁴ CASULO, José Carlos de Oliveira. A educação do oficialato castrense no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no Regulamento de 1816do Real Colégio Militar da Luz. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n.26, p. 9-18, jan/jun. 2009. Disponível em <HTTP://www.repositorium.sdum.uminho.pt/? Acesso em: 20 mar 2010.

estudos na instituição, a partir de 1825²⁵⁵. Entendemos que o referido quadro seja de suma relevância para melhor compreensão acerca da formação da memória e apreensão de mundo pelo futuro historiador, e, desta forma, para que possamos avaliar as opções e representações de mundo apresentadas posteriormente pelo autor em sua *Historia Geral do Brazil*.

ANO	Disciplinas I	Disciplinas II	Disciplinas III
Primeiro Ano	Primeiras Letras. Carga horária: 4 horas. Manuais: Alfabeta, de Monteiro, arte, de Ventura. Tópicos programáticos: Leitura portuguesa; Escrita portuguesa; As quatro espécies fundamentais de contas.	Desenho de Figura. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Princípios, de Lairesse. Tópicos programáticos: sem informação.	
Segundo Ano	Gramática Portuguesa. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: Arte, de Lobato; Arte da Guerra, trad. de Pedegache. Tópicos programáticos: sem informação.	Gramática Francesa. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: O novo mestre, 4ª edição; Les commentaires de César; Les aventures de Telemaque. Tópicos programáticos: sem informação.	Desenho de figura. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Princípios de Lairesse. Tópicos programáticos: sem informação.
Terceiro Ano	Filosofia Racional e Moral. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: Genovense, trad. de Cardozo; Genovense Heinecio, trad. de Farinha. Tópicos programáticos: Lógica, Metafísica geral, Ética.	Gramática Latina. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: Arte, de Pereira; Eutrópio; Fedro. Tópicos programáticos: sem informação.	Desenho de figura. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Princípios de Lairesse. Tópicos programáticos: sem informação.
Quarto Ano	Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: Curso completo, de Wolf, na trad. francesa	Gramática inglesa. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos.	Desenho de arquitetura. Carga horária

²⁵⁵ Consta-se que fora a esta matriz curricular que os primeiros estudos de Varnhagen foram submetidos; o que nos foi possível observar em carta do mesmo ao General José de Sousa Soares de Andréa, onde o missivista informa-nos o seguinte: *Chamado depois à Europa, por meu pay, entrei em fins de 1835 para o Real Collégio da Luz, onde seguindo o curso regularmente por sete anno, além de obter aprovações todas plenas nos exames de latim, francez, inglez, philosophia, rethorica, geographia, historia, completei o 1º anno mathematico e o 2º de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, táctica, estratégia, reunindo a isto a escolha das differentes armas, equitação, esgrima, e desenho linear, de figura, architectura, paisage, perspectiva, e topographia que tive durante os sete annos. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Correspondência ativa. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p 98-9.*

	de um beneditino da congregação de S. Mauro. Tópicos programáticos: Aritmética, Álgebra, Geometria teórica, Geometria prática; Trigonometria plana; Trigonometria esférica.	Manuais: Arte, de Siret; Economy of human life; The history of the reign of the emperor Charles 5.th. Tópicos programáticos: sem informação.	semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Regras, de Moreira. Tópicos programáticos: sem informação.
Quinto Ano	Princípios e noções gerais de Mecânica, Hidrodinamica, Optica e Perspectiva. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Curso completo, de Wolf, na tradução francesa de um beneditino da congregação de S.Mauro. Tópicos programáticos: Princípios e noções gerais de mecânica; Princípios e noções gerais de Hidrodinamica. Princípios gerais de Optica; Princípios gerais de perspectiva.	Geografia e História. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Montelle, trad. de Moraes; Millot, trad. de Moraes. Tópicos programáticos: Geografia; História universal; História de Portugal.	Desenho de Arquitetura. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Regras, de Moreira. Tópicos programáticos: sem informação.
Sexto Ano	Princípios e noções gerais de Tática elementar, Castramentação, Fortificação de Campanha, Ataque e defesa de praças em geral e de portos fortificados. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manuais: elementos, de Azedo; Tratado composto por B. Vicente Ferraz; Curso completo, de Wolf, na trad. francesa de um beneditino da congregação de S. Mauro. Tópicos programáticos: tática elementar de castramentação; Princípios e noções gerais de fortificação permanente; fortificação de campanha; Ataque e defesa de praças em geral e particularmente de portos fortificados.	Desenho de Arquitetura. Carga horária semanal: 1 hora e 30 minutos. Manual: Regras, de Moreira, Tópicos programáticos: sem informação.	

Em análise aos conteúdos curriculares ministrados no Real Colégio, foi possível observar a atenção dispensada na matriz curricular em vigor ao longo dos anos de formação de Varnhagen, aos componentes curriculares pertinentes às

ciências exatas²⁵⁶. Instituição pensada e criada para a formação técnica dos futuros militares lusos de aquém e além-mar — elemento aqui entendido como de relevância para explicar, segundo apontam nossas análises, a maneira como Francisco Adolfo de Varnhagen viria a apresentar sua vasta produção intelectual: pobre em dotes estilísticos, conforme apontam seus analistas. Pobreza que, em parte, podemos supor ser reflexo de estudos técnicos desenvolvidos em uma matriz curricular a qual fora submetido o aluno 114; ponderação esta que se apoia nas reflexões de Joel Candau, que entende tanto a competência do pensar quanto a formação da memória como elementos desenvolvidos nos indivíduos a partir de suas interações sociais e culturais com o meio²⁵⁷. Entendemos desta forma que o ser, a memória, a representação de mundo, suas sensibilidades, em Francisco Adolfo de Varnhagen, são constituídos, portanto, em rizoma com o mundo, a sincronia com o qual o mesmo viveu

Em effet, la pensée et la mémoire sont des compétences que ne sont rendues possibles que grâce à des interactions sociales et culturelles. Celles-ci vont permettre l'établissement et le partage de connaissances, de croyances, de conventions, la compréhension d'images, de métaphores, l'élaboration et la confrontation de raisonnements, etc, la transmission d'émotions, de sensations et de sentiments, etc. Elles vont aussi contraindre l'appareil psychique et être à la origine de la censure et du refoulement de certaines pensées ou souvenirs. Dans tous les cas, pensée et mémoire s'organisent em fonction de la présence de l'Autre (group ou individu). Même

²⁵⁶ José Carlos Casulo, em estudo onde analisa o Colégio, informa-nos, ainda, que se somavam à grade curricular da instituição aulas de ensino religioso, educação moral e cívica, esgrima e dança. Cf. CASULO, José Carlos de Oliveira. *A educação do oficialato castrense no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no Regulamento de 1816 do Real Colégio Militar da Luz*. *Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n.26, p. 9-18, jan/jun. 2009. Disponível em <HTTP://www.repositorium.sdum.uminho.pt/? Acesso em: 20 mar 2010.*

²⁵⁷ Temos como significativas para o desenvolvimento de nossas reflexões, duas categorias analíticas propostas por Joel Candau, sendo a primeira, a protomémoire, definida como *mémoire procédurale, habitus bourdieusien, techniques du corps mausseniennes, etc. Tout ce qui, mémorisé, agit l'individu à son insu*. (CANDAU, 2005, 172) Informa-nos ainda sobre a protomémoire: *Au sein d'une société donnée, les comportements culturels les plus stables sont ceux qui <vont de soi> et qui, à ce titre, sont consideres come une second nature> Les comportements protomémoriels (...) em font partie. La protomémoire est une mémoire de bas niveau, analogue à la <protopensée> que Dummett définit comme une pensée qui <ne peut être détachée de l'activité em cours et de ses circonstances*. (CANDAU, 2005, 77). A outra categoria à qual se refere o autor, é a de *métamémoire*, definida como *a représentation que chaque individu se fait de as propre mémoire, la connaissance qu'il en a et, d'autre part, ce qu'il em dit*. (CANDAU, 2005, 172); propõe ainda que a meta memória é *également vocation à être partagée. Les êtres humains ne se contentent pas de souvenir; ils em ont également conscience et ils em parlent La métamémoire est d'une part la représentation que chaque individu se fait de as propre mémoire, la connaissance qu'il em a et, d'aure parte, ce qu'il em dit. Elle est une mémoire revendiquée, ostensive. Plus exactement, dans as forma colective, elle est la revendication partagée d'une mémoire supposée, 'être. La différence entre métamémoire et mémoire est du même ordre que celle que Ricoeur voudrait instituer dans le langage <entre la mémoire comme visée et le souvenir comme chose visée> (...)* (CANDAU, 2005, 79). Cf. CANDAU, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. PUF: Paris, 2005.

celui que se place hors du monde (saint stylite, anachorète ou renonçant indien) se situe par rapport à ce monde²⁵⁸.

Acreditamos ser necessário o apontamento de que esta pobreza, esta suposta falta de dotes estilísticos na obra varnhageniana, ser influenciada pelo tipo de formação a qual o estudante número 114, fora submetido ao longo de seus estudos. Hipótese que desenvolveremos ao longo de nossas análises a partir das fontes e rastros que se apresentam por sua vez, como intercessores de Francisco Adolfo de Varnhagen, pois dão a ver a própria formação, o eu do autor. Dentre tais rastros, elencamos sua História Geral do Brasil e sua Correspondência ativa, como elementos mais apropriados para que seja exequível o entendimento da formação e sensibilidades varnhagenianas. Francisco Adolfo estudou como já se disse, no Real Colégio até o ano de 1832, dando continuidade à sua formação na Academia da Marinha de Lisboa, onde se matriculou no 2º ano matemático²⁵⁹. É em meio a sua formação técnica que, aos 15 anos, em plena adolescência, apresenta-se para combater em Portugal nas fileiras do *Immortal e Augusto Fundador do nosso Império*, D. Pedro I, na Restauração de Lisboa. O futuro historiador integrou o segundo batalhão de artilharia, tropa de elite do ex-imperador²⁶⁰. Varnhagen nunca fora apenas mais um: presta serviços militares numa tropa de elite! Elemento este, que causa certo espanto – até para mim, assim como outros com quais tivemos contato, e que tendem a quebrar uma imagem pré-concebida de um Varnhagen historiador de gabinetes.

O engajamento às lutas pela Restauração acaba por lhe render a patente de primeiro-tenente de artilharia. Terminadas as lutas, ele dá continuidade aos seus estudos de Engenharia na Real Academia de Fortificações, mais uma vez, em instituição que inferimos — já que não nos foi possível o conhecimento do teor de seus cursos — primar pela formação da área das exatas, do ensino de caráter técnico e logicamente matemático.

Em meio ainda à sua formação e às guerras em nome de Pedro I contra D. Miguel, Varnhagen fora admitido na Academia de Ciências de Lisboa pela

²⁵⁸CANDAUI, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. PUF: Paris, 2005. p.16.

²⁵⁹Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.99.

²⁶⁰ Consideramos de relevância para o estudo dos trabalhos de Varnhagen em torno das Reflexões Críticas, sugerimos a leitura de CEZAR, Temistocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre a operação historiográfica. *História em Revista*, V 6, Pelotas: Universitária, 2000. p.37-58.

apresentação, no ano de 1838, do trabalho *Reflexões Críticas*, estudo que marca o início da monumental produção do autor ²⁶¹. Neste, Varnhagen, desde presumivelmente 1835²⁶², estudou um escrito do século XVI de Gabriel Soares de Sousa²⁶³ e que havia sido publicado com o título de “Notícia do Brasil”. Tal estudo fora apresentado pelo autor à Academia e publicado pela primeira vez no ano de 1839, sendo seguido de inúmeras reedições²⁶⁴.

Ainda na década de 1830, Varnhagen produziu mais um estudo de caráter histórico. Tratava-se do *Diário da navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu*

²⁶¹ Varnhagen ao longo de seus 62 anos de vida produziu uma obra que alguns estudiosos calculam ultrapassar o número de 100 títulos. Sobre a referida produção, Arno Wehling nos diz que *A vasta obra de Varnhagen iniciou-se no final da década de 1830 e estendeu-se até o ano de sua morte em 1878* – ou para além dela, como é o caso da *História da Independência* publicada em 1916. *É uma obra monolítica, no sentido de que nela, não se encontram fases ou etapas sucessivas; o que existe é um interesse multifacetado em torno de cinco ou seis temas e campos maiores, todos tendo como eixo o seu pensamento histórico.* WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.45. ; IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. ; HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen: subsídios para uma bibliografia.* São Paulo: Editoras Unidas, 2000.

²⁶² ODALIA, Nilo. *Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde do Porto Seguro.* São Paulo: Atica, 1979.p.10.

²⁶³ No que diz respeito às *Reflexões Críticas*, assim se manifesta Capistrano de Abreu em Necrológio dedicado ao Visconde do Porto Seguro: *Um livro existia, vasto como uma enciclopédia, interessante como um romance, fértil como um punhado de verdades, roteiro, coreografia, história natural, crônica. Longo tempo inédito, fora afinal publicado pela Academia de Ciências, porém mutilado, anônimo, inçado de erros, eivado de incorreções. Varnhagen determinou as posições geográficas, identificou as espécies biológicas, corrigiu os erros dos copistas e do escritor, provou a autenticidade do escrito de modo irrefragável, ao mesmo tempo que descobriu o nome do autor – Gabriel Soares de Sousa.* ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos: Crítica e História.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.p.83. Informamos ainda, que o Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde do Porto Seguro, fora originalmente publicado no Jornal do Commercio, no período de 16 à 20 de dezembro de 1878, e posteriormente, em apenso ao primeiro tomo da quarta edição da *História Geral do Brasil* anotada por Capistrano e Rodolfo Garcia, entre as páginas 502 e 508. Nilo Odália relata “mais de perto” o processo pelo qual fora produzido o *Reflexões Crítica*, (...) *cheio das mais preciosas indicações acerca da geografia, história natural, etnografia e primórdios da colonização pelos portugueses desta parte do Novo - Continente. Corria anônimo o livro, multiplicado em numerosas cópias, mais ou menos alteradas e cheias de interpolações, desde fins do século XVI: e do seu conteúdo se haviam aproveitado, entre outros, Pedro de Mariz, nos Diálogos de Vária História, e mais recentemente o poeta laureado e historiador inglês Robert Southey, o Padre Manuel Aires de Casal, autor da Corografia Brasileira, e Ferdinand Denis, que no livro Le Brasil (1837), se bem que já estivesse impresso o códice, citou-o com freqüência, e por vezes extensamente o extratou, servindo-se de uma cópia existente na Bilblioteca Nacional de Paris. (...) Varnhagen (...) cotejando 11 cópias jacentes em várias bibliotecas de Portugal – (tinha conhecimento de mais de seis em outros países) – pôde o jovem pesquisador corrigir abundantes erros em nomes de localidades, acidentes geográficos, produtos naturais, e fazer muitas identificações, revelando vasta cultura, seguro critério e completo conhecimento não só da bibliografia impressa sobre o Brasil antigo, histórica, geográfica, cartográfica e naturalística, como dos manuscritos inéditos existentes em livrarias portuguesas ainda hoje não totalmente divulgados pela imprensa..* RIBEIRO, Clado LESSA de. Vida e obra de Varnhagen. In: *RIHGB*, vol. 223, abr./jun. 1954, pp. 100-101

²⁶⁴ Cf. FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro.* São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

irmão Pero Lopes de Sousa. Trabalho que o fazia aceito na qualidade de sócio-correspondente pelo seletivo grupo que se reunia quinzenalmente no *IHGB*, em 1840. Desde então, a participação do agraciado tornara-se uma frequente, já que corriqueiramente envia ao Instituto os resultados de suas investigações históricas que relata ter sido sua preocupação desde os primeiros anos de vida.

O gosto pela pesquisa histórica em Varnhagen era notado desde seus estudos ao longo da década de 1830, conforme aponta Clado Lessa Ribeiro em análise às anotações de Firmino Herculano de Moraes, comandante do Imperial Corpo de Engenheiros. Firmino, em carta datada de 16 de fevereiro de 1843, expõe parecer-lhe, que em Varnhagen

foram os estudos orientados para a carreira militar que suscitaram a vocação para as pesquisas de História e Geografia, e não a vocação inspiradora dos estudos, como geralmente acontece²⁶⁵.

A temática “Brasil” apresentava-se como uma constante em sua produção: supomos que, para além da curiosidade varnhageniana, o Brasil fizesse parte também de seus sentimentos; para o que aponta sua solicitação pela nacionalidade brasileira, pleito este, que faz com que o mesmo retorne ao Brasil pela primeira vez após sua ida para a Europa, ainda ao longo de sua infância.

Ainda em se tratando da formação de Varnhagen, observa-se, conforme aponta Nilo Odália, que ele não realizou somente a formação regular em instituições militares. Ao longo da realização de seus estudos, foram intercalados, ainda, cursos que certamente haviam de habilitá-lo para a prática dos ofícios que posteriormente desempenharia, fosse como historiador, fosse como diplomata

Embora quase toda a formação básica esteja voltada para o campo das ciências exatas, uma vez que além dos cursos regulares já citados freqüentou, na Escola Politécnica de Lisboa, aulas de Química, Física, Mineralogia, Zoologia, Botânica – não deixou de realizar cursos mais relacionados com a sua futura atividade de historiador, particularmente no campo diplomático, Paleografia e Economia Política²⁶⁶.

Nesta mesma época, em 1840, Francisco Adolfo toma conhecimento de que se discutia no Brasil a proposição de uma lei que permitiria aos que desejassem, a repatriação aos residentes no exterior. Cancela então uma viagem programada

²⁶⁵ RIBEIRO, Clado Lessa de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.61.

²⁶⁶ ODÁLIA, Nilo. *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Visconde do Porto Seguro. São Paulo: Atica, 1979.p.10.

para a Alemanha e embarca para o Brasil, conforme observamos em sua correspondência com Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, o diretor da Biblioteca de Évora; a quem o historiador frequentemente endereça suas missivas

O meu anterior destino era uma viagem à Allemanha, porém, repentinamente mudei-o inteiramente. – Vou ver os bosques virgens da América Meridional, e partirei até 5 do mez que vem. Não tenho ainda itinerário formado, nem quero pensar nisso, pois me sujeitarei às circunstancias. Se me fosse possível, tinha muito empenho de indagar aonde chegou o meu P. Lopes – mas este projecto tem um tanto de visionário²⁶⁷.

Varnhagen regressa pela primeira vez desde sua ida para Portugal em 1823²⁶⁸. Neste período, aproveita para rever a terra na qual havia nascido. Percorre um roteiro sentimental, onde se propôs a visitar amigos e lugares de sua memória²⁶⁹; o que podemos constatar na carta do pleiteante a brasileiro, endereçada a José de Sousa Soares de Andréa, em fevereiro, onde assim informa que aproveitou “o tempo para uma viagem ao interior do Império, a qual não só me prestou muitos conhecimentos naturaes, como de novo me arraigou sentimentos de patriotismo ao ver meus lares e amigos de infância”²⁷⁰.

O brasileirismo varnhageniano fora reavivado²⁷¹. No decorrer desta viagem de (re)descoberta do Brasil, Varnhagen apresenta-se pessoalmente ao IHGB para agradecer o título de sócio-correspondente que lhe fora ofertado em 1840. Na

²⁶⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.47

²⁶⁸ Clado Lessa Ribeiro supõe que Varnhagen tenha saído de Lisboa “em fins de maio ou começos de junho de 1840, pois viajando em navio de vela, necessitaria de mês e meio paroximadamente para chegar ao Rio, e só temos certeza da sua presença na capital do Império a 18 de julho, em que pronunciou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o discurso de agradecimento pela sua eleição de sócio correspondente. RIBEIRO, Clado Lessa de. *Formação de Varnhagen*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.71.

²⁶⁹ Durante a estadia de Varnhagen no Brasil em virtude do reconhecimento de sua nacionalidade, ele excursionou pelas províncias de São Paulo e Paraná, expondo suas impressões de “andarilho” no texto intitulado *A picada do mato virgem*, publicado n’ O Panorama no ano de 1842. Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. 170 p.

²⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.100-1.

²⁷¹ Chama-nos a atenção a necessidade de enraizamento, de filiação identitária de Francisco Adolfo de Varnhagen com o Jovem Império. Supomos que dentre as possibilidades de “enraizamento” dele, apresentavam-se como possibilidade, a Alemanha, Portugal e o Brasil. Sobre sua opção, Nilo Odália nos informa que tendo vivido num lar onde a *atmosfera familiar não deveria estar saturada de sentimentos de brasilidade pela falta de raízes naturaias*. Assim sua opção pela nacionalidade brasileira parece se originar de uma necessidade vivencial e intelectual – fruto de seu desenraizamento (...) Para um jovem da época pertencer a uma dessas nações, pertencer e participar de sua formação e de seu destino – ou até mesmo orientá-lo -, deveria surgir aos seus olhos deslumbrados como a possibilidade única oferecida a poucos de concretizar o desejo de pertencer a história e ao seu tempo. ODÁLIA, Nilo. *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Visconde do Porto Seguro. São Paulo: Atica, 1979.p.8-9.

43ª sessão realizada a 18 de julho de 1840, sob a presidência de Januário da Cunha Barboza, Varnhagen diz que

tendo de vir fazer uma viagem ao Brasil, aproveitára o ensejo para pessoalmente agradecer ao Instituto o Honroso Título que se dignára outorgar-lhe: que com nímio prazer o acceitava, offerecendo seu préstimo para tudo o que o Instituto houver por bem determinar²⁷².

O reconhecimento da nacionalidade brasileira fora concedido a Varnhagen através do decreto imperial em 24 de setembro de 1841; o qual o investia da qualidade de cidadão brasileiro e o autorizava a gozar dos direitos e garantias dos legítimos brasileiros. Em seu regresso a Portugal, ainda no ano de 1841, Varnhagen solicita ao governo português uma promoção militar, que inferimos ser justa, já que frente à recusa de tal pleito, ele solicita o desligamento do Exército português, sendo autorizado o seu ingresso na vida civil, no início de outubro de 1841²⁷³.

O novo brasileiro tomou conhecimento da decisão acerca do reconhecimento de sua nacionalidade apenas em 1842; oportunidade na qual fora convocado a assumir posto na burocracia imperial, por indicação realizada pelo amigo Antonio de Vasconcelos Menezes de Drummond, que já movia esforços em prol de seu colega no Instituto Histórico, atentando, inclusive, para o conhecimento que o favorecido possuía das *cousas do Brasil*. Drummond assim se expressa:

Não se pode deixar de ser de muita satisfação para V. S. o saber que o Sr. Varnhagen é natural da cidade de S. Paulo, aonde seu pai foi estabelecer a fábrica de ferro, que continua a prosperar naquella Província. Eis porque se occupa com tanto cuidado das cousas do Brasil. O logar do nascimento cria inclinações profundas no coração do homem²⁷⁴.

A indicação fora recompensada. Varnhagen foi nomeado a 19 de maio de 1842 para a legação do Brasil em Portugal, em Lisboa, na qualidade de adido de primeira classe, com um soldo anual, inicialmente, de 800\$000 (oitocentos mil

²⁷² *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo II, 1840, p.406-407.

²⁷³ Temístocles Cezar informa-nos, que dos maiores problemas postos ao reconhecimento de Varnhagen como brasileiro, fora o servir e lutar nas fileiras do Exército português sem a devida autorização do Imperador do Brasil. Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topóji*, V.8, n.15, jul.- dez.2007, p.168-9.

²⁷⁴ Carta lida pelo segundo secretário perpétuo do IHGB, escrita por sócio correspondente e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Portugal Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond na 30ª sessão do Instituto realizada em 11 de janeiro de 1840. Cf. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo.II, 1840. p.140.

réis)²⁷⁵. Em Portugal, o adido havia de cumprir as funções imanentes ao cargo até o ano de 1847: para além das suas atribuições diplomáticas, ficou responsável pela descoberta, desenvolvimento de estudos e análises criteriosas de documentos históricos sobre o Brasil²⁷⁶. Notadamente, aqueles que contribuísem para a elucidação de questões do presente do Brasil: os referentes às fronteiras do império²⁷⁷.

Foi ao longo desta primeira estada na Europa representando o Império que lhe acolhera, que o adido-historiador desenvolveu estudos como *O Caramuru Perante a História*²⁷⁸, *Épicos Brasileiros*²⁷⁹, *Amador Bueno* (1847), e *Cronica do Descobrimento do Brasil* (1840)²⁸⁰.

²⁷⁵ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

²⁷⁶ Foi possível observar em leitura à Revista do Instituto, que o envio de pesquisadores aos arquivos europeus já era um desejo dos ilustrados, conforme podemos observar na seguinte proposição do Sr. João Silvestre Rebelo, assim se manifestando: *O Sr. José Silvestre Rebello fez a seguinte proposta: Que se peça ao corpo legislativo, que autorise o ministro dos negócios estrangeiros para mandar um addido à Hespanha e outros paizes afim de copiar os manuscriptos importantes que ali existam relativos ao Brazil. Foi apoiada a proposta, e remettida à supremencionada comissão, afim de dar o seu parecer sobre ella(...)* *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo.II, 1840. p.151. É possível ainda acompanhar os desdobramentos da proposição, quando o Sr. Bento da Silva Lisboa informou que *o governo Imperial tinha annuido ao requerimento em que se pedia que enviasse um adido às legações brasileiras em Hespanha e Portugal, afim d'ali copiar os manuscriptos que existam relativos ao Brazil. O Instituto recebeu com nimio prazer esta noticia, e nomeou uma comissão especial composta dos Srs. Bento da Silva Lisboa e Athaide Moncorvo, para apresentarem em sessão as instrucções que se deve dar ao dito adido* (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo.II, 1840. p.257. Observamos ainda, que o atendimento da proposta fora agradecido na Primeira Sessão Pública Aniversária do Instituto pelo seu Secretário Perpétuo. Fora escolhido para a realização destas pesquisas em arquivos europeus, José Maria do Amaral, o qual fora remanejado da legação de Washington para as de Madri e Lisboa. Cf. RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil: sua evolução e problemas Atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/ Departamento de Imprensa Nacional, 1952. O exercício das atividades imanentes ao ofício do historiador não se apresenta então como uma novidade, assim como Varnhagen não fora o primeiro a ser enviado ao exterior com vista ao desenvolvimento da pesquisa sobre o passado do Brasil. O primeiro pesquisador incumbido de ir ao exterior com vistas ao desenvolvimento de realizar pesquisas sobre a história pátria, fora então, o diplomata José Maria do Amaral, pouco familiarizado com as práticas arquivísticas, não correspondeu às expectativas do IHGB. Para substituí-lo, o Ministro Vasconcelos de Drumond, sugeriu o nome de Varnhagen, um jovem talentoso e promissor, que já havia realizado pesquisas na Torre do Tombo, e que desejava ingressar na carreira diplomática. F. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, p. 75-96

²⁷⁷ Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007.

²⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *O Caramurú perante a historia*. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo.10, 1848, p. 129-152.

²⁷⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Épicos Brasileiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

²⁸⁰ Segundo informa Pedro Telles da Silveira, a *Crônica do descobrimento do Brasil* foi publicada no periódico *O Panorama* entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840. No Brasil, e reimpressa no Brasil no mesmo ano, tendo sido revisada pelo autor março de 1840. Cf. SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção,

Tendo sido, então, encarregado para a realização de pesquisas sobre o fazer-se do Império, o adido, para além de publicar os frutos de suas pesquisas, “prestava contas”²⁸¹ de seus achados e trabalhos realizados ao administrador do ordenamento e agenciamento do pretérito brasileiro. É o que observamos em correspondência endereçada ao Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto, onde, para além da referida prestação de contas, entendemos ter, o missivista, por intenção, criar a imagem de um trabalhador infatigável em seu lançar-se sobre os rastros do pretérito

Concluirei asseverando a V.S. que é quase exclusivamente à geographia e história do nosso país, que o Instituto tanto tem fomentado, que se dedicam todas as minhas horas vagas; e que se não dou disso já provas e documentos pela imprensa, é porque me reservo a fazê-lo com mais madureza, sem a precipitação por todos os escriptores condemnada nas expressões proverbiais do Velho Horacio²⁸².

Após a vinda em atendimento à convocação Imperial em 1842, Varnhagen retorna ao Brasil apenas no ano de 1851, quando fora convocado por Paulino José Soares de Souza a prestar auxílios de um diplomata-historiador a assuntos acerca da negociação dos limites das repúblicas hispano americanas com as Guianas europeias; oportunidade esta em que o adido de primeira classe participa ativamente das sessões e das atividades realizadas no Instituto²⁸³.

Literatura e História através da “Cronica do Descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. História da Historiografia, Ouro Preto, n.3, set.,2009, p.35.

²⁸¹ Laura Oliveira observa que *Varnhagen correspondia-se com personalidades importantes – como, por exemplo, o Imperador do Brasil, o primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou o bibliotecário da Biblioteca de Évora – e em suas cartas expunha as concepções que possuía acerca do trabalho da escrita da história. Nelas, Varnhagen cuidadosamente mencionava, em várias oportunidades, suas descobertas arquivísticas, suas visitas a bibliotecas e arquivos, seus trabalhos finalizados ou em andamento e sugeria pesquisas a serem realizadas. Conversando com seus pares, revelava suas preocupações e investimentos intelectuais, afirmava-se como um homem do mundo das “letras”, palavra que empregava para se referir à sua produção intelectual. Nesse caso, muito para além de uma possível relação de amizade ou de intimidade, as cartas podem ser lidas como um esforço de Varnhagen para a construção de sua imagem como um homem devotado à pesquisa e ao trabalho intelectual.* Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen.* Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.p.

²⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa.* Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.106.

²⁸³ Conforme foi possível observar em levantamento realizado às páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Varnhagen esteve presente às sessões de número 226 a 235, realizadas no período compreendido entre maio e setembro de 1851. Ainda neste ano, fora publicada na *Revista* a obra “*Tratado descritivo do Brasil*, em 1857, obra de Gabriel Soares de Sousa, acompanhada da seguinte nota: ‘Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescida (*ilegível*) commentarios a obra por Francisco Adolpho de Varnhagen” (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 1851, p. 370)

Ainda no período desta vinda ao Brasil, foi eleito primeiro-secretário da Casa em meados de maio do mesmo ano. Foi nesta oportunidade em que o então primeiro-secretário lançou-se àquilo que mais era afeito: aos arquivos, aos rastros do passado a serem organizados, selecionados, disciplinados, catalogados. Fruto deste trabalho braçal foi a reorganização da biblioteca, dos arquivos, do museu, e a elaboração de catálogo alfabético da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Além do trabalho braçal, a gestão varnhageniana coincide com a reforma dos estatutos de 1838, que desde então orientavam as atividades do Instituto²⁸⁴. Observamos em leitura das novas orientações aprovadas em 1851, que estas apontam no sentido de profissionalizar a prática de produção do conhecimento no IHG²⁸⁵. Sua participação no IHGB, ainda que polêmica quanto aos posicionamentos e à frieza com que fora recebida sua *História Geral do Brasil*, fora digna de, em 1859, ser agraciado com o título de sócio honorário da Casa. Terminado este período no Rio de Janeiro, Varnhagen retorna para Madri na qualidade de Encarregado de Negócios, continuando suas pesquisas em arquivos da Europa até o ano de 1858, quando é chamado à América do Sul para o exercício de atividades diplomáticas. Inicia-se, em meados da década de 1850, o período que, acreditamos, fosse frente às concepções varnhagenianas, o mais difícil do representante da civilização e do Império do Brasil: representar o Império em meio às bárbaras repúblicas.

²⁸⁴ Sobre os novos estatutos orientadores das atividades do IHGB, penso que seja imprescindível atentar para o pronunciamento de Pedro II na 212ª sessão realizada em 15 de dezembro de 1849, onde o Imperador assim se expressa: *Sem duvida Srs. que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que tambem no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como tambem pelos vossos próprios, torneis aquella a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor das sciencias é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tao nobre, útil e já difficil empreza, erijamos assim, um padrão de glória à civilização de nossa pátria. Congratulando-me desde já convosco pelas felizes consequências do empenho, que contrahis, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das commissões, assim como me apresente , quando lhe ordenar, uma lista, que espero será geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas as vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações.* Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. T.X, V. 12, 1849.p.551.. A produção historiográfica, em detrimento do publicação de fontes, torna-se então, conforme aponta Rodrigo Turim, um *projeto imperial*, e para o qual, sua efetivação havia de contar com um suporte institucional apresentado nos novos estatutos da Casa. Cf. TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*. n.2, 2009. p.15. Disponível em: < <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/4/4>> Acesso em: 30 mar. 2010. Sobre os novos estatutos da Casa aprovados em 1851, sugerimos a leitura dos mesmos. Cf. < <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1851t0014.pdf>>.

²⁸⁵ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topóji*, V.8, n.15, jul.-dez.2007,p.171.

Na América do Sul, inicialmente como Ministro Residente, Varnhagen havia de representar sua terra no Paraguai desde o ano de 1858, o que foi feito tão somente em 1860, “quando, alegando problemas de saúde, sem autorização oficial do governo Imperial, deixa Assunção, no final de 1860”²⁸⁶. Fora encarregado, após o abandono do Paraguai, para o exercício do mesmo cargo, Ministro residente do Brasil, na Venezuela. Chega a Caracas no ano de 1861 e, ali, deve representar o Brasil frente à Venezuela, Equador e Colômbia, até o ano de 1863, quando fora transferido para Lima, devendo representar o Império frente ao Chile e o Equador; oportunidade em que fora colocada em questão a habilidade do futuro Visconde do Porto Seguro para o desenvolvimento de atividades diplomáticas. É ainda neste período de estadia no Chile que Varnhagen se casa, em 28 de abril de 1864, com Carmen Ovalle y Vicuña, oriunda de família aristocrática chilena.

Frente às determinações do Império do Brasil, em 1866, a legação brasileira responsável pela representação *tríplice* no Chile é dissolvida e, tanto Equador, Chile e Peru haviam de ter, cada um, o seu próprio representante brasileiro. Após a separação destas, Varnhagen fora mandado para a Áustria, na qualidade de Ministro residente da Corte, cargo este, que nada parece ter agradado o futuro Visconde. Conforme informa o então historiador-diplomata, os rendimentos, para se viver na Áustria eram poucos, e, com o passar dos anos, impediram que o pobre Visconde de Porto Seguro representasse dignamente a pátria que lhe acolhera, conforme informava a Pedro II em fins de 1870, em carta enviada de Viena

Aqui se convencerá V.M.I. de quanto em outras ocasiões tenho exposto. Felizmente que me resolvi a tempo a adoptar o único systema possível, para soffrer menos das humilhações officiaes inherentes à falta de certa clausula: systema que consistiu em procurar representar menos, e manter-me na maior modéstia e reserva possível. Assim, com o sacrifício de certo amor próprio, mas a bem da dignidade, fiz quando estava em mim, quando o mais, aliás com maior vantagem da nação, não estava na minha alçada²⁸⁷.

Situação tornada diversa quando fora elevado, no ano de 1871, ao cargo de Ministro Plenipotenciário. É o que podemos observar, também, em carta enviada por Varnhagen ao imperador em Maio de 1871,

Beijo a mão de V.M.I. pela minha elevação a enviado extraordinário. É o caso de se dizer que mais vale tarde que nunca; mas confesso a V.M.I. que

²⁸⁶CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007,p.172.

²⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.p.349.

não poucos vexames e humilhações soffri aqui nos trez últimos annos de exercicio, entre os dezenove e meio que conto já como chefe da missão. Minha mulher se prostra igualmente agradecida como eu ante os pés de V.M.I.²⁸⁸.

Carta remetida de Viena, onde o Visconde de Porto Seguro viveu até o fim dos seus dias, em 1878, sendo capaz ainda de ver reeditada sua *história Geral do Brazil*, em 1877.

3.2 A Peregrinação Varnhageniana: Caminhos e Descaminhos para o Agenciamento do Passado e do Futuro da Nação

3.2.1. Os Caminhos do Presente para o Passado

Senhor! Me dirigi a Paris a tratar da publicação da Historia Geral. Parei o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemerito do Brazil Ferdinand Denis. Estando em França, não pude resistir, por differença de horas, à tentação de visitar a Hollanda, e cada vez bendigo mais o momento em que tal tentação tive. Não posso explicar a V. M. quanto ahí adquirí, assim nos archivos, guiado pelo Dr. Silva, como nos livreiros em folhetos antigos sobre o Brazil, cartas geographicas, conhecimento mais individual dos chefes hollandezes de Pernambuco etc. Varias secções da Historia geral darão disso prova manifesta. Na Hollanda não deixei de parar em Rotterdam, Amsterdam, Leyde, Delft, Utrecht, campo de Zeist (onde estive com o Sr. Netscher), Harlem e Nimégue. Devendo voltar da Hollanda a Barcelona, para não retroceder quasi pelo mesmo caminho, tinha sempre que fazer volta. Resolvi dal-a, ainda em favor da obra que está quasi a passar ao dominio publico, – quiz ir a Dresde consultar o célebre folheto Zeitung ausz Presillg Landt, que cita Humboldt, e que eu depois de o estudar não duvido divergir da opinião deste sábio, e atribuil-o ao anno de 1508, como explicarei em uma nota. Passei antes pelo Hannover e Berlim, estive em Potsdam, fui a Praga e Vienna, subi o Danúbio, Ischel, Salzburgo, Munich, Constança, Schasshann, Guvich, Berne, Genebra, Lyon, Avignon, Montpellier, Perpignan e Barcelona. Tudo isto rapidamente, já se vê, e só à força de actividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação²⁸⁹.

O excerto do qual nos apropriamos neste momento, o de uma carta endereçada a Pedro II em meados de 1853, apresenta-se de forma emblemática para romper a imagem que se tem do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen: a imagem preconcebida de que o sorocabano fora um “historiador de gabinete”. Imagem esta constituída, vale salientar, de leituras apriorísticas da obra varnhageniana, e avaliações desenvolvidas a partir do estudo, tão somente, de comentadores da referida obra, e rotineiramente depreciativas no intuito de enaltecer

²⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.p.359.

²⁸⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.p.208-10.

a figura de Capistrano de Abreu. Imagem concebida, também, por vezes, a partir do estudo da *História Geral do Brasil*, e entendimento através do qual se constrói a representação de um Varnhagen que seria filho de sua *História Geral* – e não o inverso.

Não. *História Geral do Brasil* é filha das opções, do(s) método(s)²⁹⁰, dos discursos, dos anseios, da experiência, do rizoma sócio-cultural formativo do autor e do tempo em que esteve inserido. Daí uma imagem concebida erroneamente, em que Varnhagen confunde-se com as anotações, documentos, livros, diários, poeira e até com os ácaros espalhados em meio ao seu sóbrio ambiente de trabalho; onde o historiador pinça, seleciona, arquiteta e agencia suas memórias em devir história, fabula uma História do Brasil. Como que um artesão de uma máquina de Estado, potencialmente capaz de se somar à civilização e construção da nação brasileira²⁹¹.

Varnhagen realmente não pára. Ele é um andarilho²⁹². Seus caminhos, o do “bandeirante à busca de mina de ouro da verdade”, como disse Capistrano de Abreu²⁹³, são orientados por suas inquietações, dúvidas e dilemas. Trilhas e veredas que nos são apresentadas em inúmeras passagens de sua correspondência, de sua obra e por seus comentadores. Apresentamos aqui uma destas oportunidades em que a viagem soma-se ao método: a autópsia²⁹⁴ realizada por Francisco Adolfo de

²⁹⁰Para Temístocles Cezar, *Sem pretender situá-lo em uma difícil e duvidosa história das influências podemos, ao menos, afirmar que Varnhagen compartilha uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada: ou seja, aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade narrativa e da imparcialidade do historiador*. Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007, p.161.

²⁹¹ Em se tratando do projeto de construção da nação, entendemos ser importante a referência de Nilo Odália, para quem “*Em Varnhagen a nação não se forma pelo acaso histórico; sua construção é uma tarefa racional que demanda entre outras providências a presença constante de um centro coordenador. Se na História encontramos a matéria-prima que devidamente moldada se presta à elaboração do projeto da nação, ao Estado compete o mister de transformar o projeto ideal numa realizada concreta*”. ODÁLIA, Nilo. *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Visconde do Porto Seguro. São Paulo: Atica, 1979, p.21.

²⁹²Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007.

²⁹³ Capistrano de Abreu em seu Necrológico dedicado ao Visconde de Porto Seguro, assim se refere a ele: *O desconhecido atraia-o. Os problemas não resolvidos o apaixonavam. Códices corroídos pelo tempo; livros que jaziam esquecidos ou extraviados; arquivos marcados com o selo da confusão, tudo viu, tudo examinou. Pelo terreno fugidio das dúvidas e das incertezas caminhava bravo e sereno, destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade.* Cf. ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.83.

²⁹⁴ Para Temístocles Cezar a autópsia na produção historiográfica oitocentista *não é um método ausente da produção historiográfica brasileira oitocentista. Ao contrário, ela se torna um dispositivo extremamente importante para a escrita da história do Brasil, funcionando seja como uma forma de*

Varnhagen. O trecho é de uma carta endereçada ao Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barboza:

Na Cananéa fui examinar o Padrao de que fallo à pag. 90 do Diário de Pero Lopes. – É falso o que diz Cazal de se ler alli certo anno, do que elle tira um argumento. Não teve nem tem anno algum especificado. Eu fiz disso lavrar um auto com testemunhas que algum dia apresentarei²⁹⁵.

Cananéa, Santos, Paranaguá, Curitiba, Coimbra, Évora, Simancas, Madri, Sevilha, Paris, Londres, Liège, Louvain, Bruxelas, Gand, Bruges, Ostende Colonia, Bonn, Coblentze, Neuvied, Ehrenbreitstein, Mayence, Wiesbaden, Heildeberg, Carlsruhe, Estrasburgo, Cadiz, Sevilha, Córdoba, Granada, Gibraltar, Málaga, Castela, Toledo, Ávila, Valladolid, Valença, Burgos, Leao, Astroga, Tóro, Tordasilhas, Salamanca, Rio de Janeiro, Montevidéo, Assunção, Venezuela, Colômbia, Equador, Recife, Bahia, Santo Amaro, Pará, Parahiba, Rio Grande, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Sul do Brasil, Caracas, Lima, Cuba, Estados Unidos. Coloca-se como que um bandeirante, fosse na civilizada e civilizadora Europa, fosse nas bárbaras republiquetas latino-americanas, na Corte ou nos sertões de sua pátria, representando e/ou pesquisando.

Acreditamos que tais caminhos da produção historiográfica varnhageniana fariam inveja ao historiador cearense que acreditávamos, aprioristicamente, fosse profundo conhecedor do sertão profundo, de suas trilhas, dos caminhos do fazer Brasil²⁹⁶, conforme concepções apregoadas no ensino de História, em detrimento de Varnhagen.

Supomos que Varnhagen tenha sim se aproveitado de seu cargo, de sua posição social para a realização de pesquisas no sentido de realizar sua *Historia da*

atestar a verdade de uma fonte importante, como os relatos de viagem, seja como um imperativo da pesquisa histórica, quando o próprio historiador assume a perspectiva do viajante apreendido como figura gêmea, ou seja, como aquele que viu as coisas que narra. CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos* – leituras de História Cultural. Bauru: EDUSC, 2004.p.49.

²⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.61.

²⁹⁶ Conforme aponta Temístocles Cezar, em leitura ao texto de Xavier de Porto Seguro, informa que seu pai, Francisco Adolfo de Varnhagen, a “viagem foi a causa de sua morte: “no fim de nosso segundo ano de colégio, meu pai teve a infeliz idéia de fazer uma viagem ao Brasil. Essa viagem foi a causa de sua morte. Ele ficou seis meses ausentes, e voltou com uma doença nos pulmões” Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topóji*, V.8, n.15, jul.-dez.2007 . Foi possível ainda constatar que a doença que vitimara Varnhagen fora a Tuberculose, conforme nos informa Jarbas Silva Marques. Cf. <http://www.carloshonorato.com.br/pgs/posts/cat1detalhe.php?pageNum_posts=4&totalRows_posts=122&recordID=6>

Civilização Brasileira. Mas, para além de um viajante, observa-se, conforme aponta Temístocles Cezar, pensando com Michel Foucault, que o desbravar do território e os arquivos apresenta-se como um princípio epistemológico²⁹⁷ na produção historiográfica varnhageniana

O olho, como diria Foucault, torna-se o depositário e a fonte da clareza. Não se trata apenas de uma compensação à inexistência de documentos acessíveis ou confiáveis, as de um expediente cognitivo: isto é, a visão aparece não como um último recurso, mas como instrumento de saber; portanto, não como uma metodologia alternativa, mas como fundamento epistemológico da pesquisa. Ou seja, não é buscar no presente os traços do passado de uma forma instantânea e irrefletida; a autópsia não é, em Varnhagen, um dado imediato da consciência, e sim um trabalho intelectual que requer conhecimento anterior e uma constante interlocução entre a inatualidade pretérita e o presente²⁹⁸.

Tomamos como seminais para o desenvolvimento das reflexões, as palavras de Temístocles Cezar, para quem o autor da *História Geral do Brasil* escreve a partir do que vê. E mais: Cezar ainda nos informa que “Varnhagen escreve sobre o Brasil não apenas com a documentação que encontra e com os livros que lê, mas também a partir de sua experiência pessoal, de suas escolhas e de suas frustrações”²⁹⁹.

Ora, se ele escreveu sua *História Geral* utilizando-se, para além do que pesquisava, de suas leituras, daquilo que escutava e via, mas somando-se a escrita de sua obra, elementos subjetivos dentre os quais sua experiência, desejos e frustrações, tal obra apresenta-se como que um intercessor de si, de sua formação, de sua *protomemória*, de sua *metamemória* e de sua *memória* propriamente dita; elementos que hão de se relacionar para a constituição de uma lógica interna em sua obra, para o que nos chama a atenção Joel Candau

²⁹⁷ Sobre o *ver* como prática auxiliadora da produção historiográfica oitocentista, assim se refere Temístocles Cezar pensando com François Hartog: *Estas e outras notas são efeitos de uma prática silenciosa, pelo menos até o século XIX, através da qual os historiadores emprestam aos seus trabalhos garantias extratextuais: a autópsia, metodologia antiga, em que o olho funciona como marca de enunciação, de um eu vi como intervenção do narrador em sua narrativa para provar o que afirma*. Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007. Foi possível ainda constatar que a doença que vitimara Varnhagen fora a Tuberculose, conforme nos informa Jarbas Silva Marques. Cf. <http://www.carloshonorato.com.br/pgs/posts/cat1detalhe.php?pageNum_posts=4&totalRows_posts=122&recordID=6

²⁹⁸ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007.p.186.

²⁹⁹ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007.p.159.

L'apprendissage est le processus par lequel un individu enregistre des éléments de son environnement (c' est-à-dire des informations) que modifieront son comportement ultérieur. Cette capacité d'acquisition, limitée, est une notion fondamentale en anthropologie: elle est un principe de limitation, de la transmission, de la socialisation, de la coopération, de la impropriation [...], qui sont les bases anthropologiques du partage, des manières d'être au monde³⁰⁰.

Daí acreditarmos difícil pensarmos um Varnhagen maduro, afeito àquilo que chamava de “patriotismo caboclo”, notadamente naquela que temos por sua obra maior, principalmente, em sua primeira edição — até mesmo pelo fato desta apresentar-se como elemento no qual o autor pretende representar a si e à sua pátria, ver-se identificado na mesma. Varnhagen certamente não gostaria de fazer parte de um país, ou de uma nação, que se propusesse vir a ter como símbolo de sua alteridade selvagens e cáfilas de canibais. Neste sentido, Cezar aponta para a própria produção historiográfica varnhageniana como elemento que se apresenta como fundamento da consolidação de sua “nacionalidade” e, o que acreditamos, numa nação imaginada em consonância com suas opções e formação

Com ela se conhece, se compreende. Com ela, Varnhagen prova sua nacionalidade e a do próprio país. A historiografia varnhageniana encerra, assim, um drama de ordem psicológica particular, onde tudo se confunde constantemente: ao mesmo tempo resposta a uma questão existencial e uma tentativa de explicação às necessidades, conscientes ou inconscientes do Brasil: quem somos? De onde viemos? Sua obra, sua carreira diplomática, seus abundantes escritos epistolares, seu testamento, que são elementos constituintes deste discurso do oitocentos — e que chamo de *retórica da nacionalidade* —, participam de uma lógica, ao mesmo tempo, retrospectiva e prospectiva, por meio da qual é possível se perceber a consistência e a constância que ele desejava conferir à sua existência; estratégia de ação que não passa de uma ilusão biográfica³⁰¹.

Tomando então a *História* varnhageniana como elemento através do qual o futuro Visconde de Porto Seguro pretende, para além de “resolver” quem somos e de onde viemos, auxiliar na constituição do que seremos e na solução de um problema de ordem pessoal: sua nacionalidade, entende-se a impossibilidade dos nativos figurarem como protagonistas de sua obra. Tal elemento, o nativo, teria sim um papel dentro de sua epopeia: valorizar a ação do homem branco e do mestiço, pois foram aqueles pintados pela literatura fundacionista romântica, os que se colocaram impiedosamente em oposição, segundo as concepções varnhagenianas, ao processo de espalhamento da civilização Europeia pelo Novo-mundo. Foram,

³⁰⁰CANDAU, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. PUF: Paris, 2005. p.23.

³⁰¹CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007,p.188.

estes mesmos, apresentados como que “bons-selvagens”, os que por pouco não praticaram a antropofagia com o futuro historiador do Brasil. Como esperar, então, um Varnhagen afeito ao indianismo?

3.2.2 Descaminhos varnhagenianos: trilhas e caminhos do presente para a realização de um futuro

Entendemos que estes mesmos caminhos, pelos quais Varnhagen torna possível uma obra completa e documentada³⁰², sejam responsáveis também por aquilo que poderíamos nos referir como descaminhos da obra varnhageniana. Ora, se por um lado estas vias percorridas para a produção de um discurso sobre o passado foram as responsáveis pela produção de uma *História Geral* que primava pelo ineditismo de sua base documental, sua abrangência e conhecimento daquilo que narrava³⁰³, tais caminhos foram os responsáveis, também, pela mudança de sensibilidade que o autor “nutria” perante os nativos. As marcas da experiência, segundo aponta Temístocles Cezar, e acreditamos que também as categorias memoriais propostas por Candau, apresentam-se de reflexas em Varnhagen, ou em seus intercessores, seja em sua obra, seja em sua correspondência. No que diz respeito às marcas assinaladas em Varnhagen pela experiência, não podemos deixar de fazer referência à viagem em que o pesquisador sentira-se ameaçado por nativos em meio à *Estrada Real*. Varnhagen, um combatente, de elite, representante

³⁰² Cf. REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen – o elogio da colonização portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.p.23-50. Neste mesmo sentido, chama-nos a atenção Francisco Iglesias, para o qual, *Varnhagen se impõe pela pesquisa, pelo vulto da obra, pela quantidade de coisas não tratadas por outros, não por um pensamento original, uma concepção pioneira da matéria que cultiva. Seu livro é mais um caso comprovador de quantidade às vezes significar qualidade. Quer fazer e faz o histórico da colonização portuguesa. Reverente ante o poder metropolitano, não o censura, compreende-o e até o exalta. Tem mais sensibilidade e receptividade para o colonizador que para o colonizado, como se evidencia nas condenação de todos os protestos e rebeldias: não ficava a favor do índio que não se submete às tentativas de subjugação, nem do negro que foge, une-se aos seus e faz quilombos; tem palavras acres para toda a desobediência às autoridades. Condena as conspirações, como se dá com os conjurados mineiros de 1788 e mais ainda com os baianos de 1798. O capítulo sobre o episódio de 1817 é deplorável como compreensão e intolerância*. Cf. IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Nova Fronteira;UFMG,2000.p.82.

³⁰³ Cf. RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo. 275, 1967.

da ilustração, da civilização, um engenheiro militar, ameaçado por bárbaros! Por aqueles que um dia nutriu simpatias!

Supomos, frente ao exposto, nascer nesta viagem de descobrimento(s), um autor declaradamente em oposição ao *brasileirismo caboclo*, desde a oportunidade em que, em viagem pela província de São Paulo, na estrada Real, fora atacado por nativos. Data e local nos quais acreditamos ser possível instaurar um ponto de ruptura do futuro Visconde do Porto Seguro com a imagem idealizada dos nativos. Caso tenhamos razão, apresenta-se o evento como elemento que há de invalidar, como já foi dito, qualquer possibilidade de seus algozes apresentarem-se como protagonistas de sua *História Geral do Brasil*, como sugere o trecho em que confessa que

desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se e acham-se ainda um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais³⁰⁴.

Caso emblemático de que nos dá maiores informações Clado Ribeiro de Lessa, ao reportar-se que fora ainda na referida viagem quando foram relatados a Varnhagen episódios, narrando ataques dos nativos aos que por ali passavam. Para além de escutar tais histórias, fora necessário que ele se colocasse em armas contra possíveis ataques dos nativos.

Já pela altura de Paranapitanga, onde me demorei por alguns dias, comecei a ouvir contar muitos casos de cruéis assaltos e invasões de Índios, que, quando lhes aprazia, chegavam até ali com suas correrias, e traziam a todos cheios de terror e espanto. Passado, porém, mais ao sul, à fazenda de Morungava, confirmo atual da província de São Paulo com a do Paraná, dela desmembrada, não só ouvi contar novas histórias de assaltos de Bugres, como fui informado, que andavam eles mui perto, e que eu e os meus companheiros poderíamos no dia seguinte ser atacados na estrada, ao atravessar um bosque, felizmente de curta extensão. [...] Ao chegarmos à beira do mato, vi que todos os meus companheiros e seus camaradas e vaqueanos, sem dizer palavra, tiravam as espingardas dos arçãos, e com

³⁰⁴ Segundo aponta Laura Nogueira Oliveira, Varnhagen chega ao Brasil em julho de 1840 e aqui permanece até abril de 1841; período este em que, como já se disse, excursionou pelo território de sua futura pátria. Conforme indica ainda a autora, as impressões desta viagem foram apresentadas sob o título de *A picada do mato virgem*, texto este que consideramos de fundamental importância para um maior entendimento sobre a traumática experiência de Francisco Adolfo de Varnhagen, e, assim, para que possamos melhor compreender a lógica interna de sua obra, assim como a representação negativada dos gentios da terra. A autora nos dá a seguinte referência para o texto das impressões do autor: *A picada do mato virgem: fragmento de uma viagem pelo sertão*. O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, Tomo VI, p. 221-223, julho de 1842. No entanto, em pesquisas realizadas junto a Hemeroteca pública de Lisboa não nos foi possível a localização do mesmo. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Panorama/Panorama.htm>. Acesso em 11 abr. 2010.

elas engatilhadas, e como prestes a dispararem, prosseguiram, e me disseram de fazer outro tanto com minhas duas pistolas³⁰⁵.

Ameaça esta que, para além de mudar a sensibilidade varnhageniana frente aos nativos, leva-o a optar pela negatificação destes em sua obra, assim como na de outros que se inseriam no movimento Romântico. Torna-se, portanto, um crítico daqueles que pretendiam fazer das *catervas de canibais*, os protagonistas, símbolo da brasilidade, ao que rotulou de *patriotismo caboclo*³⁰⁶. Eleição que, no entender do autor, incorria num erro. Varnhagen chamava a atenção dos poetas orientando que

Lancemos as vistas para o nosso Brasil. Deus o fade igualmente bem, para que aqui venham às letras a servir de refúgio ao talento, cansado dos esperançosos enganos da política! Deus o fade bem, para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país e sejam, antes de tudo, originais-americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe-pátria. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem, mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião que nos transmitiram nossos pais. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? Deu-nos Deus a inspiração poética para o louvamos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização e exaltar o ânimo a ações generosas, e serão amaldiçoados [...]. Infeliz do que dela se serve para injuriar sua raça, seus correligionários e, por ventura, a memória de seus próprios avós!³⁰⁷.

Apontamento para o qual nos chama atenção também Américo Jacobina Lacombe, ao referir-se ao fato de que “o indianismo Romântico não era considerado por Varnhagen só um erro, mas um perigo, pondo em dúvida a validade de toda a obra política portuguesa e brasileira”³⁰⁸.

³⁰⁵LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845.p.80.

³⁰⁶Cf.PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.p. 633-675.

³⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brazil*. Utilizamos-nos desta obra de Varnhagem em meio digital, daí a grafia diversa da coeva. Disponível em: < <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361686455682402190802/p0000001.htm>> Acesso em 05 abr. 2010. – grifos nossos.

³⁰⁸LACOMBE, Américo Jacobina. As idéias políticas de Varnhagen. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo. 275,1967. p.143.

Ora, inferimos das leituras na *Revista do Instituto Historico*, da obra de Varnhagen, e das leituras dos analistas de sua obra, que os trabalhos realizados pelo futuro Visconde tinham por objetivo pensar e produzir uma historiografia capaz de se somar ao projeto de civilização do Brasil e dos brasileiros. Frente tais objetivos, como tomar feras e homens-fera, cáfilas de canibais, como símbolo da nacionalidade brasileira? Ou ainda, como tais elementos avessos e alheios aos *cômodos da civilização* haviam de inspirar o povo brasileiro para práticas convergentes à criação do sentimento de pertença – caros aos indivíduos civilizados, a um império uno que viabilizasse o nacionalismo? Seria possível frente à experiência, opções de formação de Varnhagen?

O autor agencia sua História como que um intercessor de si. Materializa sua imaginada *Historia da Civilização Brasileira*³⁰⁹ da maneira pela qual se deseja representar, como deseja ser visto, representando a pátria que lhe acolhera. A narrativa histórica em Varnhagen apresenta-se como um intercessor daquilo que imagina, projeta de si e da “nação” da qual descende. Mais do que dar-lhe um passado, era necessário garantir-lhe uma determinada representação, um determinado presente e, notadamente, um futuro. Não seria, portanto, aos olhos do historiador, com uma narrativa referenciada em elementos que tocavam negativamente sua sensibilidade, que se constituiria o Brasil como nação.

Varnhagen agencia a sua *Historia Geral do Brasil* a partir de suas opções, experiências e sua(s) memória(s). Como ostentar a nacionalidade em sua obra maior, referenciando-a com canibais, autóctones invasores e gentios que, antes de contribuírem para o engrandecimento do Estado e formação da nação, somavam-se, em sua divisão, para a ruína da civilização? Neste sentido, consideramos imperiosa a referência de Varnhagen ao *patriotismo caboclo*, apontado a ninguém menos que Pedro II, em correspondência, em que o missivista apresenta tal literatura, a indianista, como uma ameaça ao projeto de civilização e constituição da nação. Diz ele que

a leitura de uns artigos dos dois primeiros números do *Guanabara* sobre Berredo moveu-me a não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convem muito ao paiz e ao Throno que a opinião se não extravie, com idéas que acabam por ser subversivas. Submetto, pois, a V. M. a memória junta acerca de como se deve entender a nacionalidade

³⁰⁹ A História Geral do Brazil fora inicialmente pensada com o título de *Historia da Civilização e Geographia Physica do Brazil*. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

brasileira, e a V.M. Imperial fica o dar-lhe o destino que mais convincente Julgue³¹⁰.

A crítica de Varnhagen ao enaltecimento dos nativos explica, em parte, a fria recepção que a *Historia Geral do Brazil* tivera no Instituto Histórico. Ainda que Varnhagen fosse desejoso de que sua obra fosse direta e oficialmente adotada pelo Império, tornada Máquina de Estado, ele se apresenta cômico dos limites da mesma, e a possível hostilidade que causaria ao eleger, em *tempos Românticos*, e a despeito das simpatias nutridas por D. Pedro II pelo indianismo³¹¹, o elemento europeu como motor da História do Brasil.

Se eu fora ambicioso — fora de razão — revolucionariamente — houvera começado por adular a multidão, em vez de combater suas opiniões erradas; houvera tratado de lhe pregar os seus direitos e não os seus deveres; houvera pregado o subversivo cabocismo, que por fim tinha de contender com V.M.I.³¹².

Vale apontar que Francisco Adolfo de Varnhagen não fora desde sempre um antiindianista, para o que nos chama atenção Temístocles Cezar, segundo o qual tanto suas relações com Alexandre Herculano quanto sua colaboração com o periódico *O Panorama: jornal de Litterario e instructivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*³¹³, do qual fora diretor suplente desde 1837³¹⁴, são “indicadores seguros de que ele não fora por toda sua vida um anti-Romântico”³¹⁵.

³¹⁰ Clado Ribeiro de Lessa em nota à carta de Varnhagen a Pedro II, enviada de Madri, em 18 de julho de 1852, informa que A referida leitura fora da introdução à segunda edição dos *Anaes do Maranhão de Bernardo Pereira de Berredo*, escrita por Gonçalves Dias em 1849, e reeditada no 1º e 2º números do *Guanabara*, de que era um dos redatores. Aí o poeta maranhense teceu um apaixonado e romântico ditirambo das qualidades da raça tupi, que considerava a verdadeiramente representativa da nacionalidade. Varnhagen, como é sabido, discordava fundamentalmente do autor de *Y-yuca-pirama* nesse ponto. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 187.

³¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.245.

³¹³ Sobre o periódico *O Panorama: jornal de Litterario e instructivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, sugerimos a leitura do LIMA SANT’ANNA, Benedita de Cassia. *O Panorama (1837-1868): História de um jornal. Patrimônio e Memória*, Assis, V.4, n.2, p.244-262, jun.2009. Disponível em <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n2/artigos/panorama.pdf> Acesso em 12 abr. 2010. Em análise ao referido periódico oitocentista, em sua *ficha histórica*, observamos que não é feita referência ao nome de Francisco Adolfo de Varnhagen, mas a Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen. Cf. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Panorama/Panorama.pdf>> Acesso em 15 abr. 2010.

³¹⁴ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, p. 75-96

³¹⁵ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topóji*, V.8, n.15, jul.-dez.2007, p.162.

Essa mudança na perspectiva da apreensão do nativo na obra varnhageniana é tornada emblemática na polêmica que é dada a ler; o que podemos observar na polêmica de Varnhagen com o Sr. Lisboa.

as illusões com que havia embalado o espirito no seio das grandes cidades se dissiparam n'um só dia; à maneira do que se passou com alguns políticos franceses ultra-philantropicos por theoría, durante toda a sua vida, e que tiveram que converter-se a idéas mais positivas e reaes, em presença dos horrores de Robespierre e de Marat, e em nossos dias das proprias scenas de 1848³¹⁶.

E ainda:

Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do caráter dos nossos Índios nenhuma idéia segura, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta de Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da "Crônica do descobrimento do Brasil"³¹⁷.

A literatura, bem como à produção historiográfica, fosse para Varnhagen, fosse para a comunidade de imaginação associada ao Instituto, havia de se somar para a realização de um presente e um futuro fabulado pela cadeia de intercessores imperiais: a nação brasileira. Constatação que nos é evidenciada quando Januário da Cunha Barboza refere-se ao fato de que a história havia de se colocar como um *archote* capaz de *acelerar a marcha dos homens* rumo ao seu desenvolvimento. É o que nos é dado a ler em discurso proferido pelo cônego, em virtude da 4ª sessão pública aniversária do *Instituto*, realizada a 27 de novembro de 1842. Diz ele que

Rastejar vestígios de povos civilizados, que por ventura hajam habitado esta bella região; salvar da voracidade dos tempos monumentos e escriptos fidedignos para a Historia e Geographia do paiz; propagar pelas classes menos illustradas o brilhante lume que os primeiros fostes em accender n'este continente, outrora oppresso e obscurecido pelo regimem colonial; consagrar altares á virtude, sem a qual a mais vasta e bem cuidada erudição torna-se supérflua e até perigosa (a nação prescinde de archotes que fascinam e cegam; necessita de práoes que enderecem e guiem), são o dever principalíssimo das sociedades scientificas, e nisso emprega o Instituto seus assíduos desvêlos. Eis, Senhores, porque diviso no futuro claros destinos a esta nossa associação; nella contemplará a pátria agradecida o berço da Litteratura Brasileira, como na Arcadia Lusitana nasceu, em 1779, a Academia Real das Sciencias de Lisboa: se perseverante e fiel em sua vocação, continuará a merecer a benevolência e as graças do nosso Augusto Protector, o tributo de louvor e admiração do mundo universo³¹⁸.

³¹⁶ VARNHAGEN, F. A. de. *Os Índios bravos e o Sr. Lisboa*. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 36-38.

³¹⁷ VARNHAGEN, F. A. de. *Os Índios bravos e o Sr. Lisboa*. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 36-38.

³¹⁸ *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo IV, 1842, p.3-4.(suplemento).

O matiz desta produção intelectual da Casa e de seus associados, maiores ou menores, coloca tanto Varnhagen, com suas opções e pragmatismo em sua produção historiográfica, quanto uma das falas que temos por mais emblemáticas do Instituto, a de Januário da Cunha Barboza, na esteira da produção historiográfica à qual se refere Arno Wehling. Varnhagen e seus pares da Casa acreditavam ser função tanto da produção historiográfica quanto da literatura a soma de esforços para a consolidação das instituições³¹⁹ e da própria nação. Daí entendermos ser possível objetivar a produção historiográfica varnhageniana, segundo aponta Arno Wehling, como representante do *historicismo*³²⁰ no Brasil, e entendia que a produção do intelecto havia de contribuir para a realização de um futuro

além de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual a história deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado a fim de poupar às gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros.

Analisando o exposto até o momento, seja da correspondência, da formação ou da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, sob as lentes desenvolvidas a partir das reflexões desenvolvidas com a leitura de Bronislaw Baczko, observamos que o conjunto de sujeitos pinçados por Varnhagen para figurarem em sua *Historia Geral do Brasil* é fruto de sua experiência, desejos, aspirações e motivações.

Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças. [...] Os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema

³¹⁹ WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.37. Conforme aponta ainda o autor em análise à produção historiográfica varnhageniana, *O moralismo de Varnhagen, fiel a este clima pragmático, visava o aperfeiçoamento da sociedade brasileira: o objetivo era ser útil, o meio encontrado para atingi-lo era de uma obra que aliava, na intenção do autor, autoridade científica e pedagogia social*. WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.58.

³²⁰ Para Arno Wehling, *o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico, dando coerência interna ao discurso dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo*. Cf. WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.35-6.

de orientações expressivas e afectivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente a sociedade global. [...] A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa, acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum. Por exemplo, as representações.³²¹

As opções de Varnhagen tornam-se claras frente às reflexões de Baczko. Ora, se a construção e o compartilhamento de um determinado imaginário que havia de ser disseminado pelo discurso historiográfico a partir das práticas e cultura escolar³²² com vistas à inspiração nacionalista, a instituição de práticas, o despertar sentimentos, comportamentos e a canalização de energias em nome de um determinado “*estar no mundo*”, como esperar um Visconde do Porto Seguro em sua maturidade, ou, notadamente, o Varnhagen ao longo dos anos em que materializa sua *Historia Geral do Brasil* na década de 1850, afeito a um “*patriotismo caboclo*”? Varnhagen não agencia o passado pelo passado, mas sim em função de um presente e da fabulação de um futuro, consoante às suas aspirações, sua protomemória, sua metamemória e sua experiência. Um militar, adorador do mundo civilizado, que viveu a maior parte de sua vida na civilizada e civilizadora Europa, e que fora constrangido — ou talvez seja mais apropriado dizer —, humilhado por nativos no emblemático episódio ocorrido na estrada Real.

A narrativa varnhageniana, tanto em suas opções quanto em se tratando de seu estilo – ou à falta dele — apresenta-se, portanto, como que a extensão de seu autor, de suas aspirações, de seus desejos e de suas experiências; um ponto de convergência do rizoma no qual o autor estava inserido. Ainda que possamos julgar

³²¹Baczko, Bronislaw. A imaginação social, In: LEACH, Edmund (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.p.311.

³²² Dominique Julia assim se refere à cultura escolar: “(...) poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).” Cf. JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, 2001. p.10-11.

o estilo de Varnhagen como alheio à poética de sua obra, ele se apresentava cômico de sua importância na materialização de sua *História Geral do Brasil*.

Venha, porém, o homem mais erudito nos annaes historicos d'um paiz, e seja elle tão philosopho e estadista quanto se queira, poderá ainda escrever uma péssima historia, com que não ature um só leitor, se o desalinho da linguagem e a incorrecção de frase a faz confusa, ou o que ainda é peor, se os ornatos pretenciosos, alheios tantas vezes á difficil 'facilidade' que deve mostrar o estylo, a tornão desagradavel. Na narração histórica, o historiador deve quanto possa aproximar seu estylo do dos oradores de tribuna. Cumpre ser correcto, puro, harmonioso e tão elegante quanto possa, sem cair em affectação. Todo escripto historico depende de narração; [...] Pelo que fica dito, obvia é a necessidade de que o historiador seja a um tempo erudito, philosopho, e litterato. Como, porém, exigir-se poesia na Historia, quando parece que a invenção d'aquella tão opposta é a verdade n'esta requerida. Entendamo-nos. Exige-se no historiador algum gênio poetico mas não para 'improvisar'. A poesia, em sua accepção mais lata, tem por fim verdadeiramente a expressão do bello e do sublime, quer com a harmonia da palavra, quer com os sons da musica, quer com o pincel ou o cinzel, quer finalmente com as proporções architectonicas. Tem alma poetica todo o que é capaz de conceber e definir, por qualquer d'estas formas, o bello e o sublime; mas, verdadeiramente, só é poeta o que, em logar de combinar os sons a manejar o pincel ou o cinzel, ou servir-se do esquadro (isto é, em logar de ser musico, pintor, esculptor ou architeto), domina a palavra e a obriga a moldar-se á sua concepção 'poetica'. Factos há tão sublimes na historia de todos os povos, paragens tão encantadoras em alguns paizes, como no nosso, acções tão bellas e generosas de alguns heroes, que o historiador que os não descrevesse poeticamente não interessaria o leitor, de um modo conveniente á propria verdade. Não poderá, porém, via de regra, ter todos os dotes de historiador um poeta, digamos assim, de profissão. A propria erudição historica que tem de colher, os aridos estudos de politica e legislação a que se deve dedicar não se coadunão com a impaciencia dos grandes genios criadores, e serião, só por si, capazes de suffocar muito estro a menos que o poeta não fosse d'esses privilegiados do Céu, como os Schiller e os D. Francisco Manueis, que reunião ao estro grandes dotes historiographicos. Deve, pois, alguma vez que outra, o historiador, sentir como os poetas, e expressar-se como elles, para poder desempenhar o seu mister. Algumas imagens poéticas não só concilião ás vezes mais 'interesse', como dão á pintura mais 'verossimilhança'³²³.

O Próprio Varnhagen apresentava-se cômico da importância do estilo sobre o qual o pretério deveria ser urdido, mas, por outro lado, informa que a utilização do mesmo pode apresentar certos perigos àquele que escreve, dentre os quais os ornatos pretenciosos de estilo, que poderiam comprometer a leitura, tornando-a desagradável. Varnhagen preferia o estilo contundente e motivador de uma retórica de tribuna.

³²³ O trecho referido, originalmente, é da obra *Como se deve entender a nacionalidade na Historia do Brasil*, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen. O texto, conforme aponta Laura Oliveira, foi a público pela primeira vez em 1857, quando o autor o apresentou em leitura perante Academia da História de Madri, vindo a ser publicado pela primeira vez no Brasil, apenas em 1848 no Anuário do Museu Imperial. Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.p.15 e 80-1.

3.3 O Reconhecimento de Varnhagen

O supplicante se abstem de fazer menção do quanto havia já trabalhado anteriormente a ser condecorado com o hábito de Christo, e do serviço que acaba de prestar na organização da Secretaria e archivo e bibliotheca do Instituto, e no que está prestando com o escrever a História do Brasil para offerecer a S. Magestade. Também se abstem de allegar como merecimento a circunstância, aliás meritória, de que, com o fim de emprehender suas publicações, tinha constância bastante para saber moderar suas despesas, não deixando por isso jamais de socorrer à sua mãe, a viúva do Coronel Varnhagen, que graças ao filho nunca chegou as Camaras a pedir uma pensão, apesar de ter presenciado no Ipanema os suores de seu defuncto marido no restaurar e levantar a fábrica que ainda hoje é um dos monumentos do Brazil.³²⁴ O Supplicante nunca trabalhou, nem trabalha com o fito na recompensa: trabalha por amor ao trabalho e por ganhar, à custa deste, um bom nome: e a ninguém mais que o juízo esclarecido do governo se pode dirigir para obter, por meio de demonstrações públicas, a sanção deste bom nome³²⁵.

Ainda que os excertos representem, através de um recurso retórico, um “modesto” Varnhagen, constatamos que ele se apresentou como que um amante dos títulos e das honrarias. Foram-lhe outorgados durante a vida, no Brasil, para além dos títulos de “Barão” (1872) e de “Visconde do Porto Seguro” (1874), os de “Grande do Império”, “Conselheiro de Estado”³²⁶, “Comendador da Imperial Ordem da Rosa”, “Cavaleiro Imperial”, “Ordem de Cristo”, além das recebidas no estrangeiro, dentre as quais a “Grã-Cruz da Imperial Ordem de Santo Estanislau” (Rússia), “Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Ferro” (Áustria), “Comendador da Real Ordem de Isabel, a Católica” (Espanha), “Grã-Cruz da Real Ordem de Carlos III” (Espanha)³²⁷, além dos títulos por homenagens póstumas, dentre as quais o de patrono da cadeira 39

³²⁴ O excerto é de uma correspondência apresentada por Clado Lessa de Ribeiro com o seguinte “título”: *“Memorial apresentado, provavelmente ao Ministro do Império, por Francisco Adolfo de Varnhagen, em fins de 1851, pouco antes de sua partida para a Espanha, a 15 de dezembro.* VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa.* Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.168.

³²⁵ O excerto é de uma correspondência apresentada por Clado Lessa de Ribeiro com o seguinte “título”: *“Memorial apresentado, provavelmente ao Ministro do Império, por Francisco Adolfo de Varnhagen, em fins de 1851, pouco antes de sua partida para a Espanha, a 15 de dezembro.* VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa.* Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.169.

³²⁶ Sobre as atividades de Conselheiro de Estado desempenhadas por Varnhagen, acreditamos, apoiando-nos nas palavras de Temístocles Cezar, que as mesmas datem de 1851, quando em abril deste ano, “embarca para o Brasil em resposta a uma convocação do ministro Paulino José Soares de Sousa. O diplomata fora chamado na condição de *expert* em história e geografia: seu conhecimento era necessário para as negociações sobre os limites das repúblicas hispanoamericanas com as Guianas europeias. Deixa Madri carregando 916 páginas de documentos copiados em arquivos de Simancas, mapas, livros e manuscritos coligidos ao longo de suas investigações.” (CEZAR, 2007)

³²⁷ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro.* São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p.31-32.

da Academia Brasileira de Letras (1897), e a Praça Francisco Adolfo de Varnhagen, em Sorocaba. Constatação que é atestada de forma unânime por seus biógrafos são: o sorocabano era afeito às honrarias.

Mas, chama-nos a atenção, a recusa do futuro Visconde pela medalha do IHGB, em 1847, pelo reconhecimento de seu *Caramuru perante a História*³²⁸. Sobre isso, assim se manifestando o autor:

Agradecendo a distinta honra que eu anhelava de que fosse aberta esta cédula, rogo ao Instituto aceite com os meus reiterados respeitos a oferta que faço da medalha d'este premio, que a sua benignidade me confere, para propor com assumpto novo para o anno próximo futuro³²⁹.

O prêmio que havia de ser de Varnhagen fora utilizado em proveito da premiação do trabalho *Historia dos Jesuítas no Brasil e sua influencia sobre a civilização e artes até a sua queda, comparando-se com as outras ordens religiosas*³³⁰; prática que acaba por turvar qualquer inferência sobre o assunto, notadamente por suas missivas serem lacônicas sobre o assunto.

Afora esta inusitada demanda, observamos que o Visconde do Porto Seguro, ao longo de sua vida, apresentou-se, tanto como filho quanto como pai, desejoso de títulos. Não somente para si, mas para seus ascendentes e descendentes. O que podemos notar quando se refere ao reconhecimento que havia de ser dado a seu genitor e aos serviços realizados pelo mesmo que haviam de ser fundidos, materializados pela "inauguração do busto do restaurador no terreiro do estabelecimento", ou, ao menos, "uma medalha de ferro ou de bronze cunhada em memória do dia 1º de novembro de 1818", data em que foram fundidos em "ponto alto" os primeiros lingotes de ferro na Ipanema³³¹.

Se não foi possível ao filho, Francisco Adolfo, dar títulos e honrarias "mundanas" à Friedrich Varnhagen, a pena de Varnhagen filho outorga-lhe a imortalidade ao narrar, testando os limites da (im)parcialidade na produção historiográfica, quando dedica um capítulo de sua *História Geral do Brazil* aos feitos

³²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "O Caramurú perante a história". *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo X, p. 129-152.

³²⁹ *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847, p. 410.

³³⁰ *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847, p. 430-431.

³³¹ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009.

paternos³³². Quanto a seus filhos, solicitou ao Imperador Pedro II que fosse permitido aos filhos “como nome de família ‘Pôrto Seguro’, que simboliza o nascimento do Brasil”³³³. Para além de um ato movido por profundo patriotismo, supomos que esta fosse uma forma de Varnhagen distinguir a si e seus descendentes³³⁴ da inventada nobreza do “Império Tropical”³³⁵, e de se imortalizar através de uma concessão imperial.

Dentre as glórias aspiradas por Varnhagen, supomos ser possível eleger o desejo do autor em ver sua *Historia Geral* ser tornada narrativa oficial do “fazer” Brasil. Se esta era então uma de suas maiores aspirações, consideramos, frente aos estudos realizados tanto na Revista do Instituto quanto em sua correspondência, a não realização deste desejo como das maiores de suas frustrações.

Observa-se que *Historia Geral* fora friamente recebida pelo IHGB, assim como o não foi oficialmente realizado o colocar em órbita o fruto de suas incursões em arquivos e territórios. O que nos é evidenciado em sua correspondência ativa colidida por Clado Lessa Ribeiro; notadamente, quando da troca missivista entre os distintos Pedro II e o adido Francisco Adolfo; onde o autor da *História Geral do Brasil* “grita” pelo reconhecimento direto e oficial de sua obra em vários momentos; notadamente em carta intitulada *Dedicatória da HISTORIA GERAL DO BRAZIL ao Imperador Pedro II*, endereçada ao Secretário da Real Academia de História de

³³² Cf. CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0101-90742005000200009.

³³³ FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Porto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p.37.

³³⁴ Caso tenhamos razão ao afirmar que Varnhagen ao solicitar que aos seus descendentes fosse permitida a utilização, como nome de família o Porto Seguro, com vistas a perpetuação do título, observamos que o intento não obtivera sucesso, pois “deixou a esposa e dois filhos, Xavier e Luis. O primeiro, nascido em Lima, morre em 1894, aos 29 anos. Sua mãe publicou suas memórias, escritas originalmente em francês, em 1896. Luis, nasceu em Viena, e adotou a nacionalidade materna, e como o pai tornou-se diplomata, porém do governo chileno. Seu último posto foi o de Ministro Plenipotenciário em Berlim. Morreu no Rio de Janeiro em 1939. Os filhos de Varnhagen não tiveram descendentes. Os Porto-Seguro, antes da metade do século XX, não existiam mais.” Cf. CEZAR, Temístocles.

³³⁵ Conforme aponta Lilia Moritz Schwarcz sobre a nobreza brasileira, esta “surgia umbilicalmente vinculada ao imperador, guardando-se porém, algumas originalidades. Em lugar do que acontecia no modelo europeu, que recompensava os bons serviços com títulos não só vitalícios como hereditários, no Brasil os nobres “nascem e ficam jovens”. A hereditariedade só era garantida para o sangue real, enquanto a titularidade se resumia ao seu legítimo proprietário.” Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.160.

Madri, onde o autor expressa seu desejo de ser tomado como voz oficial sobre o pretérito do Brasil a ser apropriado pela instituição por estar na *ordem do discurso*:

Conclúo pedindo a essa corporação pela liberdade que tomo, e rogando a V. S^a. o favor de colocar o meu nome, se alguém houver de dar publicamente conta deste meu pedido; por quanto estou na Idea de imprimir a dita Historia, declarando somente ser Ella escripta por um sócio effectivo do Instituto Historico e Geographico do Brazil³³⁶.

Nota-se no excerto, a pretensão de Varnhagen de ter sua obra tomada não apenas como uma “boa história” a partir da chancela imperial, mas como uma fala do *establishment*, ou ainda do povo do Brasil. Chancela que seria realizada de forma indireta, seja pela transposição de sua *História Geral* para o suporte didático na década de 1860, fosse pelos estudiosos da escrita da História no Brasil.

Varnhagen pensa em tudo. Cria e faz criar expectativas para com sua nova história, pensa na sua dedicatória, endereçamento e sua autoria. Faz Pedro II acompanhar o desenvolvimento de sua *História* na troca de correspondências, o que entendemos, para além de uma prestação de contas para com o Imperador, abre a possibilidade da Imperial intervenção em meio a escrita varnhageniana. Pensa também na sua adoção em instituições de ensino

Enlevado em tão lisongeiros pensamentos, ia eu, quiçá, e desvanecer-me com a Idéa de que também a Historia Geral, por um súbdito seu, amparado por V.M.I., viria a ajudar ao universal applauso, quando não sei por que mau presentimento, cahí no presente; puz-me a pensar na dádiva que, sem ter honras, nem deveres de chronista-mór, ia, depois de tantos soffrimentos de tantos suores, de tanto duvidar, de tanto errar, e corrigir, de tanto arrepende, de tanto cortar e riscar, de tanto collocar e deslocar, ia, digo, fazer as turbas inbejosas e geralmente daninhas... e então, Senhor, sem vergonha o digo, desatei a chorar como uma criança, apezar das cans que já apparecem... E falo só de trabalhos, por que ao lado delles são nada mais que cinco contos de réis pela impressão e gravuras, dos quaes não espero cobrar nem metade, ainda quando V.M. mande adoptar nas escolas de direito e militares e nos colégios, que será a melhor maneira de fazer que no seu império não só todos leiam e conheçam a pátria história, como dêem mais importância e haja maior número de applicados a esclarecel-a, ainda quando, dado uma vez o impulso, o soberano deixe de assistir às sessões do Instituto³³⁷.

O autor fizera de tudo para que sua obra fosse tida por fala autorizada sobre o passado nacional. Disse ter chorado, criticou, barganhou com o próprio imperador maneiras de tornar sua *nova história* mais acessível pela demanda de

³³⁶VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.213.

³³⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.243.

direitos alfandegários. O próprio autor julgava seu preço elevado. Neste sentido, não hesita em

responsabilizar-me por todos os gastos adiantados. E a obra já está cara; e ainda seu preço tem de aumentar para o público com o accrescimo do transporte; e por fim do tributo de cada exemplar de entrada na alfândega, se, por influxo de V.M.I., o Seu illustrado governo não tomar a este respeito algum arbítrio protector, dispensando a obra nesta edição dos direitos de entrada³³⁸.

Não nos foi possível averiguar por quanto era vendida a obra *História Geral do Brazil* no comércio brasileiro. Mas, independente do valor pelo qual a obra fora comercializada, Capistrano de Abreu informa-nos que fora um sucesso de vendas, haja vista, sua primeira edição ter se esgotado rapidamente³³⁹. Frente à fria recepção da obra, conforme já informamos anteriormente, qual foi o reconhecimento da *História Geral do Brasil*? Neste sentido, consideramos, ainda que fuja ao período delimitado para nossas pesquisas, os apontamentos realizados por Kelly Carvalho em sua dissertação de mestrado, intitulada *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do conhecimento histórico e da identidade nacional*³⁴⁰.

Conforme aponta a autora, a referência a Francisco Adolfo de Varnhagen pelos integrantes da Casa fora corriqueiramente, feita de forma pouca “entusiasmada”, sempre sendo tratado pelo nome, por sócio correspondente, ou pelo designativo da função que estivesse exercendo. Kelly Carvalho chama-nos a atenção para o fato de que o “corriqueiro Senhor foi definitivamente acrescentado, antecedendo seu nome, em meados da década de 70, ou seja, após a publicação do *Manifesto do Partido Republicano de São Paulo*”. Época em que, conforme aponta ainda Kelly Carvalho, há um certo “resgate” da figura que se não o fosse, já estava em vias de ser agraciado com o título de Visconde do Porto Seguro

Se foi somente a partir de 1872 que teve de ser digerido, por causa da titulação de Barão do Porto Seguro e de Visconde do Porto Seguro, em 1874, este reconhecimento social deve-se ao fato da elite, acuada com a expressividade do movimento republicano, necessitar de forças que pudessem engrossar o seu discurso. O monarquista Varnhagen serviu

³³⁸VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p.229.

³³⁹Cf. ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e estudos: Crítica e História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

³⁴⁰CARVALHO, Kelly. *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do conhecimento histórico e da identidade nacional*. 207 f. 2002, Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2002.

impecavelmente ao último recurso dos fidalgos dos trópicos de tentar manter o regime³⁴¹.

Ainda no tocante ao reconhecimento e à acolhida da obra de Varnhagen, fosse pela imperial chancela, fosse pela do *establishment*, ainda temos um problema: refere-se ao estilo sobre o qual é agenciada a *Historia Geral, como* Varnhagen “fala”. Já que o consideramos como elemento constitutivo do fazer-se aceitar sua *Historia Geral do Brasil* pelo projeto civilizacional que também o era de construção da nação³⁴², no momento da publicação de sua primeira edição, e de anteparo ao movimento republicano quando de sua segunda edição, conforme apontamos com as reflexões de Kelly Carvalho. Deter-nos-emos aqui ao papel que havia de ser cumprido nas relações entre as quais estava envolvida a *História Geral* em sua 1ª edição, ou seja, a produção historiográfica varnhageniana imbricada ao projeto de construção nacional. Relação onde este constructo do intelecto, conforme se refere Paul Valery à narrativa histórica, como elemento que havia de sensibilizar, canalizar forças, potencializar a energia do sujeito para a construção nacional. Ora, mas seria a narrativa de Varnhagen capaz de realizar tal empreitada?

Mais uma vez, as palavras de Temístocles Cezar apresentam-se como fundamentais para que possamos aquilatar a qualidade³⁴³ – ou falta dela — da

³⁴¹CARVALHO, Kelly. *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do conhecimento histórico e da identidade nacional*. 207 f. 2002, Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2002.

³⁴² Sobre “nação” assim se refere Andrea Pennachi: “Etimologicamente, a palavra *Nação* tem origem no latim *natio*, de *natus* (nascido), e designa tradicionalmente indivíduos vinculados entre si pela mesma raça, língua, costumes, tradições e religião, residindo em um território comum e reconhecendo nessa nacionalidade o desejo mútuo de viver o coletivo. Ao organizar politicamente tais vínculos comuns, essa comunidade ‘nacional’ forma, em regra, a base de um Estado. Assim, a ideia de nação prevalece na consciência da nacionalidade e no sentimento de se pertencer a um determinado agrupamento, distinto de qualquer outro, com interesses e necessidades próprios e que, mesmo fracionado ou somado a outros Estados, formasse um agrupamento social único. [...] A somatória entre Nação e Estado constitui-se no que se convencionou chamar de Nacionalismo e, tanto pode caracterizar-se como um movimento social de indivíduos que tomam consciência de constituir uma comunidade em virtude dos elos étnicos, linguísticos e culturais que os unem, como pode designar uma teoria política que afirma a predominância do interesse nacional, em relação aos interesses das classes e grupos que constituem a nação — ou ainda, em relação às demais nações da comunidade internacional. Portanto, para criar uma visão de mundo comum e ‘inventar’ uma identidade nacional que transformasse a ex-colônia portuguesa em um Estado autônomo, a principal tarefa dos próceres da Independência teria sido, inicialmente, a de ‘costurar’ culturalmente os povos que viviam em sua enorme extensão continental, outorgando-lhes não apenas uma linguagem uniforme, mas também tradições e uma história comum” PENNACCHI, A. M.T. . Os intelectuais e a Construção da Nacionalidade Brasileira. *Revista espaço da sophia*, v. 18, p. 244/2008, 2008.

³⁴³ Chama-nos a atenção a referência ao *estilo varnhageniano* o levantamento feito por Laura Nogueira de Oliveira em seu trabalho doutoral, onde a autora informa-nos que “*Talvez a primeira referência às qualidades estilísticas dos textos de Varnhagen tenha sido feita pelo conde D. Francisco de São Luiz, que avaliou as Reflexões Críticas a pedido da Academia Real de Ciências de Lisboa. Afirmava ele que Varnhagen escrevia de modo “claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna,*

narrativa e do agenciamento dessa narrativa em Francisco Adolfo de Varnhagen, o qual produziu em

Vários campos de saber escritos (em diversos idiomas), todos aproximadamente da mesma maneira: sem estilo, sem elegância, em suma, uma linguagem nada aprimorada. É quase um consenso que Varnhagen não é um bom escritor. Nem de história, nem de gênero algum³⁴⁴.

Se nos interessa a reflexão sobre o estilo sobre o qual Francisco Adolfo de Varnhagen agencia sua *Historia Geral*, havemos de nos ater, num primeiro momento, aos seus anos formativos. Ora, entendemos, que, a já apresentada matriz curricular e conteúdos programáticos em meio aos quais foram formatados os três níveis memoriais aos quais se refere Joel Candau, sejam de fundamental importância para que possamos avaliar as representações que o autor faz do passado, bem como, relativizar as críticas desferidas ao seu estilo. Reflexões corroboradas pelos apontamentos de Arno Wehling, para quem apesar da “formação matemática, Varnhagen nunca procurou aplicar categorias do mundo físico ao processo histórico; essa mesma formação talvez explique, como já se disse, seu estilo seco e pouco imaginativo”³⁴⁵.

Ora, frente aos objetivos que haviam de ser cumpridos pela obra de Varnhagen, seria vedada a narração tão somente do pretérito pelo pretérito, pelo

e nam enfastiada”. Ou seja, segundo o conde, o texto de Varnhagen, além de demonstrar, na medida certa, erudição, guardava as virtudes de ser “claro e conciso”. D. Francisco, por sua vez, fazia uso dos instrumentos de crítica literária então reconhecidos como válidos, empregando os critérios da clareza e da concisão para sua avaliação. Desses mesmos critérios lançou mão, em 1851, Joaquim da Costa Cascaes, antigo colega de Varnhagen no Real Colégio Militar da Luz. Nas páginas da Revista Universal Lisbonense, Cascaes publicou uma apreciação do Florilégio da poesia brasileira e avaliou o texto introdutório, intitulado Ensaio histórico (...), como “escripto em estilo conveniente”. Para Cascaes, Varnhagen escrevera o Ensaio histórico de forma apropriada ao assunto tratado: fora hábil ao lançar mão de corretos recursos estilísticos para o gênero Gonçalves Dias declarava que “achei o estylo optimo”, enquanto Rebello da Silva afirmava que a obra tinha valor e demonstrava “as qualidades do escriptor” que: Pintando de vista, mas com tacto e o vigor conciso do observador, que sabe olhar e reproduzir ... soube ligar o discriptivo imaginoso com a exposição authentica da verdade dos factos. Mas sua phantasia, ornando a verdade, aviva-a, não a desflora; e sem esquecer o plano da obra, e as proporções que lhe prescreve o espaço limitado, offerece-nos um painel acabado, que a erudicção adopta; porque as bases são as mais seguras, e que o gosto não pode deixar de acolher, porque narração tocada de certa graça campestre e pittoresca, entra pelos sentidos, convencendo ao mesmo tempo a intelligencia. Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.p.106

³⁴⁴ Para além dos autores que citamos no início de nosso trabalho, acerca das limitações do estilo em Francisco Adolfo de Varnhagen, Temístocles Cezar aponta ainda: ABREU, Capistrano de., *op. cit.*, 1878, p. 506, e *op. cit.*, 1882, p. 441; VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira* (1915), RJ, José Olympio, 1954, p. 193; ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a História Nacional”, *Revista do IHGB*, 1894, p. 288-289; OLIVEIRA LIMA, Manuel. “Elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1903)”, *Revista de Portugal*, 222, 1964, p. 132-133.

³⁴⁵ WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.77

amor a produção do conhecimento histórico. Era mister contribuir para a realização de um presente e realização de um futuro, daí entendermos ser imprescindível que essa obra atendesse aos quesitos já inscritos na monografia apresentada por Martius, em 1843, onde o autor informa que o *historiador philosophico* havia de contentar não só a mente, mas também o coração; prerrogativa imprescindível esta última para o despertar o sentimento de pertença a um estado que se desejava uno e íntegro, um aspirante, representado pelo IHGB, ao *status* de nação. A narrativa capaz de tocar, sensibilizar o receptor, fazia-se, desta forma, imprescindível. Neste sentido, chama-nos a atenção Branislaw Baczko para o fato de que

nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o “coração”, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas. Rousseau esboça uma teoria da utilização desta linguagem no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas. É desse modo que se propõe instalar, no coração da vida colectiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso³⁴⁶.

Frente aos objetivos postos à escrita da história, entendemos pouco crível seria a obra varnhageniana se apresentasse primando tanto pelo enaltecimento do nativo ou ainda pela poética do processo. Varnhagen não romanceia sua escrita ou os canibais. Como um engenheiro militar, arquiteta, projeta uma Máquina de Estado que houve de desempenhar uma guerra civilizacional em nome de um projeto de construção nacional, do estriamento, do agenciamento, de um povo, de um Estado. Reflexão corroborada por Thiers Martins Moreira, para quem, o historiador sorocabano não havia feito “um romance, nem um poema, nem uma ressurreição. Procurou fazer dela uma arma para, explicando o passado, armar a nação para a conquista do futuro”³⁴⁷. Arquitetura da forja de uma arma que consideramos fosse possível pela indefinição dos campos do saber ao longo do oitocentos, conforme Temístocles Cezar, em referência à produção historiográfica, ao apresentar o IHGB como “palco onde se manifestam as indefinições entre a moderna narrativa científica,

³⁴⁶ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social, In: LEACH, Edmund (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.p.301.

³⁴⁷ MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a História Literatura Portuguesa e Brasileira RIHGB.p.154.

neutra e objetiva, e a narrativa literária, sujeita sempre às injunções da subjetividade do autor”³⁴⁸.

Elementos que, se não desejáveis, apresentavam-se como uma prática e uma necessidade do projeto de construção da nação. Tanto a literatura como a história, deviam somar-se para a realização do projeto de construção da nação. O que é evidenciado em carta de Varnhagen a Pedro II; oportunidade onde chama a atenção para a importância das belas letras, assim como da narrativa realista para o estreitamento dos laços entre as partes constitutivas do Império.

V.M.I. sabe tudo, e quando não desconhece que o empenho principal que me guiou a Penna do Memorial Organico foi o de promover, desde já, com a maior segurança possível a integridade do Império futuro, objecto constante do meu cogitar. – A possibilidade e a conveniência de tal unidade, ainda na época do porvir em que o Brazil possa chegar a contar mais de cem milhões de habitantes, quando o espírito público se torne pela historia de um modo idêntico, foi por mim sustentada tenazmente em 1851 em muitas discussões com os meus amigos deputados pelo norte, e não perco occasião de pregar a *Historia Geral*, que por si só, se for adaptada nas academias, há de contribuir e muito a elevar o patriotismo e à harmonia do espírito nacional, fomentada pela igualdade de educação de todos os súbditos. E aqui repetirei de novo a V.M.I. o que já Lhe disse em 1851, que o motivo principal porque eu emprehendera o florilégio e escrevia biographias de Brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e suas glória. E pela minha parte, Senhor, me limito a dizer que o que dá tantas fianças e garantias de honra, de patriotismo e dedicação como as que encontram nesses dois tomos, sacrificaria por V.M.I. mil vidas, se Deus Lhe concedesse mil³⁴⁹.

Mas, para tanto, entendemos que sua *Historia Geral* houvesse de estar para além do que se estabelecia para a construção Historiográfica oitocentista. Com vistas, então, ao fomento daquilo que Temístocles Cezar se referiu como uma “retórica da nacionalidade”, a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen lança mão tanto de elementos objetivos quanto subjetivos, imparcialidade e parcialidade, narrativa científica e narrativa literária, enfim, memória em devir História. E não é o que se observa em análises proferidas pelos comentadores de sua obra.

³⁴⁸CEZAR, Temístocles. Varnhagen em novimento. : breve antologia de uma existência. *Topói*, V.8, n.15, jul.-dez.2007,p.163.

³⁴⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.p.246.

Conforme aponta Silvio Romero, o historiador sorocabano não possuía faculdades estéticas, tanto no que diz respeito à concepção quanto à forma³⁵⁰; crítica que acompanha a obra varnhageniana por mais de um século. Para Oliveira Lima, Varnhagen não possuía o admirável dom de comunicar as vibrações e intensidade pretéritas como o tinha um Michelet, ou ainda a capacidade de reconstruir, de forma pormenorizada, “um caráter humano ou dele deduzir uma lei de evolução”³⁵¹; faltando-lhe então, “mais de que uma faculdade psicológica aguçada por sólida e moderna preparação científica. Faltava uma obra coletiva em que se amparar”³⁵².

O historiador cearense Capistrano de Abreu caracteriza o estilo de Varnhagen como o de um botânico descrevendo espécimes raros da flora, com a mesma aridez e o mesmo distanciamento de um praticante de uma “ciência exata”. No entender de Capistrano, a *História Geral do Brasil* tende a ser mais uma crônica do que uma narrativa inspiradora capaz de impelir os diversos povos brasileiros ao projeto de fabricação da nação brasileira, faltando ao autor a intuição e o espírito sintético³⁵³. Opiniões estas, que não divergem das de Clado Ribeiro Lessa, para quem, Varnhagen apresenta-se carente de dotes inventivos e de expressão³⁵⁴. Também esta, compartilhada por Wilson Martins ao aferir a forma narrativa de Varnhagen, declarando-a “pesadona”, deselegante e sem arte³⁵⁵, como também se expressa o historiador inglês Handelman, que afirma faltar ao autor da *História Geral do Brasil* a arte da exposição³⁵⁶.

Francisco Iglesias, referindo-se tanto à produção literária quanto à historiográfica de Varnhagen, aponta não ser o autor da *História Geral do Brasil*, “particularmente dotado para a arte de escrever:

Seu texto é destituído de qualquer garra de escrito, [...] pois Varnhagen, no entender de Iglesias, apresenta-se de forma “pobre na composição da obra, de débil arquitetura, pouco atraente e, às vezes, funcional, desequilibrada.

³⁵⁰ Cf. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. V, 1945.

³⁵¹ GOMES, A. M. C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 81.

³⁵² GOMES, A. M. C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 81.

³⁵³ ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³⁵⁴ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 224:3, 1954. p. 136.

³⁵⁵ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978, v. II

³⁵⁶ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.142.

Seus capítulos misturam assuntos que diminuem a eficácia do texto. Faltam-lhe dotes de escritor, enfim³⁵⁷.

Iglesias conclui, ter faltado fôlego literário a Varnhagen. Carência que o impediu de dramatizar as situações enriquecê-las com os pequenos, porém significantes detalhes que ajudam a compor e a criar o clima e a cor local. Não tinha, desta forma, recursos para prender o leitor e não sabia captar e descrever o que existia de dramático, de surpreendente numa batalha, numa emboscada, numa luta de guerrilha³⁵⁸. Conforme aponta ainda, Francisco Iglesias,

tinha capacidade de trabalho e visão de conjunto, embora carecesse de uma teoria que lhe enriquecesse a qualidade de intérprete, permitindo-lhe organizar o material ajudando-o a capturar o fio do processo que, às vezes, lhe escapava e nem percebia. Para tanto, contribuíram ainda seus preconceitos de conservador-reacionário, de visão mais estática que dinâmica³⁵⁹.

Acreditamos caber neste momento a seguinte indagação: frente aos juízos lançados contra a *História Geral do Brasil*, como propor que uma obra aos moldes Varnhageniana tenha a possibilidade de se prestar ao papel de base, de amálgama para a criação da nação brasileira? Ou, pensando a partir das reflexões de Roger Chartier, “como entendemos que um texto, aos moldes do proposto por Varnhagen, fosse capaz de afetar o leitor?”³⁶⁰.

Conforme aponta Arno Wehling, “nos primeiros anos, suas inclinações estéticas foram mais fortes do que mais tarde, sem que, no entanto, sobrepujassem o interesse científico”³⁶¹. Varnhagen não era um *outsider* em se tratando das letras. Daí entendermos que o autor de *História Geral do Brasil* se apresentasse cômico dos elementos que haviam de ser inscritos em sua obra com vistas a somar-se ao projeto de construção da nação. Wehling chama nossa atenção para a existência de cinco opções historiográficas no início do século XIX, das quais acreditamos apresentarem-se relevantes para nossa análise a “história-ficção”; concepção que entende a produção historiográfica como obra de arte, e que possuía número

³⁵⁷IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000. p. 73-74.

³⁵⁸IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000. p. 73.

³⁵⁹IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000. p. 76.

³⁶⁰CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. Lisboa: DIFEL, 1990.p.22

³⁶¹WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.47.

significativo de adeptos, os quais, posteriormente, iriam compor o “romance histórico do romantismo”. Dentre tais adeptos, Wehling aponta Walter Scott, em quem Varnhagen confessa inspirar-se. O analista aponta ainda, que a discussão referente à produção historiográfica sob a égide do gênero literário datava do século XVIII, haja vista Denis Diderot tê-la classificado desta forma em sua *Enciclopédia*. Objetivação esta, que se aplicava ainda, pela metade do século XIX, conforme nos foi dado a ler na *RIHGB*.

Possibilidades frente às quais *Historia Geral*, havia de ser “inventada” e arquitetada sobre estratégias narrativas capazes de suscitar a adesão do povo do Brasil ao projeto de civilização e construção da nação brasileira. História assim, que, como qualquer outro gênero das belas letras, havia de contribuir para o esclarecimento e polimento dos povos.

Ainda que, vejamos na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen uma arquitetura que se propõe a amalgamar e sustentar a referida retórica da nacionalidade, capaz de despertar e fomentar o sentimento nacionalista e o polimento dos povos do Brasil, tal característica da obra do autor, desde fins do oitocentos, é controversa, conforme podemos observar nas palavras proferidas por Capistrano de Abreu

Tambem elle tinha muitos pontos vulneraveis. Era dos homens inteiriços, que não apoiam sem quebrar, não tocam sem ferir, e matam moscas a pedradas, como o urso do fabulista. Em muitos pontos em que a sua opinião não era necessaria, elle a expunha complacientemente, com tanto maior complacencia quanto mais se afastava da opinião commum. Suas reflexões às vezes provocam um movimento de impaciência que obriga a voltar à página ou a fechar o volume. Muitos assumptos sem importância, ou de importância secundária, só o occupam por serem descobertas suas. A polêmica com João Lisbôa, em que tinha talvez razão, porém em que teve a habilidade de pôr todo o odioso de seu lado. Homem de estudo e de meditação, desconhecia ou desdenhava muitas das tyranias que se impõem com o nome de conveniencias; sensível ao vituperio como ao louvor³⁶².

Vejamos, então, as estratégias discursivas das quais Varnhagen lança mão para atribuir à sua *Historia Geral do Brasil*, a capacidade de fomentar uma retórica da nacionalidade.

³⁶² Cf. ABREU, João Capistrano. Necrológico de Varnhagen, Visconde do Porto Seguro. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d, t.I. p.502-08.

CAPÍTULO IV

COORDENAÇÃO

4.1 Sobre Agenciamentos Maquínicos

A História e a Geografia, que passaram por profundas e importantes alterações epistemológicas, na maior parte das vezes, tentativas de discipliná-las nos limites do que deveria ser a ciência no século XIX, em companhia da literatura e um pouco mais tarde da etnografia, buscavam não apenas singularizar essa retórica da nacionalidade, ou seja, conter e resistir à dispersão do discurso, mas também procuravam constituir-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação ao longo do tempo formada por brasileiros³⁶³.

Não há dúvidas de que o século XIX foi palco de profundas alterações epistemológicas e da formação de um campo historiográfico, através do qual se pretendeu a estabilização dos mais diversos saberes, dentre os quais o saber sobre o pretérito, o conhecimento geográfico e o saber antropológico. Saberes estes que, assim como as literaturas e vernáculos, desenvolviam-se em rizoma aos projetos de construção nacional, e, portanto, aos processos de singularização de retóricas de nacionalidade, no caso a brasileira, para a qual nos chama a atenção no excerto, Temístocles Cezar. Mas *pari passu* à constituição destes campos do saber, bem como do “explicar” a existência de uma nação constituída por brasileiros, era mister, diante dos propósitos aos quais se propunha a criação de uma instituição aos moldes do IHGB, o desenvolvimento de uma *performance* pela produção historiográfica a ser ali agenciada maquinicamente: que tal livro de História, se apresentasse como discurso constituído, literalmente, como “palavra(s) em ação”, com a finalidade de se somarem ao ato de explicar e instituir o sentimento de pertença a uma nação brasileira, e por conseguinte, torná-la algo para além de uma figura do próprio discurso; haja vista a utilização do termo nação fosse largamente utilizado tanto na obra varnhageniana quanto mesmo nas discussões desenvolvidas no *Instituto*; prática para a qual nos chama atenção Paul Ricoeur, ao ponderar que é necessário dizer que “a projeção de um mundo fictício consiste em um processo criador complexo, que pode ser conduzido por uma consciência de dívida tanto

³⁶³CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita) da história*. São Paulo: Alameda, 2009. p.174.

quanto o trabalho de reconstrução do historiador”³⁶⁴. Ponderações a partir das quais torna-se inteligível o estabelecimento relações entre os gêneros narrativos realista e ficcional, isto é, da fruição literária, de suas projeções sobre as temporalidades, com a produção historiográfica, já que a existência de uma nação brasileira era imaginada e projetada, seguindo antes de tudo, os desejos dos que se propuseram a pensar o pretérito, estabilizar um presente e arquitetar um futuro, utilizando-se da produção historiográfica. Para tanto, tais palavras, haviam de ser materializadas no sentido de (in)formar o coração, a mente, as sensibilidades e as práticas dos indivíduos, conforme chamou a atenção von Martius em sua monografia apresentada em concurso realizado pelo IHGB, e, podemos ainda, mapear tal orientação na fala dos integrantes da Casa, que nos é dada a ler na Revista do Instituto Histórico.

Além de informarem sobre o pretérito, tais palavras agenciadas numa História, deveriam, como apontam nossas reflexões, de portar potencial para agir na instituição de um imaginário que viabilizasse a coesão social dos indivíduos no presente e no futuro, para o que aponta Fernando Catroga (pensando com Rousseau), o sentimento de *religare* entre os indivíduos, sentimento e tipo de relação pensada por Jean Jacques Rousseau como uma religião civil. Neste sentido, sobre a instituição de um estar no mundo que tem por suporte a construção de um imaginário que deve servir de pano de fundo ao projeto de construção nacional, entendemos que se apresentem como profícuas as reflexões apresentadas pela Professora Sandra Jatahy Pesavento, que assim se refere ao imaginário:

O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima; existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apóia sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, isto é, sobre o não-tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam³⁶⁵.

Ora, desde as primeiras páginas das reflexões apresentadas, temos nos preocupado em evidenciar que o *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* não fora instituição criada com a finalidade última de escrever uma *História do Brasil*, mas desenvolvida de forma entrelaçada a um processo, através do qual se desejou a

³⁶⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. T.III, 305.

³⁶⁵PESAVENTO, Sandra Pesavento. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.14.

construção nacional; processo em meio ao qual o pensar e o escrever uma história pátria era uma etapa para a realização de um projeto maior, a formação de uma nação brasileira. Passado que haveria de ser agenciado através da produção historiográfica, com vistas à canalização de esforços para a construção de uma máquina de Estado capaz de mobilizar os indivíduos na obra de instituição do nacionalismo, amálgama de um Estado que se desejava “nação”. Narrativa teleologicamente pensada no sentido de “transfigurar” o passado, o presente e o futuro, fossem na representação sobre o pretérito, fosse no mundo das práticas, já que, conforme aponta Sandra Pesavento, ao informar que “as imagens não são um duplo do real, mas o atestado de intenções e sensibilidades, fruto de um olhar sobre o mundo em uma determinada época”³⁶⁶, para o que também nos chama a atenção, Antonio Torres Montenegro, ao informar que o ato de narrar o passado a partir do olhar do presente, incorporando experiências, traz diferentes perspectivas que vão sendo estabelecidas a partir dos embates da vida diária, resultando no próprio operar cotidiano³⁶⁷.

Inserir-se neste rol de esforços, de representificação do pretérito para a forja de uma nação brasileira, os trabalhos engendrados por Francisco Adolfo de Varnhagen; estudioso e colaborador do fazer Brasil (nação). Varnhagen, segundo constatamos ao longo de nossas investigações, seja em suas palavras agenciadas em *Historia Geral do Brazil*, em sua correspondência ou ainda em suas inúmeras contribuições à Casa da Memória Nacional, não se exime um só momento daquilo que entende ser seu dever: resolver o problema de sua nacionalidade, conforme apontou anteriormente, Temístocles Cezar; o que entendia, fosse também, obra pela qual viria a despertar o nacionalismo de seus compatriotas. Investigações e agenciamento do pretérito, realizados sob a pena varnhageniana, através das quais não pretendeu apenas dar a ler o pretérito de sua pátria, mas palavras maquinicamente agenciadas numa Máquina de Estado que havia de contribuir para a realização daquilo que se apresentava não tão somente como um desejo do autor, mas daqueles que estavam à frente da construção do passado, do presente e do

³⁶⁶PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádya Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.111.

³⁶⁷MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, História e Memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15. p.96.

futuro do Brasil nação (aos moldes europeus – civilizada, portanto). E, para tanto, a sua *História Geral do Brasil* havia de ser, conforme proposto por seu autor, um padrão de cultura nacional, pilar sobre o qual se assentaria o processo de civilização e construção nacional.

Seja, porém, como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização de nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e, portanto, arrostámos com os prováveis desasossegos e injustiças futuras, — se é que não já presentes³⁶⁸.

Se este índice de cultura material, através do qual se pretendia inserir o Brasil numa tradição de civilização e progresso, conforme aponta o próprio Varnhagen, quando nos informa que o Brasil era representado “magentosamente no estado e no Universo pela monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as historias das nações por uma historia nacional”³⁶⁹, tal narrativa haveria de corroborar, também, para que os indivíduos constituam-se naquilo que Norbert Elias se refere como *Kultiviertel* havendo, portanto, de desempenhar também, um devir manual de *civilidade*. Demandas postas pelo projeto de “invenção” e formação das nações que impunham como imprescindível a esta obra, o possuir elementos para o desenvolvimento de uma *performance*: para além de informar sobre o acontecido num espaço anterior e exterior ao do leitor, deveria influenciar nas práticas cotidianas, na eleição de opções do presente, eleições realizadas a partir do conhecimento de um padrão de cultura e do desenvolvimento de um sentimento de pertença que viria a contribuir para a efetivação de um determinado estar no mundo, fosse no presente, fosse numa realidade por vir.

Para a realização desta teleologia posta à sua *História Geral do Brazil*, o autor utiliza-se de elementos para os quais seus analistas ainda não haviam

³⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil* isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independencia do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo II, p. VI, 1857.

³⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil* isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independencia do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo II, p. VI, 1857.

dedicado a devida atenção. Referimo-nos ao agenciamento de sua obra, de suas memórias e dos rastros do passado inscritos nas fontes, que, após eleitos pela sensibilidade, desejos e memórias do autor, apresentar-se-iam como base de dois elementos constitutivos da arquitetura de sua História: o solo linguístico sobre o qual a mesma é agenciada, e ainda a sua própria arquitetura, através da qual o autor busca estabelecer um jogo retórico com o destinatário de sua obra. Característica na qual as únicas palavras em referência são proferidas no sentido de relativizar, ou ainda desqualificar, o que consideramos uma lógica interna que compõe o conjunto de *História Geral do Brasil*. Juízos que entendemos, portanto, passíveis de desenvolvimento em maior profundidade, se atentarmos, quando em análise às imagens construídas através da narrativa por Varnhagen, das reflexões propostas por Sandra Pesavento

Ela traduz uma experiência do vivido e um sensibilidade vivenciada por aquele que a produziu ou correspondente a um gosto, a um sentimento, a uma lógica e a um valor presente em uma época, captado e interpretado por aquele que construiu essa imagem³⁷⁰.

Dentre os comentadores da obra varnhageniana, poucos foram os que optaram por analisar o “como é dito”; e quando tal análise é levada a cabo, as palavras apontam para a fraqueza da exposição e da arquitetura da obra em questão. Dentre estes comentadores, elencamos Silvio Romero, quem nos informa que Varnhagen não possuía faculdades estéticas ou concepção da forma³⁷¹, comentário que não diverge do proferido por Capistrano de Abreu, que, na esteira das opiniões de Romero, também não abrilhanta as qualidades estilísticas varnhagenianas. Caracteriza o estilo de Varnhagen como o de um bom cientista do oitocentos; pois, narrador ao estilo de um botânico — descrevendo espécimes de flora — com a mesma aridez, com o mesmo distanciamento de um praticante de uma “ciência exata”. Ainda em avaliação ao estilo do autor de *História Geral*, o historiador cearense critica a obra por apresentar-se antes como que uma crônica, em detrimento de uma narrativa inspiradora do e para o povo brasileiro³⁷². Avaliações que não divergem das de Clado Ribeiro Lessa, ao se referir a Varnhagen

³⁷⁰PESAVENTO, Sandra Jatáhy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatáhy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.104.

³⁷¹ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. V, 1945.

³⁷² ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

como um historiador carente de dotes inventivos e de expressividade³⁷³. Neste sentido, aponta ainda a avaliação de Wilson Martins, para quem, a narrativa do Visconde de Porto Seguro apresenta-se “pesadona”, deselegante e sem arte³⁷⁴; ponderação que aponta na mesma direção do juízo realizado pelo historiador inglês Gottfried Heinrich Handelman, citado por José Honório Rodrigues, segundo o qual faltava ao autor de *Historia Geral do Brazil* a arte da exposição³⁷⁵. A falta de dotes estilísticos em Varnhagen apresenta-se, então, como um consenso entre os comentadores de sua obra.

Dentre os analistas “mais recentes” da obra de Varnhagen, não encontramos opiniões que se coloquem em oposição aos anteriormente referidos. É o que pode ser observado nas análises propostas por Francisco Iglesias, o qual se refere tanto à produção literária quanto à historiográfica varnhageniana, informando não ser o autor particularmente dotado da arte de escrever, caracterizando sua produção, como destituída de qualquer garra de escritor³⁷⁶. Ainda no entender de Iglesias, Varnhagen apresenta-se de forma “pobre na composição da obra, de débil arquitetura, pouco atraente, e às vezes funcional, desequilibrada. Seus capítulos misturam assuntos que diminuem a eficácia do texto. Faltam-lhe dotes de escritor, enfim”³⁷⁷. Conclui, ponderando que faltou fôlego literário a Varnhagen, deficiência que, ainda no entender de Francisco Iglesias, impediu o autor de *História Geral do Brazil* de dramatizar as situações e enriquecê-las com pequenos, porém, significantes detalhes que ajudam, no entender do comentador, a compor e a criar o clima e a cor local, pois não tinha recursos para prender o leitor e não sabia captar e descrever o que existia de dramático, de surpreendente numa batalha, numa emboscada, numa luta de guerrilha³⁷⁸.

Relativizando o debate e avaliações acerca da *Historia Geral do Brazil*, temos as palavras de Arno Wehling, que, em referência ao estilo varnhageniano, assim como sobre os comentadores de sua obra, pondera que, “no caso de Varnhagen, a avaliação sobre seus dotes estilísticos frequentemente considerou

³⁷³LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 224:3, 1954. p. 136

³⁷⁴MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978, v. II.

³⁷⁵RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.p.142.

³⁷⁶IGLESIAS, Francisco. op.cit., p. 73

³⁷⁷*idem*, p. 74

³⁷⁸*idem*, p.73

apenas o sentido superficial da expressão, desde os contemporâneos do autor até obras mais recentes”³⁷⁹. Reflexões que fazem ainda mais sentido quando nos apoiamos nas palavras de Pesavento que assim nos informa:

Tentar resgatar e, sobretudo, entender e explicar como os homens de uma outra época davam sentido ao mundo, como se relacionavam com os seus semelhantes e como pensavam em si próprios; descobrir as razões e os sentimentos que mobilizaram um outro tempo e que foram responsáveis por suas práticas sociais; compor tramas, surpreender enredos, suportar desfechos de situações outras, distantes no tempo, e, por vezes, aparentemente incompreensíveis... Não serão essas, a rigor, as metas de todo aquele que busca tornar-se um historiador?³⁸⁰

Frente, então, ao exposto, entendemos caber ao historiador, e em especial ao analista da obra varnhageniana, tentar compreender seus motivos e razões, a lógica interna da *Historia Geral do Brazil*; somente através de que, torna-se viável o conhecimento de suas estratégias, em detrimento dos juízos de valor sobre o analisado; notadamente em campo escorregadio como é este, o das sensibilidades, para o que parecem seus analistas não terem tido a oportunidade de analisar a partir desta perspectiva. Ainda que Wehling saia em defesa de Varnhagen, apontando a superficialidade das análises aos dotes estilísticos apresentados pelos referidos comentadores, após a leitura de *Historia Geral do Brazil*, ainda pensamos ser difícil aquilatar de forma elogiosa a arte da exposição em Francisco Adolfo de Varnhagen. A correção, entendemo-la irretorquível. Mas Wehling também não faz elogios ao seu estilo, apenas relativiza os juízos depreciativos desferidos por tais avaliadores. Lembremo-nos que Varnhagen agencia o pretérito a partir de seu presente, a partir de uma sensibilidade, de um lugar social, de uma memória, de um sentimento e de um ânimo; bem como de uma determinada época e para leitores também circunscritos a uma determinada época. Leitores portadores de determinados anseios e em rizoma a um determinado mundo, o oitocentista, onde as opiniões sobre a arte de sua *História Geral* podem ter sido aclamadas no silêncio da prática de leitura e da sensibilidade de leitores contemporâneos, quando da primeira edição da referida obra. Neste sentido, o da estética da apresentação do texto, Roland Barthes lembra-nos que

³⁷⁹ WEHLING, Arno. op.cit., p.151

³⁸⁰ PESAVENTO, Sandra Pesavento. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.111.

Se fosse possível imaginar uma estética do prazer textual, cumpriria incluir nela a escritura em voz alta. Essa escritura vocal (que não é absolutamente a fala) não é praticada, mas é sem duvida ela que Artaud recomendava³⁸¹.

Pensando na mesma esteira, entendem-se imprescindíveis ainda, as palavras de Sandra Pesavento, que nos levam a relativizar os juízos feitos ao agenciamento do pretérito em Varnhagen. Diz ela que “as imagens não são um duplo do real, mas o atestado de intenções e sensibilidades, fruto de um olhar sobre o mundo em uma determinada época”³⁸². Mas entendemos ser necessário apontar que o próprio Varnhagen tivesse noção dos limites da apresentação de sua obra,

Acerca do estylo não daremos muitas explicações, porque talvez nem acertassemos a nos fazer ouvir quanto mais a entender, apesar da grave sentença de Buffon, temos a persuasão de que, como tudo que é humano, o estylo depende muitas vezes das disposições do animo, originadas de causas que nem sempre está em nos comover³⁸³.

Diante de tais palavras, através das quais o autor tenta se eximir da responsabilidade do primor estilístico, pensamos ser apropriado lançar uma questão: quais seriam as disposições de ânimo do autor? Se Varnhagen escreveu para emocionar, tocar a sensibilidade havia de primar, portanto, no estilo da exposição de sua obra para que a mesma, seguindo as ponderações de Capistrano de Abreu, pudesse apresentar-se como narrativa inspiradora do e para o povo brasileiro. Mas, parece-nos que o autor da *História Geral* preocupava-se, antes, com a verdade, o que inferimos, entendesse Varnhagen, interferir na exposição da mesma. Opção a partir das quais, tece algumas reflexões sobre a questão milenar no campo da Teoria da História, aquela referente às relações/diferenças entre a escrita que se desejava fosse científica, e a escrita literária:

O que distingue principalmente, tratando assumptos historicos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, commovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que aquelle estuda primeiro o facto, apura-o por meio das provas que requerem o seu criterio; e só depois sentence a com gravidade, transmitindo ao publico a sentença e os seus porques; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a penna lhe sabe obedecer — o

³⁸¹ BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4.ed. Belo Horizonte: Perspectiva, 2008. p.77.

³⁸² PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.111. (99-122)

³⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil* isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independencia do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, *Tomo I*, p. XXI, 1854.

que nem sempre succede³⁸⁴.

Por vezes, temos a sensação de que a *penna* era desobediente a seu mestre. *Historia Geral do Brazil* deve informar para além do pretérito em suas sentenças e porquês. Deve ajudar a *sentencear*, e *dizer os porquês*, fazer crer, orientar na opção de escolhas do pretérito para justificar a eleição de escolhas em um presente (selvagem vs. civilizado; cabildas vs. Nação – ainda que o termo nação fosse, por vezes, utilizado pelo próprio Varnhagen em referência as cabildas). Deve-se somar a fabulação e realização de um futuro. O que entendemos, a partir de nossa análise e, também, de nossa sensibilidade, não fosse através do consumo da poética de sua narrativa, mas sim pela arquitetura de sua *História*, a qual, para narrar o processo de gênese do Brasil, pinta, antes de seu verdadeiro objeto, a História do Brasil, um quadro representando o que era a Europa, e, de forma mais pormenorizada, Portugal, em seus avanços culturais e tecnológicos à época das navegações engendradas pelos lusos, em meio às quais tais povos chegaram ao Novo-Mundo, conforme nos é dado a ler

A cultura intellectual de Portugal, isto é, o estado das letras e das sciencias pode dizer-se que andava a par do dos mais paizes da Europa. A Universidade era favorecida pelo Soberano, que douo com seus próprios paços em Coimbra, para onde a transferiu de Lisboa, <vendo que o tráfego da côrte e grande commercio de mercadores (negociantes) naturaes e forasteiros condiziam mal com o repouso e quietação das letras; e que em Coimbra ficava mais accomodada, tanto pelo sitio, que é quase no meio do Reino, como pela temperança e fartura da terra.> As grandes riquezas que então em Portugal havia, e que facultavam os meios de se viajar pelo estrangeiro, a facilidade de entender o italiano e o castelhano, as dependencias de Roma e as pendencias com Castella, o frequente que já era o estudo do latim, o trato dos estrangeiros instruídos ambiciosos de adquirir glórias nas sciencias ou nas armas, ou cobiçosos de fortuna, que embriagados pelas estupendas novas do descobrimento, iam a Portugal com intuito de passarem à India ou à América, - tudo concorria a nivelar este país com os outros mais adiantados nessa epocha, em todos os ramos do conhecimento humano³⁸⁵.

A História do Brasil inicia-se em Varnhagen, portanto, tão somente após, contada a largos passos, a História de Portugal. A narração do que viria a constituir-

³⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independencia do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo II, p. XII, 1857.

³⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil* Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do Império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua magestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo I, p. 83, 1854.

se como o Brasil propriamente dito inicia-se na Secção VII de sua *História Geral do Brazil*, onde o autor, como é rotineiro entre os clássicos de nossa historiografia, debruça-se sobre a descrição física do território e de seus gentios, cenário este, através do qual, Varnhagen busca empreender um jogo retórico de reconhecimento e negação, pelo qual pretende atribuir potencial à sua nova história de tocar a sensibilidade de seus leitores, é para o que apontam nossas análises. Predisposição e sensibilidade esta, sincrônicas e culturalmente constituída; é o que inferimos da leitura de Roland Barthes quando este diz que

o prazer da frase é muito cultural. O artefato criado pelos retóricos, gramáticos, linguístas, mestres, escritores, pais, esse artefato imitado de uma maneira mais ou menos lúdica: joga-se com um objeto excepcional cujo paradoxo foi bem sublinhado pela linguística: imutavelmente estruturado e, no entanto, infinitamente renovável: algo como o jogo de xadrez³⁸⁶.

Em consonância ao pensamento de Barthes, também entendemos o prazer, a sensibilidade que recebe este estímulo, como culturalmente constituídos, o que nos faz, ao ponderar sobre o potencial de afecção, de ferir o leitor com um livro, com esta Máquina de Estado a que nos referimos, andar nos campos das possibilidades, haja vista, ser necessário, para a ponderação da eficácia ou não de tocar o leitor, o mapeamento do espírito de uma época, *Zeitgeist*, ou espírito da época, conforme se refere Johann Gottfried Herder³⁸⁷. Retomando as ponderações, de Barthes, observamos que ele se refere ao prazer da frase, mas entendemos ser possível estender suas análises para o livro de História. Retomando os apontamentos feitos pelos comentadores do estilo na obra varnhageniana, pensamos na mesma linha de Arno Wehling, que as análises feitas a este quesito de sua obra ainda sejam superficiais. Soma-se, ainda, para a desqualificação deste elemento da obra de Francisco Adolfo, a crítica desferida por Iglésias, a de ter Varnhagen, agenciado sua narrativa sobre uma débil arquitetura. Mas defendemos que seja, por esta arquitetura, caracterizada pelo comentador como “débil”, que o autor busca potencializar o “causar impacto” sobre a sensibilidade e opções de seu leitor, para que possamos avaliar, de forma que acreditamos apresentar-se mais palpável, a capacidade de *História Geral do Brazil* em sensibilizar seu leitor. É necessário seguir uma chave de leitura que é proposta pelo próprio autor

³⁸⁶BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4.ed. Belo Horizonte: Perspectiva, 2008. p.61.

³⁸⁷HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da História*. Lisboa: Antígona, 1995.

façam a devida justiça aos nossos principios, não por esta ou aquella passagem da obra, mas pelo seu conjunto! Oxalá descubram nella, atravez da ostentação de uma tolerancia civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado que nos animaram; - não d'outro lamentavel patriotismo cifrado apenas na absurda ostentação vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro! - Oxalá o nosso trabalho concorrera a fomentar, ao menos entre as gerações de porvir, o espírito de generosidade que guiou nossa penna em muitas occasiões, não sem que ás vezes nos olhos borbulhassem piedosas lágrimas!³⁸⁸.

O excerto é significativo de suas intenções e estratégias. Francisco Adolfo de Varnhagen apresenta-se de forma extremamente sagaz. Informa escrever munido de ânimo patriótico, emocionado, contrito. Quem questionaria tal posicionamento? Mas, ainda não se apresenta evidente, potencial capacidade de tocar e emocionar de sua *Historia Geral*. E, neste aspecto, o próprio autor nos informa sobre o que entende, bem como as especificidades da produção conhecimento, seja do historiador, seja do literato. Cômico dos limites da recepção de sua obra, devido ao fato de optar pela causa colonizadora e civilizadora do Brasil em tempos do indianismo Romântico — e, possivelmente, de seus dotes estilísticos, em detrimento dos gentios selvagens. Pensamos que seja válido ressaltar a dificuldade de aquilatar o potencial de afecção da narrativa, seja a varnhageniana, ou de qualquer outro sobre o qual o analista desenvolver suas ponderações. O que concluímos a partir das reflexões de Sandra Jatahy Pesavento, ao pensar sobre as imagens, conforme já nos referimos anteriormente.

Refletindo sobre a sua *Historia Geral* como um conjunto, segundo orienta o autor, observamos haver, ao longo de sua constituição, uma lógica interna arquitetada para o estabelecimento, por parte do leitor, de um jogo de reconhecimento e negação através do qual se pensa ser capaz de tocar sua sensibilidade, possibilidade a qual se refere também Paul Ricoeur:

Com efeito, é do autor que parte a estratégia de persuasão que tem o leitor como alvo. É a essa estratégia de persuasão que responde acompanhando a configuração e se apropriando da proposição de um mundo do texto. Três momentos devem, a partir daí, ser considerados, momentos aos quais correspondem três disciplinas vizinhas mas distintas: 1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) a inscrição dessa estratégia

³⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do Império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua magestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo II, p. XI, 1854

na configuração literária; 3) a resposta do leitor considerado quer como sujeito que lê; quer como público receptor³⁸⁹.

Este jogo estabelecido pelo autor apresenta-se, sim, como um elemento que entendemos objetivo, e é através deste, que entendemos a forma pela qual o autor deseja tocar, ferir a sensibilidade de seu leitor. Neste aspecto, consideramos seminais as palavras da Historiadora, para quem,

ao longo do tempo, os homens elaboraram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade³⁹⁰.

Pensamento a partir do qual vislumbramos a possibilidade de refutar a crítica desferida por Iglésias de que a *Historia Geral do Brazil* fosse assentada sobre débil arquitetura. Ora, se Varnhagen estava, conforme nos é dado a ler nos comentadores de sua obra, longe de possuir os dotes estilísticos, seja a poética ou a leveza da escrita de um literato, sabemos que o mesmo possuía a formação em engenharia, e, ao atentarmos para sua prática, não podemos dizer nada em contrário: Francisco Adolfo era um engenheiro historiador, formação esta que entendemos ter-lhe possibilitado o desenvolvimento de habilidades capazes de criar em seu texto, uma mecânica da produção de sentidos, conforme propôs Paul Ricoeur pensando com Michel Foucault³⁹¹, e que entendemos viabilizar o ferir a sensibilidade do consumidor de sua obra, conforme desejou o autor. Se o mesmo não primou pelo estilo, acreditamos ter primado e atribuído o potencial de afecção à sua obra através de sua arquitetura; notadamente a apresentada na primeira edição de sua *Historia Geral*, onde a disposição dos capítulos segue um ordenamento que fora alvo de críticas por parte dos analistas coevos, conforme informamos anteriormente.

Entendemos, portanto, ao atentar para a arquitetura da obra e para o agenciamento dos capítulos, não se tratar de simples opção do autor, movido por

³⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do Império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua magestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo I, p. 271, 1854.

³⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Pesavento. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.13.

³⁹¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.281.

simpatias pelos europeus fazer com que os mesmos figurassem na abertura de sua *História* nos seis primeiros capítulos. Agenciamento que acreditamos ser realizado no intuito de atribuição de sentido e potencialização de sua obra para a efetivação do proposto para a mesma, ou seja, tocar a sensibilidade do consumidor e, desta forma, cooptá-lo ao projeto de instituição do sentimento de pertença a uma comunidade nacional (civilizada), o desejado nacionalismo capaz de dissipar as diferenças constituídas ao longo da formação histórica do Brasil. Sentimento que viria a equacionar questões postas e que garantiria a integridade territorial, a manutenção da ordem social estabelecida, bem como do Império de Pedro II. Premissas estas que, salvaguardadas, entendia o autor, estivesse assegurada e garantida a existência da civilizada nação brasileira. Quanto ao questionamento da estruturação da *Historia Geral*, assim se manifesta José Honório Rodrigues

Realmente, a *História Geral do Brasil* contém, como revelação de fatos, mais do que pode esperar o leitor desavisado. Por outro lado, a distribuição da matéria não obedece a critérios rigorosos; segue mais a cronologia que a temática; a intitulação dos capítulos é inexpressiva, pois mais esconde que revela as novidades que contém. Porque é mais cronológica que temática³⁹².

É inegável que a *Historia Geral do Brazil* informa mais do que pode esperar o desavisado leitor, característica esta para a qual aponta também José Carlos Reis. Mas apresentamo-nos reticentes no que diz respeito à análise de José Honório Rodrigues que nos dá a entender um Varnhagen displicente e pouco inventivo no arranjo de sua obra. Ainda sobre este elemento da narrativa, na apresentação de considerações sobre o ordenamento dos capítulos de *Histórias do Brasil*, seja em Varnhagen ou em historiadores que o precedem, assim se manifesta Temístocles Cezar

Neste sentido, a Dissertação de Karl von Martius sobre como deveria ser escrita a história do Brasil é um texto decisivo. O plano previa a pesquisa de quatro grandes temas: 1. Ideias gerais sobre a História do Brasil; 2. Os índios e sua História como parte da História do Brasil; 3. Os portugueses e a sua parte na história do Brasil; 4. A raça africana em suas relações para com a História do Brasil. Esta ordem de exposição é por si só reveladora. Ela sinaliza um tempo: os índios teriam chegado antes dos portugueses. A proposta de Martius não refletia, entretanto, um consenso intelectual em torno da questão. Excetuando-se, talvez, o *Resumé de l'histoire du Brésil*, publicado em 1825, por Ferdinand Denis, que consagra o primeiro capítulo "a nações selvagens encontradas no Brasil quando da conquista", as demais histórias e tratados sobre o Brasil começavam com outra organização temática. Por exemplo, na *História do Brasil (1500-1627)* do Frei Vicente do Salvador, de 1627, a história indígena aparece no capítulo 12 do primeiro volume. A História da América Portuguesa de Sebastião da

³⁹²RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.p.155.

Rocha Pita, publicada em Lisboa no ano de 1730, seguia um modelo semelhante: inicialmente uma notícia sobre o estado em que se achava o Império Lusitano, em seguida, o "descobrimento do Brasil"³⁹³.

O ordenamento e/ou a relevância do que/de quem haveria de figurar como protagonista (s) do primeiro capítulo de uma história do Brasil, conforme nos informa Temístocles Cezar, apresentava-se na metade do século XIX, como que uma questão ainda em aberto para aqueles que estudavam e escreviam sobre o pretérito. Constatação que é evidenciada pelo decalque, institucionalmente aprovado do que havia de ser uma História do Brasil, apresentada na monografia do botânico-historiador bávaro Martius.

Martius, ao invés de propor que haveria de se tratar, inicialmente, das *Idéas gerais sobre a História do Brasil*, em detrimento dos nativos, possivelmente os primeiros habitantes destas terras; fórmula consagrada pela Casa da Memória Nacional, ainda ao longo da década de 1840. Cezar evidencia também que o elemento nativo não fora privilegiado por aqueles que se dedicaram a escrever a História desde os idos do século XVII. Varnhagen não foge à regra. Segue, ao que tudo indica, a estruturação narrativa de Rocha Pita, ao cantar inicialmente, antes de tocar o "Brasil", o passado da Metrópole. E é o que também o faz Varnhagen em sua *História Geral do Brazil*, conforme o próprio nos informa em nota ao Tomo I da obra.

A secção 7, bem como as três seguintes, poderiam passar ao princípio da obra sem prejudicar o arranjo total della. Pareceu-nos, porém, que, com o methodo que, nesta edição pelo menos, adoptamos a ligamos melhor à historia da humanidade em geral, na qual a do nosso paiz há-de um dia vir a figurar³⁹⁴.

Conforme apontam nossas análises, tal agenciamento dos capítulos na obra varnhageniana apresenta-se antes como uma estratégia que viria a ser revista apenas quando de sua segunda edição de *Historia Geral do Brazil*, para o que chama a atenção Cezar, para quem Varnhagen teria realizado esta troca, além de uma série de revisão de sua postura apresentada na primeira edição, em virtude críticas feitas por D'Avezac

³⁹³CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e "selvagens"na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre (a escrita) da história*. São Paulo: Alameda, 2008.p.175.

³⁹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do Império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua magestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo I, p. 446, 1854.

No entanto, o exemplo mais importante não vem do período anterior a Martius, mas da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1854, que se inicia com "origem do descobrimento da América Central", aparecendo os índios apenas no oitavo capítulo. Na segunda edição da obra, de 1877, provavelmente em função da polêmica com o geógrafo francês D'Avezac, que o severamente o criticara por essa opção, Varnhagen alterou a ordem dos capítulos. Assim, os capítulos VII, dedicado à "Descrição do Brasil", e o VIII, "Dos inibidos do Brasil em Geral" da primeira edição tornaram-se, na publicação de 1877, respectivamente os capítulos I e II³⁹⁵.

Mudanças estas, frente às quais pensamos ser apropriado lançar a seguinte questão: não teria Varnhagen buscado com a "correção" de sua *Historia Geral do Brasil* os louros dos quais acreditava ser digna a sua obra? Deixemos a análise para outra oportunidade, já que nos interessa a primeira edição da obra. Em se tratando deste potencial de tocar a sensibilidade, de mover os afetos daquele que tem contato com uma obra, pensamos, a partir de nossas investigações, no estabelecimento de um diálogo com as teorias de Roland Barthes, quando em suas reflexões acerca do poder de afecção das imagens sobre os indivíduos. Diálogos entendidos de forma extremamente profícua para o desenvolvimento de nossas ponderações acerca da arquitetura da obra varnhageniana.

Neste aspecto, indagamos o que é a opção de Varnhagen em iniciar sua *Historia Geral do Brasil* por uma história dos progressos lusos e espanhóis, representantes de valores e de um mundo civilizados, senão, o referido jogo, onde são postos em oposição os mundos europeu civilizado *versus* gentios selvagens. E entendemos ser, em meio a estes pólos constituídos na narrativa varnhageniana, que o leitor deve se posicionar, escolher o "seu lado". Nesta perspectiva, não poderíamos obliterar a referência às indagações lançadas ao leitor da *Historia Geral*, no intuito de fazer com que o mesmo se posicione antes de prosseguir sua leitura. Vejamos as que se entendem mais significativas para a realização do intento do autor em seu *Discurso Preliminar Sobre o Índios Diante da Nacionalidade Brasileira*.

O autor propõe sete questões que são respondidas e analisadas por ele, mesmo ao longo de sua obra, de forma a garantir a adesão ao lado "correto," segundo as eleições varnhagenianas do processo que narra o fazer Brasil. As indagações somam o número de sete, mas entendemos que, as aqui apresentadas

³⁹⁵CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e "selvagens" na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre (a escrita) da história*. São Paulo: Alameda, 2008.p.176.

sejam as mais importantes para a orientação da leitura da obra, e, ainda tocar a sensibilidade do leitor, conforme supomos ter desejado Varnhagen

- 1- Eram os que percorriam o nosso território, à chegada dos cristãos europeus, os seus legítimos donos?
- 2- Viviam independentemente da falta do ferro e de conhecimento da verdadeira religião, em um estado social invejável?
- 3- Esse estado melhoraria sem o influxo externo, que mandou a Providencia por meio do christianismo?
- 4- Havia meio de os reduzir e amansar sem empregar a coacção pela força?
- 5- Houve grandes excessos de abusos nos meios empregados para essas reduções?

Tais perguntas lançadas nas primeiras páginas de sua *História Geral do Brazil* apresentaram-se como uma profícua chave de leitura a partir da qual possibilitou-nos uma avaliação embasada, no tocante à arquitetura da obra, e fosse tornado possível evidenciar o potencial de afecção da *História Geral* sobre seus consumidores. Neste aspecto, entendemos profícua, para o desenvolvimento de nossas reflexões, os estudos acerca da imagem fotográfica empreendidos por Roland Barthes, através dos quais o mesmo pensa os efeitos de tais representações sobre os indivíduos; análises que são realizadas por Barthes, a partir de duas categorias analíticas: *studium e punctum*. Vejamos

Eu não via, em francês, palavra que exprimisse simplesmente esta espécie de interesse humano; mas em latim, acho que essa palavra existe: é o *studium*, que não quer dizer, pelo menos de imediato, “estudo”, mas a aplicação a uma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso, é verdade, mas sem acuidade particular. É pelo *studium* que me interesso por muitas fotografias, quer as receba como testemunhos políticos [...], quer as aprecie como bons quadros históricos: pois é culturalmente (essa conotação está presente no *studium*) que participo das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários, das ações³⁹⁶.

Supomos, Varnhagen pensar e agenciar sua obra pelo *studium*, pela pesquisa, pela afeição que Varnhagen tinha ao jogar-se como referiu Capistrano de Abreu, como que um bandeirante em meio aos arquivos; bem como desejava que a publicação de sua obra maior também despertasse no leitor o interesse pelo conhecimento de seu pretérito – o que não seria alcançado tão somente, pelo seu gosto, fosse pela pesquisa histórica, fosse pela escrita de uma história simplesmente. Pensando ainda na esteira de Barthes, apreciar tal obra como um *quadro histórico* do qual o autor participa, coloca parte de si, de seus desejos e aspirações, e pretende chamar o leitor, através da invenção de estratégias narrativa, o

³⁹⁶BARTHES, Roland. *A câmara clara*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p.45-6.

agenciamento maquínico de sua *Historia Geral*, também, a fazer parte deste referido quadro. Não do quadro de uma temporalidade escoada, narrada na História, mas chamar o leitor para se colocar como continuação deste quadro histórico no presente, em suas prática cotidianas; na obra, do presente e do futuro, de construção da nação brasileira. Ou ainda, à maneira que nos referimos nas primeiras palavras de nosso trabalho, quando em referência às palavras de Jorge Luiz Borges, que este livro se apresentasse como uma extensão de uma imaginação, de um projeto de Estado capaz de cooptar, instituir um estar no mundo; o que entendemos fosse outra instância a ser efetivada pela *História Geral do Brazil*. Capacidade esta, que justifica nossa opção em pensarmos juntamente a Roland Barthes em suas reflexões em torno da capacidade de afecção, *punctun*, a qual, conforme aponta o próprio Barthes,

A esse segundo elemento que vem contrariar o studium chamarei então punctum; pois punctum é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O punctun de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere)³⁹⁷.

Categoria analítica também desenvolvida por Barthes em referência ao potencial de tocar a sensibilidade, de ferir o indivíduo consumidor de sua obra, portanto. Varnhagen para tocar o consumidor de sua obra, utiliza-se de uma arquitetura, de uma agenciamento maquínico na constituição de sua Máquina de Estado, através de que, pretende estabelecer o *punctun*, e conseqüentemente, na efetivação de sua teleologia, a nação brasileira. Entendemos, ainda, que a apropriação das análises acerca da imagem fotográfica para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a produção historiográfica pode parecer, num primeiro momento, inusitada, mas as ponderações desenvolvidas por Sandra Jatahy Pesavento e Temístocles Cezar apontam de forma positiva para a realização de nosso intento, pois conforme refletem os referidos historiadores,

o que são, afinal, as imagens, essas construções que objetivam diferentes formas e conteúdos por meio de tão variados suportes como as pinturas, as gravuras, os desenhos, as fotografias, o cinema, a computação gráfica?³⁹⁸.

³⁹⁷ BARTHES, Roland. *A câmara clara*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p.47.

³⁹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. 100

Não faria também a escrita da História às vezes de um suporte em que se representa uma temporalidade escoada? É ainda com a Professora, que refletimos sobre as possibilidades de diálogo entre os dois suportes:

Imagens são, sobretudo, ações humanas que, através da história, empenham-se em criar um mundo paralelo de sinais. São, pois, representações da realidade que se colocam no lugar das coisas, dos seres e dos acontecimentos do mundo³⁹⁹.

Inferimos, a partir das reflexões de Pesavento, ser possível o estabelecimento deste diálogo, e apresenta-se ainda o mesmo, extremamente profícuo. Mas, para o desenvolvimento de tal diálogo, conforme aponta a estudiosa das sensibilidades,

o historiador da cultura precisa educar o olho: não basta ver imagens; é preciso olhar, isto é, perceber o que se vê, contextualizando e interpretando o visto, desvendando os seus significados. Ou seja, lendo as imagens⁴⁰⁰.

Daí, ser-nos impossível acreditar que a imagem ou a narrativa histórica representem tão somente o manifesto, o que é informado, ou seja, somente o passado. A narrativa, as imagens, as cartas, as próprias memórias e a exposição de conhecimentos portam consigo sentidos, sentimentos e intencionalidades. É o que observamos em Francisco Adolfo de Varnhagen, tendo por lentes de nossas análises, ponderações de pensadores que remetem às análises que tem por viés para o seu desenvolvimento, a preocupação com as sensibilidades, lentes às quais atribuímos grande riqueza, para as constituídas a partir das ponderações de Pesavento, as quais nos informam que “as imagens são carregadas de significados para além do que é mostrado”⁴⁰¹. Supomos que *História Geral do Brasil* esteja para além do pretérito. Deve cumprir uma teleleologia, causar um impacto; seja sobre o leitor, o espectador, ou qualquer elemento que tenha a capacidade de ser informado

³⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.105.

⁴⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.112. (99-122)

⁴⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.99.

e ou tocado por uma representação de mundo ou mesmo pelo próprio, para o que nos chama a atenção ainda, Sandra Pesavento, ao informar que

As imagens possuem poderes bem definidos: são sedutoras, captando o olhar de modo a envolver aquele que as contempla; são mobilizadoras, instigando à ação, por vezes mesmo de forma impensada e imediata; proporcionam a evasão, libertando a imaginação para fora do campo da imagem vista, de forma a conduzir o pensamento para outras instâncias imaginárias, são evocativas despertando a memória, conectando a outras experiências; têm, ainda, um poder cognitivo, traduzindo uma forma de saber sobre o mundo para além do conhecimento científico⁴⁰².

Refletindo a partir do excerto à obra de Sandra Pesavento ao versar em torno dos poderes das imagens, somos remetidos às inúmeras possibilidades de influência que tal característica deste suporte pelo qual se representa o mundo, desempenha sobre os indivíduos. Características estas que entendemos não serem passíveis de medição pela ciência. Mas, num jogo, como o proposto por Varnhagen em meio ao seu narrar a História do Brasil, entendemos ser melhor avaliada a efetivação daquilo que pretende realizar: ou seu leitor se reconhece nos selvagens ou o mesmo nega tal imagem e reconhece-se no homem civilizado e civilizador, aos moldes varnhagenianos, elemento este, que havia de contribuir para a realização de um Brasil nação. Poderes estes que fogem, portanto, de uma análise racionalista das imagens, conforme fizera Platão quando,

crítica das imagens implica uma negação à esfera dos sentidos ou do sensível como forma de conhecimento de mundo, dando preferência ao pensamento racional para a apreensão da realidade. Somente a intelegibilidade apoiada na razão permitiria o acesso ao mundo das ideias puras, dos conceitos e das verdades⁴⁰³.

Ao passo que Aristóteles, seguindo ainda as ponderações de Pesavento, via na contemplação de imagens oportunidade privilegiada para a realização de uma *katharsis*, um momento de purgação de paixões inerentes ao ser humano. É neste momento, o de *katharsis*⁴⁰⁴, em que entendemos ser estabelecido um jogo de

⁴⁰² PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.106.

⁴⁰³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.105. (99-122)

⁴⁰⁴ Sobre a *Kátharsis*, assim se refere Ricoeur: *O que encontramos aqui é não só um comentário de Aristóteles, mas um aspecto central da estética Kantiana, para quem a universalidade do belo consiste exclusivamente em sua comunicabilidade a priori. A Kátharsis constitui portanto, um momento distinto da aísthesis, concebida como pura receptividade, ou seja, o momento de*

negação e reconhecimento, que a historiografia assinada por Varnhagen pretende cooptar o indivíduo para o projeto de construção nacional. Neste aspecto, pensamos apresentarem-se profícuas as palavras de Paul Ricoeur acerca das possibilidades de criação de estratégias retóricas, e que podemos observar, como sido praticadas em *Historia Geral do Brazil*, pois, conforme informa então Ricoeur, “numa perspectiva puramente retórica, o leitor é, no limite, simultaneamente presa e vítima da estratégia fomentada pelo autor implicado, e isso tanto mais quanto mais dissimulada for essa estratégia⁴⁰⁵. E neste aspecto, perguntamos: quando havia sido tal estratégia varnhageniana chamada à discussão? Parece então ter sido a arquitetura da obra de Varnhagen, potencialmente eficiente. Perguntamos ainda: dentro de uma temporalidade como a do oitocentos, quem se desejava ver representado pelos gentios? Tal jogo de reconhecimento e negação pode ser melhor compreendido em sua complexidade e poder de tocar a sensibilidade do leitor, causar impacto, a partir das palavras de Sandra Jatahy Pesavento, para a qual a

imagem visual entra em contato com outras imagens, presentes no arquivo de memória que cada um traz consigo, ou no museu imaginário que todo homem carrega, e que abarca o visto, o sabido, o lido, o adquirido, o ouvido. Esse verdadeiro museu imaginário de representação do mundo varia em extensão e qualidade de acordo com os referenciais de tempo e espaço, importando em experiência de vida, formação profissional, universo cultural, geração, territorialidade etc. [...] Uma imagem mental forma-se dotada de propriedades semânticas: nós pensamos coisas enquanto vemos, e lhes atribuímos valor e significado; classificamos o que vemos e lhes conferimos sentido; correlacionando aquilo que é visto e que está presente com o plano das imagens ausentes, mas lembradas e evocadas pelo pensamento. A imagem mental resultante desse processo, e que toma lugar a partir do registro visual, tem a função de atribuir valor e significado àquilo que se observa, dando margem à ocorrência do que se poderia chamar de percepção do mundo das imagens⁴⁰⁶.

*comunicabilidade da compreensão percepcionante. A aísthesis libera o leitor do cotidiano, a kátharsis o torna livre para novas avaliações da realidade que tomarão forma na releitura. Há um efeito ainda mais sutil ligado à Kárthasis: por meio da clarificação que ela exerce, a kárthasis enceta um processo de transposição, não só afetiva, mas também cognitiva, que pode ser relacionada com a allegorese, cuja história remonta à exegese cristã e pagã. Há alegorização sempre que nos pomos a traduzir o sentido de um texto de seu primeiro contexto para um outro contexto, o que equivale a dizer: dar-lhe um nova significação que extrapola o horizonte de sentido delimitado pela intencionalidade do texto no seu contexto originário. É finalmente essa capacidade de alegorização, ligada à kátharsis, que faz a aplicação literária a réplica mais aproximada da apreensão analogizante do passado na dialética do vis-à-vis e da dívida. Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. T.III, p.304.*

⁴⁰⁵RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.285. T. III

⁴⁰⁶PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.101.

Frente, então, a tal possibilidade, a do entrelaçamento e encadeamento de imagens que se somam e se configuram com aquelas que o indivíduo tem em seu “museu imaginário”, ele é afetado. Sensações, sentimentos e sensibilidades suscitadas por um estímulo, seja de qual natureza for. Entendemos que esse despertar involuntário de memórias possa, em se tratando do estímulo texto, ser potencializado pela arquitetura sobre a qual Francisco Adolfo de Varnhagen agencia sua *Historia Geral do Brazil*. Neste sentido, para além das ponderações de Pesavento, temos a passagem do seminal *Em busca do tempo perdido*, onde Marcel Proust faz referência a um tipo de memória, a involuntária, a qual é despertada a partir de um estímulo; no caso, uma *madeleine*, responsável por suscitar no personagem deste mestre da narração as mais diversas rememorações.

E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedaço de Madeleine que nos domingos de manhã em Combray (pois nos domingos eu não saía antes da hora da missa) minha tia Leônia me oferecia, depois de o ter mergulhado no seu chá da Índia ou de tília, quando ia cumprimentá-la em seu quarto. O simples ato de ver a Madeleine não me havia evocado coisa alguma antes que a provasse; talvez porque, como depois tinha visto muitas, sem as comer, nas confeitarias, a sua imagem deixava deixara aqueles dias de Combray para se ligar a outros mais recentes; talvez porque, daquelas lembranças abandonadas por tanto tempo fora da memória, nada sobrevivia, tudo se desagregara; as formas – e também a daquela conchinha de pastelaria, tão generosamente sensual sob a sua plissagem severa e devota – se haviam anulado ou então, adormecidas tenham perdido a força da expansão que lhes permitiria alcançarem a consciência. Mas quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas – sozinhos, mais frágeis, porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis – o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação⁴⁰⁷.

Assim deseja Varnhagen: despertar, ferir a sensibilidade do leitor de sua obra e cooptá-lo a tomar parte no desenvolvimento de um projeto através do qual se deseja a construção de uma nação brasileira.

4.2 Sobre o Trágico

À vista do que fizemos, sem nada carregar as côres, não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxilio mutuo da sociedade, e sem a terra se cultivar, há sempre, n'uma ou outra época privaçoes e fomes; e esta ultima aos mais civilizados converte em cannibae, como nos provam as historias de tantos sitios e naufragios. Não: o philosopho de Genebra guiado pelo seu genio, e pelas suas

⁴⁰⁷ PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido* – no caminho de Swann. São Paulo: Globo. V. I, p.46.

philantropicas intenções, ideou, não conheceu o selvagem! Desgraçadamente o estudo profundo da barbarie humana em todos os paizes, prova que sem os vinculos das leis, e da religião, o triste moral propende tanto à ferocidade que quase se metamorphosea em fera⁴⁰⁸.

A comparação entre os opostos (selvageria x civilização), bem como o questionamento sobre o encantamento para com os nativos, coloca-se, conforme temos tido a possibilidade de observar, como constante em Varnhagen. Mas Francisco Adolfo, a partir de uma crença numa *infância das civilizações*, não nega que o homem civilizado, coevo ao século XIX na Europa, houvera se aproximado, em tempos de privação da selvageria. Informação esta, que, para além de um dado apresentado pelo autor, demonstra a capacidade do desenvolvimento de civilização destes. Com os brasileiros, não poderia ser diferente, haviam também de se constituir como um povo civilizado, uma nação, aos moldes europeus, enfim.

Porém, conforme nos informa ainda Francisco Adolfo, tais práticas foram realizadas independentemente da vontade dos europeus, o que ocorrera também no Brasil, de forma alheia à vontade ou cultura dos colonizadores⁴⁰⁹, mas entre os nativos, apresentavam-se tais privações como imanescentes à sua cultura (ou a falta dela) das cabildas de selvagens. Privações estendidas aos laços da lei, da moral e da religião, que os levava a se apresentarem na obra varnhageniana, como seres dignos de repulsa diante da sensibilidade oitocentista, conforme nos é dado a ler pelo autor ao nos informar que

Mantinhm a anthropophagia; desfiguravam-se horrivelmente, esburacando a cara: andavam geralmente nus; experimentavam toda a sorte de privações, passando até por vezes fomes, por excesso de imprudencia; não castigavam vicios nem premiavam virtudes; ou antes não reconheciam estas nem aquelles. Tratavam as mulheres como escravas: e eram viciosos contra naturam⁴¹⁰.

⁴⁰⁸VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. p.133.

⁴⁰⁹Sobre tais privações dos colonos no Novo-mundo, assim se refere o autor: *Rara é a vez em que a calamidade da guerra, ou de algumas desordens que a ella equivalham, não é acompanhada pelas da peste e da fome, se é que outras vezes estas duas ultimas não dão causa à primeira, provocando desordens e dissensões civis. - Assim acontecia agora no norte do Brazil. A's desordens em terra succediam vários contras no mar, onde se mostraram então, alguns piratas. Seguiu-se uma invasão de bexigas, em virtude das quaes muitos engenhos ficaram pobres de braços; e depois destas, entrou pela primeira vez no Brazil, com o nome de Bixa, a febre amarella, ceifando grande parte da população. A fome não podia deixar de seguir-se quando tantos braços faltavam tão repentinamente. Em 1698 já a bixa havia levado em Pernambuco mais de setecentas pessoas, e na Bahia, onde depois entrára, um número ainda maior.* VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. T.II, p.90.

⁴¹⁰VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II, p.XVI-XVII

Perspectiva pela qual narra os costumes e práticas dos selvagens habitantes do Brasil, em oposição a dos referidos *philosophos* que não haviam conhecido, mas idealizado tais povos, defendendo-os quando do movimento indianista como representantes da nacionalidade brasileira, contra o que, o futuro Visconde colocava-se em diametral oposição pois aos tais povos não eram dignos serem chamados de brasileiros: *não podiam civilizar-se sem a presença da força, (...); e finalmente de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimento de patriotismo ou em representação da nacionalidade*⁴¹¹. Varnhagen teve o conhecimento dos gentios, e diga-se, no mínimo traumático, assim caracterizando os nativos:

Podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que offendiam a qualquer de sua alcateia. Este espirito de vingança levado ao excesso era sua verdadeira fé. O cannibalismo e a antropophagia não era gula, senão algumas vezes por aberração do orgulho e do prazer que sentiam na desaffronta, cujos efeitos faziam extensivos a todas as gerações. O instinto de se vingarem era tão excessivo que se julgavam obrigados a trincar todo o animal que antes os molestára, ainda que fosse sevandija. E se não podia conseguir às claras, o obteriam por meio da traição e dos venenos. Aos captivos da guerra sacrificavam solemnemente no meio de um terreiro, e todos deviam provar sua carne; para desta fórma vingarem os amigos e os antepassados, mortos ou offendidos pelos do prisioneiro. Nesta expiação tomavam parte homens e mulheres, velhos e crianças; e até para os ausentes se guardava, moqueado, algum pedaço. - E tanto era o pensamento de desaffronta expiação que nesses sacrificios dominava que de um inimigo desenterravam o corpo ao cabo de muitos annos, para tomarem vingança do cadaver, quebrando-lhe a caveira, e juntando mais tropheos⁴¹².

Temos o excerto à *Historia Geral do Brazil* como emblemático do tratamento dispensado por Varnhagen aos nativos: representantes da selvageria, destituídos de nobres sentimentos e dos *cômodos da civilização*, sem os quais, como nos informa, nunca haveriam de deixar tão degradante condição, pois somente *A observancia da religião e o poder das boas leis podem melhorar os homens e as gerações; e são effectivamente quem os melhora para Deus e para a sociedade*⁴¹³. Melhora esta, que segundo a percepção do autor, seria uma quimera, dependesse tão somente de seus instintos, pois viviam aos modos de animais, *sem leis preventivas, superiores ás paixões momentaneas, nem pennas contra os infractores dessas leis*⁴¹⁴; elementos considerados por Varnhagen, como que

⁴¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II, p.XXVIII

⁴¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. p.121-22.

⁴¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.388.

⁴¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II.XVII.

imprescindíveis ao melhoramento dos índios e que seria viabilizado, apenas, pelo influxo externo; isto é, através da ação do europeu civilizador⁴¹⁵, detentor de valores e cultura civilizada, dentre os quais,

O christianismo que para a Europa occidental , durante os cinco séculos da meia idade, fôra o grande director do desenvolvimento da civilização humana; a tiara das tres coroas que regenera os estados feudaes, - que a seu arbitrio unira e retalhára nações – que promovera a emancipação dos servos, - e que muito suavizara os costumes dos povos (...) ⁴¹⁶.

Em contraposição a esta prática da qual faz referência o excerto, de um cristianismo (esclarecido!) que tanto contribuíra para o engrandecimento da Europa, de seus povos e formação das nações, bem como do *adoçamento* dos costumes, temos uma referência do próprio autor quanto aos rituais de cunho religioso praticados pelos ditos selvagens, onde junto às “celebrações”, realizavam-se sacrifícios em danças chamadas *pocarés*, as quais na perspectiva de análise varnhageniana, em nada corroboravam para a civilização dos povos e desenvolvimento da nação brasileira

(...) as quaes deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas, e dos sons de muitos instrumentos. Estas festas acabavam sempre em indisposições do estomago e do juizo, e então havia ferimentos e mortes. Viam-se até mães que criavam esquecerem contra os instinctos naturaes seus filhos, que, ao cabo de dois ou tres dias sem serem attendidos, encontravam mortos de sede e de fome⁴¹⁷.

Práticas religiosas, que antes de enobrecerem os sentimentos e adoçarem os costumes dos homens, mais os aproximavam, portanto, de sua inata animalidade. Seria esta a religião pela qual os nativos e os colonos se desenvolveriam e havia de apresentar como base da constituição da nação, nas concepções partilhadas por Varnhagen? Acreditamos que não. A própria organização social dos nativos era avessa à constituição da nação (aos moldes das modernas nações europeias):

Nesse territorio em vez de dois partidos havia tantos quanto eram os chefes que por sua parentela, ousadia ou insolência, chegavam a julgar-se bastante poderosos para não prestarem obediência a outrem, agregando-se. Assim nos apresentam os historiadores a Grécia, na primitiva idade, reduzida a cardumes de povos transmigrando em cabildas de uns para os outros pontos, buscando saciar os apetites, a cobiça, e raramente a ambição. Não conheciam as delícias do amor da pátria, porque, nomades, pátria não tinha;

⁴¹⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II.XVIII.

⁴¹⁶VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.87.

⁴¹⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.125

e a tão curtos horisontes limitavam suas idéas de nacionalidade que pouco alem passavam elas do alcance do tiro de seus arcos⁴¹⁸.

Diante de tais avaliações acerca da cultura e das práticas dos nativos, inferimos que o autor não pretendeu apenas descrever em sua obra, o que lhe fora informado pelas suas fontes, acerca dos primeiros tempos do “fazer” Brasil. Entendemos, frente ao apresentado em sua *Historia Geral do Brazil*, que o autor agencie sua obra de forma maquínica, com vistas à efetivação de uma determinada teologia: *despertar a apatia da nação*⁴¹⁹; onde a apresentação dos costumes e práticas dos selvagens, não devem ter por finalidade última, a comparação do binômio composto por práticas civilizadas x selvagens, ou ainda, informar sobre o ex-ótico. Mas, conforme temos defendido, esta *História* havia de se apresentar em devir Máquina de Estado, capaz de ferir, chocar a sensibilidade do consumidor de sua obra. Máquina de Estado em oposição às Máquinas de guerra representada pelos costumes selvagens, a literatura indianista, e mesmo aquelas representadas pelas outras narrativas nacionais que não se inseriam numa *ordem discursiva* orientada pelo projeto de civilização dos povos e agenciamento da nação brasileira.

Para tanto, observa-se que Varnhagen busca, dentro do jogo constituído ao longo de sua narrativa, despertar no receptor de sua obra, diante do exposto, um efeito semelhante àquilo que o autor de *O coração das trevas*, Joseph Conrad⁴²⁰ imaginou sentir o personagem, Sr. Kurts, noutra época e espaço, diverso do narrado por Varnhagen, sentira diante de costumes, culturas e meio tão diversos do que aquele onde fora talhada sua sensibilidade vitoriana. Sendo as únicas palavras com as quais o personagem descreve o que vê: *O horror! Punctun*, como pensa Roland Barthes. Sentimento materializado num grito em uma determinada situação, onde para além da objetivação de uma realidade - literariamente constituída, mas referenciada em um real, denotam a sensibilidade e o horror de um indivíduo ferido, afetado pelo que vê, pelo meio que o cerca. Horror este, que dentro da narrativa histórica apresentada sob a pena de Varnhagen, coloca-se em oposição à admiração, vinculando aos acontecimentos narrados à necessidade de nunca esquecer-los. Obliterar o horror, a selvageria, poderia fazer com que os presentes cometessem os mesmos erros e práticas apresentados como dignos de tal

⁴¹⁸VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.106-7.

⁴¹⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T.II, p.235.

⁴²⁰Cf. CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção a obra prima de cada autor).

sentimento. Varnhagen é sagaz. Informa não apresentar tudo o que considera potencialmente passível de se apresentar como digno do sentimento de horror em sua narrativa,

Não diremos os mais horrores que praticavam, que não nos propomos a arripiar as carnes dos leitores, como os Bárbaros praticavam com as de suas vítimas (...) Irresistivelmente se nos detem a penna como que vendonos no rosto a vergonha que temos ao escrever estas miserias da humanidade bestial que sem nenhum pejo as praticava⁴²¹.

Busca então, para além de informar sobre aquilo que lhe parece mais propício a causar o horror, utilizar-se da alteridade, experiência e da sensibilidade do receptor de sua obra. Jogando, portanto, conforme ponderou Sandra Jatahy Pesavento, com o acervo de imagens constituído pela memória e experiência do sujeito a fim de lhe tocar. Subjetividades estas, cultural e temporalmente circunscritas a uma dada realidade, e que acabam por configurar, tanto a ressignificação, assim como a sensibilidade do receptor da *Historia Geral*. Formular então, o que lhe for mais digno do horror, o que entendemos ainda, apresentar-se como uma estratégia para potencializar o ferir a sensibilidade do leitor de sua obra. Mas não resiste. Temos a sensação que a descrição de tais cenas toquem, antes, a sensibilidade do próprio Varnhagen, causam-lhe o horror, a repulsa. E é a partir do seu crivo, do que o fere, que ele pensa também, tocar a sensibilidade do outro. Varnhagen lança mais elementos que deseja sejam capazes de criar a repulsa diante do não civilizado, pintando seu quadro sobre o pretérito do Brasil, como que uma Tragédia em meio a qual os colonizadores se vêem envolvidos e tem suas vidas ameaçadas por práticas tidas selvagens quando estava o Brasil às vésperas de sua maturidade, ou seja, de sua independência:

(...) sendo-me presente as graves queixas que da capitania de Minas Geraes tem subido à minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os Indios Botocudos antropophagos, em diversas e muito distante partes da mesma capitania, particularmente sobre as margens do rio Doce e rios que no mesmo desagoam, e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquellas vizinhanças, e tem até forçado muitos proprietários a abandonal-as, com grave prejuizo seu e da minha real corôa, mas passam a praticar as mais horríveis e atrozes scenas da mais barbara antropophagia, ora assassinando os portugueses e os indios mansos, por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos, e comendo os seus tristes restos; tendo-se verificado na minha real presença e e inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado se tente a sua civilização e reduzil-os a aldear-se a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica (...), debaixo de justas e humanas leis, que regem os meus

⁴²¹VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.126.

vassallos, e até havendo-se demonstrado quão pouco util era o systema de guerra defensivo, que contra elles tenho mandado seguir, visto que os pontos de defesa em uma tão grande e extensa linha não podiam bastar a cobrir o paiz,; sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os motivos de humanidade que com elles tinha mandado praticar (...)⁴²².

Certo que o selvagem tenha sido o eleito para se apresentar como pivô desta intencionalidade de causar o horror. Mas, tal “responsabilidade”, não é em Varnhagen, atributo exclusivo aos ditos selvagens. Observa-se que Francisco Adolfo de Varnhagen, busca potencializar também o meio que se impunha à existência dos colonos em sua obra de espalhamento das luzes e da civilização no Novo-mundo. Pintando-o para tanto, com cores infernais, que para além de inóspito, onde estavam presentes elementos que se contrapunham à ação civilizadora, a manutenção das necessidades básicas dos agentes do processo, à constituição nação, e até mesmo ao desenvolvimento econômico desta

O trigo se cultivou pouco, e deu geralmente mal, tendo as seáras contra si, não só a abundancia dos passaros, como principalmente a das formigas, que são a verdadeira praga de que, troca de tantos dons, se veem assolados estes campos, impossibilitando-os de ambicionarem vir a ser o celleiro do universo, enquanto não se descubram meios efficazes de dar de todo cabo dellas. Um destes meios seria sem duvida a propagação dos tamanduás ou papa-formigas, com posturas delles protectoras, analogas ás que há em muitos municipios da Europa contra os vorazes lobos e os pardaes damnhinhos e em prol das beneficas perseguidoras das viboras, - as cigonhas, a cujos ninhos nas torres das igrejas presta o povo um culto quase religioso. Oxalá houvera sido tão possível inventar também meios para guerrear os morcegos, em alguns districtos tao fataes aos gados, como a formiga às plantas e o mosquito à gente⁴²³.

Tudo se soma na obra Varnhageniana para que o espalhamento civilicional e o engrandecimento do Brasil possam apresentar-se de forma mais dramática, em nosso entender, mais valorizado, apto, portanto, para tocar a sensibilidade e cooptar o indivíduo às práticas úteis ao engrandecimento do Estado e constituição da nação. O próprio meio, as matas, a natureza virgem na obra varnhageniana, colocam-se em oposição aos colonos, já que se prestavam de guarida as feras e aos homens-fera, ainda que o episódio narrado, tenha por “vítimas”, os invasores holandeses

Sabemos igualmente que até passarem o rio de S. Francisco foram seguidos por tres batalhões Hollandezes, que d'ahi por diante deixaram de lhes ir na trilha; mas tão entranhados marcharam pelo sertão que tiveram, antes de chegar à Bahia, que transitar picadas só então abertas, que passar rios caudalosos, e que expor-se assim às feras e aos reptis peçonhentos,

⁴²²VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.319.

⁴²³VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. T.II,p.300

como até aos assaltos traiçoeiros dos Barbaros das próprias aldeas onde pensavam às vezes haver encontrado hospitalidade⁴²⁴.

As hostilidades postas fossem pelo meio, pelos animais, insetos ou pelos selvagens, ao que parece, não tinham preferência por nacionalidade. Colocavam-se aos holandeses, franceses, portugueses ou colonos. Meio inóspito, digno de causar o horror, a contrição diante da grandiosidade da natureza virgem, da selvageria praticada aos *indefesos*, pela impotência do homem civilizado em plagas tão inóspitas. Meio que acaba, para além de se por como obstáculo à civilização da terra e suas gentes, causa o esmorecimento dos nobres sentimentos e atitudes, expõe o indivíduo às maiores privações, fosse o ancião, fosse a donzela, como supõe o autor da *Historia Geral do Brazil*

Figurai-vos que scenas de dor e de ternura se não passariam nesta triste transmigração, através de paízes, montanhas, quasi não trilhadas, e onde as maiores bellezas da natureza virgem pareciam horrores e abysmos aos que levavam os animos contristados, ante o patriotismo desairado e enlutado. Aqui ficava desfallecido o ancião respeitavel, a quem já as fôrças phisicas não igualavam as do patriotismo; ali se via com os pés feridos a donzella, que apenas em sua vida passeára a distancia de sua casa até a igreja; acolá a jovem esposa, vendo chegar o momento de dar à luz o fructo de seu amor, tinha de misturar as lagrimas das dores, com a dor de perdê-lo ao exhalar o primeiro suspiro...Mesquinha condição humana que ao menor sopro do infortunio tanto tem a padecer!⁴²⁵.

O excerto apresenta uma *possibilidade* exposta pelo autor pertinente às dificuldades que se impunham à existência em meio tão hostil. Temô-la como mais um artifício do autor, utilizado para fazer aproximar o receptor da *Historia Geral*, das dificuldades enfrentadas por aqueles que se propuseram a desbravar a terra. Características inóspitas à obra civilizacional, e que, conforme se teve a oportunidade de observar, a descrição varnhageniana fora desqualificada por seus comentadores devido à falta de poética na narração, ou ainda, pela sua débil arquitetura. Mas, perguntamos: não teria tal passagem, de fazer aproximar-se a *Historia Geral* de seu leitor, dialogando com o mesmo? Fazendo-o colocar-se no lugar daqueles desafortunados que se viam diante da morte e da privação? Acreditamos que sim. Diante de que, sentimo-nos autorizados a relativizar as análises depreciativas realizadas pelos analistas da obra varnhageniana, em se tratando do *como é dito*; notadamente, se analisado a tal parte constitutiva da obra

⁴²⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. T.1,p.p.394.

⁴²⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. T.1,p.373.

de Varnhagen, a partir das ponderações apresentadas por Aristóteles na *Poética*, onde o autor informa-nos sobre a descrição do meio em que ocorre dada ação

Quanto ao espetáculo cênico, decerto que é o mais emocionante, mas também é o menos artístico e menos próprio da poesia. Na verdade, mesmo sem representação e sem atores, pode a tragédia manifestar seus efeitos; além disso, a realização de um bom espetáculo mais depende do cenógrafo que do poeta⁴²⁶.

Seguindo tais apontamentos, entendemos que Varnhagen tenha demonstrado as habilidades de um engenheiro ao construir tal cenário ao projetá-lo com as características em questão. A descrição da selvageria, do meio inóspito do Brasil, tocavam inegavelmente, Varnhagen; sua sensibilidade, acreditava o autor que fosse capaz também, de tocar aqueles indivíduos que habitavam seu mundo, e que haviam de compartilhar com o autor a mesma sensibilidade. Era então através da estigmatização dos selvagens, da antropofagia, dos animais peçonhentos, dentre outros elementos com os quais Varnhagen poderia dialogar para potencializar o jogo retórico que pretende instituir a partir da leitura de sua obra. Daí a necessidade, na obra *Historia Geral* de “jogar” com regras que, entendemos, acreditar o autor, fossem tácitas e compartilhadas pelos receptores de sua obra. Varnhagen caminha, pára, olha para trás, informa sobre os avanços da colônia:

A colônia prosperava, como dizem, a olhos vistos: a indústria se desenvolvia; e a renda do estado crescia, a parda dos particulares As ocupações de cada qual começavam a extremar-se definitivamente. Uns cultivavam o algodão, outros a cana, muitos os mantimentos: estes eram oleiros ou pedreiros, aquelles ferreiros ou carpinteiros⁴²⁷.

Recapitula, dialoga com seu leitor. É o que pode ser observado, quando em referência ao movimento ocorrido em 1817, em Pernambuco, movimento que se colocava em oposição à realização da nação brasileira sob a pena vanhageniana

Ao sensato leitor brasileiro que tenha reflectido no estado próspero do Brazil, que se collige de quanto fica referido nas precedentes secções, deixamos que sinta e decida em consciência se lhe parece que haveria motivos para que em alguma extensão maior do Brazil, se intentasse uma revolução contra o benéfico Sr. D. João, e contra a integridade do seu predilecto reino de novo creado⁴²⁸.

Varnhagen é sagaz. Não irá o leitor reconhecê-lo como insensato. O autor coloca o receptor de sua obra como que juiz de determinados eventos, pois supomos imaginar, o autor, o posicionamento de seu leitor, diante do narrado, bem

⁴²⁶ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁴²⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I,p.149.

⁴²⁸VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T.II,p.373.

como das indagações lançadas. Narra o horror, a selvageria, dialoga com o leitor, procura fazer com que o mesmo tome partido, tenha sua leitura direcionada, como quando o chama para *pararmos um pouco a contemplar os progressos feitos durante meio século de colonização*⁴²⁹. Qual de seus leitores gostaria de se reconhecer com o incivilizado, digno de provocar o horror? Obra, portanto, em que *pari passu* ao procedimento técnico que envolve a escrita da história, pretendia suscitar os mais primitivos sentimentos no indivíduo, para o que atentou Jean Jacques Rousseau ao ponderar que *exister pour nous, c'est sentir; notre sensibilité est incontestablement antérieure à notre intelligence, et nous avons eu des sentiment avant des idées*⁴³⁰. Trata-se realmente de um jogo, conforme pondera Paul Ricoeur

É aqui que a teoria estética autoriza uma interpretação da leitura sensivelmente diferente da retórica de persuasão; o autor que mais respeita seu leitor não é aquele que gratifica ao preço mais baixo; é aquele que lhe deixa mais espaço para poder desenvolver o jogo contrastado que acabamos de descrever. Só atinge seu leitor se, por um lado, compartilhar com ele, um repertório familiar, quanto ao gênero literário, ao tema, ao contexto social, ou mesmo histórico; e se, por outro, praticar uma estratégia de desfamiliarização com relação a todas as normas que a leitura crê poder facilmente reconhecer e adotar⁴³¹.

Neste jogo, através do qual se pretende, sejam aproximados os nativos às feras e à selvageria, com vistas a tocar e instituir uma sensibilidade no receptor da obra, de forma conduzida, temos as reflexões desenvolvidas por Temístocles Cezar a partir das ponderações apresentadas no tratado de Pierre Fontanier, como profícuas para entendermos tal artifício retórico. Segundo informa então, Cezar, no referido tratado intitulado *Les figures de discours*, Fontanier, a comparação é

uma das sete figuras do estilo e nos informa que ela apresenta-se como um recurso pelo qual se aproxima um objeto a um objeto estranho ou a ele mesmo, para assim esclarece-lo, reforçá-lo, através de relações de semelhança ou de diferença⁴³².

⁴²⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.294.

⁴³⁰ROUSSEAU, Jean Jacques. *Oeuvres complètes*, vol.3, Paris: Seuil, p.201

⁴³¹RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. T.III, p.290.

⁴³²Cf. (...) *quando as relações são de semelhança a comparação se chama similitude; e a dissimilitude quando as relações são de diferença. A mais comum é a primeira, comparar por similitudes. A comparação se faz tanto entre homens e animais, ou de animais aos homens, tanto de um objeto moral a um físico, ou vice-versa, tanto de objetos de arte à natureza, tanto entre pequenos e grandes*. CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e "selvagens" na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari. (Org.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009. p.169.

E isto, apresenta-se de forma latente ao longo do agenciamento da *Historia Geral do Brazil*. Ora, isso pode ser constatado, num primeiro momento, a similitude, no próprio agenciamento maquínico da *Historia Geral*, e a ordem dos capítulos apresentada na primeira edição da obra é reveladora das intenções de seu autor. É então, através da figura da similitude, que Varnhagen pretende comparar os europeus a eles mesmos, pelo que são e representam, no oitocentos, para o Ocidente, em seus desenvolvimentos que acabam por estabelecer leis, religião, moral, política, e o Estado e a partir destes, a nação, conforme nos é apresentado pelo autor nos seis primeiros capítulos da *Historia Geral*. Para a partir de então, através da utilização da figura da *dissimilitude*, estabelecer o jogo retórico, onde são apresentados elementos que atribuem características caras à *Tragédia*, a qual, conforme nos informa Aristóteles, tem a capacidade de instituir no receptor o terror e a piedade, os quais podem *surgir por efeito do espetáculo cênico, mas também pode derivar da íntima conexão dos atos, e este é o procedimento preferível e o mais digno do poeta*⁴³³.

É através da contraposição colonizadores-civilizados x colonizados-selvagens, em nome da civilização destes últimos, bem como da cooptação dos povos contemporâneos ao autor, para a realização da comunidade nação brasileira, que Varnhagen pretende tocar a sensibilidade daquele que está do outro lado de sua narrativa; utilizando-se para narrar o pretérito, um jogo de opostos marcado por elementos trágicos, dos quais são personagens, inicialmente homens civilizados, a civilização, a Europa; indivíduos que são num momento posterior, lançados às feras e aos homens-fera que se aproximavam em seus instintos e suas práticas de animais, conforme nos informa Varnhagen, utilizando-se da similitude; informa-nos então o autor que

Tinham em geral os Indios mui apurados os sentidos, e mui agudos os instintos. Viam a grande sentiam o cheiro do fumo, ou da gente, a ponto de distinguirem a raça pelo olfato; com a vista descobriam a pista da onça, pelo cheiro, a proximidade do jacaré, e pelo ouvido o tinir da cobra cascavel, quando mal poderia sonhar o Europeu⁴³⁴.

A similitude é utilizada novamente. Entendemos ser então, através desta figura do discurso a que se refere Pierre Fontanier, que Varnhagen insere em sua *Historia*, elementos que atribuem características de uma tragédia, em que se veem

⁴³³Cf. ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2003.p.74.

⁴³⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I,p.130.

envolvidos, como protagonistas, indivíduos portadores de qualidades e sentimentos, capazes de trazer para os selvagens os *comodos da civilização* e o melhoramento social ao Novo-mundo.

Para a realização de tal empreitada, são postos diante de povos que o autor assim os caracteriza

(...) eram anthropophagos, não por vingança e satisfação dos odios inveterados, mas por gula. (...) são gulosos de carne humana, e preferem, como se conta dos tubarões d'Africa, à carne dos brancos a dos negros, a quem designam por macacos do chão. É horroroso escrevel-o; e asseguramos que o animo quasi se nos soçobra ante semelhantes factos; mas o amor à verdade e o desejo de nos justificarmos do porque não admiramos a selvageria, e attribuímos o estado social e parte do que chamamos humanidade e caridade ao beneficio das leis e ainda mais da religião, nos obriga a não occultar os argumentos que nos move⁴³⁵.

Através da utilização da figura da similitude, os nativos são aproximados dos animais, às feras, assimilando-se, segundo as concepções varnhagenianas, a eles mesmos⁴³⁶, mas que poderiam não ser para o leitor; principalmente aqueles que compartilhavam a imagem ideada dos nativos que era representada pelos *philosophos* e literatos inseridos ou leitores apreciadores do movimento indianista – dentre os quais, o Imperador Pedro II.

Daí a necessidade do autor de lançar mão de tal figura no intuito de representá-los como repugnantes e aterrorizadores, dignos de execração. Prática esta, através da qual pretende inserir o elemento trágico⁴³⁷ em sua *Historia Geral do*

⁴³⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I,p.243.

⁴³⁶Neste sentido, reflete também Gumbrecht, para quem, Entendemos, até o momento, que qualquer contexto histórico que possamos classificar como “tragicofílico” deve fornecer um tipo específico de agência, um potencial para o conflito paradoxogênico entre a agência e a ordem experimentada como objetiva, e que deve também excluir certas possibilidades, para os agentes, de moldar (poderíamos dizer: de limpar) sua auto-imagem. Todas as três condições referem-se à ação no palco. Mas para que essa ação seja experimentada como trágica, cumpre igualmente que os espectadores encontrem-se num estado de espírito que lhes permita apreciar, como ações no palco, aqueles conflitos que, em suas vidas imediatas, mais os aterrorizam. Pondo entre parêntesis as hesitações legítimas provenientes da historicidade da palavra estética, podemos dizer que há um número de motivos e formas de interesse estético que precisa estar à mão numa situação histórica, antes que os espectadores possam ficam fascinados com as ações caracterizadas como trágicas. GUMBRECHT, Hans Ulrich. Os Lugares do trágico. In:ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.12

⁴³⁷Sobre a definição do verbete Trágico, entendemos imprescindível a referência a definição do mesmo, apresentada por Nicola Abbagnano em seu *Dicionário de Filosofia*, onde o autor assim o define: TRÁGICO (*in. Tragic; fr. Tragique, ai. Tra-gisch; it. Trágico*). O conceito de T. foi, às vezes, discutido pelos filósofos não só em relação à forma de arte que é a tragédia, mas também em relação a vida humana em geral, ou ao palco do mundo. O ponto de partida implícito ou explícito dessas discussões quase sempre é a definição aristotélica de tragédia, segundo a qual ela é “imitação de acontecimentos que provocam piedade e terror e que ocasionam a purificação dessas emoções”. As situações que provocam “piedade e terror” são

aquelas em que vida ou felicidade de pessoas inocentes é posta em perigo, em que os conflitos não são resolvidos ou são resolvidos de tal modo que determinam piedade e terror nos espectadores. W. Haeger escreveu: "na tragédia grega a felicidade, como toda posse, não pode ficar muito tempo com quem a detém; a perpétua instabilidade é inerente à sua natureza. A convicção de Sólon, de que há uma ordem divina no mundo, encontrou nessa noção (embora tão dolorosa para o homem) o apoio mais sólido. Ésquilo também é inconcebível sem tal convicção, que pode ser chamada mais de noção que de crença" (Paidéia, II, cap. I; trad. it., p.449).

As interpretações da natureza do T. N pensamento moderno são três a T. é o conflito continuamente resolvido e superado na ordem perfeita do todo; 2 a T. é o conflito não solucionado e insolúvel; 3 a T. é o conflito que pode ser solucionado, mas cuja solução não é definitiva nem perfeitamente justa ou satisfatória. O primeiro conceito de T. É de Hegel, para quem o conflito em que consiste o T., embora constituindo a substância e a verdadeira realidade, não se conserva como tal, mas encontra justificação só na medida em que é superado. Como contradição. "No entanto o objetivo e o caráter T. São legítimos – diz Hegel - "porque é necessária a solução do conflito em que ele consiste. Por meio dessa solução do conflito em que ele consiste. Por meio dessa solução a eterna justiça se afirma sobre os fins e os indivíduos, de tal modo que a substância moral e a sua unidade se restabelecem com o ocaso das individualidades que perturbam o seu repouso" (Vorlesungen über die Ästhetik, ed. Glockner, III, p. 530). Portanto, a solução T. restabelece a harmonia, e o que ela destrói é apenas a "particularidade unilateral" que não pôde concertar-se com a harmonia (Ibid., ed. Glockner, III, p.530). Obviamente, desse ponto de vista, que caracteriza o otimismo ou providencialismo de caráter romântico, a tragédia é simplesmente a aparência de uma comédia substancial: tudo acaba bem, e o que se perde é a particularidade unilateral que não tem o mínimo valor. 2- A segunda interpretação do T. É de Schopenhauer, segundo a qual o T. é conflito insolúvel. Para ele, "a tragédia é a representação da vida em seu aspecto terrificante. É ela que nos apresenta a dor inominável, a aflição da humanidade, o triunfo da perfídia, o es-carnecedor domínio do acaso e a fatal ruína dos justos e dos inocentes; por isso, ela constitui um sinal da natureza do mundo e do ser" (Die Welt, I, § 51). Mas a inevitabilidade e, portanto, a certeza de um destino maléfico ou de uma injustiça imanente, assim como a inevitabilidade e a certeza da justiça e da harmonia, suprimem a tragicidade. Diante deles, de fato, a única atitude possível é a resignação ou o desespero: atitudes que, assim como as que lhe são opostas, excluem o conflito constitutivo do trágico. 3-A terceira concepção foi apresentada por Schiller na obra Übernaive und sentimentalische und Dichtung (1795-1796) Nela, o T. é apresentado como manifestação da poesia sentimental (v. INGENUIDADE), mais precisamente da poesia que representa o conflito entre o real e o ideal. A poesia sentimental divide-se em sátira e elegia: na sátira o poeta tem por objetivo geral, considerando-o insuficiente em relação ao ideal. Ainda segundo Schiller, quando a insuficiência em relação do real é representada pelo conflito entre o real e nossas exigências morais, tem-se a sátira séria, que é o T. (Werke, ed. Karpelles, XII, p.150). Em conceitos semelhantes inspirava-se a chamada "pantragicidade" de Hebbel (v. Werke, X, p.43). Baem mais paradoxalmente, Nietzsche via no T., por um lado, o caráter terrificante da existência, por outro a possibilidade de aceitar e transfigurar esse caráter ou por meio da arte ou da vontade de potência. A primeira solução é a que Nietzsche atribui aos gregos em Die Geburt der Tragödie (1872). O homem grego, que tinha condições de distinguir com clareza o horrível e o absurdo da existência, conseguiu transfigurá-la por meio do espírito dionisíaco, domando e sujeitando o horrível, que assim se transforma em sublime (o objeto da tragédia), e libertando da aversão ao absurdo, que assim se transforma em cômico (o objeto da comédia). (Die Geburt der Tmgödie, 7). Mais tarde, Nietzsche achou que saída do terrificante da vida, estaria na aceitação da vida graças à vontade de potência, considerando o T. Como aceitação dionisíaca do que é terrificante e incerto. Escreveu então "A profundidade do artista T. reside no fato de que seu instinto estético considera as consequências remotas e não detém com visão estreita nas coisas próximas; de que ele afirma a economia a larga, que justifica o que é terrível, maligno e problemático, mas não se contenta apenas em justificá-lo". (Wille zur Macht, ed. 1901, § 374). Essa concepção do T. - que costuma ser expressa com imperfeição ou mesclada com as outras duas – pode ser reconhecida pelo fato de abrir espaço, em sua caracterização, à problematicidade da situação T., vale dizer, à possibilidade de ela ser decidida de um modo ou de outro, sem que a decisão seja definitiva ou perfeita. Foi com esse espírito que Miguel de Unamuno entendeu a tragicidade em Do sentimento T da vida (1913), expressando-a com o quién sabe? De Don Quixote. No mesmo sentido expressaram-se Scheller (Vom Umsturz der Werte, 1953), Jaspers (Über das Tragische, 1952) e Antoni (Trágico e senso comune, 1964). P.

Brazil. Ressalte-se que não devemos tomar a referida *Historia*, como uma tragédia, mas sim como agenciamento que se utiliza de elementos caros ao gênero trágico. Fazê-lo desta forma, entendemos que inviabilizaria as intenções do autor para sua obra, para o que nos chama a atenção Glenn Most em análise à *Poética*,

(...) uma categoria metafísica desenvolvida a fim de descrever a condição humana. Ela é desenvolvida, acima de tudo, para designar uma importante lição sobre o nosso lugar no mundo ("sabedoria trágica") e assim pode às vezes vir a transmitir aquela lição a um certo tipo de texto ("tragédia"), o qual diz abraçar e comunicar aquela lição com suprema efetividade⁴³⁸.

Aristóteles aponta na *Poética*, em referência ao trágico, tratar-se de uma imitação de acontecimentos que provocam, conforme já foi dito, piedade e terror; sentimentos estes, frente aos quais, deve haver a purificação das emoções; cumprindo este papel no trágico, notadamente, aquelas situações em que é posta em perigo a vida ou a felicidade de inocentes. E observa-se na narrativa varnhageniana, que a vida dos agentes do espalhamento civilizacional no Novo-mundo, era colocada em cheque a cada minuto, má fortuna esta, que não era privilégio tão somente dos europeus, mas também dos nativos, conforme se refere o autor

(...) temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus vizinhos. Sim: acudamos, em quanto é tempo a esses infelizes, que se estão exterminando e devorando mutuamente, e que todos são nossos parentes por Adão: procuremo-lhes o bem, apesar delles, que não sabem o que fazem⁴³⁹.

Varnhagen apresenta-se ao longo da narrativa, como detentor de tal conhecimento. Tinha noção, portanto, da capacidade de instituição de sentimentos, do tocar a sensibilidade do receptor de sua *Historia Geral*, é o que pode ser observado quando saímos da análise de sua *Historia* e analisamos as ponderações do autor no *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil* onde se refere a *Ilíada*, como obra na qual se colhe estímulos de valor; já na *Eneida* apresenta-se a capacidade

Romanell diz que, ao contrário da épica, em que o conflito se dá entre o bem e o mal, no T. o conflito se dá entre bens diferentes, valores heterogêneos entre os quais a escolha é dolorosa e sempre implica sacrifício (MakingoftheMexicanMind, 1952, p. 22). Esse caráter do T. é bem realizado na tragédia grega. A tragédia de Sófocles baseia-se na convicção de que existe uma ordem divina no mundo, em virtude da qual às vezes o inocente precisa pagar por um erro cometido por outros. O fato de a solução do conflito não poder ser límpida, de algo se perder nessa solução e de esse algo não ser — como dizia Hegel — uma "particularidade unilateral" é o que constitui o fascínio e a verdade da tragédia. Cf. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.p. 965-6.

⁴³⁸MOST, Glenn W. Da tragédia ao trágico. In:ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.24.

⁴³⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I,p.XXI.

de comover a piedade, no Orlando, a capacidade de despertar sentimentos de cavalheirosa abnegação; o Caramuru, teria a possibilidade de instituir a resignação cristã; Jerusalém, despertar referenciais de conselho e prudência; enquanto Os Lusíadas, tinha capacidade de instituir o patriotismo. Característica esta, portada pela obra maior de Luiz Vaz de Camões, que haveria de estar contemplada em sua *Historia Geral*. Potencial de afecção do indivíduo por parte da obra, para a qual chamou a atenção Aristóteles, para quem a *Tragédia* havia de realizar sobre o indivíduo, a *Kárthasis*, o que entendemos fosse, em Aristóteles, a finalidade última da Tragédia; efeito este, capaz de mover os ânimos e purgar as paixões do receptor da obra portadora dos elementos trágicos,

É pois a tragédia imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão em linguagem ornamentada e com várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes (do drama), (imitação que se efetiva) não por sua narrativa, mas mediante atores, e que suscitando o “terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções⁴⁴⁰”.

Sobre este efeito, o da *Karthásis*, chama-nos a atenção também, Glenn W. Most, para quem a concepção do gênero trágico em Aristóteles é teleológica, onde este gênero que tem por finalidade o ferir a sensibilidade do receptor, despertar sua compaixão, piedade e ou repulsa – que segundo Aristóteles, deve ser evitado. Daí entendermos, tanto a Tragédia, como os elementos trágicos, como um agenciamento descritivo e normativo aplicado (ou a ser aplicado) em determinados contextos e ou situações, pois antes de haver, por parte de Aristóteles, o interesse estético para com a Tragédia, interessava-lhe o psicológico que dela adivinha, bem como os estados de espírito constituídos a partir delas; gênero literário e ou elementos literários capazes de fazer *punctun*. Neste sentido, entende-se que para Aristóteles, a Tragédia havia de cumprir, seguindo uma teleologia, a formação da moral e da ética do indivíduo. Mas ressalte-se, que, conforme informa ainda o analista da obra de Aristóteles, tanto este, como Platão, pensavam os receptores de suas obras, como leitores ideais e passivos, sobre os quais os objetivos postos a sua obra, seriam realizados de forma efetiva⁴⁴¹. Varnhagen, ao que tudo indica, não desejava correr tal risco; o que nos faz pensar que o jogo que pretende empreender

⁴⁴⁰ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2003.p. 27

⁴⁴¹Cf. MOST, Glenn W. Da tragédia ao trágico. In:ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.20-35.

entre seu leitor e *Historia Geral*, fosse conduzido por perguntas feitas pelo autor, das quais o mesmo, Varnhagen, imagina suas respostas⁴⁴².

Analisando ainda a *Historia Geral*, tendo por referência as reflexões de Aristóteles, a partir das premissas normativas que deve ser realizada pela Tragédia, o autor da *Poética*, informa-nos que não devem ser representados como dignos de piedade e compaixão, nem homens muito bons que passem da boa para a má fortuna – caso que não suscita terror nem piedade, mas repugnância; mas que, se por um lado despertam tal sentimento, conforme alerta Aristóteles, por outro, na *Historia Geral do Brazil*, isto é realizado, e entendemos acabar por atribuir ares de uma epopeia à obra, como é o caso apresentado pelo historiador, Pero Coelho, o qual em sua empreitada de domínio da terra,

(...) desamparado dos seus e dos Indios, viu-se obrigado a emprender a volta à Parahiba por terra, acompanhado de sua mulher e filhos pequenos, parte dos quaes pereceram miseravelmente de fome, nesta jornada que um escriptor coevo bem comparou à do infeliz Sepulveda na Cafreria, eternizada pelos cantos lastimosos do poeta Corte real⁴⁴³.

Varnhagen apresenta-se cômico desta orientação, haja vista, não abundarem em sua obra, casos como os supracitados. Refere-se o historiador, aos indivíduos comuns que em meio tão hostil ao florescimento da civilização e dos *cômodos* por ela possibilitados, entregaram-se aos costumes decadentes dos ditos bárbaros, ou ainda, de nativos que haviam se entregado aos costumes ditos civilizados e optaram por se entregarem novamente aos bárbaros costumes, para o que nos chama a atenção o autor

Colono houve em Pernambuco que se lançou à vida gentilica, da qual apenas saiu, quando se lhe ofereceu mais tarde ocasião de ir ver seus pais em Portugal. Alguns indios depois já de christianizados e domesticados , e de haverem até feito viagens à Europa, voltavam por qualquer capricho à vida selvagem. Em poucas palavras: a religião e a moral, primeiras columnas da humana felicidade, estavam abaladas, ou antes tombadas; a honradez que deve presidir nos negocios publicos como nos particulares dedia o passo ao cynico egoismo; e já quasi começava a

⁴⁴²Mikhail Bakhtin, em estudo à obra de Dostoiévski, informa-nos que *O enredo em Dostoiévski é inteiramente desprovido de quaisquer funções concludentes. Sua finalidade é colocar o homem em diferentes situações que o revelem e o provoquem, juntar personagens e levá-las a chocar-se entre si, mas de tal forma que não permaneçam no âmbito desse contato no interior do enredo e ultrapassem os seus limites.* Característica que entendemos em oposição à História materializada sob a pena varnhageniana, haja vista o mesmo pretender, através do referido jogo retórico, sensações, emoções e conclusões em seu leitor quando o “coloca” em determinadas situações apresentadas ao longo de sua obra. Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p.196.

⁴⁴³VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II, p.315.

justiça equitativa, e por conseguinte a boa fé e a confiança, a fugir desta terra⁴⁴⁴.

Práticas que em nada contribuam, na visão varnhageniana, para o desenvolvimento da civilização, conforme podemos observar; acabando por perverter e ou ainda, colocar tais indivíduos em perigo de suas vidas; marca esta, que conforme nos informa a leitura de Aristóteles, é cara ao gênero trágico.

Estes primeiros colonos meio afeitos já aos hábitos dos Barbaros, enlaçados com suas famílias, e sem prestígio algum perante elles, foram a peor praga que podia cair sobre a recente colonia que Francisco Pereira ia fundar. A mesma facilidade de trato que, por intermedio desses christãos gentilisados, tinham os novos colonos para se derramarem pela terra, não só os pervertia, como os expunha a serem innocentemente sacrificados ás mãos dos gentios, quando se arredavam um pouco mais. A par destes males resultava um maior. A colonia se dissolvia; os acostumados a obedecer perdiam o habito da disciplina, e o chefe começava a não ter força para fazer-se temer e respeitar.⁴⁴⁵

É evidente a crítica de Varnhagen aos indivíduos que se entregavam aos costumes dos gentios, mas juízo de valor desferido aos que optavam em se derramar pela terra que se apresenta acompanhado, inegavelmente, por certo tom de piedade do autor diante da condição dos que se entregaram aos costumes dos gentios, e ainda, frente à possibilidade dos referidos colonos serem sacrificados pelos gentios. Ambiente propício este ainda, para o desenvolvimento de práticas, que aproximam o indivíduo da animalidade, como a que se refere Todorov em seu estudo sobre o Holocausto, onde cita uma missiva de Eugenia Ginzbourg, palavras que acreditamos, emblemáticas para a representação do ser humano diante de situações extremas

Um ser humano exasperado por formas de vida desumanas, perde aos poucos todas as noções do bem e do mal. (...) Sem duvida, estávamos moralmente mortos. Se não se pensa em nada que não seja a própria sobrevivência, só se reconhece a lei da selva, ou seja, a ausencia de toda e qualquer lei, e sua substituição pela força bruta⁴⁴⁶.

Condição esta, que para além de tocar a sensibilidade do receptor do pretérito agenciado na narrativa varnhageniana, havia de, seguindo as ponderações de Aristóteles, purgar também as paixões e sentimentos destes referidos que se apresentaram quando do presente do narrado, como protagonistas deste episódio em especial. Observa-se que o próprio autor compartilha com o sentimento que

⁴⁴⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.189.

⁴⁴⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. T.I, p.166.

⁴⁴⁶TODOROV, Tzevtan. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.p.41.

deseja instituir em seu leitor. Mas para além de pretender causar tais sentimentos, como a contrição e a compaixão, tais práticas na obra varnhageniana, apresentam-se, seguindo o caráter normativo do qual se reveste a Tragédia grega, como que um exemplo a não ser seguido, seja pelos contemporâneos a *Historia Geral*, ou ainda aos vindouros

Sem fé não era capaz de buscar na religião o verdadeiro apoio da sociedade: sem pureza de costumes, não podia ser modelo de uns, nem terror dos outros. Acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas, e até se acostumou com os índios a fumar, ou a beber fumo; como então se chamava esse habito vicioso, que naquele tempo serviu de compendiar até onde tinha levado sua devassidão⁴⁴⁷.

A representação de tais práticas, bem como do herói trágico, entendido como o homem europeu lançado ao processo de colonização, há de se prestar então, como que um alerta, um exemplo a não ser seguido, ou conforme aponta o próprio Aristóteles, este homem que figura na tragédia, deve ensinar àquele que assiste, lê e ou escuta tal gênero, a atravessar os perigos e percalços sem ser percebido.

Daí, conforme referido, o caráter normativo da *Tragédia*, para o qual nos chama a atenção Jaeger na *Paidéia*, ao ponderar que a tragédia grega apresentava-se como um referencial para o desenvolvimento de ensinamentos e inspiração de atos cívicos; apresentando-se, portanto, como elemento regulador da comunidade da pólis⁴⁴⁸, como havia de ser uma História em devir Máquina de Estado na obra de construção da nação brasileira. Para o desenvolvimento da eficácia de seu objetivo, inferimos a partir do estudo da *Poética*, que tanto a tragédia, assim como a *Historia Geral do Brazil*, haviam de instituir emoções⁴⁴⁹ capazes de tocar o receptor dos

⁴⁴⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.152.

⁴⁴⁸Para Werner Jaeger, em referência aos ensinamentos da Tragédia: *Uma criação tão rica de facetas, podemos abordá-la a partir dos mais diversos pontos de vista. Tentaremos só avaliá-la como objetivação espiritual da nova forma de homem que naquela altura se desenvolveu, e da força educadora que irradia daquela realização imprescindível do espírito grego*. JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p.292.

⁴⁴⁹Conforme foi possível observar no *Dicionário de Filosofia*, de Abbagnano, o termo emoção é definido como um “estado, movimento ou condição que provoca no animal ou no homem a percepção de valor (...) que determinada situação tem para sua vida, suas necessidades, seus interesses”. Neste sentido, refere-se Abbagnano, em referência ao termo emoção em Aristóteles: “e toda aflição da alma acompanhada pelo prazer, pela dor, sendo o prazer e dor a percepção de prazer e dor, a percepção de valor que o fato ou a situação a que se refere à afeição tem para a vida ou para as necessidades do animal. Deste modo, as E. Podem ser consideradas reações imediatas do ser vivo a uma situação favorável ou desfavorável: imediata, porque condensada e por assim dizer resumida no tom (agradável ou doloroso) do sentimento, que basta para pôr o ser vivo em estado de alarme e para dispô-lo a enfrentar a situação para os meios que tem. Cf. ABBAGNANO, Nicola.*Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.p.363.

referidos gêneros, Tragédia e Historiografia. Mobilizando-os em torno de uma determinada teleologia, no caso da *Historia Geral*, coloca-se como objetivo último, a criação de bases para a realização da nação brasileira. Possibilidade esta, para a qual nos chama a atenção Tzevetan Todorov

(...) o saber elaborado sobre o passado implica em estratégias de poder dirigidas ao presente; conhecer a sociedade aqui equivale a criar condições para se agir sobre ela, modificando situações historicamente determinadas. Pensar a nacionalidade neste momento é também inventar a própria nação⁴⁵⁰.

O que entendemos, fosse realizado através da instituição do sentimento de pertença à referida comunidade, viabilizando, através dos processos de re-des-territorialização; um rizoma desenvolvido entre a História e Literatura. Possibilidade esta, que se nos apresenta mais clara, quando em atenção às palavras de Paul Ricoeur, que entende

Por entrecruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra⁴⁵¹.

Mas, se por um lado, acreditamos, e, defendemos a tese de que Varnhagen buscou potencializar o ferir a sensibilidade do receptor de sua *História Geral do Brazil*, através de seu agenciamento maquínico, utilizando-se de elementos caros à *Tragédia*, e que, conforme informa Aristóteles, são capazes de instituir determinados sentimentos; diante da teleologia posta pelo autor à *Historia Geral*, entendemos, fosse necessário ir além de sentimentos como os referidos pelo Filósofo grego. Considera-se, portanto, que *Historia Geral do Brazil* estivesse para além dos referidos sentimentos. É o que é passível de constatação em análise à história varnhageniana. Era mister, inspirar, estimular o receptor da obra o desejo de fazer parte do processo de fazer o Brasil nação; impeli-lo às práticas em nome do engrandecimento do Estado. Mas como tais sentimentos, esta cooptação, adesão de indivíduos haveria de ser conquistada através da narração do pretérito.

As respostas que apresentamos com vistas ao equacionamento da questão, andam em solo das possibilidades, pois as próprias fontes, não nos permitem responder de forma objetiva se Varnhagen efetivou ou não sua empresa

⁴⁵⁰TODOROV, Tzevtan. *Em face do extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.p.46.

⁴⁵¹RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. T.III, p.311.

de estimular os consumidores de sua obra ao projeto de construção nacional. Em se tratando da resposta a questão posta, iniciemos o tecer nossas ponderações. Entendemos que uma narrativa capaz de cumprir a teleologia posta por Francisco Adolfo de Varnhagen, havia de ser cumprida com a utilização em seu agenciamento do pretérito, com elementos emblemáticos do gênero épico, através de que se entende a produção historiográfica, a *Historia Geral do Brasil*, possuisse potencial para agenciar o presente e realizar um futuro. Uma narrativa inspiradora do povo brasileiro, conforme se referia Capistrano de Abreu, ressaltando que Varnhagen não possuía os dotes para fazê-lo. O que entendemos não fosse possível tão somente a partir de elementos trágicos. Ainda tendo por referencial as ponderações de Aristóteles, entendemos que fosse com os elementos caros ao gênero épico, que Francisco Adolfo de Varnhagen conseguiria realizar a teleologia posta à sua obra maior, conforme podemos observar em texto introdutório à *Odisseia*

O termo epopéia designa um poema heróico protagonizado por uma ou várias personagens, caracterizadas por suas ações titânicas, muitas vezes frente a obstáculos sobrenaturais ou maravilhosos, e por seus elevados ideais. A epopéia em geral celebra os feitos mais representativos de um povo ou de uma nação e, por isso, manifesta um profundo espírito de exaltação nacional. (...) ⁴⁵².

A leitura da *Historia Geral* demonstra que, a mesma carece de elementos que a aproximem de um poema heróico, e destituída ainda, certamente do sobrenatural. Mas observamos que Varnhagen dialogou, também, com o épico para celebrar a sobreposição do homem civilizado ao meio, às feras e aos homens-fera, para causar o efeito de afecção de sua obra sobre o consumidor da mesma. Com vistas então à efetivação daquilo que desejava para sua obra, Varnhagen, mostrar-se cômico dos limites do trágico. O escrever uma *Historia Geral do Brasil*, literalmente, aos moldes de uma tragédia, não efetivaria os objetivos postos pelo autor a sua obra. Daí referirmo-nos à existência do *elemento trágico* na obra, em proveito da teleologia da mesma.

Para que a *Historia* fosse capaz, portanto, de efetivar a teleologia posta, colocava-se a necessidade de apresentar também ao longo de sua obra, um contraponto, para que o jogo retórico de reconhecimento e negação que pretende instituir em sua *Historia* em devir Máquina de Estado se efetivasse. Jogo retórico,

⁴⁵²HOMERO. *Odisséia*. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. p.17.(Coleção a obra prima de cada autor).

onde as práticas representadas dos nativos são apresentadas como fruto da selvageria diante da ação civilizadora do homem branco. Cenário digno de suscitar a piedade e a contrição do leitor diante dos selvagens costumes, do modo avesso à construção da nação em que viviam os nativos

Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer elles como nomades tinham bairro seu), como um sentimento elevado que nos impelle a sacrificar o bem estar e até a existencia entre os compatriotas, ou pela glória da pátria, com a só idéa de que a posteridade será grata à nossa memória, e a ella adjudicará neste mundo a immortalidade, - que a fé promete para nossas almas no outro⁴⁵³.

Cenário ainda, capaz de despertar o horror e o sentimento de contrição, fosse pela selvageria praticada pelos homens-fera contra aqueles que traziam melhoramento social, fosse ainda à rispidez do seu meio, flora e fauna, que se colocavam como óbices à obra de espalhamento das luzes, ou ainda, a piedade diante de elementos que se entregaram aos costumes dos gentios, ainda que muitos houvessem tombado como mártires na empreitada civilizacional, aumentando a narração de tais eventos o potencial de afecção de sua obra

Lamentamos sua tristissima morte, e console-nos ao menos, além da idéa de que Deus os terá em sua presença no número dos martyres, a justa esperança de que dia virá em que algum digno successor do primeiro prelado do Brazil se illustre, dedicando à memoria deste e dos seus companheiros no martyrio, um momento de piedade; - uma capelinha gothica nessa paragem em que morreram tantas victimas dos arbitrios de um governador, e do cannibalismo das gentes que o christianismo veio a converter e a reduzir ao gremio da civilização⁴⁵⁴.

Tais elementos que haviam de se colocar como “balizas” de uma leitura guiada que pretende instituir determinados sentimentos e emoções. Ferir a sensibilidade do leitor e despertar no mesmo, certo sentimento de negação daquele mundo, incivilizado, de gentios, bem como, instituir o sentimento e o desejo de pertença à nação (civilizada). Aquele mundo ao qual se refere o autor nos primeiros capítulos de seu agenciamento maquínico do passado apresentado em *Historia Geral do Brazil*, que tanto fora alvo de juízos de valor proferidos pelos que se debruçaram sobre a *Historia Geral*. Jogo retórico constituído no agenciamento do pretérito em que o historiador utiliza-se de elementos da escrita literária trágica e épica, com vistas a coadunar o indivíduo ao desenvolvimento do homem e das

⁴⁵³VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I, p.98-9.

⁴⁵⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T. I, p.221.

instituições rumo a civilização e a formação da nação; caminhar dramático pelo qual pretende apresentar o processo de forma dramática, da tragédia a epopeia, portanto.

4.3 Sobre o Épico em Francisco Adolfo de Varnhagen: a Odisseia da Constituição Nacional

Seguindo ainda as reflexões apresentadas pelo grego Aristóteles em sua *Poética*, é possível observar que os elementos que atribuem o matiz trágico a *Historia Geral do Brazil*, cumprem parte do efeito que Francisco Adolfo de Varnhagen pretendeu desenvolver no receptor de sua *Historia Geral do Brazil*; ainda que tivessem, potencialmente, a capacidade, cara ao trágico, à *káthasis*, de tocar a sensibilidade do leitor. E Varnhagen, conforme nos referimos anteriormente, era ciente das possibilidades do texto afetar seu receptor. Daí entendermos como imprescindível ao autor, utilizar-se para além elementos, que haviam de atribuir um matiz trágico em sua História, era imprescindível, despertar sentimentos inspiradores, o que, conforme pensa Bronislaw Baczko, apoiando-se nas palavras de Honoré Gabriel Victor Riqueti, conde de Mirabeau, para quem,

O homem na sua qualidade de ser sensível é muito menos guiado por princípios generosos do que objetos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes. Sendo esta “nova consideração” rigorosamente aplicável aos indivíduos, é-o mais ainda às nações encaradas no seu conjunto⁴⁵⁵.

O que entendemos, fosse atributo a ser desempenhado pelo elemento épico do qual se reveste a narração da obra varnhageniana. Ora, se num primeiro momento, Varnhagen apresentou na *Historia Geral*, um mundo civilizado, europeu, com os cômodos da civilização e do progresso, em torno de que floresciam as nações civilizadas, num segundo momento da obra, o autor constrói imagens que se espera fazer com que o indivíduo sintasse-se incomodado, agredido, “ferido”, pela selvageria, pelos costumes dos gentios e daqueles que o praticam. Varnhagen apresenta homens que se lançaram e homens que foram lançados ao meio que impunha condições extremas; pretende ainda, lançar também o indivíduo, no ato de consumo da *Historia Geral*, em meio às feras e aos homens-fera. O Horror! O

⁴⁵⁵ Baczko, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund (org.). *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.302.

indivíduo deve sentir o horror diante do Ihe é apresentado, pois, como a selvageria fora apresentada pelo texto aos seus olhos, também o fora, inicialmente apresentado, o mundo europeu. E é a este mundo civilizado, representado pelas nações europeias, que o indivíduo deve desejar pertencer. Para tanto, o mesmo deve ser inspirado, tocado pela narrativa varnhageniana, de forma que seja cooptado, orientando o caminho a se seguir no presente, com vistas à realização de um futuro, ou seja a constituição e realização da nação brasileira.

Tendo a Tragédia um caráter normativo que se entende “negativo”, onde são apresentados exemplos que não devem ser seguidos, em que concorda também Jaeger na *Paidéia*, entendemos imprescindível, também, que esta historiografia em rizoma com a literatura⁴⁵⁶, através da qual se desejava corroborar à forja da nação presente, com vistas a cumprir uma função normativa “positiva”, aqueles exemplos dignos de balizar e inspirar, portanto, tanto as escolhas como as práticas do indivíduo em seu viver. Inspiração esta, que se entende ser efetivada, a partir da capacidade do autor e narrativa tocarem as sensibilidades, despertar sensações e emoções no receptor da obra que para tanto, havia de se apresentar como uma epopéia nacional, conforme se referira o próprio Varnhagen ao informar em sua obra que determinados elementos e feitos eram dignos de figurarem numa *epopeia nacional*.⁴⁵⁷ Indivíduos e feitos que se revelam ao longo de um caminho épico, e que em Varnhagen, conforme foi possível notar ao longo das reflexões acerca da *Historia Geral*, apresenta-se como uma caminhada dividida em dois momentos. Sendo entendido este primeiro momento, na obra varnhageniana, uma viagem dramática, da civilização à selvageria. Da Europa, dos europeus, da civilização ao Novo-mundo, à selvageria, aos selvagens; o Horror!, conforme se referira o personagem de Joseph Conrad diante do que Ihe tocara sua sensibilidade. Viagem esta, que se constitui, em oposição à epopeia, a um *nó* em meio ao processo de espalhamento civilizacional, bem como da formação da nação brasileira, pois frente às condições postas aos agentes do espalhamento, até mesmo seus mais nobres sentimentos, dentre os quais o patriotismo, que havia de se desdobrar

⁴⁵⁶A questão acerca das relações entre a literatura sobre a história, parece ter mobilizado os pensadores da antiguidade. Luciano de Samóstasa, conforme aponta Luiz da Costa Lima, em referência às escritas do historiador e do poeta, que cada qual possui suas especificidades; e critica os historiadores por “parecerem esquecer que a história tem objetivos diversos aos postos à produção literária, e a má delimitação de tais gêneros apresenta-se falta grave do historiador.” Cf. LIMA, Luiz Costa. *História – Ficção – Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.96-7.

⁴⁵⁷Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.I.p.XII.

em nacionalismo, esmorecia diante de meio tão adverso; um dos nós do processo, conforme pensa Aristóteles em sua *Poética*

Em toda tragédia há o nó e há o desenlace. O nó é constituído por todos os casos que estão fora de ação e muitas vezes por alguns que estão dentro da ação. O resto é desenlace. Digo pois que o nó e toda a parte da tragédia até aquele lugar onde se dá o passo para a boa ou má fortuna; e o desenlace a parte que vai do início da mudança até o fim⁴⁵⁸.

A partir do excerto, pondera-se que o segundo momento da viagem pelo espaço e por um tempo pretérito apresentado na *Historia Geral, com vistas à realização de um futuro, seja o desenlace. Etapa da viagem da selvageria à civilização e forja do sentimento de pertença a uma comunidade, à constituição de um sentimento, o nacionalismo, e conseqüentemente, de uma nação brasileira. Viagem que, entendemos, apresentar-se-ia incompleta caso o agenciamento maquínico da obra varnhageniana se utilizasse apenas do elemento trágico, da representação exclusiva dos nós do processo. Torna-se, portanto, imprescindível ao historiador, atribuir marcas que tornem tal viagem como que uma jornada épica, onde os indivíduos se reconheçam e tenham o desejo de tomar parte na mesma, em seu desenlace, conforme propôs Aristóteles. Em oposição, portanto à viagem trágica, que o autor imaginava causar a negação dentro do jogo proposto.*

Varnhagen pretendeu, através da disseminação e o consumo da *Historia Geral*, contribuir para a *boa fortuna*, do Brasil a *Historia Geral*, coloca-se, como que uma epopeia, onde são apresentados, para além dos referidos elementos que não devem figurar como exemplos a serem seguidos, e da narração de elementos dignos de execração, mas aqueles varões preclaros que em meio tão adverso puderam superar, fosse a selvageria ou a barbárie do meio do qual são procedentes; do que entendemos ser emblemático o caso ao qual Varnhagen refere-se a indivíduos que, procedentes de meios tão adversos, fosse o negro, fosse o nativo, alcançaram a dignidade e a fortuna de figurarem, como exemplos, na obra varnhageniana. Neste aspecto, sobre os elementos que se sobressaem na caminhada, na narrativa épica, temos como seminais, as palavras de Todorov acerca do herói épico

o ponto de partida do herói, tal como a poesia épica dos gregos nos legou, é a decisão de atingir, custe o que custar, a excelencia, um ideal de que ele mesmo tem a medida, e isto é essencial. Aquiles, o herói original, não serve de fato a nenhuma causa(ou serve muito mal) e não luta por um ideal que

^{458 458} ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2003.p.84.

esteja fora dele próprio; ele é herói porque persegue seu próprio modelo de perfeição heróica. Isso quer dizer, no caso que ele se torna uma encarnação da potencia: a força física, claro, mas também a força moral, a energia, a coragem. Esse critério interno de excelência exprime-se no mundo exterior sob a forma de glória; portanto, sob a forma de narrativas que estabelecem essa glória. Sem narrativa que glorifique o herói não é mais um herói⁴⁵⁹.

Em se tratando de elementos que se tornaram dignos de figurar na Máquina de Estado, entendemos apresentarem-se Camarão e Henrique Dias, como emblemáticos na obra de Varnhagen, como elementos que se destacam diante do processo. Mas, diversamente do herói grego ao qual se refere Todorov, eles seguem uma teleologia e uma finalidade sob a pena varnhageniana, ou no mínimo seus atos tem a atribuição de sentido sob a pena do autor. Seus feitos e ou a atribuição de sentido aos seus atos, remetem à ideia de que diante da oportunidade que lhes fora dada, buscaram a excelência. Daí, o reconhecimento. A escrita da História atribui-lhes os louros. Objetivos estes, que cumpridos e narrados, tornam-os dignos de se apresentarem como que exemplos, pois compartilhando a cultura civilizada e corroborando ao projeto civilizacional e de criação da nação brasileira

Com as honras e condecorações concedidas, mediante o beneplácito da curia romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquelle da barbarie, este da escravidão, se honraram todos os Indios e todos os Africanos, na idéa de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas côres, mas sim da falta de méritos para serem melhor attendidos⁴⁶⁰.

Opções estas, que para além de merecerem a imortalidade viabilizada pela materialização de seus nomes na escritura histórica, bem como de se apresentarem como exemplos, eram dignos ainda em vida, de privilégios materiais, como é o caso do Camarão

No tempo deste governador providenciou a Côrte acerca dos cofres dos orfãos e dos defuntos e ausentes, dando regimento a seus officiaes, e dispondo que dos juizes dos orfaos se tirassem residencias. Tambem se ordenou que no próprio Braziltivessem acesso e fossem recompensados os individuos que a elle houvesse prestado serviços. Com tal providencia os empregados começaram a tomar mais interesse pelo paiz que ficava por assim dizer sendo sua patria; o que foi um grande passo dado no caminho para a futura nacionalidade⁴⁶¹.

Elementos tais que acabam por sobressair-se, seja na *Historia Geral do Brazil*, seja no processo de civilização e formação da nação brasileira, acabando por

⁴⁵⁹TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.p.55.

⁴⁶⁰VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.47.

⁴⁶¹VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. T.I, p.325.

revelar-se ao longo do referido processo. Ora, se entendermos o referido nó, ao qual se refere *Aristóteles*, como os obstáculos impostos à realização da nação brasileira, dentre os quais, a formação histórica, o localismo, o meio, os selvagens, seus costumes, bem como a fauna e a flora que se somavam para se imporem contra a construção nacional, a narração dos feitos de tais elementos, Camarão e Henrique Dias, tomam ares que uma narrativa épica, os quais saem da selvageria e da barbárie, vencem os obstáculos que se impunham ao cumprimento de suas empreitadas e figuram numa narrativa nacional, como o dos heróis épicos, seguindo uma determinada teleologia, onde, conforme aponta Jaeger.

Apesar de todas as violações, sempre renovadas, a ordem vence o caos. Tal é o sentido da dor, ainda quando não o compreendemos. Assim, pela forçada dor o coração piedoso experimenta o esplendor do triunfo divino. Na verdade só será capaz de reconhecê-lo quem puder acompanhar, como à águia no ar, o grito de vitória com o qual de todo o coração tudo o que respira glorifica Zeus vencedor⁴⁶².

Épico este, apresentado em Varnhagen, que para além de narrar a possibilidade de civilização de tais elementos, mostra-se como um caminho para a “redenção” para negros e nativos, os quais também, acreditamos, estarem aptos a fazerem parte da nação brasileira. Se até mesmo, tais elementos tiveram a oportunidade de se apresentarem como exemplos a serem seguidos, o que se dirá do Brasil, e dos brasileiros, comungando de tais valores e da cultura europeia. A apresentação de tal possibilidade mostrava, portanto, um caminho para ser seguido rumo à realização de um futuro fabulado por Varnhagen. Objetivando ainda, a referida realização da purgação das paixões e sentimentos, neste sentido, o que se considera uma viagem, da tragédia à epopéia, com vistas à instituição de sensibilidades capazes de despertar o sentimento de pertença à nação brasileira a partir da relação entre os dois gêneros literários, direcionando suas reflexões para o referido desenlace e caminhada para a realização da nação, Varnhagen dá-nos a entender que nem tudo no Brasil estava perdido, pois

Ao apontardes à ágil seriema que avulta no campo ou ao gordo macuco que ratolha no mato, ou ao astuto jacú, escondido na ramagem da ipeúba, podereis ver-nos suprehendido pela picada peçonhenta do insidioso réptil, que num instante decidirá do fio da vida que haveis recebido do Criador. Mas animo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o máu. Tempos houve, em que n'algumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de

⁴⁶² JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p..313-4.

idades na Europa, o feroz urso se fazia temer... e o lobo carniceiro surprehende e devora todavia a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarantulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais bellos jardins das peninsulas banhadas pelas aguas do Mediterraneo. Para em tudo o paiz ser de contrastes no estado selvagem acha-se elle, com toda a riqueza do seu solo, e a magnificencia de suas scenas naturaes, e a bondade de seus portos, tao prestantes ao commercio, possuido pelas gentes que passamos a conhecer⁴⁶³.

A possibilidade estava posta. Caberia aos brasileiros se desenvolverem e desenvolver o Brasil. Torná-lo uma nação desenvolvida como se tornara também os Estados Europeus aos quais se refere Varnhagen. Para tanto era necessário inspirar, apresentar as referências do como contribuir para a realização da nação brasileira. Gênero este, o épico que somado aos elementos da tragédia, em rizoma com a pena e a memória de Francisco Adolfo de Varnhagen, tendem a possibilitar, portanto, a potencialização de sua *Historia Geral do Brazil*, a qual, analisada em seu conjunto, conforme sugeria o autor àqueles que se debruçassem sobre a mesma, apresentava-se como que uma Máquina de Estado maquinicamente agenciada, para fazer sofrer, fazer sentir, fazer imaginar e fazer-se vangloriar, como nação, fruto de um encontro trágico e que se faz nação numa viagem épica, da tragédia à epopéia.

Seguindo as reflexões de Pierre Nora, entendemos, fosse o gênero mais adequado para a cooptação do indivíduo ao projeto, bem como, da realização da teleologia posta a obra varnhaginiana; segundo Nora, *Plus le origenes étaient grandes, plus elles nous grandissaient. Car c'est nous que nous véneirons à traivers le passé*,⁴⁶⁴ pelo qual, o futuro Visconde, almejou seduzir, cooptar o receptor de sua obra ao projeto de construção nacional.

⁴⁶³VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.1,p.96.

⁴⁶⁴NORA, Pierre. Entre mémoire et Histoire. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.p.XXXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a nação estava sendo construída, a história como disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Se o projeto nacional não era evidente, tampouco era a identidade do historiador. [...] Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não o que este deveria ser - ainda não havia tanta clareza -, mas o que ele não deveria ou não poderia fazer⁴⁶⁵.

Entende-se que o excerto às ponderações de Temístocles Cezar, seja seminal para pensarmos a constituição do ordenamento discursivo da produção historiográfica no Brasil oitocentista. É em meio a tais palestras e discussões que se definem, ainda que, de forma negativa, o que se desejava não fosse uma História do/para o Brasil, bem como o que se desejava não fosse o Brasil — sendo consideradas emblemáticas as críticas feitas às gravuras de Debret onde representava uma Corte tomada por ciganos e negros. Era em meio a tal movimento, que era também o de formação do campo historiográfico no Brasil oitocentista, que se definia o que não se deveria falar: notadamente, sobre o pretérito e o presente do Império. É ao longo, portanto, das discussões engendradas no *establishment* que se estabelecia o que não se desejava ser, e o como não se desejava dar-se a ler, ser representado numa narrativa histórica. Na perspectiva positiva, delineava-se ainda, que de forma incipiente, o que se desejava fosse uma História Pátria, bem como a nação brasileira, e a reflexão referente a elementos que corroborassem para a sua realização: dentre os quais o desenvolvimento de um termo que assim como a estabilização do termo nação e seu uso, começava a figurar e se desenvolvia no vocabulário político oitocentista e no IHGB: patriotismo e nacionalismo⁴⁶⁶.

Mas, para além das preocupações em torno do que não deveria ser lembrado, falado, do que não se desejava que fosse narrado, ou ainda do não se

⁴⁶⁵CEZAR, Temístocles . Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: BASTOS, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.). Estudos de Historiografia brasileira. Rio de Janeiro, 2011, p.94.

⁴⁶⁶Cf. GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 33-60. ; CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 93-108..

desejava ser, as discussões realizadas ao longo das duas primeiras décadas de atividades da Casa deram-se em torno da realização de esforços para o estabelecimento do sentimento de pertença à comunidade nacional, e, por conseguinte, à realização da nação brasileira – para o que era imprescindível o compartilhamento daquele sentimento capaz de amalgamar a sociedade, conforme propuseram, no Brasil, José Bonifácio na década de 1810, e na França, Ernest Renan, na década de 1880.

Se o ideário de constituição das nações sob moldes civilizados, europeus, bem como do fomento do nacionalismo, apresenta-se ao longo do século XIX como um movimento que se estende do Novo ao Velho Mundo. No Brasil, esta empreitada de se pensar e fomentar a invenção de dispositivos capazes de desempenhar uma “*performance*” que corroborasse na realização da nação, seria marcada por peculiaridades e elementos que se colocariam em oposição a sua realização. Dentre tais elementos, que marcam as especificidades dos usos da produção historiográfica, aponta-se, o próprio *locus* da produção historiográfica no Brasil oitocentista. Ao passo que a profissionalização da disciplina “História”, na Europa, dá-se na universidade. No Brasil, tal processo é levado a cabo em uma academia ao molde das ilustradas setecentistas da Europa, ou seja, no IHGB. Instituição que se entende não ter sido criada para pesquisar sobre o pretérito do Brasil, e/ou escrever a História do Brasil, mas sim, em nome de um projeto maior, e que se desenvolvia ao longo dos trabalhos da Casa e da estabilização da produção do conhecimento: o de realização de uma nação brasileira. Aponta-se como elemento que acabava por obstacularizar a constituição da nação brasileira, a própria experiência histórica do Brasil, bem como, a maneira através da qual fora formado o Estado Brasil. Elementos estes, que não são de pouca monta para que possamos vislumbrar os elementos que se colocavam em oposição à realização da nação brasileira.

Acreditamos que a produção historiográfica, ainda que matizada pelos foros de cientificidade que se pretendeu constituir ao longo do oitocentos, atribuindo-lhe discurso de autoridade, não fosse capaz, por si só, de se apresentar neste processo como elemento capaz de fomentar, despertar fosse, o patriotismo, fosse o nacionalismo naqueles povos que se desejava fossem integrantes da nação brasileira. Para tanto, entendemos imprescindível à produção historiográfica ao longo do processo pelo qual se pretendeu definir os liames do que não haveria de

ser a nação e o que não haveria de fazer o historiador, o estabelecimento de um rizoma entre narrativa realista e elementos imanentes à escrita ficcional. É através deste rizoma, portanto, pelo qual se constituem os processos de desterritorialização e reterritorialização aos quais se refere Deleuze; relações estabelecidas que haviam de tornar capaz o conhecimento cientificamente produzido, de estar para além de informar sobre o passado no presente, mas fazer com que a temporalidade escoada, pinçada, selecionada e maquinicamente agenciada numa Máquina de Estado, pudesse atuar sobre as práticas do presente e somar-se à realização de um futuro conforme fabulado pela comunidade consorciada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Frente ao pragmatismo que havia de ser seguido por uma narrativa nacional, para a efetivação do projeto de construção nacional, bem como da teleologia posta por Francisco Adolfo de Varnhagen à sua *Historia Geral do Brazil*, tornava-se imprescindível que esta narrativa, conforme temos proposto ao longo de nossa tese, tocasse a sensibilidade do receptor. Daí a necessidade de que uma História do Brasil atentasse, conforme apontou Martius em sua monografia, agradar não só a mente, mas ao coração também. Defende-se, portanto, que Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *Historia Geral*, tenha desenvolvido, neste agenciamento maquínico do pretérito, e que se entende fosse potencialmente capaz de tocar a sensibilidade do receptor da obra, através do estabelecimento de um jogo retórico de reconhecimento e negação.

Ainda que a História Geral do Brasil não tenha tido a calorosa acolhida pelo *establishment*, constatação que acabou por rebater as premissas que orientavam as ideias iniciais para o desenvolvimento deste trabalho, acredita-se ser impossível desacreditar a referência a tal obra como marco da historiografia — se não a maior do Brasil oitocentista, ou mesmo maior que os trabalhos do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ora, *Historia Geral* fora utilizada de base para o desenvolvimento de material didático para ser utilizado no Colégio Pedro II, instituição responsável pela formação da fina flor da sociedade de corte brasileira, e muitas vezes, dirigentes do Império; transposição esta, realizada por um dos mais proeminentes representantes do Instituto, o Sr. Joaquim Manuel de Macedo. O que entendemos rebater, em parte, a fraca acolhida da *Historia Geral* pelos membros do Instituto. Mas o que faz com que a obra varnhageniana seja capaz de tocar a

sensibilidade de receptor? Sendo a mesma, alvo de tantas críticas pela falta de fôlego, ou dotes estilísticos da pena varnhageniana?

Entendemos que a referida avaliação acerca da inventividade, ou a capacidade de gerar prazer impressos na História Geral, ainda que nossas reflexões sejam pautadas em grande parte, nas seminais ponderações desenvolvidas por Sandra Jatahy Pesavento, seja elemento que aponte para uma subjetividade, que se entende não caber neste trabalho. Tomar as ponderações daqueles que desferiram juízos de valor, que colocavam em cheque a competência narrativa de Varnhagen, exigiria antes de tudo, o estudo, como o fizemos com Varnhagen, também da formação, experiência e memória daqueles que o fizeram em torno da obra varnhageniana. Desenvolvemos, então, nossas reflexões a partir das orientações de Pesavento, e sobre elementos apresentados por Varnhagen que temos como objetivos; no que tange a capacidade de tocar a sensibilidade do receptor da obra varnhageniana; o que se entende não ter sido pelo primor estilístico de sua escrita. Atente-se para o seguinte: Varnhagen era um engenheiro. Varnhagen não era um humanista, um literato. Acreditamos não ser possível exigir do mesmo o cumprimento das aspirações e sensações projetadas pelos analistas de sua obra. É a partir de tais premissas que desenvolvemos nossas reflexões em torno de sua História Geral do Brasil. E não, portanto, a partir de nossas impressões e projeções iniciais de trabalho, em ver, sentir um Varnhagen literato, como se desejou quando do início da pesquisa, ainda que a leitura de Capistrano de Abreu tenha nos advertido que Varnhagen não houvera escrito uma narrativa inspiradora do e para o povo brasileiro. Não seria o prazer da leitura um quesito procurado pelos analistas da obra varnhageniana? Mas como pensar um autor, fruto de sua experiência, e em tempos de busca de foros de cientificidade, em meio a formação de um campo de conhecimento específico – do passado, para a produção historiográfica, um Varnhagen preocupado com o potencial de gerar prazer em sua obra? Não teria o próprio Varnhagen projetado para seus leitores, o prazer que o mesmo sentira ao produzir, ler, sua própria História?

Pensando com Peter Gay, a maneira cultivada do escritor expressa de maneira instrutiva tanto seu passado pessoal quanto as formas de pensar, sentir,

crer e operar da cultura⁴⁶⁷. Varnhagen carrega marcas de sua experiência, de seu mundo, de sua formação à sua obra. Ora, tendo Gay razão, explica-se a crítica aos limites da narrativa em Varnhagen; o que pode ter se apresentado na obra, e, ainda que a possibilidade seja remota, ter se apresentado também, como uma opção do autor, conforme informa Peter Gay.

O historiador que tudo isso precede – ainda que se pretenda que, ao escrever história, ele refreie seu lirismo e abandone sua política -, depara-se com o estilo nestas e em outras dimensões. Ele é um escritor profissional e um leitor profissional. Como escritor, sofre a pressão de se tornar estilista, mantendo-se cientista; cabe-lhe proporcionar prazer sem comprometer a verdade. Seu estilo pode ser uma ferramenta convencional, uma confissão involuntária ou uma iluminação admirável⁴⁶⁸.

Em detrimento de uma narrativa portadora da fruição cara aos literatos, Varnhagen pinta quadros à sua maneira, não de um agenciamento maquínico, na busca pela fruição, pelo potencial de afetar seu receptor. Seguindo as reflexões de Temístocles Cezar, na esteira de Sandra Jatahy Pesavento, lemos que o "historiador é aquele que pinta" e deve "pintar aquilo que é suscetível de ser compreendido pelo homem. [...] O quadro histórico é uma pintura humana que representa as vias traçadas pelos deveres dos homens"⁴⁶⁹. Torna-se exequível desta forma, a análise desenvolvida em nosso trabalho, onde defendemos que Francisco Adolfo de Varnhagen, ao longo do agenciamento de sua *Historia Geral do Brazil*, pinta quadros onde pretende apresentar diversos estágios do desenvolvimento do Brasil e de seu povo, numa caminhada teleológica através da qual almejava contribuir, através do agenciamento do passado, para o agenciamento de sua pátria e compatriotas, sob a égide da nação. Nação construída consoante às escolhas e opções varnhagenianas; o que se entende ser explicativo da opção de Varnhagen apresentar a ordem dos capítulos da primeira edição de sua obra como fora feito; através do que pretendeu estabelecer, com seu leitor, um jogo de negação e reconhecimento, urdido de tal forma, que supomos fizesse o leitor reconhecer-se no "lado" desejado pelo autor.

⁴⁶⁷GAY, Peter. O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.20.

⁴⁶⁸GAY, Peter. O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.18.

⁴⁶⁹CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: BASTOS, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.). Estudos de Historiografia brasileira. Rio de Janeiro, 2011, p.108.

Varnhagen, seguindo a teleologia designada para sua obra, pinta seus quadros matizados por elementos de cores ora românticas, ora trágicas, ora épicas, no intuito de tocar a sensibilidade de seu receptor, e, é neste aspecto que entendemos residir à aproximação da narrativa realista agenciada por Varnhagen à escrita produzida para causar sentimentos, o que nos foi possível observar, também, a partir das ponderações de Peter Gay, em referência à historiografia oitocentista

do ponto de vista da profissão histórica moderna em geral, a arte e a ciência não se separam nitidamente; dividem uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades. ampouco os dois campos monopolizam o terreno das possibilidades⁴⁷⁰.

Varnhagen não pretendeu desta forma, apenas narrar o pretérito. Observa-se, ao longo de seus escritos, que suas aspirações estão para além de salvar da voragem dos tempos os feitos, conforme já se disse dos brancos, dos nativos, dos negros e da síntese destes elementos, o mestiço. O futuro Visconde teve a intenção de corroborar para a estabilização de um presente e realização de um futuro: do Brasil nação-civilizado. Para tanto, para além de informar sobre o pretérito, apresentava-se imprescindível que o mesmo fosse capaz de tocar a sensibilidade de seu receptor. Agencia, portanto, uma História que se pretendeu em devir Máquina de Estado, capaz de agenciar o pretérito, a memória, o obliterado, o homenageado, os sentimentos e as práticas.

Atentando ainda à ponderação de Gay, salientamos que Varnhagen não era um literato, um esteta da forma escrita. Varnhagen foi um engenheiro, engenheiro-historiador, que teve uma experiência traumática quando da empiria do contato com os nativos. Como esperar um Varnhagen após o evento da Estrada Real, indianista? Como pensar um Varnhagen europeizado, encantado com a civilização que poderia ser alcançada por sua pátria, indianista? Como esperar um Varnhagen de formação militar e matemática, afeito atento a agradabilidade da leitura de sua História Geral do Brazil? Sobre a formação do estilo, informa-nos Peter Gay

tal como as diversas dimensões do estilo, esses mundos se entrecruzam e se penetram continuamente: a pessoa privada interioriza os critérios do ofício e as normas da cultura; o ofício, de modo geral, serve à cultura expressa com obediência a seus ideais mais genéricos. Um estilo literário maduro é uma síntese de todos esses elementos combinados de maneiras

⁴⁷⁰GAY, Peter. O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.167.

várias; é, pois, a um só tempo individual e social, privado e público, uma combinação de modos herdados, elementos tomados de empréstimo e qualidades exclusivas. É por isso que o estudioso do estilo pode tratar essa síntese de maneira analítica, e destrinçar os fios que compõem a tapeçaria estilística⁴⁷¹.

Historia Geral do Brazil, a partir das ponderações de Gay, apresenta-se como que um ponto de convergência das experiências, anseios e relações às quais Varnhagen esteve estava ligado. Um intercessor de si, portanto. O agenciamento de sua Máquina de Estado, em suas partes constitutivas, suas eleições, seu agenciamento maquínico, a ordem de seus capítulos, os juízos expressos pelo autor, são reveladores de sua idiosincrasia. Varnhagen conheceu o mundo Europeu, o mundo civilizado; conheceu também o mundo selvagem, os selvagens. E era o mundo europeu que Varnhagen desejava fosse constituído o Brasil. Na Historia Geral, o autor inicia a narrativa, em sua primeira edição, com a criação de um quadro do que era a Europa; segue-se outro, onde é pintado um meio inóspito, rodeado por seres peçonhentos, feras, homens fera, criaturas dignas de causar, conforme apontamos Joseph Conrad, o Horror! Apresentar o trágico. Apresentar inicialmente o mundo civilizado, os progressos e cômodos da civilização europeia nos capítulos iniciais da História, apresenta-se, portanto, como parte constitutiva da intencionalidade varnhageniana para como sua obra. E são estes elementos que figuram como que exemplos de tudo o que se disse, ou imagem constituída daquele processo ao qual Norbert Elias refere-se como Processo Civilizador, que não de servir de exemplo para aqueles que Varnhagen desejou fossem brasileiros e uma nação. Apresentando, portanto, o mundo selvagem, em suas similitudes com os selvagens e animais, como que um contraponto para com o mundo "pintado" num primeiro momento. Qual de seus leitores, consumidores, receptores de suas obras desejava fazer parte, reconhecer-se neste mundo digno do horror e da piedade que o autor pinta? Pergunta fácil de ser respondida, mas extremamente áspera de ser comprovada que não através das análises que tenham por objeto de suas reflexões, as sensibilidades. É então neste jogo, estabelecido pelo historiador sorocabano, de reconhecimento e instituição de um desejo de pertença a um mundo civilizado, a uma nação; e negação, estranhamento (e reconhecimento, já que são figuras familiares) diante dos que se aproximam da selvageria, que Varnhagen espera que o leitor se posicione.

⁴⁷¹GAY, Peter. O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.125.

Acreditamos, ainda, que nada do apresentado pelo engenheiro militar Francisco Adolfo de Varnhagen tenha sido posto História em devir Máquina de Estado de forma acidental, ou ainda de forma apriorística. História Geral é fruto de uma arquitetura, de um projeto, a aridez do projeto (da qual o autor era cômico) havia de contemplar elementos capazes de cooptar indivíduos que se vissem na iminência de se escapar. As pausas de Varnhagen, as interrogações, o olhar para trás, o recapitular, o diálogo com seu leitor.

Pensamos que isso se apresenta de forma intencional em sua História Geral. Se era através da produção historiográfica que o autor buscava contribuir para a realização de uma nação brasileira, agenciando uma Máquina de Estado passível de cooptar/ser cooptada e utilizada para a realização de um projeto político, tal história em devir Máquina de Estado, havia de exercer, conforme aponta ainda, Temístocles Cezar, a “função de conceito organizador e de recurso narrativo àquela⁴⁷²”, ou ainda, conforme propõe o mesmo Cezar, “fornecer à nação as luzes de que ela precisa. A luz seria apresentada em *História Geral do Brasil*, àqueles que optassem, escolhessem o lado certo, segundo as concepções Varnhagenianas, da narrativa e o praticassem em seu estar no mundo.

⁴⁷²CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: BASTOS, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.). Estudos de Historiografia brasileira. Rio de Janeiro, 2011, p.119.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.p.363.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A Hora da Estrela: história e literatura, uma questão de gênero?. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina/PR. História: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. *A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. _____(org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX.). In. SOIHET, Rachel; ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDERSON, Benedict. *comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Guerra dos Cabanos*. 2.ed. Recife: UFPE, 2005.

ANSART, Pierre, História e Memória dos ressentimentos. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social, In: LEACH, Edmund (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p.196.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena. Brasília*: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p.45-6.

_____. *O prazer do texto*. 4.ed. Belo Horizonte: Perspectiva, 2008. p.77.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821 – 1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria F.. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. USP, 1993.

BORGES, Jorge Luis. *Cinco visões pessoais*. Brasília: UNB, 2002.

CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D.Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo,v.21, n.40, p.60. 2001.

CANDAU, Joel. *Anthropologie de la memoire*. Paris: Armand Colin, 2005.(Cursus Sociologie).

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial /Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.18.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*; Belo Horizonte: UFMG, 2008.p.240.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco - 1817-1824. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.18, n, 36, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 jan. 2009.

CARVALHO, Kelly. *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do conhecimento histórico e da identidade nacional*. Campinas, 2002.

CASULO, José Carlos de Oliveira. A educação do oficialato castrense no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no Regulamento de 1816 do Real Colégio

Militar da Luz. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n.26, p. 9-18, jan/jun. 2009. Disponível em <[HTTP://www.repositorium.sdum.uminho.pt/](http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/)? Acesso em: 20 mar 2010.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

_____. Nação, mito e rito, e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité*. Le cas Varnhagen. Thèse. Paris: École Des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.

CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita) da história*. São Paulo: Alameda, 2009. p.174.

_____. Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre (a escrita) da história*. São Paulo: Alameda, 2008.p.175.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topóï*, Rio de Janeiro, V.8, n.15, jul.-dez.2007.

_____. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupi. In. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, Franca, v. 24, n. 2, 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> Acessado em 25 Jan. 2010.

_____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V.8, n.1. 2004.

_____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos – leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *O micróbio literário: a questão do estilo na obra de Varnhagen*. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa - PB. História, acontecimento e narrativa. Caderno de programação e resumos, 2003. p. 86-86.

_____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre a operação historiográfica. *História em Revista*, V 6, Pelotas: Universitária, 2000. p.37-58.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. Lisboa: DIFEL, 1990.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção a obra prima de cada autor).

COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: 1972.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

_____; FELIX, Guattari. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

DIAS, Odila Silva. A internalização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. pp. 160-184.

DOLHNIKOFF, Mirian (org.). *Projetos para o Brasil – José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

FAORO, Raymundo. Os pródromos da independência. In: _____. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Globo, 1997.

FENTRESS, James ; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen: o Visconde do Pôrto Seguro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

FRAGOSO, Joao Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREIRE, Noé Sandes. *A invenção da nação: entre a monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GASPARELO, Arlette Medeiros *A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

_____. (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memória singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007

GUATTARI, Felix; ROLNIC, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 9.ed. São Paulo: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp.184-200.

_____. Escrever a História, domesticar o passado. In. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. História, domesticar o passado. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. In. _____. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.p. 68-85.

_____. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5 - 27. 1988.

_____. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *Revista História em Revista, Pelotas*, V.6. p.21-36, 2000.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa..* Porto Alegre, 2003.

_____. *Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. Anais do XXIII Simpósio Nacional de história: história: guerra e paz [CD- ROM] / Associação Nacional de História - ANPUH.* Londrina: Editorial Mídia, 2005.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388), jul.-set. 1995.p.462.
BIBLIOGRAFIA

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, p. 75-96.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Os Lugares do trágico. In: ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.12

GAY, Peter. O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.167.

GUY, Bourdê; MARTIN, Herve. *As escolas históricas*. 2.ed. Lisboa: Europa-América, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Les cadres sociaux de la memoire*. Paris: Albin Michel, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HARTOG, François. *Des Regimes d' historicité: presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003. (Librairie du XXIe Siecle).

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HERDER, Johann Gottfried. Também uma filosofia da História. Lisboa: Antígona, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raizes do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen: subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas, 2000.

HOMERO. *Odisséia*. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. p.17.(Coleção a obra prima de cada autor).

HROCH, Miroslav. Reflexões sobre a história nacional. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v.4, n.6, jan./jun.2008.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p.292.

JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2007.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, 2001.

KOSELLECK, Reinhard. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. In. - _____ . *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhard. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In.: _____ . *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. As idéias políticas de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo. 275, 1967.

LIMA, Luiz Costa. *História – Ficção – Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.96-7.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA SANT'ANNA, Benedita de Cassia. O Panorama (1837-1868): História de um jornal. *Patrimônio e Memória*, Assis, V.4, n.2,p.244-262, jun.2009. Disponível em < http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n2/artigos/panorama.pdf> Acesso em 12 abr. 2010.

LUPIES, Frédéric. *Leçon philosophique sur la sensibilité*. Paris: PUF, 1998.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.18, n.36, jul./dez., 1988. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, 1997

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978, v. II.

MATTOS, Selma R. de. *O Brasil em lições*. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 21, June 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acessado em 25 Jan.2010.

MAURÍCIO, Carlos. *A Invenção de Oliveira Martins: Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1970)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p.11-12. Disponível em: <<http://www.incm.pt>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001. (Coleção Livre Pensar: 10).

Minerva Brasiliense. Rio de Janeiro, 1(2): 51-3. Nov. 1843.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, História e Memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15. p.96.

MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a História Literatura Portuguesa e Brasileira RIHGB.

MOST, Glenn W. Da tragédia ao trágico. In:ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.24.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. Belo Horizonte: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: _____ . *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora Senac, 2000.p.213.

NEVES, F. C. “Inventando o Brasil: uma visão historiográfica”. In *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 40-50, 2000.

NAXARA, Marcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: _____; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004., NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

NORA, Pierre. Entre mémoire et Histoire. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.p.XXXI.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre ao pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

_____. *Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde do Porto Seguro*. São Paulo: Atica, 1979.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. 170 p

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.p.

REVISTA ESPAÇO DA SOPHIA - Nº 18 - SETEMBRO/2008 – MENSAL – ANO II Os Intelectuais e a Construção da Nacionalidade Brasileira Andrea Pennacchi

_____. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Letras: estudos literários, Faculdade de Letras, 2007.

PESAVENTO, Sandra Pesavento. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.14.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de

Souza (orgs.). *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.111.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

_____. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: NAXARA, Marcia.; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.223.

_____. *A Revolução Farroupilha*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. *História em Revista*, Pelotas, v.2, dez.2003.

POLLACK, Michael. Memória, História e Esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03, jan/jun.1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido – no caminho de Swann*. São Paulo: Globo. V. I, p.46.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

REIS, José Carlos. Ano 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation?*, Paris: Pocket, 1992.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. *Caderno Cedes*. Campinas, v.22, n.58, dezembro/2002.

RIBEIRO, Clado Lessa de. Formação de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 186, 1845

RIBEIRO, Clado LESSA de. Vida e obra de Varnhagen. In: *RIHGB*, vol. 223, abr./jun. 1954

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000. p.149. (Points Essais).

_____. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. T.III, 305.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen – o primeiro mestre da historiografia brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, V.328, 1980.

_____. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

_____. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.p.142.

_____. *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 2a edição revista e aumentada, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. V, 1945.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.p.431.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Campinas, dissertação de mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003.

SANTOS, Afonso Carlos Marques de. Memória, História, Nação: propondo questões. In.: _____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____.A invenção do Brasil: um problema nacional? In.:_____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____.A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. In. _____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SANTOS, Sandra Costa dos. *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*. Campinas, SP. 2004. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identités nationales: Europe XVIII° - XIX° siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.p.240-1.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil*. 3.ed.São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da Historiografia das belas letras à História nacional: breve análise histórica. In: GUIMARAES, Manoel Luis Salgado (org.). *estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção, Literatura e História através da “Cronica do Descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.3, set.,2009.

SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. *Estudos Históricos*. Vol.14, n.26, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, 1810.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36, jul./dez.,1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 20 de mar. De 2009.

SOUZA, Iara Liz Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

_____. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. *O discurso colocado em órbita: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil (1838-1858)*. (dissertação) Recife, Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2005.

THIERRY, Augustin. *Récits des temps mérovingiens précédés de considérations sur l'histoire de France*. Paris: Just Tessier, Libraire-Éditeur, 1842, p. 29-30. Disponível em <<http://www.books.google.com>>. Acessado em 25 de abr. de 2009.

THUILLIER, Guy ; TULARD, Jean. *Histoire Locale et Régionale*. Paris: PUF, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

_____. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.p.41.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império Brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.17, p. 1 - 10 mar. 2005.

TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas cortes constituintes de 1821 – 1822. In: Motta, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*. n.2, 2009. p.15. Disponível em: <
<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/4/4>> Acesso em: 30 mar. 2010.

VALDEI, Lopes de Araújo (et.al.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2008. (Coleção história)

VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

VALÉRY, Paul. De l'Histoire. In: _____. *Regards sur Le monde actuel et láutres essais*. Paris: Gallimard, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência activa*. Rio de Janeiro: Instituto nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1961.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870- 1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WHITE, Hayden. A interpretação na História. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed. São Paulo: EDUSP.p.92.

FONTES

213.^a sessão em 16 de Fevereiro de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.17. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1872. pp. 128-135.

47.^a sessão em 18 de Setembro de 1840. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. s/n. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1856. pp.414-425.

51.^a sessão em 14 de Novembro de 1840. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.67. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858. p.529-33.(T-II:1840)

53.^a sessão em 14 de Novembro de 1840. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.67. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858. p.543-70.(T.II-1840)

Anuário do Museu Imperial. Ministério da Educação e Saúde, Petrópolis, p. 157-236.

ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *op.cit.*

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo secretário Perpétuo conego Januario da Cunha Barbosa. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.p.10-21.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. n.1. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.p.271-283.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social pelo 1º Secretário Perpétuo o Sr. Conego Januario da Cunha Barbosa. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. s/n.Rio de Janeiro:Typografia de Joao Ignacio da Silva,1863.p.04-25.

Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 2.ed. n.1. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1839.pp.05-10.

Carta de Martius ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, 8/Março/1844.

Carta do Cônego Januário C. Barbosa a Karl Fr. Ph. von Martius. Rio de Janeiro,12/agosto/1843.

Discurso do Presidente. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. s/n. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1856.pp.560-69.

Extracto das actas das sessões do 2º Trimestre de 1847. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva,1872.p.265-93. (T.IX-1847).

Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1869.p.287.(1847 – T.IX).

Extracto das actas das sessões do 3º Trimestre de 1850. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.52. Rio de Janeiro: Typographia de Joao Ignacio da Silva,1872.p. 406-420.

Extracto das actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. 2.ed. n.02. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.pp.57-68.

Extracto das actas das sessões dos mezes de Abril, Maio e Junho do corrente anno. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n.26.Rio de Janeiro: Imprensa America de I. P. da Costa,, 1845. p. 263-273.

Extracto das actas das sessões dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março. *Revista Triemestral de Historia e Geographia*.2.ed. n.05.Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858. p.149. (T.II-1840)

Extracto das actas das sessões dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março.*Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.09. Rio de Janeiro: Typographia de L.P.dos Santos, 1860.pp.119-144.

Extracto das actas das sessões dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1843.*Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n.19.Rio de Janeiro:Typographia de Joao Ignacio da Silva, 1843.pp.355-78.

Extracto das actas dos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março de 1840. 2.ed. n.06. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed.Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.p.133-158. (T.II, 1840)

Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 2.ed. n.1 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. p. 22-25.

Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839, p. 12.

Cf. Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 18-22.

Juizo sobre a obra intitulada – Examen critique de l’histoire de la geographie du nouveau Continent, par Alexandre Humboldt, membro honorário do Instituto. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. 2.ed. n.05. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1856.pp.105-108.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Relatório do Primeiro Secretário o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Apendice. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853. pp.563-599.

MENEZES, Djacir. (No centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1969). *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, T. LXXXII, 1969. p.56-63.

Minerva Brasiliense. Rio de Janeiro, 1(2): 51-3. Nov. 1843.

Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra – Voyage pittoresque au Brésil, par J. B. Debret. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n.09. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841. p.93-100.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. *Revista trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.10. Rio de Janeiro, Typographia de L.P.dos Santos, 1860. pp.149-157.

Premios Popostos pelo Instituto na Segunda Sessão Publica Anniversaria. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858. p.628. (t.II -1840) (suplemento)

Relatório do Secretario Perpetuo. *Revista Trimestral de Historia e Geografia*. 2.ed. n.72. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858. pp. 569-92.

Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social, pelo 1º Secretario Perpetuo o Sr. Conego Januário da Cunha Barboza. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1863. pp.04-27. (suplemento ao tomo 4º)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I, 1839, p. 365.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. II, 1840, p. 365.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. II, 1840, p. 145-6.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. VI, 1844, p.60.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T.VI, 1844, p. 62-63.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo VII, 1845, p.279-80.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VII 1845, p. 409.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo IX, 1847, p.279.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847, p. 430-431.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, T.XXI, 1859.p.704.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. T. CXIX, 1908.p.205.

Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.149.

Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.148.

Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, T.II, 1840, p.531.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II, p.XXVIII

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. p.121-22.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T. I. p.388.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. T.II.XVII.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramurú perante a história. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo. X, 1848, p. 129-152.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Épicos Brasileiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

VARNHAGEN, F. A. de. *Correspondência ativa*. coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: INL, MEC, 1961.

VARNHAGEN, F. A. de. *Os Indios bravos e o Sr. Lisboa*. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brazil*. Utilizamo-nos desta obra de Varnhagem em meio digital, daí a grafia diversa da coeva. Disponível em: <

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361686455682402190802/p000001.htm>> Acesso em 05 abr. 2010. –

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil. Natural de Sorocaba. T. I.Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil* isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração de independencia do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, *Tomo I*, p. XXI, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e DEDICADA A SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR D. PEDRO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. T. II. (com estampas)

Visconde de São Leopoldo. Programma histórico: - O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de illustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. 2.ed. n.02. Rio de Janeiro: *Typographia Universal de Laemmert*, 1839.pp.77-98.

von Martius, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n.24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845.pp.381-403.

Von Martius, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VII, 1845, p.410.